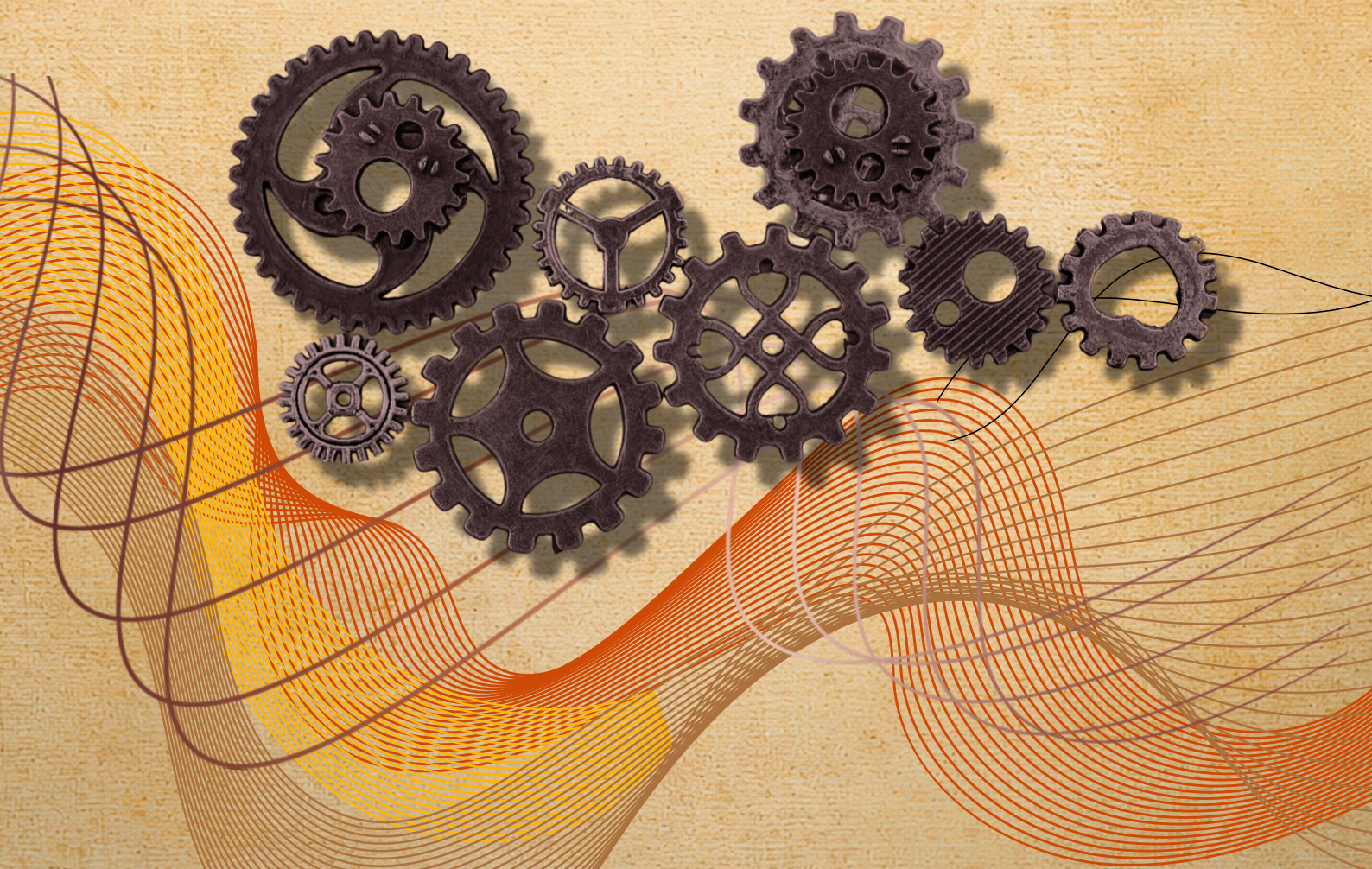


Aurum
EDITORA

HISTÓRIA EM MOVIMENTO:

GÊNERO, IDENTIDADE, MEMÓRIA E
TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS

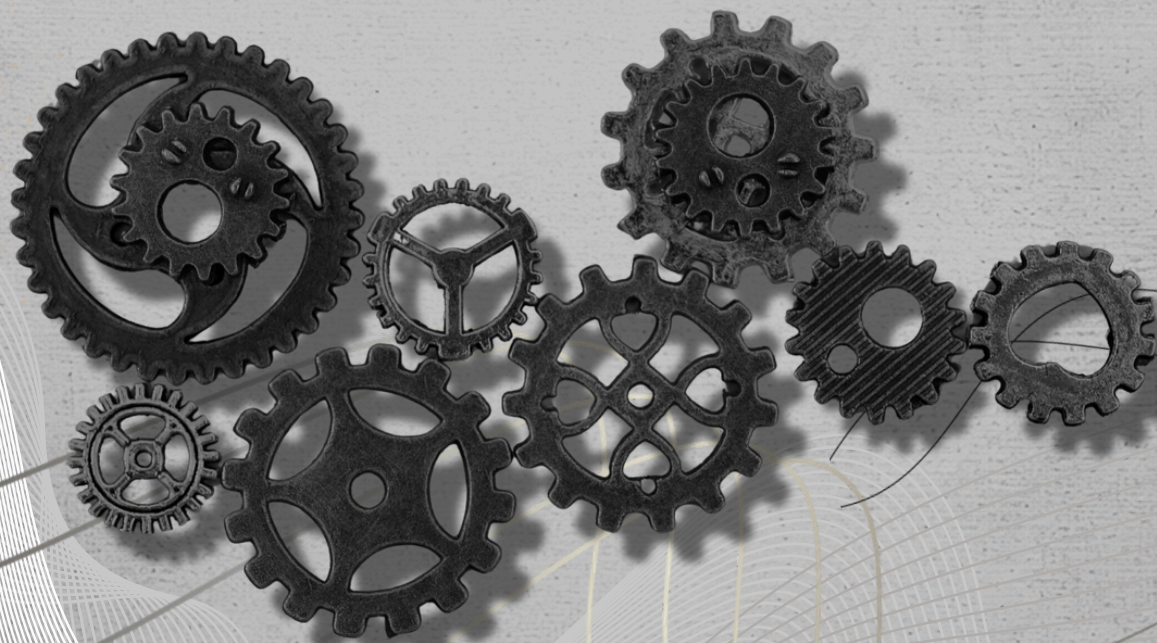


LUCAS MATHEUS ARAÚJO BICALHO
STEFANY REIS MARQUIOLI
LUÍS FERNANDO DE SOUZA ALVES
GUILHERME CARVALHO VIEIRA
IOLI FERREIRA SANTIAGO

Aurum
EDITORA

HISTÓRIA EM MOVIMENTO:

GÊNERO, IDENTIDADE, MEMÓRIA E
TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS



LUCAS MATHEUS ARAÚJO BICALHO
STEFANY REIS MARQUIOLI
LUÍS FERNANDO DE SOUZA ALVES
GUILHERME CARVALHO VIEIRA
IOLI FERREIRA SANTIAGO

AURUM EDITORA LTDA - 2025
Curitiba – Paraná - Brasil

EDITOR CHEFE

Lucas Gabriel Vieira Ewers

ORGANIZADORES DO LIVRO

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Stefany Reis Marquioli

Luís Fernando de Souza Alves

Guilherme Carvalho Vieira

Ioli Ferreira Santiago

Copyright © Aurum Editora Ltda

Texto Copyright © 2025 Os Autores

Edição Copyright © 2025 Aurum Editora
Ltda

EDIÇÃO DE TEXTO

Stefanie Vitoria Garcia de Bastos



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives
4.0 International License.

EDIÇÃO DE ARTE

Aurum Editora Ltda

IMAGENS DA CAPA

Freepik, Canva.

BIBLIOTECÁRIA

Aline Grazielle Benitez

ÁREA DE CONHECIMENTO

Ciências da Educação

A responsabilidade pelo conteúdo, precisão e veracidade dos dados apresentados neste texto é inteiramente do autor, não refletindo necessariamente a posição oficial da Editora. O trabalho pode ser baixado e compartilhado, desde que o crédito seja dado ao autor, mas não é permitida a modificação do conteúdo de qualquer forma ou seu uso para fins comerciais.

A Aurum Editora se compromete a manter a integridade editorial em todas as fases do processo de publicação, prevenindo plágio, dados ou resultados fraudulentos, e assegurando que interesses financeiros não afetem os padrões éticos da publicação. Qualquer suspeita de má conduta científica será verificada com atenção aos princípios éticos e acadêmicos. Todos os manuscritos passaram por uma avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial, e foram aprovados para publicação com base em critérios de imparcialidade e objetividade acadêmica.

CORPO EDITORIAL

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba

Adriano Rosa da Silva - Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense

Alessandro Sathler Leal da Silva - Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Alex Lourenço dos Santos - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Catalão

Alisson Vinicius Skroch de Araujo - Editor Independente - Graduado em Criminologia pelo Centro Universitário Curitiba

Alline Aparecida Pereira - Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense

Allysson Barbosa Fernandes - Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia

Ayla de Jesus Moura - Mestra em Educação Física pela Universidade Federal do Vale do São Francisco

Blue Mariro - Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Camila Aparecida da Silva Albach - Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Carina Mandler Schmidmeier - Mestranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Carolline Nunes Lopes - Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Cristiane Sousa Santos - Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana

Dandara Christine Alves de Amorim - Doutoranda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina

Daniel da Rocha Silva - Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe

Daniel Rodrigues de Lima - Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas.

Edson Campos Furtado - Doutor em Psicologia - Área de Concentração: Estudos da Subjetividade pela Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.

Elane da Silva Barbosa - Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará

Fabio José Antonio da Silva - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina.

Fabricio do Nascimento Moreira - Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Felipe Antônio da Silva - Graduado em Direito pelo Centro Universitário Unihorizontes



Felipe Martins Sousa - Mestrando em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil.

Francisco Welton Machado - Editor Independente - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí

Gabriela da Silva Dezidério - Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense

Gabriella de Moraes - Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

Gleyson Martins Magalhães Reymão - Mestre Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação pelo Instituto Federal do Pará

Gustavo Boni Minetto - Mestrando em Educação, Linguagens e Tecnologia pela Universidade Estadual de Goiás

Hygor Chaves da Silva - Doutorando em Ciência dos Materiais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Brasil.

Ítalo Rosário de Freitas - Doutorando em Biologia e Biotecnologia de Microrganismos pela Universidade Estadual de Santa Cruz

Itamar Victor de Lima Costa - Mestre em Desenvolvimento de Processos Ambientais pela Universidade Católica de Pernambuco

João Vitor Silva Almeida - Graduado em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins

José Bruno Martins Leão - Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela Instituição Toledo de Ensino

José Cláudio da Silva Júnior - Mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade de Pernambuco

José Leonardo Diniz de Melo Santos - Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

José Marciel Araújo Porcino - Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

José Neto de Oliveira Felipe - Doutorando em Ensino de Ciências Exatas - PPGECE - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, UNIVATES, Brasil.

Júlio Panzera Gonçalves - Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Minas Gerais

Luan Brenner da Costa - Editor Independente - Graduado em Enfermagem pela Fundação Herminio Ometto

Lucas Matheus Araujo Bicalho - Mestrando em Historia pela Universidade Estadual de Montes Claros, UNIMONTES, Brasil.

Lucas Pereira Gandra - Doutor em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Luciano Victor da Silva Santos - Mestrando em Hotelaria e Turismo pela Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.

Luís Paulo Souza e Souza - Doutor em Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Luzia Eleonora Rohr Balaj - Doutoranda em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Magno Fernando Almeida Nazaré - Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Maickon Willian de Freitas - Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Maikon Luiz Mirkoski - Mestre Profissional em Matemática em Rede Nacional pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Mailson Moreira dos Santos Gama - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Marcela da Silva Melo - Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará

Marcos Scarpioni - Doutorando em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Marilha da Silva Bastos - Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

Mario Marcos Lopes - Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos

Mateus Henrique Dias Guimarães - Mestre em Enfermagem na Atenção Primária à Saúde pela Universidade do Estado de Santa Catarina

Mirna Liz da Cruz - Editora Independente - Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Goiás

Newton Ataíde Meira - Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros

Osorio Vieira Borges Junior - Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais

Pedro Carlos Refkalefsky Loureiro - Doutorando em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

Plinio da Silva Andrade - Mestrando em Ciências da Educação pela Universidade Leonardo Da Vinci

Priscila da Silva de Souza Bertotti - Editora Independente - Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário UniOpet

Rafael José Kraisch - Doutorando em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina

Rita de Cássia de Almeida Rezende - Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília



Rodrigo de Souza Pain - Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rodrigo Oliveira Miranda - Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza

Rogério de Melo Grillo - Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas

Ryan Dutra Rodrigues - Editor Independente - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

Salatiel Elias de Oliveira - Doutor em Apostilamento de Reconhecimento de Título pela Universidade do Oeste Paulista

Sebastião Lacerda de Lima Filho - Doutorando em Medicina Translacional pela Universidade Federal do Ceará

Silvio de Almeida Junior - Doutor em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Swelen Freitas Gabarron Peralta - Doutoranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná

Talita Benedcta Santos Künast - Doutoranda em Biodiversidade e Biotecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso

Tályta Carine da Silva Saraiva - Mestra em Agronomia pela Universidade Federal do Piauí

Thiago Giordano de Souza Siqueira - Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Thiago Silva Prado - Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

Valquíria Velasco - Doutora em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

Victor José Gumba Quibutamene - Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.

Vinicius Valim Pereira - Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil.

Wilson Moura - Doutor em Psicologia pela Christian Business School

Yohans de Oliveira Esteves - Doutor em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História em movimento [livro eletrônico] :
gênero, identidade, memória e transformações
históricas / [organizadores Lucas Matheus Araújo
Bicalho...[et al.]. -- 1. ed. -- Curitiba, PR :
Aurum Editora, 2026.
PDF

Vários autores.
Outros organizadores: Stefany Reis Marquioli,
Fernando de Souza Alves, Guilherme Carvalho
Vieira, Ioli Ferreira Santiago.
Bibliografia.
ISBN 978-65-83849-69-4

1. Ciências sociais 2. Gênero e sexualidade
3. História - Aspectos sociais 4. Identidade
5. Poder (Ciência sociais) 6. Resistência
I. Bicalho, Lucas Matheus Araújo. II. Marquioli,
Stefany Reis. III. Alves, Luís Fernando de Souza.
IV. Vieira, Guilherme Carvalho. V. Santiago,
Ioli Ferreira.

26-338584.0

CDD-300

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais 300

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DOI: 10.63330/livroautoral382026-

Aurum Editora Ltda
CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná



ORGANIZADORES

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História Social (2025) e licenciado em História (2023) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Especialista em Educação, Gênero e Sexualidade e em História do Brasil República pela Faculdade Alcance, é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Unimontes. Membro do Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEF), vinculado ao Departamento de Educação Física e Desporto (DEFD) e ao PPGH, integra também o Centro de Memória do Esporte (CEMESP), ambos associados à Unimontes. Desenvolve pesquisas sobre imprensa brasileira, com ênfase em mídia, comunicação, notícias populares, leitura de imagens e representações visuais.

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8327-6689>

Stefany Reis Marquioli

Mestra em História Social (2024) pela Universidade Estadual de Montes Claros e licenciada em História (2021) pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Pós-graduada em Educação Inclusiva e Especial (2025) pela Faculdade Venda Nova do Imigrante, desenvolve pesquisas no campo da história das mulheres e das relações de gênero. Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

E-mail: stefanymarquioli@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837081022903429>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7416-6870>

Luís Fernando de Souza Alves

Mestre em Sociedade, Ambiente e Território (2024) pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais pela Universidade de Jaén e pela Universidade Internacional de Andaluzia, e mestre em Teologia (2020) pelo Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper. Especialista em Ciências da Religião (2025) e em Orientação Educacional e Supervisão Escolar (2025) pela Faculdade Alcance, possui especialização em Pregação e Aconselhamento (2014) e em Teologia Bíblica (2013) pelo Seminário Presbiteriano de Brasília. É bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de Brasília (2018) e pelo Seminário Presbiteriano de Brasília (2011), licenciado em História (2022) e estudante de Letras – Inglês pela Universidade Estadual de Montes Claros. Instituição: Universidade de Jaén (UJA).

E-mail: luisf3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6961912446654898>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8116-3922>

Guilherme Carvalho Vieira

Doutorando em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História Social (2024) e licenciado em Educação Física (2021) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

E-mail: guilherme.carvalho.unimontes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6002574093789093>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7949-4530>



Ioli Ferreira Santiago

Mestra em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e licenciada em História (2021) pela Universidade do Estado de Minas Gerais. Instituição: Universidade Federal de Viçosa (UFV).

E-mail: iolimfs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8291716886697192>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5269-8612>



AUTORES

Ana Paula Oliveira Lopes
André Luiz Mendes Athayde
Derliane de Oliveira Medeiros
Édipo Alves Lacerda
Ester Liberato Pereira
Fabíola Fumian Duarte
Fábyo Hennrique Rabelo Feitosa
Filomena Luciene Cordeiro Reis
George Saymon Silva de Freitas
Guilherme Carvalho Vieira
Henrique Augusto Reis Prudêncio
Henrique Petrucci Marques
Igor Fernando de Queiroz Souto
Ioli Ferreira Santiago
Jéssica Fagundes Sales
José Marcos Nascimento Pontes
Lílian Soares Silva
Lucas Matheus Araújo Bicalho
Luciano Evangelista dos Santos Filho
Luís Fernando de Souza Alves
Maria Isadora Fernandes Barros
Maria Vitória Martins Mendes
Mariana Ruas Fernandes
Mauricio Alves de Souza Pereira
Paula Poliana Campos
Sarah Carine Gomes Aragão
Sarha Dias Hottes
Stefany Reis Marquioli
Suelen Naiara da Silva Rodrigues
Vitória Dreide Xavier Araújo Silva



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
-------------------	----

CAPÍTULO 1 - ENTRE RAINHAS, ASSASSINAS E “LOUCAS”: AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES QUE MATAM EM *GAME OF THRONES*

Lucas Matheus Araújo Bicalho.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-001>

.....15-29

CAPÍTULO 2 - “GAROTA CALADINHA ELE ADORA”: DISCURSOS DE DOCILIDADE FEMININA EM *POBRES CORAÇÕES INFELIZES EM A PEQUENA SEREIA* (1989)

Lucas Matheus Araújo Bicalho, Vitória Dreide Xavier Araújo Silva, Luís Fernando de Souza Alves, Ioli Ferreira Santiago e Guilherme Carvalho Vieira.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-002>

.....30-41

CAPÍTULO 3 - PEDAGOGIA DA MONSTRUOSIDADE: CORPO, GÊNERO E PUNIÇÃO FEMININA EM *A PEQUENA SEREIA* (1989)

Paula Poliana Campos e Igor Fernando de Queiroz Souto.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-003>

.....42-54

CAPÍTULO 4 – GÊNERO, MEMÓRIA E DITADURA: A NARRATIVA DE MARIA DA GLÓRIA AMORIM VIANA RIBEIRO NO PÓS-GOLPE DE 1964

Ioli Ferreira Santiago, Stefany Reis Marquioli, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Sarha Dias Hottes e Luís Fernando de Souza Alves.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-004>

.....55-67

CAPÍTULO 5 – ENTRE ÁGUA E MEMÓRIAS: TRABALHO FEMININO, SOCIABILIDADE E HISTÓRIA ORAL NO ROTARY CLUBE DE CARANGOLA (MG)

Derliane de Oliveira Medeiros.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-005>

.....68-85

CAPÍTULO 6 - OS NÚMEROS SOBRE FEMINICÍDIOS QUE O BRASIL INSISTE EM IGNORAR: FEMINICÍDIO, SILÊNCIOS INSTITUCIONAIS E A GESTÃO DESIGUAL DA MORTE FEMININA

Lucas Matheus Araújo Bicalho, Maria Isadora Fernandes Barros, Ana Paula Oliveira Lopes, Lilian Soares Silva, Rodrigo Arêas Amorim e Sarah Carine Gomes Aragão

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-006>

.....86-98

CAPÍTULO 7 - INDÚSTRIA DO AUTOCUIDADO E MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE ALIMENTAR: A TRANSFORMAÇÃO DO COMER EM DEVER MORAL E DO CORPO COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE DA SUBJETIVIDADE

Igor Fernando de Queiroz Souto, Luciano Evangelista dos Santos Filho e Paula Poliana Campos.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-007>

.....99-114



CAPÍTULO 8 – INTERSECÇÕES ENTRE CULTURA NACIONAL E CENTRALIDADE DO TRABALHO: PROPOSIÇÃO DE MODELO TEÓRICO

Maria Vitória Martins Mendes e André Luiz Mendes Athayde.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-008>

.....115-128

CAPÍTULO 9 – ADOÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DE SUAS MODALIDADES A BUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

Henrique Petrucci Marques.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-009>

.....129-140

CAPÍTULO 10 – O CAVALO E O IMPERADOR: BUCÉFALO E ALEXANDRE, O GRANDE

Luís Fernando de Souza Alves, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Guilherme Carvalho Vieira, Stefany Reis Marquioli, Ioli Ferreira Santiago e Ester Liberato Pereira.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-010>

.....141-150

CAPÍTULO 11 – O CÓDIGO JUSTINIANEU E AS RELAÇÕES DE PODER NO IMPÉRIO BIZANTINO: DIREITO, RELIGIÃO E CONTROLE SOCIAL

Fábyo Hennrique Rabelo Feitosa, George Saymon Silva de Freitas, Édipo Alves Lacerda, Henrique Augusto Reis Prudêncio e Suelen Naiara da Silva Rodrigues.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-011>

.....151-164

CAPÍTULO 12 – SOB O COMANDO DA BOLA: O FUTEBOL COMO FERRAMENTA DE PODER NA DITADURA PINOCHETISTA

Jéssica Fagundes Sales e Lucas Matheus Araújo Bicalho.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-012>

.....165-177

CAPÍTULO 13 – HISTÓRIA SOB CUSTÓDIA: ARQUIVOS JUDICIAIS, MEMÓRIA INSTITUCIONAL E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO HISTÓRICA

George Saymon Silva de Freitas, Fábyo Hennrique Rabelo Feitosa, Filomena Luciene Cordeiro Reis e Lucas Matheus Araújo Bicalho.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-013>

.....178-192

CAPÍTULO 14 – TECENDO IDENTIDADES: LITERATURA, MEMÓRIA E RETOMADA DA AUTONOMIA

Fabiola Fumian Duarte.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-014>

.....193-201



CAPÍTULO 15 – O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE SURDEZ

Luís Fernando de Souza Alves, Lucas Matheus Araújo Bicalho, Guilherme Carvalho Vieira e Stefany Reis Marquioli.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-015>

.....202-212

CAPÍTULO 16 – UM OLHAR MAIS ATUAL SOBRE *ABOPORU* DE TARSILA DO AMARAL

Lucas Matheus Araújo Bicalho, Vitória Dreide Xavier Araújo Silva, Mauricio Alves de Souza Pereira e José Marcos Nascimento Pontes.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-016>

.....213-221

CAPÍTULO 17 – ENTRE MEMÓRIA E CONHECIMENTO: O MUSEU NO ENSINO DE HISTÓRIA

Stefany Reis Marquioli, Ioli Ferreira Santiago, Luís Fernando de Souza Alves, Guilherme Carvalho Vieira, Mariana Ruas Fernandes e Ana Paula Oliveira Lopes.

  <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-017>

.....222-229



APRESENTAÇÃO

Há algo de profundamente enganoso na ideia de que a História ficou para trás. Como se fosse possível deixá-la repousando em algum século distante, encerrada em arquivos, datas e monumentos. Como se o passado fosse apenas um lugar de onde viemos, e não um lugar que continua, insistente, vivendo em nós.

No Brasil, talvez saibamos disso melhor do que gostaríamos. Aqui, as heranças não passam com facilidade. Elas se reinventam. Mudam de nome, trocam de roupa, ganham novos discursos, mas permanecem. A escravidão, o patriarcado, as violências coloniais, os apagamentos sistemáticos: tudo aquilo que parecia “superado” retorna como estrutura, como ausência, como desigualdade que se repete. O passado, afinal, não é um capítulo encerrado. Ele é uma presença incômoda.

É nesse terreno instável, disputado, atravessado por permanências e rupturas que se inscreve *História em Movimento: Gênero, Identidade, Memória e Transformações Históricas*. Esta coletânea parte de uma recusa fundamental: a recusa de pensar a História como narrativa única, neutra ou definitiva. Porque não há neutralidade quando se trata de lembrar. Não há inocência quando se trata de narrar.

Toda História é escolha. Toda memória é seleção. E toda seleção implica também um esquecimento.

O que escolhemos contar sobre nós mesmos? O que preferimos silenciar? Quem tem o privilégio de transformar experiência em registro, sofrimento em nota de rodapé, resistência em exceção? Quem permanece do lado de fora das versões oficiais, como se nunca tivesse existido?

Ao colocar gênero, identidade e memória no centro do debate, este livro desloca o olhar e desestabiliza certezas. Obriga-nos a perceber que os sujeitos históricos não são abstrações: são corpos situados, experiências concretas, vidas atravessadas por relações de poder, por afetos, por violências e por invenções de sobrevivência. A História, vista daqui, deixa de ser apenas a narrativa dos vencedores e passa a ser também o campo das vozes interrompidas, das presenças ocultadas, das resistências persistentes.

Falar em movimento, neste sentido, é admitir que as sociedades não caminham em linha reta. Há continuidades que atravessam séculos como sombras longas. Há rupturas que prometem mudança, mas deixam intactas estruturas antigas. O que realmente se transforma? O que permanece? Que marcas do passado insistem em reaparecer no presente, com uma familiaridade inquietante?

A memória, então, ocupa um lugar decisivo. Lembrar não é apenas recuperar fatos: é atribuir sentido. É organizar o mundo. É disputar projetos de futuro. A memória coletiva é sempre um campo político porque define pertencimentos, constrói identidades, legitima narrativas. Mas quem decide o que merece ser preservado? Quais histórias se tornam monumento? Quais são empurradas para o silêncio?

Ao reunir diferentes autoras e autores, *História em Movimento* não oferece respostas prontas, nem conclusões confortáveis. Oferece perguntas necessárias. Propõe um convite ao pensamento crítico, ao desconforto produtivo, à escuta atenta. Porque fazer História talvez seja isso: aceitar o risco da dúvida, reconhecer a instabilidade das narrativas e compreender que o passado não está atrás de nós.

Ele continua aqui.

Que estas páginas possam provocar, inquietar e abrir novas formas de olhar para o tempo, para o presente e para nós mesmos.

Desejamos a você uma excelente leitura!



As opiniões expressas nos capítulos são de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores e não refletem necessariamente as posições dos organizadores e da editora.

Lucas Matheus Araújo Bicalho
Stefany Reis Marquioli
Luís Fernando de Souza Alves
Guilherme Carvalho Vieira
Ioli Ferreira Santiago



CAPÍTULO 1

ENTRE RAINHAS, ASSASSINAS E “LOUCAS”: AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES QUE MATAM EM *GAME OF THRONES*

BETWEEN QUEENS, ASSASSINS, AND “MADWOMEN”: THE REPRESENTATIONS OF WOMEN WHO KILL IN *GAME OF THRONES*

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-001>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

RESUMO

Este artigo analisa a série *Game of Thrones* como uma produção audiovisual relevante para a História Cultural, entendendo-a como uma fonte capaz de revelar representações sociais sobre poder, violência e gênero no tempo presente. Ambientada em um passado imaginado inspirado em referências históricas, a narrativa da série atribui à violência um papel central na disputa e na legitimação do poder, destacando, de forma particular, personagens femininas que cometem assassinatos, o que tensiona concepções históricas que associam a feminilidade à passividade, ao cuidado e à exclusão dos espaços de decisão. O objetivo do estudo é compreender como a violência feminina é construída narrativamente na série e quais sentidos são atribuídos às mulheres que matam, buscando identificar se essas representações configuram rupturas nas hierarquias de gênero ou se, apesar de aparentes transgressões, reafirmam discursos históricos que limitam a ação feminina. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e em referenciais teóricos dos estudos de gênero e da história social das mulheres, permitindo uma análise crítica das relações de poder e das construções simbólicas presentes na obra. Conclui-se que, embora *Game of Thrones* apresente mulheres que exercem a violência e ocupam posições centrais na narrativa, suas ações tendem a ser explicadas pela exceção, pelo descontrole emocional ou pela ambiguidade moral, o que revela a permanência e a resignificação de imaginários históricos que continuam a regular a legitimidade do poder feminino na contemporaneidade.

Palavras-chave: Game of Thrones; Gênero; Mulheres violentas; Representações.

ABSTRACT

This article analyzes the *Game of Thrones* series as an audiovisual production relevant to cultural history, understanding it as a source capable of revealing social representations of power, violence, and gender in the present day. Set in an imagined past inspired by historical references, the series' narrative assigns

violence a central role in the dispute and legitimization of power, highlighting, in particular, female characters who commit murders, which challenges historical conceptions that associate femininity with passivity, care, and exclusion from decision-making spaces. The objective of the study is to understand how female violence is narratively constructed in the series and what meanings are attributed to women who kill, seeking to identify whether these representations constitute ruptures in gender hierarchies or whether, despite apparent transgressions, they reaffirm historical discourses that limit female action. Methodologically, this is a qualitative study based on a literature review and theoretical references from gender studies and women's social history, allowing for a critical analysis of the power relations and symbolic constructions present in the work. It is concluded that, although *Game of Thrones* presents women who exercise violence and occupy central positions in the narrative, their actions tend to be explained by exception, emotional uncontrollability, or moral ambiguity, which reveals the permanence and re-signification of historical imaginaries that continue to regulate the legitimacy of female power in contemporary times.

Keywords: Game of Thrones; Gender; Violent women; Representations.

1 INTRODUÇÃO

As produções audiovisuais contemporâneas têm se consolidado como fontes essenciais para a análise histórica, especialmente no campo da História Cultural, ao possibilitarem a investigação das formas pelas quais sociedades constroem, reelaboram e difundem representações sobre o passado. Assim, séries televisivas de ampla circulação, ao mobilizarem narrativas ambientadas em passados imaginados ou inspirados em referências históricas, articulam discursos que dialogam diretamente com questões sociais, políticas, culturais e sobre as questões de gênero no tempo presente. Nesse contexto, *Game of Thrones* (2011-2019), produção da *HBO* baseada na obra literária *As Crônicas de Gelo e Fogo*, de George Martin, destaca-se como um fenômeno cultural de grande alcance, cuja narrativa é estruturada a partir de disputas de poder, conflitos armados, relações de dominação e estratégias políticas, permitindo múltiplas leituras sobre temas como legitimidade, violência, gênero e exercício do poder.

A partir dessa ambientação, *Game of Thrones* constrói uma narrativa em que a violência ocupa papel central, funcionando como mecanismo de manutenção, disputa e legitimação do poder. Embora amplamente associada às figuras masculinas, a violência praticada por personagens femininas assume destaque ao longo da série, sobretudo quando essas mulheres cometem assassinatos (Pimentel, 2019). Tais representações tensionam construções históricas de gênero que tradicionalmente associam a feminilidade à passividade, ao cuidado e à exclusão dos espaços de decisão e de força. Ao matar, essas personagens rompem com expectativas normativas, mas, ao mesmo tempo, são frequentemente enquadradas pela

narrativa como exceções, estrategistas ocultas, vingadoras ou figuras moralmente ambíguas (Bicalho; Alves, 2025a).

Diante disso, este artigo propõe analisar a representação das mulheres que matam em *Game of Thrones*, considerando essas personagens como construções simbólicas que dialogam com imaginários históricos sobre a violência feminina. Parte-se do pressuposto de que a mulher violenta, ao longo da história ocidental, foi recorrentemente associada à desordem, à loucura ou à tirania, como evidenciam figuras como a rainha má, a bruxa ou a assassina traiçoeira. Nesse sentido, questiona-se de que forma a série mobiliza, reforça ou tensiona esses imaginários ao representar personagens como Daenerys Targaryen, Cersei Lannister e Olenna Tyrell, cujas formas de matar variam entre a violência direta, a vingança ritualizada e a estratégia política.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como *Game of Thrones* constrói narrativamente a violência feminina e quais significados são atribuídos aos assassinatos cometidos por mulheres no interior da trama. Para além disso, ainda, buscamos identificar se tais representações operam como formas de subversão das hierarquias de gênero ou se, apesar de aparentes rupturas, reproduzem discursos históricos que limitam e controlam a agência feminina. Logo, o problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender de que modo a série representa as mulheres que matam e quais concepções históricas sobre gênero, poder e violência são acionadas nessas representações?

Para o cumprimento dos objetivos propostos, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, fundamentada em referencial bibliográfico. O estudo apoia-se em aportes teóricos e metodológicos oriundos dos estudos de gênero e da história social das mulheres, os quais possibilitam uma análise crítica das relações sociais, das construções históricas e das dinâmicas de poder que atravessam as experiências femininas. Essa abordagem permite compreender os fenômenos investigados a partir de uma perspectiva contextualizada, considerando os processos históricos e sociais que moldam as desigualdades de gênero.

A relevância deste trabalho reside na articulação entre História, estudos de gênero e cultura audiovisual, contribuindo para a compreensão das séries televisivas como espaços de produção de sentidos históricos. Ao analisar *Game of Thrones* como um documento cultural do século XXI, o artigo amplia o campo das fontes históricas e oferece subsídios para refletir sobre a permanência e a resignificação de discursos históricos acerca do feminino, evidenciando como tais narrativas continuam a moldar percepções sobre mulheres, poder e legitimidade na contemporaneidade.

2 A SÉRIE TELEVISIVA COMO FONTE HISTÓRICA E CULTURAL

As séries televisivas contemporâneas podem ser compreendidas como fontes históricas e culturais privilegiadas na medida em que participam ativamente da produção e difusão de representações sociais

sobre o mundo e sobre o passado. No campo da História Cultural, a noção de representação torna-se fundamental para a análise dessas produções audiovisuais, uma vez que elas que refletem a realidade social e contribuem para organizá-la simbolicamente. Conforme define Denise Jodelet (2001), as representações sociais constituem formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, que permitem aos/as indivíduos/as interpretar a realidade, orientar comportamentos e comunicar sentidos no interior de um grupo social (Jodelet, 2001). Nesse sentido, o cinema, enquanto produtos da cultura de massa, desempenham papel central na construção de visões compartilhadas sobre determinados períodos históricos, valores morais, relações de poder e formas de organização social.

Ao mobilizarem narrativas ambientadas em passados imaginados ou inspirados em referências históricas, essas produções audiovisuais articulam elementos simbólicos que tornam o passado inteligível ao público contemporâneo (Bicalho *et. al*, 2023). As representações sociais veiculadas pelas séries não se limitam à dimensão estética ou narrativa, mas operam como sistemas interpretativos que estruturam a memória coletiva e influenciam as formas de compreensão do passado. Assim, consoante à Jodelet (2001), as representações são indissociáveis das práticas sociais, pois orientam modos de agir, sentir e julgar. Assim, as imagens e narrativas construídas pelas séries televisivas sobre períodos como a Idade Média não apenas informam, mas moldam percepções sociais amplamente compartilhadas, muitas vezes naturalizando estereótipos e simplificações históricas.

Nesse contexto, a cultura pop assume papel decisivo na circulação dessas representações, ampliando seu alcance e impacto social. Assim, as séries televisivas, ao atingirem públicos diversos e massivos, transformam-se em espaços privilegiados de produção de sentidos, nos quais se articulam memória, imaginação e discurso histórico. Peter Burke contribui para essa reflexão ao enfatizar que as imagens possuem forte poder de persuasão e desempenham função ativa na construção dos imaginários históricos, sendo fundamentais para a compreensão da cultura visual contemporânea (Burke, 2004). No entanto, é a partir do conceito de representações sociais que se torna possível compreender como essas imagens são apropriadas, compartilhadas e incorporadas ao senso comum histórico.

A partir disso, *Game of Thrones*, enquanto fenômeno cultural de grande alcance, constitui um exemplo emblemático desse processo. Ao construir um universo ficcional inspirado em referências medievais, a série mobiliza um conjunto de representações sociais amplamente reconhecíveis pelo público contemporâneo, tais como a centralidade da violência, as disputas incessantes pelo poder, a rigidez das hierarquias sociais e a associação entre autoridade política e força militar. Logo, essas representações não se configuram como reconstruções históricas da Idade Média, mas como imagens socialmente partilhadas que integram o senso comum histórico, funcionando como esquemas interpretativos que tornam o passado inteligível e significativo para o espectador atual, conforme propõe Jodelet (2001).

Nesta perspectiva, *Game of Thrones* pode ser analisada como um documento do tempo presente, uma vez que as representações sociais que articula dialogam diretamente com questões contemporâneas, como a crise das instituições políticas, a legitimidade do poder, as relações de gênero e os mecanismos de dominação e resistência. Marc Ferro (1992) ressalta que o audiovisual revela, de forma explícita ou latente, as ideologias e tensões da sociedade que o produz, permitindo ao historiador identificar os conflitos e valores inscritos nas narrativas ficcionais. Assim, embora ambientada em um passado imaginado, a série expressa preocupações e debates próprios do século XXI, projetados sobre uma Idade Média simbólica.

A força dessas representações é potencializada pelo caráter imagético da narrativa audiovisual. Peter Burke (2004, 2008) destaca que as imagens desempenham papel fundamental na construção da história cultural, pois não apenas ilustram, mas produzem sentidos e moldam percepções sociais sobre o passado. Em *Game of Thrones*, a recorrência de imagens de castelos, batalhas, rituais religiosos e punições públicas contribui para a consolidação de um imaginário medieval marcado pela violência e pela instabilidade política, reforçando representações sociais amplamente difundidas na cultura contemporânea. Essas imagens, ao serem reiteradas ao longo da série, adquirem caráter de evidência simbólica, naturalizando determinadas leituras históricas.

Além disso, o historiador Michel de Certeau (1982) argumenta que toda narrativa histórica implica uma operação discursiva que seleciona, organiza e atribui sentidos ao passado. Logo, na série, essa operação manifesta-se na escolha de conflitos, personagens e estruturas narrativas que enfatizam a luta pelo poder como motor da história, produzindo uma representação do passado que privilegia o conflito e a dominação. Tal construção narrativa reforça representações sociais que associam a Idade Média à barbárie, à instabilidade e à violência, ao mesmo tempo em que permite discutir, de forma indireta, dilemas políticos e sociais contemporâneos.

Dessa forma, ao articular o conceito de representações sociais de Denise Jodelet (2001) com as contribuições de Ferro (1992), Burke (2004, 2008) e Certeau (1982), torna-se possível compreender *Game of Thrones* como uma fonte histórica e cultural importante para a análise das formas pelas quais a sociedade contemporânea constrói, compartilha e naturaliza imaginários históricos. Com isso, a série representa um passado fictício e, mesmo tempo, participa ativamente da produção de sentidos sobre o passado, revelando os valores, medos e expectativas do presente que a produziu e consumiu.

3 A VIOLÊNCIA FEMININA COMO TRANSGRESSÃO DE GÊNERO

A associação histórica entre feminilidade e não-violência não pode ser compreendida como um dado natural ou essencial, mas como efeito de regimes de saber-poder que, ao longo da modernidade, produziram discursos normativos sobre os corpos e condutas femininas. Diante disso, Michel Foucault em *Vigiar e Punir* (2014), o poder moderno não se estrutura apenas pela repressão, mas pela produção de sujeitos, por

meio de dispositivos disciplinares e normalizadores que definem o que é aceitável, desviante ou monstruoso. Nesse processo, a mulher foi historicamente constituída como um sujeito moralizado, vinculado à domesticidade, à passividade e ao cuidado, sendo simbolicamente afastada do exercício da violência, sobretudo da violência considerada legítima ou racional (Soihet, 1997; Priore, 2022). Assim, quando mulheres protagonizam crimes violentos, sua ação não é lida apenas como infração à lei penal, mas como transgressão a uma ordem discursiva de gênero, o que produz um efeito de estranhamento e intensifica sua espetacularização (Bicalho, 2025a). Tal lógica, manifesta-se de forma particularmente aguda na cobertura midiática, que recorre a narrativas morais e afetivas para reinscrever essas mulheres no campo da anormalidade, reafirmando normas de gênero ao mesmo tempo em que as apresenta como exceções perturbadoras.

A história social das mulheres evidencia que aquelas que matam emergem nos arquivos judiciais não como sujeitos ordinários do crime, mas como exceções escandalosas que rompem com expectativas normativas de gênero. À vista disso, Lucas Bicalho (2025b) esclarece que o silêncio histórico em torno das mulheres não deve ser interpretado como ausência de ação, mas como resultado de mecanismos de controle sobre sua visibilidade e inteligibilidade social. Nesse sentido, quando mulheres figuram como autoras de homicídio, seus atos tendem a ser inscritos em narrativas que os deslocam do campo das determinações sociais e políticas para o domínio da moralização ou da patologização, enfatizando desvios de caráter, afetividade excessiva ou perturbações psíquicas (Bicalho, 2025). Tal operação discursiva, recorrente nos registros judiciais e midiáticos, evidencia o funcionamento daquilo que Foucault (2014) conceitua como uma tecnologia de poder que individualiza o crime, isola o sujeito de suas condições históricas e neutraliza o potencial crítico que essas práticas poderiam exercer sobre a ordem social e as hierarquias de gênero que a sustentam.

A historiadora feminista Joan Scott (2019), ao definir o gênero como uma categoria útil de análise histórica, não o concebe como mero atributo identitário, mas como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e, simultaneamente, como uma forma primária de significar relações de poder. A partir disso, formulação oferece um instrumental decisivo para compreender por que a violência praticada por mulheres é historicamente problematizada e interpretada como anomalia ou sobrenatural (Bicalho, 2025b).

Aqui, o gênero se configura como um sistema simbólico que organiza sentidos, distribui posições sociais e naturaliza hierarquias, associando a masculinidade à ação, à racionalidade e ao uso legítimo da força, enquanto inscreve a feminilidade nos registros da contenção, do cuidado e da passividade. Nesse enquadramento, a mulher que mata não transgride apenas a norma jurídico-penal, mas desestabiliza um regime de significação que sustenta a inteligibilidade social dos corpos e das condutas. Por essa razão, sua violência tende a ser historicamente lida como desvio moral ou patológico, e não como prática social situada

e inteligível, em contraste com a violência masculina, frequentemente normalizada ou racionalizada a partir de matrizes políticas, sociais ou econômicas (Maia; Vieira, 2009; Bicalho; Alves, 2025b).

A historiografia da criminalidade feminina evidencia que o julgamento das mulheres homicidas operou historicamente sob uma dupla normatividade, simultaneamente jurídica e de gênero. Sob tal égide, Arlette Farge (1989), em suas análises dos arquivos judiciais franceses dos séculos XVII e XVIII, no contexto do Antigo Regime, as mulheres que matavam eram interpretadas não apenas a partir do ato criminoso em si, mas sobretudo à luz de expectativas morais relacionadas à obediência, à sexualidade e à conduta doméstica, de modo que a infração penal se confundia com a transgressão de um ideal feminino. Lucia Zedner (1991), por sua vez, evidencia que, no âmbito da modernidade penal, o sistema de justiça passou a mobilizar discursos psicológicos, morais e sociais que produzem uma leitura generificada do crime, na qual a mulher delinquente é construída como duplamente desviada: da lei e de seu papel social.

A partir disso, a dinâmica articula-se diretamente ao diagnóstico foucaultiano sobre a passagem de uma justiça centrada no ato para uma justiça centrada no sujeito, na qual a punição se desloca para a investigação da interioridade, da moralidade e dos modos de vida (Almeida, 2000). Assim, os corpos e comportamentos femininos tornam-se alvos privilegiados de vigilância, correção e normalização, reforçando hierarquias de gênero sob a aparência de neutralidade jurídica.

Na contemporaneidade, embora os sistemas penais se apresentem como formalmente neutros em relação ao gênero, pesquisas recentes indicam a persistência de mecanismos discursivos que continuam a produzir a violência feminina como exceção e escândalo. Assim, historiadores como Bicalho (2025b) demonstra que a criminologia e a mídia ainda operam a partir de matrizes morais que enquadram mulheres que matam como sujeitos falhos, emocionalmente desregulados ou vítimas de desvio individual, obscurecendo os contextos estruturais de desigualdade, violência de gênero e relações de poder em que esses crimes se inscrevem. Em consonância com a analítica foucaultiana, tais enquadramentos revelam a continuidade de tecnologias de poder que individualizam a infração, produzem narrativas psicológicas e reforçam normas de gênero sob a lógica da gestão dos riscos e da segurança. Assim, mesmo em um cenário marcado pela expansão dos discursos dos direitos humanos e da igualdade formal, a violência praticada por mulheres permanece atravessada por regimes de verdade que limitam sua inteligibilidade como prática social e reiteram a associação entre feminilidade, passividade e não violência (Bicalho; Reis, 2024).

A articulação entre Michel Foucault (1979, 2001, 2014) e Judith Butler (2019) permite compreender de modo mais preciso como a violência é produzida como prática inserida no interior das sociedades modernas. Enquanto Foucault (1979, 2001, 2014) evidencia que o poder flui por meio de dispositivos disciplinares e normalizadores que produzem sujeitos e definem os limites do aceitável, Butler (2019) demonstra que essas normas se materializam por meio da performatividade de gênero, isto é, pela repetição regulada de atos que tornam certos corpos inteligíveis e outros abjetos. Nesse entrecruzamento, a violência

masculina se estabiliza como prática social legítima porque é reiteradamente performada em instituições como o Estado, a guerra e o sistema penal, ao passo que a violência feminina aparece como ruptura dessa matriz normativa.

Nesse sentido, a mulher que mata não apenas infringe a lei, mas falha em reiterar a performance esperada da feminilidade, expondo o caráter histórico e contingente das normas que associam autoridade e força à masculinidade (Bicalho, 2025c). Logo, é justamente essa falha performativa que aciona mecanismos disciplinares e narrativas de contenção, por meio das quais o poder busca reinscrever o corpo feminino no campo da normalidade, neutralizando o potencial desestabilizador que sua violência representa para a ordem de gênero.

Em *Game of Thrones*, a distribuição da violência evidencia a persistência de regimes discursivos que normalizam o uso legítimo da força. A violência masculina é apresentada como estrutural, ordinária e racional, inscrita nos domínios da guerra e da política, enquanto a violência feminina surge como exceção que demanda enquadramentos explicativos específicos. Personagens como Cersei Lannister, Daenerys Targaryen e Arya Stark têm suas ações violentas reiteradamente vinculadas ao excesso emocional, ao trauma ou à ruptura da racionalidade, ao passo que Olenna Tyrell figura como uma exceção controlada: sua violência é estratégica e politicamente orientada, mas narrativamente atenuada por marcadores como a velhice e a proteção familiar.

À luz da teoria da performatividade de Judith Butler (2019), essas representações revelam diferentes modalidades de falha performativa¹, nas quais a violência feminina rompe com a inteligibilidade normativa do gênero, mas é progressivamente neutralizada por mecanismos narrativos que reinscrevem essas personagens em papéis socialmente reconhecíveis. Em consonância com a analítica foucaultiana, a série evidencia como a violência feminina, mesmo quando eficaz e racional, só se torna tolerável quando disciplinada e circunscrita, reafirmando regimes de verdade que naturalizam a violência masculina e preservam a ordem simbólica do poder. Assim, a série reproduz, em um universo ficcional, padrões históricos identificados pela história social da criminalidade feminina, em que a violência masculina permanece legitimada, estrutural e cotidiana, enquanto a violência feminina é marcada pela excepcionalidade, pela necessidade de explicação e pelo controle discursivo, reafirmando, mesmo no imaginário, a persistência de regimes de verdade que sustentam a hierarquia de gênero.

¹ Uma falha performativa ocorre quando alguém não consegue reproduzir ou subverte essas normas de gênero, tornando visível que o gênero é construído e regulado socialmente, e não natural. Essa falha não é só um erro individual, mas um momento de tensão social, porque expõe os limites das expectativas normativas.

4 MODOS DE MATAR: CORPO, ESTRATÉGIA E LEGITIMIDADE

Em *Game of Thrones*, a violência feminina não se apresenta como desvio episódico, mas como prática social situada, atravessada por gênero, poder e legitimidade. Longe de uma representação homogênea, a série constrói diferentes formas de exercer a violência por meio de personagens como Cersei Lannister, Daenerys Targaryen e Olenna Tyrell, cujas ações revelam estratégias distintas de dominação, ora inscritas no corpo, ora mediadas por símbolos, alianças e intrigas palacianas. Tal diversidade narrativa dialoga com a historiografia das mulheres, que há décadas demonstram como a experiência feminina da violência foi historicamente constrangida. Conforme indicam Almeida (2000), Federici (2017), e Bicalho (2025b), às mulheres foi reiteradamente negada a legitimidade da força física direta, sendo-lhes atribuídas formas de violência consideradas “menores”, indiretas ou dissimuladas, conspirações, envenenamentos, manipulações, em contraste com a violência masculina, naturalizada como expressão legítima do poder. Assim, a série, ao tensionar essas fronteiras, atualiza no imaginário contemporâneo debates antigos sobre gênero, autoridade e morte.

Cersei Lannister encarna uma forma de violência direta e corporal, manifestada em combates, ameaças físicas e execuções de grande impacto simbólico, como a explosão do Septo de Baelor. Nesse sentido, a série constrói sua ação não apenas como transgressão da ordem jurídica, mas também como ruptura de uma ordem de gênero historicamente consolidada, que associou a força, a guerra e o exercício legítimo da violência ao masculino. Segundo Bicalho (2025b), quando mulheres recorrem à violência direta, não só infringem normas legais, como também desafiam expectativas morais e culturais que regulam a feminilidade, razão pela qual seus atos tendem a ser interpretadas como “excessivas”, “irracionais” ou “loucas”. Assim, a condenação da violência feminina não decorre exclusivamente de seus efeitos materiais, mas da ameaça simbólica que representa à hierarquia de gênero. Consequentemente, esse modelo se reproduz na narrativa de *Game of Thrones*, uma vez que a força física de Cersei e sua disposição para o confronto direto produzem temor, como também a isolam politicamente, reforçando sua construção como figura socialmente condenável dentro do universo da série.

Por sua vez, Daenerys Targaryen é progressivamente construída pela narrativa como a figura da “rainha louca”, não apesar de, mas em razão de seu exercício soberano da violência. Embora suas ações sejam sustentadas por cálculo estratégico e racionalidade militar, como nos ataques com dragões a Porto Real, a série desloca sua violência do campo da guerra legítima para o da loucura e do descontrole. Nesse processo, corpo, poder e instrumento letal se fundem, pois os dragões são compreendidos como extensões de sua autoridade política, ao instante em que passam a simbolizar a ameaça de um poder feminino sem mediações. Segundo Bicalho (2025b), a violência praticada por mulheres em posições de comando tende a ser criminalizada ou psicologizada, uma vez que rompe com discursos patriarcais sobre a suposta natureza feminina, associada à figura da boa mãe, da esposa dedicada e da “rainha do lar” (porém sem trono).

Tal leitura dialoga diretamente com Federici (2017), para quem a história do poder feminino é marcada por processos recorrentes de demonização, nos quais mulheres que exercem autoridade de forma autônoma são enquadradas como perigosas, instáveis ou monstruosas. Assim, a transformação de Daenerys em “rainha louca” não se estrutura como recurso narrativo, mas como mecanismo simbólico de deslegitimação, ao ponto que a violência masculina permanece inteligível como expressão de soberania, a violência feminina, mesmo quando eficaz, é reinterpretada como excesso, loucura e ameaça à ordem social (Bicalho *et al.*, 2025).

Outro caso é o de Olenna Tyrell que pratica a violência indireta e estratégica, ao recorrer à conspiração e ao envenenamento para alcançar seus objetivos políticos. Foi ela a responsável pela morte do rei Joffrey Baratheon, envenenado durante o banquete de seu casamento com Margaery Tyrell, quando Olenna, de forma quase imperceptível, retira o veneno da gargantilha de Sansa Stark e o deposita na taça de vinho do rei. Diferentemente de Cersei Lannister e Daenerys Targaryen, sua ação preserva o corpo físico e evita a exposição pública do gesto violento, operando no registro da astúcia, do segredo e da manipulação política. Não por acaso, a autoria do crime permanece oculta por longo tempo, e Tyrion Lannister é inicialmente considerado o assassino, em razão de sua posição política vulnerável e do conflito público que mantinha com Joffrey. Diante disso, Almeida (2000) explica que a violência feminina, em diversos contextos históricos, manifestou-se frequentemente por meios indiretos, tanto pela exclusão das mulheres dos espaços de poder físico quanto pela eficácia simbólica do anonimato e da dissimulação. Na narrativa, a dificuldade em reconhecer Olenna como autora do assassinato reforça a legitimidade simbólica de sua violência: seu gesto é percebido como necessário, sagaz e politicamente eficaz, produzindo uma avaliação moral menos condenatória por parte do público e dos demais personagens. Assim, a série evidencia como a invisibilidade do ato violento, quando articulada às normas de gênero, contribui para naturalizar determinadas formas de matar praticadas por mulheres.

Nesse sentido, a distinção entre violência direta e indireta evidencia que o corpo feminino permanece um espaço intensamente regulado e controlado, tanto social quanto narrativamente. Enquanto Cersei Lannister mobiliza o próprio corpo como instrumento de força e coerção, Daenerys Targaryen amplia sua ação para uma escala de assassinato em massa, envolvendo criaturas míticas para conquistar o reino; já Olenna Tyrell mantém distância do confronto físico, atuando a partir do anonimato e da mediação estratégica. Essas diferenças, longe de serem estilísticas, reproduzem padrões históricos analisados por Federici (2017), segundo os quais o corpo feminino é objeto de permanente disciplina e controle, e sua exposição à violência física direta é culturalmente percebida como problemática, excessiva ou ameaçadora. Assim, a série reafirma que as formas pelas quais as mulheres exercem a violência estão profundamente condicionadas por regimes históricos de gênero que delimitam o que pode ou não ser reconhecido como legítimo.

A legitimidade do assassinato, tal como construída pela narrativa, varia segundo as formas de exercício da violência. No caso de Cersei Lannister, a violência direta tende a ser associada à vingança e à instabilidade; em Daenerys Targaryen, o recurso à força, ainda que eficaz no plano militar, é progressivamente inscrito em um registro de ambiguidade moral; já em Olenna Tyrell, a violência mediada por estratégias indiretas é apresentada como expressão de cálculo político e domínio das relações cortesãs. Essa diferenciação remete ao que Carlen (1983) identifica como a dupla normatividade aplicada às mulheres que transgridem a ordem penal: seus atos são avaliados não apenas à luz do crime cometido, mas também segundo sua adequação, ou ruptura, às expectativas sociais e de gênero historicamente atribuídas ao feminino. Assim, a narrativa evidencia que a aceitação ou a condenação da violência feminina está profundamente vinculada aos limites simbólicos impostos à presença das mulheres no exercício do poder.

5 PUNIÇÃO, LOUCURA E SILENCIAMENTO DAS MULHERES QUE MATAM

A representação de mulheres que matam em narrativas audiovisuais costuma ser apresentada como um gesto de ruptura em relação às normas tradicionais de gênero. No entanto, essa transgressão raramente se sustenta como forma legítima de agência política ou de exercício duradouro do poder. Em vez disso, observa-se a recorrência de dispositivos simbólicos que atuam para neutralizar a ameaça representada por essas personagens, enquadrando suas ações como desvios individuais, patologias ou exceções monstruosas. Dito isso, essa narrativa não é contingente, mas se ancora em uma longa história de punição da mulher transgressora, conforme analisa Silvia Federici (2004). Para a autora, o patriarcado moderno se consolidou por meio da domesticação dos corpos femininos, vinculando as mulheres aos papéis de esposas, mães e responsáveis pela vida do lar, ao mesmo tempo em que criminalizou qualquer forma de comportamento que escapasse a essas funções. Nesse contexto, a violência feminina não é reconhecida como ação política ou resposta a estruturas de opressão, mas como ameaça à ordem social, sendo sistematicamente associada à irracionalidade, ao descontrole e à loucura.

A análise das personagens femininas que cometem assassinato e transgridem as normas do patriarcado revela que, embora essas figuras sejam inicialmente apresentadas como disruptivas, sua autonomia raramente é sustentada de maneira plena ao longo da narrativa. Quando tais personagens rompem com os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, como esposas, mães, cuidadoras e figuras passivas, elas desafiam expectativas de gênero e ameaçam a própria estrutura simbólica que sustenta a ordem patriarcal. Nesse sentido, a violência feminina adquire um potencial profundamente político, pois evidencia a recusa da submissão e da docilidade historicamente impostas às mulheres. Logo, conforme afirma Bicalho (2025b), mulheres que desafiam a suposta natureza feminina sempre foram alvos de mecanismos punitivos que visam conter sua autonomia e reafirmar os limites da feminilidade aceitável.

Nas personagens analisadas, observa-se que a transgressão das normas patriarcais não se limita ao ato de matar, mas envolve também a recusa da maternidade compulsória, a negação da centralidade do casamento, a ocupação de espaços de poder e a adoção de comportamentos historicamente associados ao masculino, como a racionalidade estratégica e o uso instrumental da violência. Todavia, quanto mais essas personagens se afastam da feminilidade normativa, mais intensamente a narrativa aciona dispositivos de deslegitimação. Seus atos violentos deixam de ser compreendidos como decisões conscientes ou estratégias de sobrevivência e passam a ser explicados por meio de discursos que evocam o excesso emocional, o trauma ou a instabilidade psíquica, reinscrevendo-as no campo da irracionalidade.

A associação entre essas personagens e a loucura mostra um mecanismo clássico de controle dos corpos femininos. À vista disso, Michel Foucault (1961), ao analisar a constituição histórica da loucura, demonstra que essa categoria funciona como forma de exclusão social, produzindo sujeitos cuja fala e ação não podem ser reconhecidas como legítimas. Assim, quando as mulheres transgridem, são classificadas pelos discursos patriarcais como “loucas”, “histéricas” ou “demoníacas”, sua violência é retirada do campo político e deslocada para o campo do desvio. Logo, a loucura, não aparece como uma doença, mas como ferramenta discursiva que impede que essas personagens sejam reconhecidas como agentes racionais, capazes de decisão e responsabilidade.

Nesse sentido, Judith Butler (1993) contribui para compreender por que essas personagens se tornam tão ameaçadoras. A autora argumenta que os corpos só se tornam inteligíveis dentro de normas regulatórias de gênero. As personagens femininas que matam rompem com a matriz normativa que associa o feminino à passividade, ao cuidado e à preservação da vida, tornando-se corpos que escapam ao reconhecimento social. Essa ruptura produz “ameaça” a ordem, isso porque suas existências passam a ser tratadas como excessivas, perigosas ou ilegítimas. Assim, sua punição narrativa pela loucura, pela demonização ou pela eliminação funciona como forma de reinscrição dessas normas, delimitando quais corpos podem exercer poder sem serem sancionados.

A análise dessas personagens evidencia, portanto, uma contradição central das narrativas contemporâneas. Embora apresentem mulheres que transgridem o patriarcado por meio da violência, essas narrativas frequentemente recuam diante das implicações políticas dessa transgressão. A mulher que mata pode existir como figura excepcional, mas não como sujeito plenamente legitimado. Isso pois sua trajetória tende a ser encerrada por mecanismos que reafirmam a associação entre feminilidade e contenção, enquanto a violência legítima permanece majoritariamente associada ao masculino. Dessa forma, as narrativas analisadas revelam não apenas os limites da agência feminina, mas também a persistência de discursos patriarcais que continuam a regular quais formas de poder são toleráveis quando exercidas por mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das análises desenvolvidas, este estudo demonstrou que *Game of Thrones* constrói a violência feminina a partir de regimes discursivos profundamente marcados por hierarquias de gênero historicamente consolidadas. Embora a série apresente mulheres que matam e ocupam posições centrais no exercício do poder, tais personagens raramente são reconhecidas como agentes plenamente legítimas. A violência praticada por elas, longe de ser naturalizada como prática política ou militar, é reiteradamente enquadrada como exceção, excesso ou desvio, acionando imaginários históricos que associam a mulher violenta à desordem, à tirania ou à loucura. Assim, a narrativa ficcional, ainda que situada em um passado imaginado, mobiliza concepções simbólicas profundamente enraizadas na cultura ocidental.

A análise das personagens Cersei Lannister, Daenerys Targaryen e Olenna Tyrell evidenciou que os modos de matar se estruturam como marcadores centrais de legitimidade e condenação. A violência direta e corporal, quando exercida por mulheres, tende a ser apresentada como irracional ou vingativa; a violência soberana em larga escala é rapidamente categorizada; e a violência indireta e estratégica surge como a única forma relativamente aceitável de agência feminina. Tal diferenciação não é meramente narrativa, mas reflete padrões históricos identificados pela historiografia da criminalidade feminina, nos quais a aceitabilidade da ação violenta das mulheres depende de sua adequação às normas simbólicas da feminilidade. Desse modo, a série reproduz a lógica segundo a qual a violência feminina só se torna tolerável quando invisibilizada, mediada ou moralmente justificada.

Além disso, a recorrência dos dispositivos de punição, silenciamento e loucura revela os limites da suposta subversão promovida pela narrativa. As mulheres que matam são progressivamente afastadas do campo da racionalidade política por meio de explicações psicológicas, emocionais ou morais, que neutralizam o potencial crítico de suas ações. Logo, suas ações dialogam diretamente com as análises foucaultianas sobre normalização e com a teoria da performatividade de gênero de Judith Butler, evidenciando como a violência feminina constitui uma “falha performativa” que precisa ser corrigida, contida ou eliminada. Assim, mesmo quando essas personagens exercem o poder de forma eficaz, a narrativa recorre a mecanismos que reinscrevem seus corpos e ações dentro dos limites do aceitável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

BICALHO, Lucas Matheus Araújo; MARQUIOLI, Stefany Reis; ALVES, Luís Fernando Souza; VIEIRA, Guilherme Carvalho; SANTIAGO, Ioli Ferreira; FERNANDES, Mariana Ruas; MEDEIROS, Derliane Oliveira; DIAS, Alana Laviola; SOUZA, Amanda Castro de; CARVALHO, Eder Junior de. “Ele me Tratava Como uma Rainha até eu querer a liberdade”: Análise Narrativa e

Reflexões sobre o Caso Elize Matsunaga na Netflix. **Ciências Humanas e Sociedade**: estudos interdisciplinares. 1ed. Paraná: Aya, 2025, v. 5, p. 26-38.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. “Boas moças não matam?”: Uma análise de gênero sobre os casos Richthofen e Matsunaga na mídia brasileira. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. e15117, 2025a. DOI: 10.5216/teri.v15i1.82556. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/82556>. Acesso em: 9 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Sousa. A transfiguração do feminino na literatura brasileira: uma análise sobre a figura da Maria Moura (1992) como símbolo de resistência e subversão aos papéis de gênero. **Semina (UPF)**, v. 24, p. 63–82, 2025a. DOI: 10.5335/srph.v24i1.16804. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/ph/article/view/16804>. Acesso em: 9 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza. “O meu nome é Cu-ne-gun-des!”: identidade, poder e gênero em *Êta Mundo Bom!* (2016). **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 12, p. e19178, 2025b. DOI: 10.28998/cirev.2025v12e19178. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/cir/article/view/19178>. Acesso em: 9 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; MARQUIOLI, Stefany Reis; VIEIRA, Guilherme Carvalho; COSTA, Daniely Santos Ramos. A “SOLTEIRONA” NA SÉRIE BRIDGERTON DA NETFLIX: subversão e reinvenção de estereótipos no contexto social do século XIX. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 13, n. 33, 1 Dez 2023 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/24920>. Acesso em: 9 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. Suzane Von Richthofen: cruelmente “interessada, inteligente e aplicada”. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 27, p. 219–236, 2024. DOI: 10.5216/ci.v27.80933. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/80933>. Acesso em: 9 jan. 2026.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CARLEN, Pat. **Women’s Imprisonment**: A Study in Social Control. Londres: Routledge, 1983.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 1989.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

GAME OF THRONES. Criação de David Benioff e D. B. Weiss. Direção: diversos. Produção executiva: David Benioff, D. B. Weiss, Carolyn Strauss e George R. R. Martin. Estados Unidos: **Home Box Office (HBO)**, 2011–2019. Série de televisão (8 temporadas).

JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MAIA, Claudia Jesus; VIEIRA, Elizeth Pereira. Mães desalmadas: infanticídio e o amor materno no norte de Minas na década 70. **Cadernos Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 22, n.2, ago./dez. 2009.

PIMENTEL, Naiana Lopes. Entre guerreiras e rainhas: representação feminina na série Game of Thrones. **Caminhos da educação diálogos culturas e diversidades**, v. 1, n. 2, p. 87-101, 2019.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira**. LeYa, 2022.

SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

ZEDNER, Lucia. **Women, Crime and Custody in Victorian England**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

CAPÍTULO 2

“GAROTA CALADINHA ELE ADORA”: DISCURSOS DE DOCILIDADE FEMININA EM *POBRES CORAÇÕES INFELIZES EM A PEQUENA SEREIA* (1989)

“QUIET GIRLS ARE WHAT HE LOVES”: DISCOURSES OF FEMININE DOCILITY IN *POOR UNHAPPY HEARTS IN THE LITTLE MERMAID* (1989)

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-002>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

Vitória Dreide Xavier Araújo Silva

Doutoranda em Desenvolvimento Social

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: dreidevitoria@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3638034320387808>

Luís Fernando de Souza Alves

Mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais

Universidad de Jaén

E-mail: luisf3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6961912446654898>

Ioli Ferreira Santiago

Mestra em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: iolimfs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8291716886697192>

Guilherme Carvalho Vieira

Doutorando em Ciências do Movimento Humano

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: guilherme.carvalho.unimontes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6002574093789093>

RESUMO

Narrativas infantis constituem espaços privilegiados de produção de imaginários sociais e de circulação de normas de gênero, atuando como dispositivos pedagógicos que ensinam, desde a infância, modos legítimos de ser, sentir e se comportar. Nesse contexto, as canções dos filmes da Disney, como *A Pequena Sereia*, integram um repertório cultural amplamente difundido que participa da fabricação de subjetividades generificadas. A canção *Pobres Corações Infelizes* explicita, de forma direta, prescrições sobre a feminilidade ao associar a realização amorosa à contenção da fala e à submissão feminina, sugerindo que

o silêncio e a docilidade constituem atributos desejáveis para a mulher. Ao reiterar o imaginário da mulher que fala “demais” como responsável por seu fracasso afetivo, a narrativa atualiza discursos históricos que vinculam a voz feminina ao excesso, à desordem e à infelicidade, contribuindo para a naturalização de práticas de silenciamento que operam precocemente sobre meninas. A pesquisa analisa essa canção à luz dos estudos de gênero e das teorias do discurso e da representação, adotando uma abordagem qualitativa baseada na análise de trechos da letra e da performance de Úrsula, compreendidas como práticas discursivas que articulam som, imagem e poder na regulação dos corpos, das vozes e das condutas femininas.

Palavras-chave: Canção; Disney; Gênero; Performance.

ABSTRACT

Children's narratives are privileged spaces for the production of social imaginaries and the circulation of gender norms, acting as pedagogical devices that teach, from childhood, legitimate ways of being, feeling, and behaving. In this context, songs from Disney films, such as *The Little Mermaid*, are part of a widely disseminated cultural repertoire that participates in the fabrication of gendered subjectivities. The song *Poor Unhappy Hearts* directly expresses prescriptions about femininity by associating romantic fulfillment with restraint in speech and female submission, suggesting that silence and docility are desirable attributes for women. By reiterating the image of women who talk “too much” as responsible for their emotional failure, the narrative updates historical discourses that link the female voice to excess, disorder, and unhappiness, contributing to the naturalization of silencing practices that operate early on in girls. The research analyzes this song in light of gender studies and theories of discourse and representation, adopting a qualitative approach based on the analysis of excerpts from the lyrics and Úrsula's performance, understood as discursive practices that articulate sound, image, and power in the regulation of female bodies, voices, and behaviors.

Keywords: Song; Disney; Genre; Performance.

1 INTRODUÇÃO

A Pequena Sereia (1989) emerge em um momento em que a *Disney* rearticula sua capacidade de produzir consenso cultural, reorganizando narrativas capazes de operar simultaneamente no plano do afeto, do consumo e da normatização social. O chamado “Renascimento da Disney”, mais do que um período de recuperação artística, pode ser compreendido como um projeto de reconfiguração pedagógica, no qual histórias, imagens e canções passam a desempenhar um papel central na reafirmação de uma gramática moral hegemônica.

Nesse arranjo narrativo, a música não funciona como mero suporte emocional da trama, mas como um instrumento de enunciação normativa. As canções ensinam - de modo reiterado e aparentemente inofensivo - como sentir, desejar e ocupar um lugar reconhecível dentro da ordem social. Desde *Branca de Neve e os Sete Anões* (1937), a musicalidade nos filmes do estúdio opera como um dispositivo de formação subjetiva, organizando afetos e distribuindo posições de gênero de maneira hierárquica. Como apontam Bicalho *et al.* (2025), essas composições participam ativamente da produção de imaginários sociais, instaurando regimes de inteligibilidade que definem quais vozes são legitimadas e quais devem ser silenciadas.

A canção *Pobres Corações Infelizes* encena uma negociação profundamente assimétrica, na qual Úrsula ocupa a posição de autoridade discursiva e Ariel é gradualmente deslocada para o lugar da sujeição. Ao afirmar conhecer “o jeito para conseguir o que quer”, a vilã enquadra o desejo da protagonista dentro de um regime de possibilidades previamente delimitado, no qual a transformação do corpo e da condição de existência surge como requisito para o acesso ao amor e ao reconhecimento. Trata-se de uma pedagogia do desejo que não interdita diretamente, mas orienta, produzindo consentimento ao apresentar a renúncia como escolha necessária.

O ponto de inflexão da canção ocorre quando o pagamento é explicitado: “o meu preço? é a sua voz”. A voz, aqui, ultrapassa o plano do atributo físico e assume a função de marcador simbólico da agência. Ao exigir o silêncio de Ariel, a narrativa dramatiza a renúncia à palavra como condição para a inserção na ordem heteronormativa do amor romântico. Essa lógica é reforçada pelos versos que naturalizam o desprezo masculino pela fala feminina, “o homem abomina tagarelas” e “garota caladinha ele adora”, ao funcionar como enunciados normativos que ensinam quais comportamentos são desejáveis e quais devem ser evitados.

O verso “e só as bem quietinhas vão casar” sintetiza de forma contundente essa economia moral, na qual o casamento aparece como recompensa simbólica reservada às que aceitam a docilidade e o silenciamento como virtudes. A canção, assim, não apenas constrói a vilã como agente de manipulação, mas funciona como dispositivo pedagógico que reinscreve hierarquias de gênero, ensinando que, para certos corpos femininos, a fala representa um risco e o silêncio, uma condição de pertencimento e reconhecimento.

As canções sempre ocuparam lugar privilegiado nos filmes da *Disney*, funcionando como fios condutores da emoção e da narrativa. Ainda assim, aquelas entoadas pelas vilãs permanecem curiosamente relegadas a um segundo plano nas análises acadêmicas, como se sua força simbólica fosse menor ou acessória. Longe disso. Essas músicas constituem momentos decisivos de enunciação do poder, espaços nos quais se revelam, sem disfarces, os desejos, as promessas e as ameaças que estruturam o universo moral dessas histórias. Em *Pobres Corações Infelizes*, a canção não só apresenta Úrsula ao espectador, mas

explicita as regras do jogo: quem pode falar, quem deve calar, quem detém autoridade e quais são os custos de desafiá-la.

No campo dos estudos de gênero, é recorrente a leitura das vilãs das animações como figuras que rompem com os padrões tradicionais da feminilidade dócil e contida. No entanto, essa ruptura é cuidadosamente vigiada pela narrativa. A mulher que fala demais, que deseja, que negocia e que ambiciona poder surge marcada pelo excesso e pela suspeita. Sua autonomia não é celebrada, mas convertida em sinal de desvio moral. Diante disso, Bicalho *et al.* (2025), as canções dessas personagens são como lições disfarçadas de espetáculo: exibem o poder feminino em cena apenas para, logo em seguida, advertir sobre seus perigos. Em contraste, as protagonistas são associadas ao silêncio, à pureza e à espera, atributos que não apenas definem o ideal feminino, mas o apresentam como moralmente superior.

Nesse sentido, *Pobres Corações Infelizes* deve ser compreendida não apenas como uma canção emblemática da vilã Úrsula, mas como um discurso cultural profundamente enraizado em valores sociais e políticos. A música participa da organização moral da narrativa ao naturalizar relações assimétricas de poder e ao sugerir que a renúncia à voz, literal e simbólica é condição para o amor, o pertencimento e o reconhecimento. Ao articular letra, performance vocal e encenação visual, a canção produz uma adesão afetiva quase imperceptível, ensinando ao espectador, de forma sensível e eficaz, quais usos da voz feminina são legítimos e quais devem ser punidos. Assim, no universo de *A Pequena Sereia*, cantar, falar e desejar não são gestos neutros, mas atos carregados de consequências morais.

A relevância desta análise inscreve-se, assim, tanto no campo da crítica cinematográfica quanto nos estudos dedicados à música e à narrativa nas animações. Ao iluminar a função das canções para além do entretenimento, o estudo contribui para uma compreensão mais ampla da densidade simbólica dos personagens e do papel estrutural que a música desempenha no universo fílmico da *Disney*. Ao eleger uma canção de vilã como objeto de investigação, a pesquisa desloca o olhar para zonas menos evidentes da narrativa, revelando como sons e palavras operam na construção de sensibilidades, valores morais e percepções de gênero que atravessam essas histórias.

Nesse sentido, a animação mostra-se um terreno fértil para observar estratégias narrativas que, embora frequentemente naturalizadas, seguem profundamente ativas na cultura popular contemporânea. A articulação entre música, imagem e enredo não apenas acompanha a ação, mas orienta emoções, legitima comportamentos e define fronteiras simbólicas entre o aceitável e o condenável. Ao propor uma leitura crítica dessa interação, o estudo destaca a importância de examinar o repertório musical das vilãs como Úrsula para compreender de que modo se constroem, nos filmes de animação da *Disney*, tanto a arquitetura narrativa quanto a adesão afetiva que sustenta seu impacto duradouro sobre o imaginário social.

2 METODOLOGIA

Para a construção desta investigação, partiu-se dos Estudos de Gênero articulados à História Social das Mulheres, entendidos não apenas como campos teóricos, mas como ferramentas críticas capazes de interrogar as formas pelas quais a cultura produz, organiza e legitima representações do feminino e do masculino. Nessa perspectiva, interessa menos identificar personagens isoladamente e mais compreender os dispositivos simbólicos que, ao longo da narrativa, produzem sentidos sobre corpos, comportamentos e expectativas sociais, naturalizando determinadas formas de existência feminina enquanto desqualificam outras.

Nesse percurso analítico, o gênero é mobilizado como uma categoria estruturante das relações sociais e, sobretudo, como um operador de poder. Conforme propõe Joan Scott (2019), pensar o gênero historicamente implica desvelar os mecanismos pelos quais diferenças são transformadas em hierarquias, legitimando papéis sociais e regimes de visibilidade. Em diálogo com essa abordagem, Judith Butler (2008) contribui ao problematizar a noção de identidade fixa, enfatizando o caráter performativo do gênero, continuamente produzido por meio de práticas discursivas, corporais e culturais que reiteram normas e, ao mesmo tempo, abrem fissuras em sua aparente estabilidade (Bicalho; Reis, 2024).

A partir desse entrelaçamento teórico, a análise se volta à personagem Úrsula e à canção *Pobres Corações Infelizes*, compreendidas como espaços privilegiados de produção e circulação de discursos sobre feminilidade, desejo e poder. Longe de operar apenas como recurso narrativo ou musical, a canção é tomada como um dispositivo que simultaneamente reproduz e ironiza concepções hegemônicas, expondo as ambivalências que marcam a construção da figura feminina excessiva, eloquente e ambiciosa. Assim, o interesse recai sobre os modos pelos quais tais discursos são encenados, dramatizados e tornados inteligíveis ao público.

Desse modo, a pesquisa adota uma abordagem interpretativa, voltada à leitura das dinâmicas simbólicas e narrativas que sustentam desigualdades de gênero nos produtos midiáticos. Não se trata, portanto, de estabelecer generalizações, mas de compreender como determinadas estratégias discursivas permanecem operantes e eficazes na produção de sentidos culturais, revelando continuidades e tensões que atravessam o imaginário contemporâneo (Bicalho *et al.*, 2023; Bicalho; Lopes, 2024).

3 CANTAR, CALAR, SUBMETER: GÊNERO E DISCIPLINAMENTO FEMININO EM *POBRES CORAÇÕES INFELIZES*

A canção *Pobres Corações Infelizes*, interpretada por Úrsula no filme *A Pequena Sereia* (1989), pode ser lida como muito mais do que um momento de entretenimento musical. Trata-se, antes, de um dispositivo narrativo e cultural que atua diretamente na produção e na normatização de subjetividades femininas. Sob a perspectiva proposta por Joan Scott (1995), o gênero não se reduz a uma categoria

identitária, mas se configura como um elemento constitutivo das relações de poder, atravessando práticas discursivas, representações simbólicas e regimes de verdade. É nesse terreno que a narrativa do filme se constrói, fazendo emergir uma tensão permanente entre modelos de feminilidade considerados legítimos e aqueles marcados como ameaçadores.

De um lado, Ariel é apresentada como jovem dócil e ingênua, cuja trajetória é marcada pela adesão às expectativas patriarcais: para alcançar o amor masculino, aceita silenciar-se, renunciando a sua voz, de sua autonomia e, em última instância, de sua própria identidade. De outro, Úrsula encarna a figura da mulher que ousa ocupar o espaço do poder, falar alto, negociar e desejar. Essa ousadia, no entanto, não é celebrada, mas rapidamente convertida em signo de perigo e desvio moral. Tal oposição não se configura como escolha narrativa aleatória, mas se ancora em uma longa tradição histórica de controle dos corpos e das condutas femininas. Como demonstram Del Priore (1997) e Saffioti (2008), sociedades patriarcais constroem papéis femininos baseados na subordinação e acionam mecanismos simbólicos e materiais de punição sempre que esses limites são tensionados.

Ao aprofundar essa leitura, Teresa de Lauretis (1987) contribui ao compreender o cinema como uma tecnologia de gênero, isto é, como um campo privilegiado de produção de subjetividades que opera diretamente sobre corpos, desejos e afetos. Nesse sentido, a letra de *Pobres Corações Infelizes* torna explícito seu caráter disciplinador: Úrsula não apenas seduz Ariel com promessas de transformação, mas a conduz a internalizar a culpa por sua própria infelicidade. O discurso da canção moraliza escolhas, sanciona comportamentos e naturaliza a ideia de que cabe às mulheres ajustar seus desejos às exigências masculinas. Assim, a música funciona como uma pedagogia simbólica, ensinando, de forma afetiva e eficaz, quais feminilidades são toleradas e quais devem ser reprimidas.

Essa dinâmica pode ser ainda mais bem compreendida à luz das reflexões de Michel Foucault (1978), para quem o poder não se exerce apenas de maneira repressiva, mas de forma capilar, produtiva e cotidiana. Úrsula, enquanto personagem, atua como mediadora desse poder ao estabelecer regras sobre o corpo e a voz de Ariel; esta, por sua vez, internaliza a norma ao aceitar o contrato, evidenciando a eficácia de uma microfísica do poder que produz sujeitos dóceis e conformes. O poder, portanto, não precisa impor-se pela força: ele opera pela adesão, pelo desejo e pela normalização.

Quando essa leitura se cruza com as contribuições de Rita Segato (2018), torna-se evidente que tal processo configura uma forma de violência estrutural e simbólica. Trata-se de uma violência que dispensa a agressão física, pois se manifesta na coerção dos afetos, na produção da culpa e na construção social da infelicidade feminina. A narrativa ensina às mulheres que o sofrimento é consequência de escolhas individuais, apagando as estruturas que sustentam a desigualdade.

Desse modo, a intersecção entre história, cultura e poder revela que *Pobres Corações Infelizes* não apenas reflete, mas também legitima mecanismos patriarcais que delimitam a experiência feminina. Del

Priore (1997) e Saffioti (2008) demonstram como, historicamente, as mulheres foram socializadas para abdicar de sua autonomia e responsabilizar-se por fracassos que não lhes pertencem. Ariel corporifica essa pedagogia do silêncio e da abnegação, enquanto Úrsula concentra o estigma projetado sobre aquelas que desafiam o controle masculino, figurando como a mulher perigosa, excessiva e moralmente condenável. Como nos alertaria Segato (2018), a análise dessas narrativas exige ir além do texto e da imagem, interrogando as relações de poder que estruturam o imaginário social e reconhecendo o papel da cultura popular na manutenção cotidiana das desigualdades de gênero.

4 GOVERNAR O CORPO, CONTRA A VOZ: MÚSICA, NORMA E SUBJETIVAÇÃO FEMININA

A canção *Pobres Corações Infelizes*, interpretada por Úrsula em *A Pequena Sereia* (Disney, 1989), pode ser compreendida como um dispositivo cultural de governamentalidade, por meio do qual normas de gênero são produzidas, reiteradas e naturalizadas no interior da cultura midiática voltada ao público infantil. Longe de constituir apenas um momento de humor ou espetáculo musical, a canção opera como tecnologia de poder que incide diretamente sobre os corpos, os afetos e as condutas, ensinando modos específicos de ser mulher e delimitando os contornos do que é inteligível, aceitável ou desviante no campo da feminilidade (Lauretis, 2019).

Nesse dispositivo, a proposta apresentada a Ariel assume a forma de um contrato aparentemente voluntário, mas profundamente assimétrico. A troca da voz por pernas humanas não representa apenas uma metamorfose corporal, mas a inscrição da protagonista em um regime normativo que exige a renúncia à palavra como condição de pertencimento e reconhecimento. Trata-se de um mecanismo clássico de normalização: a promessa de felicidade e integração social é condicionada à adequação do corpo e da subjetividade a um modelo feminino baseado na beleza, na disponibilidade e no silêncio.

Ao se apresentar como aquela que “ajuda” os “corações infelizes”, Úrsula ocupa a posição de agente pedagógica do poder, mediando desejos e oferecendo soluções que, longe de libertadoras, aprofundam processos de sujeição. Os versos que mencionam o desejo de ser “mais magrinha” ou de conquistar o par amoroso não apenas refletem frustrações individuais, mas reinscrevem tais insatisfações em um regime de verdade que associa o valor feminino à conformidade estética e à validação masculina. O corpo feminino aparece, assim, como território privilegiado de intervenção normativa, tal como já denunciado por Beauvoir (2009) ao apontar a educação das mulheres para a existência “para o outro”.

O momento em que a perda da voz é enunciada como preço do feitiço explicita de forma contundente a lógica disciplinar em operação. Ao deslocar o valor da mulher da linguagem para a aparência e para a chamada “linguagem do corpo”, a narrativa reitera um princípio histórico de controle: o corpo pode ser exibido, desde que a palavra seja contida. O silêncio, nesse contexto, não é ausência, mas efeito de um processo ativo de normatização. Como explica Bicalho (2025abc), a feminilidade hegemônica construiu-se

historicamente em torno da contenção, da discrição e da obediência, transformando o silenciamento em virtude moral.

Os versos que associam a fala feminina ao incômodo e à rejeição masculina aprofundam esse regime disciplinar ao produzir uma pedagogia explícita da contenção. A mulher que fala demais torna-se indesejável, excessiva, fora da norma; a mulher calada, por sua vez, é apresentada como aquela que será escolhida, amada e legitimada socialmente. Tal enunciado não apenas prescreve comportamentos, mas produz sujeitos, orientando práticas e internalizações. Como argumenta Joan Scott (2019), o controle da linguagem de quem pode falar e em que espaços e sob quais condições, é uma dimensão central da estruturação das relações de poder.

Essa operação discursiva ganha densidade quando situada historicamente. Mary Del Priore (2020) demonstra como, ao longo do tempo, as mulheres foram sistematicamente excluídas dos espaços públicos de fala e saber, tendo sua expressão confinada ao privado e regulada por códigos morais que associavam a palavra feminina à desordem, à vulgaridade ou à ameaça. A figura da mulher “tagarela”, reativada na canção, funciona como estigma disciplinador, operando como advertência e mecanismo de autocontrole.

Sob a ótica da performatividade de gênero, conforme elaborada por Judith Butler (2008), esses enunciados não apenas refletem normas, mas as produzem reiteradamente. Ao ensinar que apenas a mulher silenciosa será digna de amor e reconhecimento, a canção participa de um processo contínuo de fabricação da feminilidade subordinada, no qual o controle da fala, do corpo e do desejo atua como técnica de sujeição (Bicalho, 2024; 2025a). O poder, aqui, não se exerce pela imposição direta, mas pela internalização da norma, pela adesão afetiva e pela promessa de felicidade.

Desse modo, o silêncio de Ariel converte-se em condição de possibilidade para o amor, consolidando uma economia simbólica na qual a renúncia à voz aparece como preço legítimo da realização afetiva. A narrativa transforma a perda da palavra em gesto necessário, naturalizando o sacrifício da subjetividade feminina. Assim, *Pobres Corações Infelizes* opera como uma micropolítica do poder, ensinando, de forma sensível e eficaz, que a mulher desejável é aquela que aprende a calar. Sob a aparência da fantasia, a canção reinscreve regimes patriarcais de verdade, revelando o papel ativo da cultura popular na produção cotidiana de sujeitos femininos dóceis e governáveis.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: DISPOSITIVOS, NORMAS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A análise da canção *Pobres Corações Infelizes* permite evidenciar de que maneira a mídia infantil atua como um espaço privilegiado de produção, circulação e naturalização de subjetividades femininas ajustadas às normas patriarcais. Mais do que refletir valores sociais preexistentes, a canção participa ativamente de processos de subjetivação, ensinando comportamentos, afetos e expectativas que passam a

ser incorporados como naturais, desejáveis e legítimos (Lauretis, 2019). Nesse sentido, o que se observa não é apenas uma representação da feminilidade, mas a operação de um dispositivo pedagógico que governa corpos, vozes e desejos.

Ao propor a troca da voz de Ariel por pernas humanas, Úrsula instaura uma lógica de normalização que condiciona a transformação e o reconhecimento social à renúncia da expressão. A promessa de mobilidade, amor e pertencimento é mediada pela perda da palavra, reforçando um modelo de feminilidade pautado pela beleza, pela disponibilidade e pelo silêncio. Trata-se de um mecanismo clássico de poder, no qual a sujeição não se impõe pela força, mas pela adesão, pelo desejo e pela expectativa de recompensa.

Os versos que naturalizam a insatisfação corporal e a idealização romântica, “Uma quer ser mais magrinha / Outro quer a namorada”, explicitam a inscrição do corpo feminino em um regime normativo que associa valor social à aparência e à capacidade de agradar ao olhar masculino. Essa construção dialoga diretamente com as reflexões de Simone de Beauvoir (2009), ao demonstrar como a educação feminina historicamente orienta as mulheres a existirem “para o outro”. Nesse contexto, o corpo deixa de ser espaço de autonomia para tornar-se superfície de intervenção, controle e avaliação permanente.

A exigência do silêncio, explicitada quando Úrsula anuncia que Ariel não poderá mais falar ou cantar, reforça a centralidade da disciplina sobre a linguagem feminina. O deslocamento do valor da palavra para a aparência e para a chamada “linguagem do corpo” evidencia um regime de gênero no qual a mulher é autorizada a ser vista, desde que não fale. À vista disso, Bicalho (2025) argumenta que este silêncio constitui um dos pilares da feminilidade hegemônica, funcionando como marcador de docilidade, obediência e adequação social.

Essa pedagogia se intensifica com a recorrência de versos que associam a fala feminina ao incômodo e à rejeição masculina, enquanto exaltam a mulher “caladinha” como ideal desejável. A canção opera, assim, uma distinção normativa entre feminilidades aceitáveis e desviantes, produzindo um efeito disciplinar que regula condutas e orienta identificações. Assim, consoante a Joan Scott (2019), o controle da linguagem, dita quem pode falar, quando e em quais termos é um eixo estruturante das relações de poder, e a canção explicita esse controle ao transformar o silêncio em condição para o amor e o reconhecimento.

A partir de uma leitura foucaultiana (1978), torna-se evidente que o poder em jogo não atua de forma repressiva ou espetacular, mas de maneira capilar e cotidiana. Úrsula não impõe a norma pela violência direta; ao contrário, ela conduz Ariel a internalizá-la, demonstrando a eficácia de uma microfísica do poder que produz sujeitos conformes, capazes de reproduzir as regras que os governam. A violência, portanto, não se manifesta no plano físico, mas no simbólico, alinhando-se à reflexão de Segato (2018) sobre a violência estrutural que opera pela naturalização da desigualdade e pela invisibilização da agência feminina.

A contribuição de Mary Del Priore (2020) permite historicizar esse processo ao demonstrar que, ao longo do tempo, as mulheres foram sistematicamente afastadas dos espaços legítimos de fala política,

ciência, religião e educação, tendo sua expressão rigidamente regulada por códigos morais. A figura da mulher “tagarela”, apresentada na canção como indesejável, atualiza esse estigma histórico, funcionando como advertência disciplinar e mecanismo de autocontrole. Falar demais torna-se sinônimo de desvio; calar-se, de virtude.

Dessa forma, os resultados desta análise indicam que *Pobres Corações Infelizes* ultrapassa amplamente a função de entretenimento. A canção atua como tecnologia de gênero, transmitindo normas, regulando comportamentos e moldando subjetividades desde a infância. Ariel encarna a figura da mulher socializada para a abnegação e o silêncio, enquanto Úrsula representa a transgressora estigmatizada, aquela que ousa falar, desejar e exercer poder. Ao colocar essas figuras em oposição, a narrativa reforça regimes patriarcais de verdade e evidencia o papel ativo da cultura popular na manutenção das desigualdades estruturais de gênero.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do percurso analítico desenvolvido, a leitura de *Pobres Corações Infelizes* evidencia que produções culturais destinadas ao público infantil, longe de serem neutras ou inofensivas, operam como dispositivos centrais de socialização de gênero. Por meio de narrativas, imagens e canções, essas produções participam ativamente do governo dos corpos, das vozes e dos afetos femininos, ensinando modos específicos de sentir, desejar e se comportar. Nesse processo, padrões historicamente associados à submissão, ao silêncio e à obediência são reiterados como naturais e desejáveis, enquanto experiências femininas que escapam a esses limites são estigmatizadas e convertidas em ameaça à ordem social.

A análise, fundamentada nos aportes teóricos de Scott, Butler, Lauretis, Del Priore, Saffioti e Segato, demonstra que tais representações ultrapassam o campo da fantasia e do entretenimento. Elas funcionam como mecanismos simbólicos de poder, inscritos em regimes de verdade que produzem subjetividades, normalizam condutas e reforçam desigualdades estruturais de gênero. O silenciamento feminino, longe de ser um efeito colateral da narrativa, constitui-se como elemento central de uma pedagogia cultural que regula a agência das mulheres desde a infância.

Compreender, portanto, a mídia infantil como um espaço privilegiado de produção, circulação e regulação das normas de gênero torna-se fundamental para desnaturalizar dispositivos opressivos e tensionar os modos pelos quais a cultura popular participa da manutenção das hierarquias patriarcais. Ao problematizar essas narrativas, abre-se a possibilidade de fomentar reflexões críticas sobre autonomia, voz e agência feminina, deslocando o olhar do encantamento ingênuo para uma leitura que reconhece o caráter político da cultura e sua atuação na formação dos sujeitos desde os primeiros processos de socialização.

REFERÊNCIAS

BARKER, Martin. **A haunt of fears: studies in the Disney villain**. London: Routledge, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. “Boas moças não matam?”: uma análise de gênero sobre os casos Richthofen e Matsunaga na mídia brasileira. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. e15117, 2025a.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. Asas mutiladas: a dor silenciada em *Malévola* e seus ecos na cultura patriarcal. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 3, p. 52-62, set./dez. 2025a.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. **Entre a demonização e a romantização**: a construção jornalística de Suzane von Richthofen na Folha de São Paulo e no Correio Braziliense (2002-2006). 2025. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História, Montes Claros, 2025c.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. O silêncio do grito: violência e silenciamento em *O peso do pássaro morto*. **Revista Multidisciplinar**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 1–10, 2024.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; MARQUIOLI, Stefany Reis; VIEIRA, Guilherme Carvalho; COSTA, Daniely Santos Ramos. A “solteirona” na série *Bridgerton* da Netflix: subversão e reinvenção de estereótipos no contexto social do século XIX. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 13, n. 33, 2023.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; LOPES, Ana Paula Oliveira. “Seja bem-vindo à casa das doidas, doutor”: uma resenha de *Prisioneiras* (2017). **Revista Multidisciplinar**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 1–9, 2024.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; LOPES, Ana Paula Oliveira; OLIVEIRA, Mariana Cristina; MEDEIROS, Derliane de Oliveira; MOURA, Fabio Natan Leal; MARQUES, Henrique Petrucci. “Faça-me um feitiço!”: poder, silêncio e gênero na canção *Pobres Corações Infelizes*. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 11, n. 8, p. 1492–1502, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20670>. Acesso em: 24 ago. 2025.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. Suzane Von Richthofen: cruelmente “interessada, inteligente e aplicada”. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 27, p. 219–236, 2024. DOI: 10.5216/ci.v27.80933. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/80933>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

DISNEY. A pequena sereia. Direção: Ron Clements; John Musker. Produção: Howard Ashman; John Musker. Estados Unidos: **Walt Disney Pictures**, 1989. 1 filme (83 min). Animação.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.).

Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LAURETIS, Teresa de. **Technologies of gender: essays on theory, film and fiction**. Bloomington. Indiana University Press, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I. **Gênero, patriarcado e desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 51, p. 7–20, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.).

Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49–80.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

WELLS, Paul. **Animation and America**. London: Rutgers University Press.

CAPÍTULO 3

PEDAGOGIA DA MONSTRUOSIDADE: CORPO, GÊNERO E PUNIÇÃO FEMININA EM *A PEQUENA SEREIA* (1989)

PEDAGOGY OF MONSTROUSNESS: BODY, GENDER, AND FEMALE PUNISHMENT IN *THE LITTLE MERMAID* (1989)

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-003>

Paula Poliana Campos

Graduada em Psicologia

Faculdade de Saúde Ibituruna

E-mail: pooliana@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4092757221258589>

Igor Fernando de Queiroz Souto

Mestre em Educação

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: igorsoutopsi@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4176646806218135>

RESUMO

Este capítulo discute os contos de fadas da Disney como dispositivos simbólicos centrais na formação do imaginário cultural, especialmente na produção de normas de gênero, corpo e moralidade. Toma-se *A Pequena Sereia* (1989) como objeto de análise, compreendendo o filme como um artefato político que opõe feminilidades dóceis a corpos femininos dissidentes. O objetivo é analisar a construção da personagem Úrsula como corpo monstruoso e compreender como sua vilania está associada ao excesso, à autonomia e à ruptura com a feminilidade normativa. A metodologia adotada consiste em uma análise qualitativa e interpretativa do filme, articulando elementos visuais, narrativos e simbólicos a conceitos da psicanálise e dos estudos culturais. A análise compara a corporeidade de Úrsula à de Ariel, evidenciando regimes distintos de valor e reconhecimento. Conclui-se que a monstruosidade atribuída à vilã funciona como mecanismo de normalização e disciplinamento, ao demonstra que a eliminação do corpo dissidente opera como gesto de restauração da ordem simbólica, reforçando limites sobre o que pode ser reconhecido como feminino.

Palavras-chave: Gênero; Disney; Monstruosidade; Úrsula.

ABSTRACT

This chapter discusses Disney fairy tales as central symbolic devices in the formation of cultural imagery, especially in the production of gender, body, and morality norms. *The Little Mermaid* (1989) is taken as the

object of analysis, understanding the film as a political artifact that opposes docile femininities to dissident female bodies. The objective is to analyze the construction of the character Ursula as a monstrous body and understand how her villainy is associated with excess, autonomy, and a break with normative femininity. The methodology adopted consists of a qualitative and interpretive analysis of the film, articulating visual, narrative, and symbolic elements with concepts from psychoanalysis and cultural studies. The analysis compares Ursula's corporeality to that of Ariel, highlighting distinct regimes of value and recognition. It concludes that the monstrosity attributed to the villain functions as a mechanism of normalization and discipline, demonstrating that the elimination of the dissident body operates as a gesture of restoration of symbolic order, reinforcing limits on what can be recognized as feminine.

Keywords: Genre; Disney; Monstrosity; Ursula.

1 INTRODUÇÃO

Os contos de fadas adaptados pela Disney ocupam um lugar central na formação do imaginário cultural ocidental contemporâneo, funcionando como verdadeiras pedagogias afetivas que atravessam gerações. Mais do que entretenimento infantil, essas narrativas se sustentam como dispositivos simbólicos de grande alcance social, ensinando desde cedo modelos de gênero, regimes de desejo e hierarquias morais naturalizadas. Ao reiterarem enredos centrados na recompensa da obediência, da beleza normativa e do sacrifício feminino, os filmes da Disney produzem uma gramática emocional que associa felicidade à docilidade e amor à renúncia (Bicalho, 2025a). Nesse sentido, seus contos refletem valores sociais, mas também os organizam, os reiteram e os legitimam, tornando-se parte ativa da manutenção de uma ordem simbólica que regula corpos, afetos e destinos possíveis.

É nesse horizonte que *A Pequena Sereia* (1989) se inscreve, não somente como marco da retomada da animação clássica estadunidense, mas como um artefato político que consolida imaginários contemporâneos sobre gênero, corpo e moralidade. Ancorado em uma tradição narrativa que opõe a jovem bela, silenciosa e sacrificável à mulher excessiva e indomável, o filme constrói Úrsula como a vilã necessária à estabilização dessa ordem. Seu corpo grande, sua voz potente e sua sexualidade ambígua são enquadrados como ameaça, como desvio que precisa ser derrotado. A monstrosidade que lhe é atribuída não é casual, uma vez que ela funciona como punição simbólica à feminilidade que não se curva, em contraste direto com o corpo disciplinado, jovem e progressivamente silenciado de Ariel, cuja trajetória ensina que a redenção feminina passa, inevitavelmente, pela perda da própria voz (Bicalho *et al.*, 2025a).

No imaginário cultural, Úrsula é nomeada como monstruosa, exagerada ou antinatural com uma naturalidade que revela o quanto essas categorias já estão disponíveis e socialmente autorizadas. Essa nomeação não incide prioritariamente sobre seus atos, mas sobre seu corpo volumoso, exagerado e

expansivo, que ocupa espaço, fala alto e exerce presença. Trata-se de um corpo que desobedece ao mandato de contenção imposto às mulheres e, por isso mesmo, é inscrito como ameaça a ordem social. O que se apresenta como monstrosidade não é um desvio da natureza, mas uma ruptura com a norma que regula a feminilidade aceitável, aquela que deve ser jovem, bela, discreta e permanentemente controlada.

Diante disso, a problemática, não reside na figura de Úrsula, mas na ordem simbólica que necessita produzir corpos femininos abjetos para garantir sua própria estabilidade. Sendo assim, a marcação do corpo dissidente como perigoso é um mecanismo central de disciplinamento ao associar poder, desejo e autonomia feminina à punição, a narrativa reforça uma pedagogia que ensina obediência pelo medo (Bicalho *et al.*, 2025a). No campo da animação, espaço privilegiado de formação moral e afetiva, essa operação ganha densidade política, pois transforma a eliminação do corpo insubmisso em gesto reparador da ordem (Bicalho, 2025b). Nesse sentido, Úrsula não é só derrotada como vilã, mas sacrificada como exemplo, haja vista que sua destruição reafirma que toda mulher que transgride o mandato da docilidade deve ser reconduzido ao silêncio ou excluída do mundo narrável.

Nesse sentido, este artigo propõe uma análise da personagem Úrsula a partir de uma leitura psicanalítica, interessada em compreender como seu corpo é produzido como monstruoso e quais fantasias inconscientes, medos coletivos e articulações simbólicas são mobilizados nesse processo. Aqui, parte-se da hipótese de que a vilã não representa apenas um antagonismo narrativo; ao contrário, ela encarna aquilo que a história precisa rejeitar, conter ou sacrificar para que sua ordem moral se mantenha intacta. Assim, ao interrogar os modos pelos quais Úrsula é construída como excesso e ameaça, busca-se evidenciar como a eliminação desse corpo dissidente funciona como um gesto de restauração da ordem simbólica do filme e, ao mesmo tempo, reafirma os limites do que pode - ou não - ser reconhecido como feminino.

A metodologia adotada baseia-se em uma análise qualitativa e interpretativa do filme *A Pequena Sereia* (1989), entendido como um texto cultural e simbólico. A investigação organiza-se a partir de uma leitura atenta das sequências em que a personagem Úrsula aparece, considerando tanto sua construção visual do corpo, gestualidade, figurino, enquadramentos e uso da voz, quanto sua inserção narrativa e discursiva. Tais elementos são analisados à luz de conceitos centrais da psicanálise, como o estranho (*Unheimlich*), a abjeção, o excesso pulsional e os processos de constituição do corpo, articulados a contribuições dos estudos históricos e culturais sobre monstrosidade, gênero e representação.

Além disso, a análise mobiliza um procedimento comparativo implícito, ao contrastar a corporeidade de Úrsula com a da protagonista Ariel, evidenciando os regimes de visibilidade e valor atribuídos a cada uma. Logo, o filme não é compreendido como um objeto único, mas como parte de uma tradição estética e moral mais ampla, própria dos contos de fadas e das produções da Disney, o que permite situar a personagem dentro de uma economia simbólica recorrente.

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se na urgência de interrogar narrativas classificadas como “infantis” que, justamente por sua aparência de inocência, operam com grande eficácia na formação de subjetividades e na legitimação de normas sociais. Amplamente naturalizadas, essas histórias funcionam como dispositivos pedagógicos que ensinam, desde cedo, quais corpos são reconhecidos como legítimos e quais devem ser temidos ou rejeitados. Ao analisar a construção simbólica de Úrsula, torna-se possível evidenciar como certos corpos femininos são reiteradamente associados ao mal, ao perigo e à desordem, sobretudo quando escapam aos ideais de juventude, magreza, heterossexualidade e docilidade.

Por fim, a relevância deste estudo reside em sua contribuição aos debates interdisciplinares entre psicanálise, estudos de gênero, história cultural e cinema, ao oferecer uma leitura crítica das formas pelas quais a monstrosidade feminina é construída e mobilizada no imaginário audiovisual. Ao deslocar o olhar da vilã enquanto simples antagonismo narrativo para compreendê-la como uma figura que condensa angústias sociais, fantasias inconscientes e mandatos de gênero, o artigo tensiona os modos pelos quais certos corpos femininos são produzidos como ameaça. Nesse movimento, propõe-se uma reflexão mais ampla sobre corpo, poder e exclusão, evidenciando como essas representações continuam a operar no imaginário contemporâneo como mecanismos de regulação e hierarquização das feminilidades.

2 MONSTRUOSIDADE E NORMALIZAÇÃO DOS CORPOS

A monstrosidade, longe de designar uma condição natural ou uma exceção biológica evidente, constitui-se historicamente como uma categoria simbólica produzida no interior de regimes de saber e poder. Diante disso, Michel Foucault (2001) em *Os Anormais* explica que a figura do monstro emerge como um problema jurídico-moral antes mesmo de ser um objeto da medicina ou da biologia, ocupa um lugar liminar, perturbando simultaneamente a ordem da lei e a ordem da natureza. Neste caso, o ser monstruoso é aquele que difere e, que cuja existência coloca em crise as classificações vigentes, exigindo respostas normativas, corretivas ou punitivas. Consequentemente, a monstrosidade funciona como um marcador de fronteiras, permitindo à sociedade nomear, localizar e administrar aquilo que escapa às regras que definem o normal.

Essa produção do normal e do anormal encontra fundamento teórico nas reflexões de Georges Canguilhem (2011) sobre a normatividade. Para o autor, o normal não é um dado objetivo ou estatístico, mas um valor construído historicamente, que se impõe como medida de julgamento dos corpos e das condutas. O patológico, ou o desviante, não existe em si mesmo, mas é definido a partir de uma norma que se apresenta como naturalizada. Aplicada à noção de monstrosidade, essa perspectiva permite compreender que determinados corpos passam a ser classificados como monstruosos não por uma falha intrínseca, mas porque ameaçam a estabilidade das normas morais, estéticas e de gênero que sustentam uma

determinada ordem social. O monstro, assim, torna-se o negativo necessário do normal, isto é, aquilo que deve ser apontado, corrigido ou eliminado para que a norma se reafirme.

Jeffrey Jerome Cohen (2000) aprofunda essa compreensão ao sustentar que o monstro é sempre uma produção cultural historicamente situada, jamais uma entidade neutra ou meramente fantástica; nesse sentido, em suas *teses sobre a monstrosidade*, afirma que o monstro emerge como a materialização simbólica dos medos, ansiedades e desejos interditos de uma determinada sociedade, funcionando como um espelho deformado, mas revelador de suas tensões, contradições e conflitos internos. A partir dessa perspectiva, o corpo monstruoso, longe de representar um simples excesso biológico ou moral, constitui-se como um corpo saturado de significação e, assim, não apenas sinaliza limites, mas também encarna ameaças e produz saber. Por isso, ao irromper nas narrativas, o monstro assume um papel regulador, pois marca as fronteiras do aceitável e do pensável e, desse modo, indica aquilo que não deve ser atravessado, desejado ou vivido.

Essa chave teórica permite articular a monstrosidade à personagem Úrsula, em *A Pequena Sereia* (1989), compreendendo-a como um corpo que encarna aquilo que a ordem simbólica do filme precisa excluir para se manter coesa. Úrsula reúne, em sua corporeidade, uma série de traços historicamente associados ao desvio; ela é grande, excessiva, envelhecida, vocal, ambígua em termos de gênero e sexualidade. Posto isso, em consonância as reflexões de Preciado (2018) sobre os regimes contemporâneos de normalização, pode-se afirmar que seu corpo escapa às tecnologias que produzem a feminilidade legítima magra, jovem, controlada e silenciosa. Assim, Preciado (2018) demonstra como os corpos dissidentes são continuamente regulados, medicalizados ou simbolicamente marginalizados por não se ajustarem às normas dominantes. Nesse sentido, Úrsula é apresentada figura como um corpo indisciplinado, que não se deixa governar, e que, por isso mesmo, é inscrito no registro do perigo e da monstrosidade.

A monstrosidade atribuída a Úrsula não diz respeito apenas à sua função narrativa como vilã, mas atua como um mecanismo de normalização, já que ao marcar seu corpo como excessivo e ameaçador, o filme reafirma, por contraste, o corpo idealizado da protagonista Ariel. A eliminação de Úrsula, ao final da narrativa, funciona como um gesto de restauração da ordem, no qual o corpo dissidente é sacrificado para que a norma possa reaparecer como natural, desejável e incontestável. Assim, a monstrosidade deixa de ser uma exceção e revela sua função política: produzir limites, organizar hierarquias e ensinar, desde cedo, quais corpos podem existir sem punição no imaginário cultural (Bicalho *et al.*, 2025b).

2.1 O CORPO FEMININO COMO EXCESSO

O corpo de Úrsula é construído, ao longo de *A Pequena Sereia* (1989), como um corpo de excesso - excesso de volume, de voz, de gestualidade e de presença - que não é apresentado como potência, mas como ameaça. A vilã concentra traços que, historicamente, foram inscritos no campo do feminino abjeto: a

gordura, o envelhecimento, a sexualidade não reprodutivos e a recusa à docilidade e à contenção corporal. Esses marcadores são como signos de desvio, produzindo repulsa, medo e rejeição, ao mesmo tempo em que organizam uma hierarquia entre corpos aceitáveis e corpos indesejáveis. Assim, o excesso corporal de Úrsula é uma característica estética ou narrativa, mas também um elemento central na construção de sua vilania, acionando uma tradição cultural que associa o feminino não normativo à desordem, ao perigo e à ameaça à ordem social.

Nesse ponto, o diálogo com Guacira Lopes Louro (1997) permite compreender esse processo como parte de uma pedagogia cultural mais ampla que atua sobre os corpos e os gêneros. Para Louro (1997), gênero não é uma essência natural, mas uma construção histórica e discursiva que se produz por meio de normas reiteradas, práticas educativas e dispositivos de regulação que ensinam como os corpos devem aparecer, mover-se e desejar. Corpos que escapam a essas normas, seja pelo excesso, pela indisciplina ou pela recusa à feminilidade hegemônica, tornam-se inteligíveis apenas como erro, desvio ou ameaça (Bicalho, 2025c). A figura de Úrsula, nesse sentido, funciona como um corpo pedagógico negativo, sendo associada à monstrosidade e à vilania, ela ensina, por contraste, quais feminilidades devem ser aspiradas (jovens, belas, silenciosas e dóceis) e quais devem ser corrigidas ou eliminadas. Desse modo, o filme narra um conflito moral e participa ativamente da produção e da normalização de regimes de gênero, reiterando fronteiras entre o feminino aceitável e aquele que deve ser excluído da cena social.

A noção de abjeção, tal como formulada por Julia Kristeva (1998) em *Poderes do Horror*, oferece um mecanismo para compreender essa construção. Para a autora, o abjeto não é simplesmente aquilo que causa nojo, mas aquilo que ameaça as fronteiras do sujeito e da ordem simbólica, produzindo simultaneamente repulsa e fascínio. Assim, o corpo abjeto é aquele que não se mantém dentro dos limites esperados, ele transborda, mistura categorias, perturba distinções. Úrsula encarna essa lógica ao reunir humano e animal, feminino e monstruoso, desejo e ameaça. O nojo e o medo de que seu corpo desperta é explicado por sua aparência, mas pelo fato de que expõe aquilo que a norma tenta recalcar a materialidade excessiva do corpo feminino.

Para tanto, Sigmund Freud (1996), em *Das Unheimliche*, define o estranho como uma experiência de inquietação produzida não pelo absolutamente desconhecido, mas pelo retorno perturbador daquilo que é familiar e, ao mesmo tempo, recalcado. O estranho surge quando algo que deveria permanecer oculto, desejos, impulsos ou conteúdos psíquicos reprimidos, reaparece sob formas deslocadas, desestabilizando as fronteiras entre o conhecido e o ameaçador. A partir disso, observa-se uma sensação ambígua, na qual o sujeito reconhece algo de si ou de seu mundo, mas já não consegue integrá-lo de modo seguro. Para Freud (1996), esse efeito revela a fragilidade das distinções que sustentam a normalidade, pois aquilo que parecia controlado ou superado retorna de maneira excessiva, expondo a instabilidade dos limites entre o aceitável e o interdito.

A personagem Úrsula encarna de modo exemplar essa lógica do estranho ao mobilizar signos reconhecíveis da feminilidade normativa, maquiagem acentuada, voz sedutora, gestos performáticos e uma presença corporal marcada, e apresentá-los de forma hiperbólica e deslocada. O desconforto que ela provoca não decorre de uma alteridade radical, mas da proximidade distorcida: Úrsula é demasiadamente feminina, e é justamente esse “feminino em excesso” que a torna monstruosa. Ao ultrapassar os limites de contenção impostos ao corpo feminino, a personagem faz emergir aquilo que a feminilidade hegemônica precisa recalcar para se sustentar: sua artificialidade, sua dimensão performativa e seu caráter disciplinado (Santos; Piassi, 2016). Assim, o estranho que Úrsula encarna não apenas causa medo ou repulsa, mas expõe a precariedade das normas de gênero, revelando que o feminino tido como natural pode sempre deslizar para o excesso, tornando-se inquietante e ameaçador.

Nesse sentido, Susan Bordo (1993) contribui para essa análise ao demonstrar como o corpo feminino é historicamente submetido a regimes rigorosos de controle cultural. Em seus estudos sobre disciplina corporal, Bordo evidencia que a gordura, o envelhecimento e a sexualidade feminina fora da lógica da contenção são frequentemente tratados como falhas morais. O corpo gordo, em especial, aparece como símbolo de descontrole, excesso e indisciplina, em oposição ao ideal feminino de magreza, autocontrole e apagamento. Assim, no filme *Úrsula*, representa aquilo que a cultura patriarcal ensina a temer: uma mulher que ocupa espaço, que deseja, que fala alto e que não se envergonha de sua própria materialidade.

Essa exclusão simbólica do corpo excessivo pode ser aprofundada a partir das contribuições de Judith Butler (1993), para quem nem todos os corpos são igualmente reconhecidos como corpos que importam. Assim, Butler (1993) argumenta que a materialidade do corpo não é um dado natural, mas o efeito de normas regulatórias que produzem os limites da inteligibilidade, determinando quais existências podem ser reconhecidas como legítimas e quais são relegadas ao campo da abjeção. Nesse regime normativo, certos corpos tornam-se visíveis apenas como ameaça, erro ou desvio, funcionando como exterior constitutivo daquilo que é considerado normal.

É nesse enquadramento que o corpo de Úrsula é reiteradamente posicionado fora da inteligibilidade legítima do feminino: ele só pode existir como excesso a ser combatido, nunca como possibilidade de identificação, desejo ou reconhecimento positivo. Sua presença narrativa depende de sua exclusão simbólica, pois ela encarna tudo aquilo que a feminilidade normativa precisa negar para se afirmar. Em contraste, Ariel representa o corpo que importa: jovem, esbelto, silencioso e disciplinado, cuja feminilidade é apresentada como natural, desejável e digna de recompensa (Cavalcanti; Silva, 2019). Assim, a oposição entre Úrsula e Ariel organiza o conflito moral da narrativa, mas surge como uma pedagogia de gênero que ensina quais corpos femininos podem ser reconhecidos como plenamente humanos e quais devem ser expulsos para a zona do monstruoso e do inabitável.

2.2 A ESTÉTICA DO CORPO MONSTRUOSO NA ANIMAÇÃO

A construção estética do corpo monstruoso na animação emerge um dispositivo simbólico central na produção de sentidos morais, sociais e de gênero. No caso da personagem Úrsula, de *A Pequena Sereia* (1989), observa-se que a vilania não se expressa apenas por suas ações narrativas, mas é intensamente inscrita em sua corporalidade. A animação, enquanto linguagem visual marcada pela estilização e pelo exagero, potencializa essa inscrição ao transformar o corpo em signo narrativo, carregado de valores culturais. Assim, o corpo de Úrsula representa a vilã, mas também funciona como uma superfície onde se projetam discursos sobre desvio, excesso e ameaça.

A partir de Jacques Lacan (1998), é possível compreender essa construção pela centralidade da imagem no registro do imaginário. Para Lacan, o corpo não é apreendido como dado natural, mas como forma imaginária, constituída pelo olhar e pela identificação visual. Nesse sentido, a corporeidade de Úrsula é organizada de modo a produzir estranhamento: sua volumetria excessiva, suas proporções desarmônicas e sua fluidez corporal rompem com a imagem idealizada do corpo feminino. Esse rompimento é um caso dentre tantos outros, pois o imaginário social tende a associar a integridade formal do corpo à ordem e à moralidade. Ao apresentar um corpo que escapa à forma “ideal”, a animação posiciona Úrsula como figura de desintegração simbólica, reforçando sua inscrição no campo do monstruoso e do ameaçador.

Essa construção imagética se intensifica quando analisada em contraste com Ariel. Enquanto a protagonista é desenhada segundo padrões normativos de beleza - corpo esguio, traços delicados, juventude e leveza nos movimentos - Úrsula encarna o excesso, o peso e a ocupação expansiva do espaço. Tal oposição visual estabelece uma hierarquia entre corpos, na qual o corpo normativo é associado à bondade, pureza e desejabilidade, enquanto o corpo não normativo é associado à perversidade e ao perigo. Essa interpretação pode ser compreendida à luz das contribuições de Laura Mulvey (2003), especialmente no que se refere à construção visual do gênero e ao regime do olhar. Embora Mulvey (2003) tenha se debruçado sobre o cinema clássico, sua análise do olhar normativo permite entender como a animação também organiza o visível a partir de padrões que regulam quais corpos podem ser desejados e quais devem ser temidos ou rejeitados.

Nesse contexto, o corpo de Úrsula é construído para não ser objeto de identificação positiva ou desejo, mas de repulsa e vigilância. Sua gestualidade exagerada, seus movimentos amplos e performáticos rompem com a contenção corporal associada à feminilidade idealizada. A animação amplifica esses gestos de forma quase teatral, transformando o corpo da vilã em espetáculo de excesso. Susan Bordo (1997) contribui para essa análise ao discutir como os corpos femininos são historicamente disciplinados por normas de controle, contenção e adequação. Para Bordo (1997), o desvio corporal é frequentemente moralizado, tornando-se signo de falha, indisciplina ou perigo. Diante disso, Úrsula representa um corpo

indisciplinado, que ocupa espaço demais, move-se demais e deseja demais, características que a narrativa associa diretamente à sua maldade.

Além disso, a relação entre corpo e cenário reforça essa leitura. Úrsula habita um espaço escuro, profundo e instável, cujas formas orgânicas e fluidas dialogam com sua própria corporeidade. O cenário enquadra o corpo da vilã e o prolonga simbolicamente, criando uma continuidade entre espaço e personagem. Essa fusão sugere que seu corpo é parte de um ambiente desordenado, oposto ao espaço luminoso e harmonioso associado a Ariel. Tal construção espacial intensifica a ideia de que determinados corpos “pertencem” a lugares marginais, reforçando processos de exclusão simbólica.

Nesse sentido, a partir das abordagens Preciado (2014) é possível compreender o corpo animado como uma tecnologia visual de produção de gênero. Para a autora, os corpos são fabricados por regimes políticos, estéticos e midiáticos que definem quais formas corporais são legítimas. A animação, nesse sentido, atua como uma tecnologia que representa corpos e produz discursivamente. O corpo de Úrsula, marcado pela ambiguidade de gênero, pela performatividade exagerada e pela ruptura com a feminilidade normativa, evidencia como a diferença corporal é frequentemente codificada como ameaça à ordem. Assim, sua monstrosidade não reside apenas na forma física, mas no fato de encarnar um corpo que escapa às tecnologias normativas de gênero.

Portanto, a estética do corpo monstruoso em Úrsula mostra como a animação contribui para naturalizar associações entre corporalidades não normativas e valores morais negativos. Ao intensificar simbolicamente o corpo por meio do exagero visual, do contraste e da estilização, a linguagem animada transforma diferenças corporais em marcadores éticos. A análise evidencia que o corpo monstruoso, longe de ser somente uma escolha estética, ele se configura como um dispositivo discursivo que reforça hierarquias de gênero, beleza e normalidade, inscrevendo no visível aquilo que a cultura define como aceitável ou condenável.

3 GÊNERO, PERFORMATIVIDADE E DISSIDÊNCIA

A personagem Úrsula pode ser lida como uma figura que encarna a dissidência de gênero não apenas como diferença estética, mas como afronta política à ordem simbólica que estrutura o mundo narrativo de *A Pequena Sereia*. Sua feminilidade não é discreta, nem contida, tampouco silenciosa; ela é ruidosa, excessiva, expansiva e assumidamente performática. É precisamente por isso que se torna intolerável. Isso é explicado por Bicalho (2025c) ao argumentar que os sistemas simbólicos patriarcais não punem apenas a transgressão de normas, mas sobretudo aquilo que ameaça desestabilizar a pedagogia que sustenta essas normas. Assim, Úrsula, ao tornar visível o caráter construído da feminilidade, expõe a ficção política que sustenta a ideia de um gênero “natural”.

Nesse contexto, a partir da performatividade de gênero de Judith Butler (2013), compreende-se que Úrsula não é feminina no sentido essencialista, mas faz a feminilidade de modo ostensivo, reiterado e teatral. Seus gestos exagerados, sua voz grave e modulada, sua corporeidade que ocupa espaço e sua expressividade intensa desnudam o gênero como performance. Essa visibilidade, no entanto, é intolerável para a ordem narrativa, pois ameaça a naturalização da feminilidade dócil representada por Ariel. À vista disso, Butler (2003) aponta que o gênero só se mantém como norma quando sua performatividade se torna invisível; Úrsula, ao contrário, revela o artifício, e por isso precisa ser convertida em abjeção.

Esse mecanismo de punição da dissidência é central na pedagogia do gênero operada pelo filme. Ariel aprende que a feminilidade valorizada é aquela que abdica da voz, do desejo e da autonomia. A perda da voz da protagonista é um recurso narrativo e funciona como um dispositivo simbólico de disciplinamento. Em contraste, Úrsula é definida por sua vocalidade excessiva, sua eloquência sedutora e sua recusa ao silêncio. Como argumenta Segato, o patriarcado se sustenta pela pedagogia da crueldade: ensina, por meio de narrativas e imagens, quais corpos devem ser contidos, calados ou eliminados para que a ordem se mantenha. A morte de Úrsula se mostra, assim, como um castigo exemplar.

Assim, a dissidência de Úrsula estética ou individual, mas estrutural. Sua destruição final reafirma a pedagogia do gênero que atravessa o filme, isto é, as feminilidades dóceis são recompensadas; feminilidades excessivas, autônomas e ruidosas são eliminadas. Tal mecanismo não se trata apenas de uma história infantil, mas de uma lição política sobre quem pode existir, falar e desejar sem ser punida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que *A Pequena Sereia* se situa muito além de uma narrativa infantil aparentemente inocente, funcionando como um dispositivo simbólico potente de normalização dos corpos, dos gêneros e dos afetos. A construção da vilania de Úrsula não se sustenta prioritariamente em seus atos, mas em sua corporeidade excessiva, em sua voz potente e em sua performance dissidente, que rompem com os ideais hegemônicos de feminilidade. Ao associar esse corpo ao perigo, ao desvio e à monstrosidade, o filme reafirma uma lógica cultural que transforma a diferença em ameaça e naturaliza a exclusão como gesto necessário à manutenção da ordem moral.

Nesse sentido, a oposição entre Úrsula e Ariel revela uma pedagogia de gênero que atravessa toda a narrativa: enquanto a feminilidade dócil, jovem, bela e silenciosa é recompensada com amor, pertencimento e humanidade plena, a feminilidade autônoma, vocal e indisciplinada é punida com a eliminação simbólica. A monstrosidade, longe de ser um atributo excepcional, mostra-se como um mecanismo regulador que marca os limites do que pode ser reconhecido como feminino aceitável. Assim, o corpo dissidente não apenas incomoda, mas precisa ser sacrificado para que a norma reapareça como natural, desejável e incontestável.

Por fim, ao deslocar o olhar da vilã enquanto simples antagonista para compreendê-la como condensação de medos, fantasias e mandatos sociais, este trabalho busca contribuir para uma leitura crítica das narrativas que moldam o imaginário cultural desde a infância. Interrogar essas representações é fundamental para desestabilizar a aparente neutralidade das histórias que consumimos e para evidenciar como elas participam ativamente da produção de hierarquias corporais e de gênero. Nesse movimento, a figura de Úrsula surge não como um desvio a ser corrigido, mas como um ponto de tensão que revela as violências simbólicas necessárias para sustentar uma ordem que só se mantém à custa da exclusão de corpos que ousam existir fora da docilidade.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Lucas Matheus Araujo *et al.* “Cortem-lhe a cabeça!”: quando o poder feminino se torna transgressão. **Aurum Editora**, [S. l.], p. 394–408, 2025b. DOI: 10.63330/aurumpub.018-029. Disponível em: <https://aurumpublicacoes.com/index.php/editora/article/view/701>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. “Boas moças não matam?”: Uma análise de gênero sobre os casos Richthofen e Matsunaga na mídia brasileira. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. e15117, 2025c. DOI: 10.5216/teri.v15i1.82556. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/82556>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. Asas mutiladas: a dor silenciada em Malévola e seus ecos na cultura patriarcal. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 3, p. 52-62, set./dez. 2025.2025a.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. **Entre a demonização e a romantização**: a construção jornalística de Suzane von Richthofen na Folha de São Paulo e no Correio Braziliense (2002-2006). 2025. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História, Montes Claros, 2025c.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. Suzane Von Richthofen: cruelmente “interessada, inteligente e aplicada”. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 27, p. 219–236, 2024. DOI: 10.5216/ci.v27.80933. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/80933>. Acesso em: 18 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. ÚRSULA: A VILÃ SUBVERSIVA - GÊNERO, PODER E ESTEREÓTIPOS NA CONSTRUÇÃO DA PERSONAGEM DE *A PEQUENA SEREIA* (1989). **Revista Multidisciplinar da Centro Universitário FIPMoc**, v. 28, p. 1-10, 2025b.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; LOPES, Ana Paula Oliveira; OLIVEIRA, Mariana Cristina; MEDEIROS, Derliane de Oliveira; MOURA, Fabio Natan Leal; MARQUES, Henrique Petrucci. “FAÇA-ME UM FEITIÇO!”: PODER, SILÊNCIO E GÊNERO NA CANÇÃO POBRES CORAÇÕES INFELIZES. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 8, p. 1492–1502, 2025a. DOI: 10.51891/rease.v11i8.20670. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/20670>. Acesso em: 14 jan. 2026.

BORDO, Susan. **O corpo e a reprodução da feminilidade**. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (org.). **Gênero, corpo e conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

BORDO, Susan. **Unbearable Weight: Feminism, Western Culture, and the Body**. Berkeley: University of California Press, 1993.

BUTLER, Judith. **Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CAVALCANTI, Jaques Lucas de Lemos; SILVA, Denilson Lopes. Sem Final Feliz: Sexualidades Desviantes e os Vilões da Disney¹. **Iniciacom**, v. 8, n. 3, 2019.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 25–60.

DISNEY. A pequena sereia. Direção: Ron Clements, John Musker. Produção: Howard Ashman, John Musker. Estados Unidos: **Walt Disney Pictures**, 1989. 1 filme (83 min). Formato: Animação.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974–1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREUD, Sigmund. O estranho (Das Unheimliche). In: FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil e outros trabalhos (1917–1919)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KRISTEVA, Julia. **Poderes do horror: ensaio sobre a abjeção**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LACAN, Jacques. **O estágio do espelho como formador da função do eu**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MULVEY, Laura. Prazer visual e cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail (org.). **A experiência do cinema**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, Caynnã de Camargo; PIASSI, Luís Paulo de Carvalho. Para assistir aos vilões Disney: abjeção e heteronormatividade em “A Pequena Sereia”. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 37, n. 2, p. 163-180, 2016.

CAPÍTULO 4

GÊNERO, MEMÓRIA E DITADURA: A NARRATIVA DE MARIA DA GLÓRIA AMORIM VIANA RIBEIRO NO PÓS-GOLPE DE 1964

GENDER, MEMORY, AND DICTATORSHIP: THE NARRATIVE OF MARIA DA GLÓRIA AMORIM VIANA RIBEIRO IN THE AFTERMATH OF THE 1964 COUP

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-004>

Ioli Ferreira Santiago

Mestra em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: iolimfs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8291716886697192>

Stefany Reis Marquioli

Mestra em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: stefanymarquioli@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837081022903429>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

Sarha Dias Hottes

Graduada em Museologia

Universidade Federal de Ouro Preto

E-mail: sarhahottes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7059849567044080>

Luís Fernando de Souza Alves

Mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais

Universidad de Jaén

E-mail: luisf3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6961912446654898>

RESUMO

Este capítulo analisa a trajetória de Maria da Glória Amorim Viana Ribeiro durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), período marcado pela repressão política e pela suspensão das liberdades democráticas. O estudo foca na transformação da trajetória de Glória, mãe de Gilney Amorim Viana, militante que enfrentou quase uma década de prisão e tortura, em uma atuação política coletiva. A partir da obra *Glória, mãe de preso político*, investiga-se como o papel do cuidado no ambiente doméstico tornou-se uma forma de resistência pública no movimento pela anistia. Metodologicamente, o trabalho utiliza a

revisão bibliográfica, dialogando com a História das Mulheres e o conceito de "memória subterrânea" de Michael Pollak. Conclui-se que a violência do regime, ao invadir o espaço do lar, impulsionou a entrada dessas mulheres na cena política. Movidas pelo amor materno, elas desafiaram os limites impostos ao gênero na época e tornaram-se sujeitos fundamentais na luta pela anistia.

Palavras-Chave: Ditadura militar; Resistência feminina; Anistia; Glória Amorim Viana; Memória.

ABSTRACT

This chapter analyzes the trajectory of Maria da Glória Amorim Viana Ribeiro during the Brazilian military dictatorship (1964-1985), a period marked by political repression and the suspension of democratic freedoms. The study focuses on the transformation of Glória's trajectory, mother of Gilney Amorim Viana, a militant who faced almost a decade of imprisonment and torture, into collective political action. Based on the work *Glória, mãe de preso político* (Glória, mother of a political prisoner), it investigates how the role of care in the domestic environment became a form of public resistance in the movement for amnesty. Methodologically, the work uses a literature review, dialoguing with Women's History and Michael Pollak's concept of "underground memory." It concludes that the regime's violence, by invading the home, drove these women into the political arena. Moved by maternal love, they challenged the limits imposed on gender at the time and became key players in the struggle for amnesty.

Keywords: Military dictatorship; Women's resistance; Amnesty; Glória Amorim Viana; Memory.

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo analisa a trajetória de Maria da Glória Amorim Viana Ribeiro (Figura 1), cuja história de vida se entrelaça com um dos períodos mais violentos e, paradoxalmente, de maior efervescência de movimentos sociais no Brasil: a ditadura militar (1964-1985). A partir da obra *Glória, mãe de preso político* (2000), escrita por Gilney Amorim Viana com base nos relatos de sua mãe, investigou-se de que modo a esfera privada da maternidade foi transformada em uma forte agência política entre 1968 e 1979. A narrativa de Glória revela a formação de uma identidade de resistência que desafiou as fronteiras entre o espaço doméstico e o público, a inserindo como uma mulher ativa na luta pela anistia.

Figura 1 - Maria da Glória Amorim Viana Ribeiro, Belo Horizonte, 1997.



Fonte: Viana (2000).

Nascida em 1916, em Jacobina, no sertão baiano, Maria da Glória era filha de Ana Benedita de Amorim e de Fernando Luiz de Amorim, major da Guarda Nacional. Sua origem remete à elite agrária local, vinculada ao coronelismo da região. Desde cedo, sua experiência foi atravessada por rupturas políticas: ela testemunhou o declínio do poder paterno em decorrência da seca de 1927, das incursões da Coluna Prestes e do Cangaço, além das tensões que culminaram na Revolução de 1930. Em busca de novas oportunidades e de recomeçar a vida, a família migrou para Minas Gerais em 1934 (Viana, 2000).

Em solo mineiro, Glória casou-se, em 1935, com Divaldo Viana, farmacêutico que viria a ser prefeito de Águas Formosas pela União Democrática Nacional (UDN), município atualmente extinto. Ambos, pai e esposo, compartilhavam o conservadorismo e a oposição a Getúlio Vargas. Contudo, a estabilidade doméstica foi rompida em 1949, quando o marido contraiu tuberculose, o que a obrigou a assumir a gestão financeira do lar, antecipando uma ruptura com o seu papel tradicional. Em 1961, a família fixou residência em Belo Horizonte, vivenciando o contraste entre a harmonia familiar e a crescente agitação das ruas que antecedeu o golpe de 1964.

A trajetória de Glória Viana, no entanto, ganhou outros contornos por meio da experiência do cárcere de seu penúltimo filho, Gilney Viana (Figura 2). Estudante de Medicina, funcionário do Banco de Desenvolvimento e membro da resistência armada, Gilney viveu a clandestinidade, perseguições e uma longa prisão que se estendeu de 1970 a 1979. Nesse cenário de violência é que a esfera do cuidado foi alterada: a ditadura militar, ao invadir o espaço doméstico, obrigou mulheres, como Glória, a ocuparem a

cena pública. O cuidado familiar transformou-se em resistência política diante da repressão contra seu filho. Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar como Glória saiu da esfera privada para se tornar uma das articuladoras em prol da anistia.

Figura 2 - Gilney Viana durante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 2016



Fonte: Wikipédia (2016).

Para tal análise, utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica, centrada na obra *Glória, mãe de preso político* (2000), de Gilney Viana, como fonte primária. Este livro constitui-se como um trabalho de memória compartilhada entre mãe e filho, em que registros históricos, como cartas, fotografias e recortes de jornais, sustentam a narrativa de Glória Viana. Além disso, este estudo está fundamentado nas abordagens teóricas da História das Mulheres e das Relações de Gênero, além de dialogar com os conceitos de “memória subterrânea”, “silêncio” e “esquecimento” de Michael Pollak (1989). Busca-se, assim, confrontar a tentativa de “esquecimento” imposta pela história oficial com a agência política evidenciada por Glória Viana por meio de seu testemunho.

A estrutura do capítulo está organizada em três eixos. Inicialmente, discute-se a ocupação do espaço público pelas mulheres durante a ditadura militar. No segundo momento, aborda-se a organização coletiva de familiares por meio do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA). Por fim, realiza-se um exame aprofundado da narrativa de Glória, evidenciando como ela transformou a dor do cárcere de Gilney Viana em combustível para mobilização.

2 MULHERES E RESISTÊNCIA: OCUPANDO A CENA PÚBLICA NA DITADURA

As mulheres sempre estiveram presentes em movimentos contra o poder instituído. Como exemplo, é possível citar a atuação de Bárbara de Alencar, que se engajou na Revolução Pernambucana ocorrida em 1817, defendendo ideias republicanas e a independência do país (Prado; Franco, 2013). Outro exemplo refere-se ao movimento sufragista da primeira metade do século XX, em que Bertha Lutz e suas companheiras engajaram-se na luta pelo direito ao voto, o qual foi conquistado por meio do Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que estabeleceu o voto secreto e o voto feminino (Soihet, 2013).

Contudo, o cenário da ditadura militar, ocorrida entre 1964 e 1985, foi marcado por profundas transformações socioculturais. Conforme Maria Amélia Teles (2015), houve um êxodo rural forçado, devido à proibição da realização da reforma agrária e ao favorecimento da entrada de capital estrangeiro no país, o que alterou o comportamento social da população brasileira, especialmente das mulheres. Estas passaram a ocupar cada vez mais o espaço público, como o mercado de trabalho e a militância política. Além disso, segundo Teles (1994), as mulheres intensificaram as críticas às desigualdades e injustiças sofridas, como em relação às condições de trabalho, a violência sofrida e a ausência de serviços públicos de assistência à saúde. Diante disso, adquiriram mais notoriedade pública. Foi nessa conjuntura que a trajetória de Glória Amorim esteve situada.

As mulheres constituíram o segmento da sociedade que mais experimentou mudanças em suas relações com o trabalho, a família, os homens e a política. As transformações econômicas, políticas e sociais ocorreram de modo brusco, em virtude do estabelecimento da ditadura. Além disso, processos internacionais também impactaram suas vidas, como a criação da pílula anticoncepcional na década de 1960 e a ascensão dos movimentos feministas nos Estados Unidos e na Europa, os quais passaram a criticar o patriarcado e os comportamentos machistas e sexistas (Teles, 2015).

Ademais, o ano de 1968 foi marcado por resistências, como resultado da revolução cultural-sexual ocorrida na França, a qual provocou a movimentação das forças democráticas que estavam censuradas, o que também influenciou a vida das mulheres. Diante desse cenário, passeatas de protestos eram iniciadas nas universidades e finalizadas nas ruas com barricadas e bombas molotov. Paralelamente a essas manifestações, ocorriam os assassinatos dos militantes por parte dos agentes do Estado (Teles, 1993).

O feminismo surgido no Brasil durante a ditadura militar também esteve envolvido de forma direta com as organizações de esquerda. A maior parte das mulheres que se identificavam com o feminismo participava de movimentos de resistência, era simpatizante ou possuía algum familiar envolvido nessas lutas (Pedro, 2010). Portanto, o movimento de mulheres da década de 1970 evidenciou uma nova versão das mulheres brasileiras: aquelas que iam para as ruas em defesa de seus direitos e de suas necessidades e promoviam enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades. Sendo assim, foi no contexto da ditadura militar, marcado pela prática sistemática de torturas contra presos políticos, homens e mulheres

supostamente integrantes de organizações de oposição, que o movimento feminista conseguiu difundir uma série de argumentos capazes de evidenciar as ligações entre a violência contra a pessoa no âmbito político e a violência contra as mulheres no espaço doméstico (Soares, 1994).

Apesar do protagonismo que já exerciam na vida social e familiar, inicialmente, as organizações políticas de esquerda hesitaram em incluir as mulheres militantes em suas ações. Possivelmente, as lideranças de esquerda acreditavam que elas não seriam capazes de enfrentar o adversário truculento, devido a prática de uma repressão tão severa. Tais organizações ainda eram conservadoras e dogmáticas e possuíam dificuldade de entender a mudança de comportamento social das mulheres e os seus direitos de protagonizar essas lutas. Apesar disso, elas enfrentaram a misoginia da ditadura e da esquerda, participando de todas as atividades de combate à repressão (Teles, 2015).

A princípio, em razão de uma imagem social que se tinha sobre as mulheres e a feminilidade, com a crença de que elas pertenciam apenas ao espaço privado do lar e da família, sendo vistas até mesmo como cidadãs despolitizadas ou apolíticas, essas militantes tiveram mais espaço para atuar nas ações contra a ditadura. Isso porque elas não eram, aos olhos da repressão, a primeira representação de um ator político. Mas, posteriormente, a ditadura percebeu a luta das mulheres contra o regime e começou a persegui-las com toda a rigidez repressiva (Costa, 2021; Soares, 1994).

Por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), 1975 foi considerado o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, as mulheres já se encontravam organizadas, apesar das dificuldades. Aquelas que possuíam parentesco com presos políticos também começaram a agir para lutar pela anistia, com o apoio de advogados, estudantes e religiosos. Dessa maneira, mesmo diante da repressão da ditadura militar, as mulheres passaram a ser protagonistas de suas próprias histórias e a atender aos anseios da época: se expressar, enfrentar e agir (Teles, 1993).

Isto posto, a crescente consciência política e a necessidade urgente de proteger a vida de seus entes resultaram na criação de organizações formais de resistência. A partir desse cenário, a maternidade deixou de ser vivida apenas no espaço do lar e se tornou o combustível para articulações coletivas, como o Movimento Feminino pela Anistia e os Comitês Brasileiros pela Anistia, que serão abordados a seguir.

3 A MATERNIDADE POLÍTICA: O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA (MFPA) E O COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA (CBA)

O endurecimento do regime militar afetou de maneira drástica a vida familiar e social dos brasileiros, vitimando principalmente as mulheres que sofreram com o encarceramento, a tortura e o desaparecimento de seus familiares. Essa realidade impulsionou o protagonismo feminino na resistência. O que se iniciou como uma resposta individual à dor familiar transformou-se em uma mobilização política. A criação dos movimentos femininos pela anistia exemplifica essa transição.

Com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas foram fechados, a censura foi agravada e o *habeas corpus* para os detidos por descumprimento à Lei de Segurança Nacional foi anulado. O AI-5 promoveu uma repressão política que revelou a impossibilidade de realizar qualquer forma de protesto legal. Diante desse cenário, estudantes, intelectuais e trabalhadores perseguidos passaram a criar novas formas de enfrentamento, o que resultou, em muitas situações, na adoção da resistência armada aos desmandos e arbitrariedades do regime (Teles, 1993).

Nesse contexto de intensificação da repressão, a ditadura militar promoveu a separação entre mães e filho, mulheres e seus companheiros, além de submeter indivíduos à prática sistemática da tortura. Diante dessa violência, mães e avós passaram a se mobilizar contra o regime, uma vez que seus esposos, filhos e netos desapareciam sem qualquer esclarecimento, sendo o próprio Estado o agente responsável por tais violações (Silva; Silva, 2024). Assim, como resposta à ditadura, muitas mães passaram a se reunir coletivamente para defender seus filhos. Criaram a União Brasileira de Mães, formada por mulheres que chegaram a participar até mesmo de passeatas, com o objetivo de impedir a violência contra seus familiares (Teles, 1993).

Nesse mesmo período, ainda em 1968, após a prisão de estudantes na cidade de Ibiúna-SP, foi constituída uma comissão de mães que reivindicava a libertação de seus filhos. Esta comissão marcou o início da luta pela anistia, que foi protagonizada por mulheres. Inicialmente, mobilizaram-se aquelas diretamente ligadas aos presos políticos, como mães, esposas e irmãs. Posteriormente, em 1975, durante o Ano Internacional da Mulher, essas mulheres organizaram um abaixo-assinado acompanhado do *Manifesto da Mulher Brasileira* em defesa da anistia. O documento percorreu diversas regiões do país e reuniu apoios de advogados, estudantes, mães de família e trabalhadores liberais, o que culminou na criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) (Teles, 1993).

O MFPA surgiu em decorrência dos impactos familiares provocados pela ditadura e também em um momento de reavaliação das estratégias adotadas pelos grupos de oposição ao regime. Diferentemente de outras organizações que atuavam de forma clandestina e por meio da luta armada, o MFPA estruturou sua ação com foco na promoção da cidadania e na defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, sua atuação concentrou-se na tentativa de estabelecer diálogo com o Estado, explorando as brechas existentes no próprio sistema autoritário para se articular politicamente, sem recorrer à clandestinidade. Therezinha Zerbine, uma das oito mulheres que integraram o MFPA em sua fundação, defendia que o MFPA estava associado à noção de paz, uma vez que, sem a anistia, não haveria condições para a pacificação do país (Silva, 2019).

Ainda em 1975, durante a Conferência do Ano Internacional da Mulher, ocorrida no México, foi aprovada uma moção em defesa da anistia, encaminhada por Terezinha Zerbini, uma das principais lideranças do MFPA. Posteriormente, esses movimentos passaram a integrar o Comitê Brasileiro pela

Anistia (CBA), organização que contribuiu decisivamente para a aprovação da Lei da Anistia, promulgada no dia 28 de agosto de 1979 (Teles, 1993).

Nos anos seguintes a 1975, as ações do MFPA e CBA contribuíram para a difusão das pautas pela anistia em amplos setores da sociedade. Questões como direitos humanos, liberdade de expressão e de organização tornaram-se pautas nas mobilizações desses grupos, que protagonizaram manifestações em defesa da redemocratização do país. Nesse processo, a atuação das militantes pela anistia foi primordial para as conquistas das liberdades democráticas no Brasil (Fagundes, 2022).

A luta das mulheres nesses movimentos teve início no espaço privado, porém, gradualmente, avançou para a esfera pública. Embora motivações pessoais tenham impulsionado muitas dessas mulheres, a luta pela anistia também esteve associada à ideia de conquista do espaço político e à articulação com outras pautas, como a emancipação feminina, disponibilidade de creches e o reconhecimento de direitos (Silva, 2019). Nesse processo, muitas militantes passaram a se identificar com o feminismo, apesar de o MFPA não se autodefinir como um movimento feminista. Como destaca Joana Maria Pedro (2010, p. 126):

No Brasil, o “Movimento Feminino pela Anistia”, surgido em 1975, embora não se considerasse como feminista, foi responsável pela identificação de algumas mulheres com o feminismo. O contato com os presos e as presas políticas e as lutas contra as autoridades militares para que prestassem contas dos desaparecidos e o contato com o exterior, denunciando as torturas, é narrado por algumas delas como o momento em que perceberam a especificidade de ser mulher, de atuar como mulher no espaço público e, portanto, a constatação de sua identificação com o feminismo.

Dentro deste amplo movimento de mulheres que transformaram a dor familiar em atuação política, é possível destacar algumas trajetórias individuais que exemplificam formas de resistência à ditadura militar. A história de Maria da Glória Viana insere-se nesse contexto de luta e esperança, evidenciando como a vivência da perseguição política moldou práticas de enfrentamento que ultrapassaram o âmbito privado e se projetaram na esfera pública.

4 ENTRE O CÁRCERE E A RESISTÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE GLÓRIA AMORIM VIANA

A história oral, ao valorizar as subjetividades e as memórias dissidentes, proporciona o acesso a experiências de sujeitos que se opõem ao que os documentos oficiais atestam sobre a ditadura militar no Brasil. A trajetória de Glória Amorim Viana permite compreender o fenômeno da politização de mulheres e o surgimento de novas formas de resistência à opressão deste regime. A experiência do cárcere de Gilney Viana modificou o papel social de Glória, que saiu do silêncio do espaço privado e emergiu como sujeito atuante nas lutas pela anistia e pelo restabelecimento da democracia.

Ao concentrar-se na análise de grupos excluídos, marginalizados e minoritários, a história oral evidenciou a importância das memórias subterrâneas que, enquanto parte das culturas minoritárias e dominadas, se colocam em oposição à chamada “memória oficial”, entendida como a memória nacional.

As fontes orais acentuam o caráter uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. O prolongado silêncio sobre o passado, ao invés de causar o esquecimento, constitui uma forma de resistência de uma sociedade civil fragilizada. Ao mesmo tempo, essa sociedade promove a transmissão cuidadosa de memórias dissidentes no interior das redes familiares e de amizade (Pollak, 1989).

A partir da década de 1980, observaram-se mudanças significativas na pesquisa histórica, com a revalorização de abordagens qualitativas e o resgate da centralidade das experiências individuais. Segundo Ferreira (2012), esse movimento deslocou o foco analítico das estruturas para as redes de relações e das normas coletivas para as situações singulares, ampliando o interesse pelo tempo presente e pelos debates sobre memória.

Nesse contexto, o retorno do político e a valorização do sujeito estimularam a análise dos processos de tomada de decisão. Tal ampliação do objeto de estudo favoreceu o uso de depoimentos orais como fonte histórica, uma vez que arquivos escritos raramente evidenciam a complexidade e os percursos não lineares dessas decisões, muitas vezes tomadas via comunicação oral ou articulações presenciais. Diante dessas lacunas documentais, os depoimentos mostram-se instrumentos fundamentais para a compreensão de tais processos (Ferreira, 1994).

A narrativa de Glória constitui uma memória subterrânea, visto que esta passou por um longo período de silêncio, em virtude de um regime opressor. Após a libertação de seu filho e a fase de redemocratização do país, Glória decidiu transmitir sua memória, com o auxílio de Gilney e de registros escritos guardados por ela. Sendo assim, a repressão sofrida por ela e por sua família não resultou em esquecimento, mas em resistência. Sua narrativa constitui uma significativa contribuição para a história, ao oferecer uma perspectiva oposta àquelas apresentadas nos arquivos oficiais. Além disso, seus relatos ressaltam como o regime ditatorial foi o impulsor para a tomada de agência política por ela e por outras mulheres.

Para Glória, sua liberdade pessoal coincidiu paradoxalmente com a falta de liberdade social. Ela define sua conquista de autonomia como o momento em que passou a ter coragem de expressar o que pensava e agir conforme o que dizia, passando a tomar as próprias decisões. Segundo ela, esse período iniciou-se com a mudança da família para Belo Horizonte, em 1961, momento em que houve uma inversão de papéis em sua casa: seu esposo passou a dedicar-se mais às questões domésticas, enquanto ela começou a ocupar-se das demandas externas (Viana, 2000).

Glória afirma que o período de 1961 a 1964 foi de harmonia familiar, apesar da agitação nas ruas que antecedeu a tomada do governo pelos generais. Nessa fase, ela passou a sair para trabalhar e visitar familiares, e sua família manteve-se afastada da política desde a derrota eleitoral anterior do esposo, Divaldo Viana. Essa postura persistiu até que a política e a polícia invadiram sua casa para prender seu filho, Gilney (Viana, 2000).

Sob a ótica de Glória, a interrupção da democracia pelos militares foi o que despertou seu interesse pela política. A partir de então, decidiu que não mais seguiria as decisões de Divaldo e que estaria incondicionalmente ao lado do filho. Em 1964, quando tinha apenas 18 anos, seu filho foi preso. Ao visitá-lo no DOPS, deparou-se com um ambiente opressor e com agentes armados e muito hostis. Ao ser transferido para a Penitenciária de Neves, ela o reencontrou e, naquele momento, compreendeu que estava definitivamente batizada como “mãe de preso político” (Viana, 2000).

Conforme seu relato, Gilney Viana sofreu terror psicológico e agressões físicas antes de ser interrogado. Determinada a libertá-lo, Glória Viana buscou apoio em ligações políticas familiares e confrontou o coronel responsável pelo Inquérito Policial Militar (IPM), conseguindo a soltura do filho sob condições restritivas. Esse episódio foi um aprendizado político crucial para enfrentar a futura clandestinidade de Gilney e sua segunda, e prolongada, prisão. Entre 1965 e 1968, a família recebia poucas informações sobre as atividades dele, uma vez que ele não falava sobre o assunto (Viana, 2000).

Entretanto, a decretação do AI-5 e o fechamento do Congresso mergulharam o país em um período de intensa repressão, o que atingiu sua família diretamente. Em 21 de março de 1969, foram surpreendidos por notícias que acusavam Gilney de assalto e tentativa de homicídio. Na sequência, ocorreram buscas violentas em sua residência e ameaças psicológicas promovidas por diversas forças policiais, o que Glória identificou como o início de uma perseguição sistemática e de práticas de tortura contra sua família. Um de seus filhos e irmão de Gilney foi submetido a constrangimentos, enquanto a família era sujeitada a interrogatórios, ameaças e constante vigilância (Viana, 2000).

Enquanto o esposo enfrentava a depressão em virtude da invasão à sua casa, a acusação pública de Gilney Viana por tentativa de homicídio e a sua clandestinidade, Glória Viana assumiu o protagonismo na condição de mãe de um perseguido político. Em maio de 1970, recebeu a notícia de que Gilney fora preso no Rio de Janeiro. Para ela, tinham-na transformado em mãe de preso político pela segunda vez. A partir de então, conheceu diversas instituições prisionais e tribunais militares em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (Viana, 2000).

Ao assumir as dores do filho, compreendeu que não poderia enfrentar a ditadura sozinha, passando a participar ativamente do movimento de solidariedade de familiares, do MFPA e do CBA. Em suas visitas, utilizava estrategicamente o apelo emocional para sensibilizar autoridades, uma tática também empregada pelo MFPA. Ademais, na Penitenciária de Linhares, Glória Viana estabeleceu laços duradouros com outras mães de presos políticos, consolidando uma rede de resistência fundamental para o período (Viana, 2000).

Glória Viana preservou cartas que registram a distância, a burocracia e as lutas por direitos humanos no que denominou “anos dos gritos não ouvidos”. Um evento marcante foi o motim de 1971 por melhores condições carcerárias, que resultou em severa repressão e no isolamento de Gilney. Diante disso, as mães

e parentes passaram a agir coletivamente, unificando o discurso para pressionar autoridades, como o Juiz Auditor e o Arcebispo de Juiz de Fora, em busca de condições humanamente adequadas (Viana, 2000).

Em 1972, mesmo sob o temido governo Médici, ela e outras mães redigiram um manifesto pela anistia. No documento, utilizaram uma linguagem cuidadosa para demonstrar que eram pessoas pacíficas, movidas pelo amor materno. Glória relata que esse amor lhe deu coragem para enfrentar o risco de prisão e tortura ao tentar entregar o manifesto pessoalmente ao general (Viana, 2000). O manifesto data do dia 15 de agosto e possui e traz como um de seus apelos as comemorações do aniversário de independência do Brasil, como apresentado por Glória e Gilney Viana (2000, p. 104):

Belo Horizonte, 15 de agosto de 1972.

Excelentíssimo Senhor General Emilio Garrastazu Médici

DD. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Brasília DF.

Senhor Presidente,

Encorajadas por um mundo de lutas onde o sofrimento e o amor se confundem, nos dirigimos à Vossa Excelência.

Se o Brasil inteiro se calasse apenas por um segundo, ouviria nossos apelos, sentiria nossas preces. Veria e se comunicaria a centenas de Mães em orações, pedindo por seus filhos, filhos estes, com suas faltas justificadas pela própria juventude (enquadrados na Lei de Segurança Nacional), espalhados nos vários presídios desse País em festa. Festa de um País nos seus 150 anos de Independência.

Senhor Presidente, ajoelhadas, sentindo a alma nas mãos e os pensamentos voltados para Deus, nós lhe suplicamos: Anistia para nossos filhos, ou mesmo a redução de ao menos um terço em todas as suas condenações. É um ato de humanismo diante de uma Nação livre.

Senhor Presidente, não permita que as luzes das comemorações de 7 de setembro de 1972 se apaguem, vindo morrer em nós Mães, nossas últimas esperanças: Anistia para nossos filhos.

Respeitosamente,

Hélia Ribeiro de Rezende

Maria Xavier Pena

Adelaide Reis Menezes

Elza A. Tavares Rochas

Geralda Damatta Pimentel

Filomena Menezes de Macêdo

Maria da Glória Amorim Viana

Maria de Oliveira Fantini

Edir Vitória Barros

Maria Fortes Drumond Guimarães

Maria da Consolação Corte Guimarães

Maria Margarida

Zenilha Prates Guimarães

Geralda Fernandes

Bahia Zaidam Sab.

A luta pela anistia cresceu com a organização formal do MFPA em 1977. Glória participou de atos históricos, como a manifestação na rampa do Congresso Nacional em 1979, enfrentando a repressão policial ao lado de milhares de pessoas que clamavam por uma anistia ampla, geral e irrestrita. Embora a anistia concedida por João Figueiredo tenha sido parcial, Gilney foi libertado sob condicional em dezembro de 1979. Ao final desse tempo de resistência, Glória relata ter se transformado em uma nova mulher: mais madura, independente e politicamente bem-informada (Viana, 2000).

Em virtude dos argumentos apresentados, verifica-se que a narrativa de Glória revela que seu engajamento político na ditadura consistiu em um processo oriundo da dor sentida pela repressão sofrida por sua família, das visitas aos presídios e da coragem de mulheres que desafiaram até mesmo os generais que se encontravam no poder com o objetivo de alcançar a liberdade de seus entes queridos. Para mais, a narrativa de Glória demonstra a importância da memória para uma análise que abarque a perspectiva de minorias oprimidas sobre acontecimentos históricos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória de Maria da Glória Amorim Viana Ribeiro demonstrou que a ditadura militar, ao violar a integridade do lar e o bem-estar dos familiares, provocou uma reação inesperada das mulheres que até então eram consideradas despolitizadas. No caso de Glória, a transição do papel de dona de casa para o de articuladora política não foi puramente uma escolha ideológica, mas uma necessidade imposta pela urgência de proteger a vida de seu filho e buscar sua liberdade. Essa mudança demonstra que o cuidado, tradicionalmente visto como uma função doméstica, foi ressignificado como um mecanismo de enfrentamento ao autoritarismo.

Ademais, verificou-se o importante papel que a memória desempenha para a preservação de experiências que a história oficial, por vezes, tentou silenciar. Ao compartilhar seus relatos e preservar registros históricos como cartas, matérias de jornais e manifestos, Glória contribuiu para a formação de uma história que contesta a narrativa dos vencedores. Sua participação no Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e nos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) revela que a resistência feminina foi plural, estratégica e essencial para que a luta pelos direitos humanos ganhasse repercussão no país.

Em síntese, observou-se que Maria da Glória não foi uma simples observadora do sofrimento de Gilney Viana, mas uma mulher atuante que desafiou as fronteiras de gênero impostas pelo conservadorismo. Sua história evidencia que a atuação das mulheres na ditadura militar foi diversa. A sua narrativa permanece como um testemunho de como o afeto pode gerar força política e a importância de manter vivas as memórias da resistência à ditadura militar, permitindo que as violações do passado não sejam esquecidas e provocando a reflexão sobre a relevância de lutar para que não sejam repetidas. Portanto, ressalta-se que a luta pela democracia deve ser constante.

REFERÊNCIAS

COSTA, Caroline Rios. A resistência também tem rosto de mulher: a atuação política de mulheres na ditadura militar brasileira. **Revista Historiar**, v. 13, n. 25, p. 156-173, 2021.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Mulheres, Anistia e direitos humanos durante a Ditadura Militar no Brasil: um balanço historiográfico. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 29, p. 1-16, 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de M. *et al.* (coords.) **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994, p. 1-13.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169-186.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 115-137.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, Mislele Souza da. **Mulheres em luta: o movimento feminino pela anistia (1975-1979)**. 2019. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.702>. Acesso em: 21 jan. 2026.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos feministas**, v. 2, p. 11-24, 1994.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV**, v. 11, n. 2, p. 505-521, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIANA, Gilney Amorim. **Glória, mãe de preso político**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CAPÍTULO 5

ENTRE ÁGUA E MEMÓRIAS: TRABALHO FEMININO, SOCIABILIDADE E HISTÓRIA ORAL NO ROTARY CLUBE DE CARANGOLA (MG)

BETWEEN WATER AND MEMORIES: WOMEN'S WORK, SOCIABILITY, AND ORAL HISTORY AT THE ROTARY CLUB OF CARANGOLA (MG)

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-005>

Derliane de Oliveira Medeiros

Mestranda em Educação

Universidade Federal do Espírito Santo

E-mail: derliane17@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9056735512615252>

RESUMO

O estudo analisa a invisibilidade histórica do trabalho feminino a partir da experiência de um grupo de lavadeiras que atuaram na lavanderia comunitária do Rotary Clube de Carangola, Minas Gerais, fundada em 30 de junho de 1973. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter histórico-social, baseada em estudo de caso, que articula revisão bibliográfica sobre história das mulheres, trabalho feminino e gênero com pesquisa em fontes primárias e história oral. O objetivo consiste em compreender como o trabalho na lavanderia se entrelaçou aos modos de vida dessas mulheres, contribuindo para a construção de identidades, memórias e sentimentos de pertencimento. A pesquisa foi organizada em três etapas: inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico acerca da temática, identificando a inserção da atividade de lavadeira no contexto das políticas urbanistas e higienistas do século XIX; em seguida, procedeu-se à análise de fontes primárias, especialmente jornais, revistas e fotografias do período entre 1971 e 1983, com destaque para o jornal *Gazeta de Carangola*; por fim, foram realizadas entrevistas com ex-lavadeiras da lavanderia comunitária e com associadas do Rotary Clube, utilizando a história oral como principal metodologia. Os resultados evidenciam que a lavanderia se constituiu como espaço de sociabilidade, resistência cultural e dignidade para essas trabalhadoras, possibilitando o registro de suas memórias e trajetórias. Conclui-se que a experiência das lavadeiras amplia a compreensão sobre gênero, trabalho e memória no âmbito da história local.

Palavras-chave: História das mulheres; Trabalho feminino; Lavadeiras; História oral.

ABSTRACT

The study analyzes the historical invisibility of women's work based on the experience of a group of laundresses who worked at the community laundry of the Rotary Club of Carangola, Minas Gerais, founded on June 30, 1973. This is a qualitative, historical-social study based on a case study that combines a

literature review on women's history, women's work, and gender with research from primary sources and oral history. The objective is to understand how work at the laundry intertwined with these women's ways of life, contributing to the construction of identities, memories, and feelings of belonging. The research was organized in three stages: initially, a bibliographic survey was conducted on the subject, identifying the inclusion of the activity of laundress in the context of 19th-century urban and hygiene policies; then, primary sources were analyzed, especially newspapers, magazines, and photographs from the period between 1971 and 1983, with emphasis on the newspaper *Gazeta de Carangola*; finally, interviews were conducted with former laundresses from the community laundry and with members of the Rotary Club, using oral history as the main methodology. The results show that the laundry was a place of sociability, cultural resistance, and dignity for these workers, enabling the recording of their memories and trajectories. It is concluded that the experience of the laundresses broadens the understanding of gender, work, and memory in the context of local history.

Keywords: Women's history; Women's work; Washerwomen; Oral history.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa desenvolvida originalmente como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), concluído no ano de 2021, tendo sido revisto, ampliado e adequado para a composição deste capítulo. A investigação manteve seus objetivos centrais e seu recorte empírico, ao mesmo tempo em que incorporou ajustes teóricos, metodológicos e textuais, de modo a atender às exigências acadêmicas e editoriais da presente coletânea. Insere-se, portanto, no campo da História Social, dialogando diretamente com os estudos voltados à história das mulheres e às experiências historicamente silenciadas.

Os estudos que enfocam a história das mulheres emergem com a Nova História ou terceira geração dos Annales, que mudou a maneira de escrever a história e inseriu, especialmente, a dimensão da vida privada, na qual as mulheres estão essencialmente presentes. A presença das mulheres nos espaços privados favoreceu a invisibilidade de suas vivências e a falta de documentos, registros e vestígios ou destruição de diários e cartas contribuíram para essa invisibilidade nos registros historiográficos (Perrot, 2011).

Contudo, para se escrever sobre a história das mulheres basta olhar ao seu redor, pois suas existências estão por toda parte. Deste modo, entende-se que a história oral desempenhou um papel importante na história das mulheres, uma vez que trouxe à tona sujeitos ocultos pela história, e passou a dar lugar a uma nova história, com outra perspectiva de estudo, contada pelos sujeitos silenciados como as mulheres, os operários e os prisioneiros, como destacou a historiadora Michelle Perrot (2001).

A partir dos anos 1960, com a explosão do movimento feminista, as mulheres alcançam a “condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres” (Soihet; Pedro, 2007, p. 285). No Brasil, na década de 1980 foram publicadas as primeiras pesquisas que mencionavam as categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina”. A categoria “gênero” ainda era novidade na historiografia brasileira, como apontam Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007). As autoras dissertam que uma das precursoras e autora de um dos trabalhos que mais influenciaram na história das mulheres no Brasil foi Maria Odila Leite da Silva Dias (1995) com a obra “Quotidiano e poder”. Já a abordagem do conceito de gênero como categoria de análise histórica ocorre em 1990, com a publicação do artigo da historiadora Joan Scott. Neste texto emblemático, Scott (1995) introduz o enfoque dos atributos culturais, incorporando o estudo das relações de poder entre homens e mulheres.

Há que se registrar que a escrita da história foi majoritariamente desempenhada pelos homens, e, assim, a história das mulheres foi desenvolvida à margem do processo dito como civilizatório. Os homens acabaram se tornando seus porta-vozes, seus percussores, invisibilizando as mulheres e silenciando suas vozes na história, pois, se negligenciava os feitos do gênero feminino e se impunha um padrão de mulher a ser reproduzido pelas demais. Aquelas que não desempenhavam o papel social esperado pela sociedade eram excluídas da história, pois, não eram vistas como sujeitos, e nem dignas de desempenharem um papel relevante (Bicalho, 2025).

À medida que os estudos passam a incorporar as mulheres na história, emergem o conhecimento de suas atuações na sociedade, na organização familiar, nos movimentos sociais, nas representações políticas e no trabalho. Especificamente no que diz respeito ao trabalho exercido pelas mulheres, Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2013, p. 127) destacam que “condicionamentos e necessidades variadas levaram as mulheres a assumir diversas “funções produtivas”, abraçando habilmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no mundo do trabalho” e “assumiram ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas (fiar, tecer, costurar, cuidar, servir)”. Assim, muitas mulheres reproduziram, no mundo do trabalho, suas ocupações nos quadros domésticos, como lavar, passar e engomar, como esforço para sustentar suas famílias (Matos; Borelli, 2013).

O trabalho com a lavagem de roupa começou a ser exercido pelas escravas. Segundo Monteleone (2019, p. 4) “as lavadeiras tomavam conta das roupas das famílias abastadas, muitas vezes acumulando funções de costura e limpeza. Era um trabalho pesado, que ocupava muitas trabalhadoras em muitos dias da semana”.

Historicamente, o trabalho como lavadeira representou relevância para a sociedade e com o processo de modernização do Brasil, intensificado na última década do século XIX, a crescente urbanização, imigração e industrialização provocaram mudanças com relação ao trabalho das mulheres nas cidades e no campo. O trabalho das lavadeiras que no século XVIII era comum ser realizado em espaços públicos como

chafarizes, córregos e rios passou a ser exercido nos espaços privados, nos domicílios dos patrões e patroas, corporificando a expressão “roupa suja se lava em casa” (Matos; Borelli, 2013). E assim, exercidos no interior das residências, o trabalho doméstico, e, especificamente o trabalho de lavadeira, o qual tratamos aqui, passou a ser invisibilizado, assim como as vozes dessas trabalhadoras.

Buscando dar ouvidos e protagonismo a mulheres que foram silenciadas é que este trabalho se desenvolve, uma vez que, o objetivo é descrever a história de um grupo de mulheres lavadeiras da Cidade de Carangola, Minas Gerais nos anos 1970. História essa que é repleta de superações e resistências, tendo em vista que essas trabalhadoras, sobretudo mães solteiras, venceram a barreira da pobreza e da exclusão social, para criarem seus filhos tendo como meio de subsistência essa atividade que se constitui na lavagem de roupas para a camada privilegiada da sociedade carangolense.

As entrevistadas da pesquisa compartilharam suas experiências mais particulares e destacaram que a criação da lavanderia, nos anos 1973, beneficiou o pequeno grupo de mulheres e possibilitou-lhes empoderamento², entendido aqui como atitudes de tomada de poder através de ações práticas para intervir na realidade das mulheres e, por consequência, de seus familiares.

A pesquisa registrou o histórico de criação deste local de trabalho que representou dignidade para aquelas trabalhadoras. Os relatos das entrevistadas também dão conta do sentimento de pertencimento que possuíam com o espaço da lavanderia, que ficou demonstrado pela emoção com a qual as lavadeiras se referiam ao período em que a lavanderia foi fechada.

2 MULHER E TRABALHO

Pode-se notar historicamente que as mulheres sempre trabalharam, sendo de forma doméstica, ou exercendo pequenos ofícios. Entretanto, quase nunca sendo reconhecidas. Seu trabalho na maioria das vezes era da ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. Nota-se que as sociedades jamais poderiam ter vivido e terem-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível (Bicalho; Alves, 2025). Entretanto, foi com o surgimento da industrialização que as funções e remunerações das mulheres passaram a ser questionados, em específico, o trabalho assalariado, sendo assim, as mulheres tendem a ocupar as fábricas, e as grandes indústrias.

Com isso, as mulheres começaram a desempenhar diversos tipos de trabalhos, como entregadora de pães, lavadeira, domésticas, costureiras, cozinheiras, operárias etc. E todas essas atividades desempenhadas por elas foram de total importância para a subsistência da família. Era a mulher que geria a família, mesmo que seu trabalho fosse invisível aos olhos dos demais por muito tempo. Sem o trabalho das mulheres, de

² O conceito de empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Mas isso não se dá no vazio, numa posição idealista, segundo a qual a consciência muda dentro de si mesma, através de um jogo de palavras num seminário (Baquero, 2012).

certo a sociedade não funcionaria, pois, mesmo sendo vista como coadjuvante, hoje vemos como a mulher desempenhava o papel principal, de protagonista no gerenciamento familiar.

Podendo então citar como exemplo, as camponesas e suas atividades do cotidiano, que continha uma rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. No qual podemos ver abaixo segundo Michelle Perrot:

Para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta, cujos produtos, como Perrette, ela vendia na feira. De acordo com a idade e com a posição na família, elas trabalhavam no campo por ocasião das colheitas de todos os tipos, de batatas a vindimas, curvadas sobre a terra ou sob o peso de cargas (Perrot, 2007, p. 111).

Identifica-se que o papel da mulher, é mais do que somente ser o núcleo da família, é mais do que somente administrar a casa, ela cuida das criações, trabalha na colheita, cuida dos filhos, do marido, e contribui financeiramente para a subsistência da família. Todavia, a velha camponesa tem por características sendo uma mulher recurvada, que cuidava de todo rebanho, e efetuava todas as práticas que levava futuramente a produção de leite por parte dos animais, que servia para fabricação artesanal de queijo, que também era serviço delas. "Sem mulher, não há vaca, nem leite, nem galinha, nem frango, nem ovo". A camponesa é uma mulher que se torna o pilar da família, preocupadas com suas filhas, e o casamento delas, cuidando assim, das preparações, das roupas de seus filhos, gerando renda através de seus trabalhos para fora do campo, no momento em que o campo se abriu para o mercado alimentar e mercado têxtil, no qual as camponesas passaram a fiarem para fora (como nas regiões do Puy, de Alençon ou de Bayeux). Porém, a vida no campo foi mudando devido a industrialização e conseqüentemente ao êxodo Rural, desta forma, as moças mais jovens eram colocadas por seus pais como criadas nas propriedades rurais, ou como criadas na cidade, mas também na fábrica no Sudeste da França. Os valores de seus serviços eram enviados a suas famílias, e era muito apreciado e contribuiu para revalorizar a estima das moças na economia familiar. Muitas dessas meninas não voltavam mais para casa, uma vez que, fora de casa, e aspirando melhorias, essas moças não voltavam mais, pois, buscavam instruir-se e conseguir um bom emprego.

Essas jovens mulheres eram migrantes em potencial, porque aspiravam a uma vida melhor, e mais livre. Mais instruídas, desejavam outra coisa, ser empregadas nos correios ou professora primária, por exemplo, e para isso elas faziam o concurso da escola normal, que foi, para muitas, um formidável impulso (Perrot, 2007, p. 114).

Com essas aspirações das jovens demonstra-se outro trabalho que é pouco reconhecido, que é o trabalho doméstico, comumente destinado as mulheres, como sendo responsabilidade somente delas. O trabalho doméstico sempre foi fundamental na vida das sociedades, sobretudo a sociedade capitalista. Segundo Perrot (2007, p. 115) o trabalho doméstico “marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona de casa” e ele “resiste às revoluções igualitárias [...] ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo”.

Em seu texto que discute sobre o trabalho feminino, Perrot (2007) destaca três tipos de trabalho doméstico. O exercido pela dona-de-casa de origem humilde, pela dona-de-casa burguesa, e a criada, que atualmente deu lugar a empregada doméstica ou diarista. Segundo a historiadora, a dona-de-casa de origem humilde, por sua vez, fica responsável por todo serviço da casa, bem como, gerenciamento da finança do marido, no qual ao fim do mês lhe entrega o salário, para que ela possa efetuar as compras e os pagamentos. E as vezes faz alguns serviços para a vizinha e ganha uns trocados, no qual consegue ajudar em casa. Ela se torna o médico da família, o núcleo do lar. “Se a mulher não for uma boa esposa, a família irá por água abaixo”. Já a dona-de-casa burguesa não tem as mesmas ocupações que a de origem humilde, suas responsabilidades são de zelar pela família e de manter a casa em ordem: arrumação e limpeza da casa ou do apartamento, lavagem e repassagem das roupas, elaboração dos cardápios das refeições, cuidados e educação das crianças, organização das soirées familiares, recepções para a sociedade. Uma burguesa, mesmo sendo da classe média, reserva um dia para receber visitas, de maneira faustosa ou modesta, segundo suas disponibilidades (Perrot, 2007). A autora disserta ainda que, para a mãe de família que tem filhas na idade de casar-se, é uma preocupação permanente. Já os trabalhos domésticos passaram a ser remunerados pouco antes da guerra de 1914, entretanto, as domésticas, não são remuneradas como as outras, vemos isso abaixo:

Com casa e comida, elas recebem "retribuições" que lhes são passadas irregularmente, e sujeitas a descontos caso quebrem a louça ou estraguem a roupa. Sua jornada de trabalho é quase ilimitada. O domingo não é garantido como folga, mesmo quando a prática se torna mais freqüente. Além de seu tempo e de sua força de trabalho, sua pessoa e seu corpo são requisitados, numa relação pessoal que ultrapassa o compromisso salarial (Perrot, 2007, p. 117).

Observa-se, que o trabalho desempenhado por essas mulheres era desvalorizado e desrespeitosos. Havia diferença no tratamento entre diferentes tipos de empregados domésticos, no qual para todos os serviços, seja cozinheiras, camareiras, lavadeiras, ajudantes de cozinha, copeiras, ambos não têm o mesmo status nem as mesmas retribuições, e na maioria são moças que vieram do interior por intermédio de seus pais. E acabaram sendo exploradas. Alimentando-se de restos e dormindo no sexto andar dos prédios, em quartos sórdidos e mal aquecidos, verdadeiros ninhos de tuberculose. E com as moças engravidando do filho de seus patrões, acabam por se tornarem mães solteiras, e passam a serem malvistas pela sociedade. Dessa maneira, a condição doméstica conduz à perdição ou à ascensão. Com isso, em 1914 as empregadas tornaram-se raras, devido ao medo da prostituição e da sífilis, com isso, os pais ficam cada vez mais receosos em enviarem suas filhas para a cidade. Outro fator que fez com que as domésticas passassem a desempenharem tarefas diferentes foi o advento dos eletrodomésticos, que facilitaram a vida doméstica, e criaram um novo padrão de dona-de-casa profissional, no qual as mesmas seriam mulheres elegantes que fumam cigarros ao passar o aspirador, que gerência sua cozinha como um engenheiro.

O trabalho em casa foi amenizado, porém, os problemas relacionados as preocupações com os filhos, e a saúde permaneceram, deixando assim as mulheres sobrecarregadas com essas tarefas que eram somente delas. Com isso, observamos mais um ponto a ser tratado que a industrialização que inseriu as mulheres nas fábricas, apesar disso, as mulheres tiveram que lidar com a desconfiança por parte dos operários que temiam a concorrência, e com o fato de terem que conciliarem o trabalho doméstico com as longas horas na fábrica. "Para o homem, a madeira e o metal. Para a mulher, a família e os tecidos". Uma grande divisão material e simbólica do mundo. O duro para os homens; o mole para as mulheres.

2.1 LAVADEIRAS

A atividade que hoje é desempenhada pelas máquinas, no século XIX era exercida por mulheres de pobres, que recebiam das patroas imensas trouxas de roupas para lavar. Muitas acabavam por lavar as roupas em córregos, rios, ao ar livre, sem nenhuma estrutura que lhe proporcionasse conforto ao trabalhar. No início do século XIX, essas mulheres geralmente eram escravas, ou ex-escravas, mulheres de baixo prestígio na sociedade, que geralmente habitavam cortiços. Para compreendermos melhor o cotidiano dessas lavadeiras o médico- historiador Oswaldo Rodrigues Cabral nos relata este fato abaixo:

Por todo o trajeto dos riachos e cursos apontados, agrupavam-se as lavadeiras, às primeiras horas da manhã, chalreando, batendo a roupa nas pedras e cantando, enquanto esfregavam entre os dedos as peças, espumantes de sabão. Para que as águas não fugissem, correntosas, com pressa além da razoável, provocavam as lavadeiras, a custa de pedras e lama, tranquilos remansos, ficando neles as águas represadas, limosas, cobertas por uma nata de sabão e detritos. Assim podiam ensaboá-las, deixando para a corrente mais rápida o enxaguamento final (Cabral, 1971, p. 190).

Podemos observar nesse trecho o espaço em que essas mulheres trabalhavam, por mais precários que fossem, eram ambientes alegres, de muita sociabilidade entre as mulheres, era ali que as mulheres se olhavam de igual para igual, era um encontro de mulheres escoraçadas pela sociedade. Era nesse espaço que elas podiam fofocar sem nenhuma restrição, e poderiam falar de qualquer assunto, era o local de pertencimento delas. E esse fato não mudou com esse espaço que antes era voltado para o rio, agora passou a ser voltado para os lavadouros, como explica Michelle Perrot (1988) ao falar dos “excluídos da história”, ao relatar o insucesso das lavanderias na França no Século XIX, pois, esse modelo era composto de compartimentos autônomos, no qual impedia as lavadeiras de conversarem entre si, esse foi o maior motivo para seu fracasso, mostrando que as mulheres esperavam que esses espaços fossem de sociabilidade, de encontro entre elas.

Nota-se que as lavadeiras eram vistas como ameaças pela sociedade da época, ao ocuparem os centros da cidade, e com a política higienista da época, essas mulheres tiveram que subverterem as regras e estabelecessem, junto aos homens relações de poder e resistência para usufruir do espaço público. Podemos observar este fato no trecho abaixo:

São agora os corpos das lavadeiras o material de discursividade ao serem evidenciados no trabalho realizado nas vias públicas como nas bicas, chafarizes e rios da cidade. Continuam serem compreendidos como ameaça à sociedade a andarem livremente pelas ruas perturba a ordem pública, pois confrontam os valores femininos da época ao restringir as mulheres aos afazeres dos domésticos (Bazzo, 2016, p. 3).

Já os chamados “lavadouros” começaram a ser pensados devido à circulação dos fluxos e a especialização dos espaços que descrevem esse ordenamento que é a urbanização, com isso cria-se alguns lugares específicos como Michelle Perrot (1988) nos mostra no texto “Excluídos da História”:

Pouco a pouco, em virtude da circulação de fluxos e da especialização dos espaços que caracterizam esse ordenamento que é a urbanização, criam-se locais específicos: de início, os barcos-lavadouros, primeira delimitação, às margens do Sena, de um perímetro da lavagem (Perrot, 1988, p. 226).

Entretanto, a autora segue adiante discorrendo acerca da criação das lavanderias públicas, baseadas em um modelo inglês. Esse modelo de lavanderia era composto de pequenos compartimentos autônomos, fazia com que as lavadeiras não pudessem conversar uma com a outra. Com isso, já vemos uma política voltada para separação dessas mulheres, bem como, uma política de higienização. Porém, esses lavadouros, não obteve sucesso, logo foi derrubado e demolido, com isso, percebemos que o espaço destinado a lavagem de roupa, representa para essas mulheres um local de identificação, de encontros, e quando não se tem essa ligação pessoal, esse espaço perde sua característica e seu pertencimento. Por este motivo as lavadeiras criaram o sentimento de pertencimento, pois, ali vivenciaram suas lutas diárias, era ali que elas esqueciam os problemas do dia a dia, ao papear com suas amigas de atividade, e dividiam suas experiências de vida com as colegas de trabalho. Então se observa que a lavanderia se torna um espaço alegre, de sociabilidade, de grande valor sentimental para essas mulheres.

As lavadeiras que Michelle Perrot (1988) discorre se dividem em três grupos: as lavadeiras profissionais que lavavam para as burguesas, as donas-de-casa que lavam suas próprias roupas, e uma categoria intermediária, as por peças, que lavavam para si e tiravam algum vintém lavando para alguns comerciantes ou vizinha. Porém, as lavadeiras profissionais geram um incomodo para a sociedade, devido ao risco de influenciarem outras mulheres. Mas o que podemos observar é que o ambiente do lavadouro tinha suas peculiaridades, como Michelle Perrot cita abaixo:

Passa-se muitas coisas nesse lavadouro. Primeiramente em nível sonoro: No início, todas estão muito ocupadas, so se houve o barulho dos batedouros; depois, o ritmo diminui, e começa-se a ouvir a conversa de uma mulher com sua vizinha; a seguir, as vozes se tornam mais altas, fala-se de uma tabua para a outra e o concerto das vozes tende a superar o barulho dos batedores (Perrot, 1988, p. 227).

Apesar dessa precária forma de vida em meio a muitas horas de trabalho percebe-se o orgulho dessas mulheres trabalhadoras lavadeiras de conseguirem controlar seu próprio tempo, planejando o labor exaustivo com idas a médico e organização da casa e da prole, sendo ainda, dotadas de independência financeira. Ressalta-se a liberdade dessas mulheres e autonomia na definição de seus objetivos e de seus clientes, resolução dos seus afazeres na organização e gerenciamento de seus problemas. Esse conjunto de características cria nessas mulheres forte sentimento de dignidade, obstinação e lutam veementemente por serem legitimadas como mulheres diferenciadas dentro do segmento de pessoas oprimidas (Barbara, 2007; Neto, 2005).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

As entrevistas realizadas neste estudo obedeceram aos princípios éticos que orientam as pesquisas com seres humanos. Todas as participantes foram previamente informadas sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados, bem como sobre o uso acadêmico de seus relatos. As lavadeiras entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a participação voluntária no estudo e a utilização de suas narrativas, com garantia de sigilo, anonimato ou identificação, conforme a vontade de cada participante. O estudo respeitou os princípios de autonomia, confidencialidade e respeito às participantes, em conformidade com as diretrizes éticas vigentes. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da temática, o que possibilitou maior conhecimento e afinidade com objeto de pesquisa. Em seguida foram realizadas entrevistas de forma *on-line*³ com os participantes do estudo.

Posteriormente realizaram-se uma pesquisa em fontes primárias, jornais, revistas e fotos da época, com ênfase no jornal Gazeta de Carangola, exemplares dos anos 1970 a 1983, os quais se compõem o acervo histórico do Museu de Carangola. Através deste levantamento foi possível identificar a data da fundação e do encerramento das atividades da lavanderia, bem como, conhecer o nome dos fundadores e ter acesso a fotos da época.

Este estudo se baseou na História Oral como ferramenta metodológica e foram entrevistadas cinco mulheres, sendo três delas trabalhadoras da lavanderia. Com o objetivo de registrar como o trabalho na lavanderia se entrelaçou no cotidiano das lavadeiras, entrevistou-se dona Justina, dona Irene e dona Eugênia. Além disso, a pesquisa ouviu os relatos de Maria Elisabete Leite Eisenlohr, associada ao Rotary Clube desde o ano de 2006 e Dulce Maria Fialho Nacarati, associada ao Clube desde o ano de 1982 e membro da Casa da Amizade.

Segundo Verena Alberti (1996, p. 1) “a história oral é, talvez, o campo da história e das ciências sociais em que mais se têm produzido textos de cunho teórico-metodológico nos últimos anos”. Através da

³ Em razão da situação de pandemia causada pelo Covid-19 e com objetivo de resguardar a integridade dos entrevistados e da pesquisadora, optou-se por realizar as entrevistas por telefone, utilizando o aplicativo Whatsapp.

história oral pode-se dar protagonismo aos indivíduos tidos como subalternos, dando vozes aos silenciados e ressignificando o gênero feminino, como aponta Losandro Tedeschi:

A história na ótica de gênero nasce como um conteúdo simbólico presente no imaginário coletivo que nos revela um atuar histórico que muitas vezes não foi percebido pela comunidade, ou mesmo pela história. Assim, podemos conhecer o sujeito da história, no caso das mulheres, conhecer a vida de trabalho e seu fazer cotidiano, não desde a interpretação de uma visão patriarcal de história, mas pela consciência própria dessas mulheres (Tedeschi, 2014, p. 39).

Este trecho reflete o que pode ser percebido nas entrevistas, pois, as narradoras contaram suas histórias, recuperando a memória do espaço de trabalho e suas vivências naquele contexto. Assim sendo, vemos que a história oral possibilita conhecer o cotidiano de pessoas comuns, através do relato de seus próprios protagonistas, deste modo, reescrevendo a história, e consequentemente nos permite combater injustiças do passado. Vemos então surgir uma nova historiografia, no qual aqueles sujeitos que a história negligenciou e silenciou, passaram a ser os protagonistas da história, visto que, antes a história era escrita por aqueles que detinham o domínio da escrita e o conhecimento. Entretanto, com a nova historiografia, passa-se a utilizar as fontes não oficiais, deste modo, há uma valorização das experiências femininas, na qual a memória guardada por esses indivíduos representa o cotidiano vivido, suas particularidades e aspectos socioculturais. Discorrer acerca da história das lavadeiras de Carangola é trazer à tona suas vivências e resistências. Por conseguinte, a história oral transforma a narrativa individual, em uma narrativa coletiva possibilitando a compreensão de fatos pretéritos que fazem parte da história da comunidade. Deste modo, o historiador(a) reconstrói determinados momentos compartilhados pelos relatos dos indivíduos, o que, segundo Tedeschi (2014) faz com que as mulheres mais velhas se agarrem a fiapos da sua memória familiar, para não deixar morrer a memória coletiva, sua história de vida e de movimento social construtor da história.

Para realizar o levantamento do número de trabalhadoras da lavanderia, que ainda se encontram vivas, inicialmente foi realizada uma pesquisa virtual através da plataforma do Facebook, no qual foi publicado uma pergunta em um dos grupos de venda e compra de Carangola, a fim de localizar pessoas que conhecem as lavadeiras da época ou propriamente as lavadeiras. A pesquisa inicial contou com cerca de 15 comentários, que nos levaram a duas lavadeiras: dona Justina, de 77 anos e dona Eugênia, de 64 anos. Elas indicaram a terceira entrevistada, dona Irene de 72 anos. As três entrevistadas informaram ainda que as demais lavadeiras que trabalharam já faleceram e outras se mudaram da cidade, o que nos impossibilitou de colher mais depoimentos.

Após este primeiro contato de forma *on-line*, devido a pandemia do Covid-19, foi elaborado um questionário com perguntas objetivas que foi enviado para as participantes através do aplicativo WhatsApp. Utilizaram-se dois aparelhos celulares: um para gravar a entrevista e outro para realizar a chamada. As

entrevistas duraram aproximadamente 45 minutos. Outra entrevistada do estudo foi a senhora Dulce Maria Fialho Nacarati, membro do Rotary Clube. Essa entrevista também foi realizada da mesma forma, em razão da situação de isolamento social imposta pela pandemia de Covid-19.

4 AS PROTAGONISTAS: AS LAVADEIRAS DE CARANGOLA

Este trecho do texto traz os relatos das lavadeiras entrevistadas pelo estudo. Seus nomes foram mantidos, com o consentimento das entrevistadas, exceto o nome de uma delas, que foi substituído pelo pseudônimo Eugênia. Nas entrevistas fica evidente o benefício da lavanderia para essas mulheres, e como aquele lugar em comum que era o lavadouro, se tornou o lugar de encontro de mulheres batalhadoras, que lutavam para criar seus filhos e darem conta do serviço de casa. Essas senhoras trabalharam na lavanderia por mais de 20 anos, e ao contar a história da lavanderia se emocionaram e se alegram ao mesmo tempo. Dona Justina que foi a primeira trabalhadora da lavanderia conta como era o processo para utilizar a lavanderia:

Foi um convite que eles fizeram de a lavanderia para o pessoal trabalhar. As que tinham criança podiam levar as crianças para poder ficar lá com a gente. Tinha a creche para as crianças, tinha a cantina para as crianças comerem, nos também comia lá na cantina. Era muito bom a lavanderia, *nóis* sentiu muito ela ter acabado. Era muito bom (Relato de dona Justina, abril de 2020).

A memória é a principal fonte dos depoimentos orais que é registrada por meio das narrativas pessoais proporcionando a percepção da dinâmica da vida pessoal em conexão com os processos coletivos. Os relatos de entrevistadas e entrevistados consistem na principal fonte de informação da História Oral (Bicalho *et al.*, 2024). Sendo assim, a entrevista nos proporcionou adentrar a memórias dessas mulheres que ficaram marcadas internamente após a criação da lavanderia do Rotary. Portanto, percebemos ao longo do texto que a lavanderia era um lugar de memória, onde o dia a dia, bem como, as aflições das mesmas eram compartilhadas entre as lavadeiras, no lavadouro. Dessa forma Pierre Nora explica que a memória coletiva pode ser definida como o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado (NORA, 1993). Dessa maneira, vemos na fala abaixo na senhora Eugênia essa memória coletiva, bem como, esse vínculo afetivo que se criava no ambiente:

E eu ainda falei “na situação que eu tô agora”. Na que você mais precisa né, de um lugar para você ficar com as amigas né, trabalhando com as colegas, as pessoas que chegavam conversavam. Se eu te falar que faz falta pra nos até hoje você não acredita (Relato da lavadeira Eugênia, maio de 2020).

É perceptível o sentimento de pertencimento por parte das lavadeiras em relação ao local de trabalho, sendo assim, desenvolvendo um vínculo afetivo, um enraizamento, e este fato pode ser observado em todas as entrevistas, nas quais as interlocutoras discorreram acerca da saudade que sentem da lavanderia,

e a tristeza ao lembrar-se de seu fechamento. A lavanderia representa um “lugar de memória” (Nora, 1993) para as lavanderias, pois neste local construíram laços afetivos que fortaleceram a ideia de pertencimento, que, segundo Moreira e Hespanhol (2008) representa o acúmulo de tempos e histórias individuais que constituem o lugar, o qual guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da história, apreendido pela memória, através dos sentidos.

As entrevistas são permeadas por momentos de emoção e, por vezes, confusas, tendo em vista que as entrevistadas rememoram fatos em diferentes contextos e épocas. Usam uma linguagem simples e percebemos através de suas falas que, no ambiente de trabalho, elas se sentiam à vontade, como se estivessem em suas casas. Naquele espaço de sociabilidade se enraizava amizades conquistadas. Era uma vida difícil, porém, com as companhias das amigas de trabalho tudo ficava melhor.

Os relatos das entrevistadas também permitem identificar o empoderamento das mulheres naquela época, tendo em vista que as mesmas venciam todas as dificuldades e se uniam para conquistar seus objetivos, bem como, lutar pelos seus direitos. Vemos isso, na fala de dona Justina ao discorrer sobre a compra de um “tanquinho” para as lavadeiras usarem, no qual se vê a união do grupo.

É, lavava roupa em casa, na mão. E lá na lavanderia também, lavamos roupa muito tempo na mão, depois que associemos e compremos um tanquinho e foi lavando. Uma lavava a outra lavava (Relato de dona Justina, abril de 2020).

Nesse mesmo sentido de conquista de poder de decisão e empoderamento outra entrevistada corrobora que:

a lavanderia trazia dignidade para aquelas mulheres marginalizadas pela sociedade. A lavanderia foi um projeto muito bom para elas (Relato de dona Dulce Maria, abril de 2020).

Por meio dos relatos das lavadeiras, percebeu-se ainda que, mesmo depois de receberem o aviso de que a lavanderia iria fechar, elas tentaram manter a lavanderia funcionando.

Continuamos pedimos ajuda na prefeitura para ligar a água, ligar a luz, mas ninguém deu atenção não (Relato de dona Eugênia, abril de 2020).

Havia muitas contas de água e de luz atrasadas e que eram pagas pelo Rotary e pela Casa da Amizade. As lavadeiras pediram ajuda, se reuniram, mas infelizmente não teve solução. Por falta de recursos e apoio a lavanderia foi fechada. E segundo dona Eugênia, o que restou foi a tristeza e a promessa de criação de uma nova lavanderia exposta na fala de dona Eugênia: “O Dr. Fernando Costa, ficou de fechar a dali, e fazer outra pra nós, mas até agora não teve resultado”.

O fechamento repentino da lavanderia entristeceu as trabalhadoras, conforme relataram. Como aquele local era um ambiente de pertencimento para aquelas famílias, é como se tirassem as raízes delas.

Como podemos perceber nas duas falas de dona Eugênia, que naquele momento estava passando por um momento de luto.

Pode-se afirmar que a criação da lavanderia foi um projeto social a fim de beneficiar essas mães solteiras de baixa renda, proporcionando um melhor ambiente de trabalho, bem como, prover toda parte básica para que eles pudessem executar seu trabalho. A lavanderia fornecia sabão, energia elétrica, água, espaço de lazer que servia como creche para as crianças e alimentação, fornecida pela Cantina mantida também com recursos do Rotary Clube de Carangola. O fechamento deixou muita mágoa, tristeza e o sentimento de saudade. Uma vez que no ambiente da lavanderia aquelas trabalhadoras criavam seus filhos e conseguiam seu sustento. Ali era o ponto de encontro de mulheres que compartilhavam o mesmo destino, e o mesmo cotidiano. Dia a dia, luta após luta, e ambas ao falarem da lavanderia se emocionam, e as associadas do clube que foram entrevistadas, reconhecem o papel fundamental da lavanderia na vida dessas mulheres, e como dignificou o trabalho delas.

4.1 A LAVANDERIA DO ROTARY CLUBE DE CARANGOLA

A lavanderia do Rotary Clube de Carangola foi criada em 1973 a fim de criar um espaço laboral para as lavadeiras locais. Segundo a entrevistada rotariana Maria Elisabete Leite Eisenlohr o terreno no qual foi construída a lavanderia foi resultado de uma doação. De acordo com os relatos da entrevistada, devido ao fato de que naquela época, o Rotary Clube não poderia ter patrimônio, a doação do terreno foi registrada em nome da Casa da Amizade. Tentou-se acessar a documentação cartorária referente a esse terreno, mas foi informado que tais documentos se perderam.

De acordo com os entrevistados, o imóvel foi construído por meio de alguns projetos para angariar fundos, como, por exemplo, campanhas nas ruas para arrecadar dinheiro e/ou doações e, ainda, recursos oriundos de vendas de quermesse, como a que era feita durante as Exposições Agropecuárias de Carangola, ocasião em que o Rotary Clube possuía uma barraca que vendia doces, salgados e bebidas.

A lavanderia chegou a ter doze trabalhadoras no mesmo período, segundo relato de dona Eugênia. Atualmente residem em Carangola apenas três lavadeiras. Segundo a lavadeira Justina, de 77 anos, que foi a primeira trabalhadora da lavanderia, a “Lavanderia do Rotary” teria sido criada em 30 de Junho de 1973 por iniciativa de um grupo de rotarianos do Rotary Clube de Carangola⁴ representada pelos presidentes João de Assis Valadão e Paulo Pacheco de Medeiros Filho, juntamente com a Casa da Amizade⁵

⁴ O Rotary é uma associação de clubes de serviços cujo objetivo declarado é unir voluntários a fim de prestar serviços humanitários e promover valores éticos e a paz a nível internacional. Os membros do Rotary são chamados Rotarianos. O Rotary Clube de Carangola foi fundado em 1942 por Plínio Leite.

⁵ A Casa da Amizade é uma Associação de Senhoras Rotarianas (ASR). Entidade filantrópica sem fins lucrativos de caráter social pertencente ao Rotary Clube.

representada pela Sr. Nara Peixoto Pacheco de Medeiros, com o intuito de promover e organizar a profissão de lavadeira, através de um modelo de autogestão e prestação de serviços. Uma matéria do Jornal Gazeta de Carangola publicada em 06 de maio de 1972 descreve o andamento da construção do prédio da lavanderia, o que pode ser visto abaixo:

Construindo o prédio da lavanderia da casa da Amizade das esposas dos rotarianos locais, estava em branda atividade prática a turma de 27 alunos do mestre Laurentino Frederico. Os alicerces e vigas concretadas já estão recebendo as paredes que vão se erguendo a olhos vistos, em ritmo acelerado. Assistindo assiduamente o andamento dessa obra, está a Sra. Nara, com quem nos encontramos na volta, acompanhada de seu esposo Dr. Paulo (Jornal Gazeta de Carangola, 06 de maio de 1972).

A Lavanderia foi instalada em um galpão situado à Rua Juiz Barreto de Menezes, no Bairro Ouro Verde. O prédio foi demolido e hoje, no local, há um imóvel residencial. Junto da lavanderia, funcionava um refeitório, mantido pelo Rotary Clube, e administrado pela Casa da Amizade. Tais espaços forneciam estrutura física e materiais básicos para as atividades da lavanderia, como água, energia elétrica, sabão e equipamentos domésticos, como ferro de passar roupas. Podemos ver, na matéria do Jornal Gazeta de Carangola publicada em 30 de junho de 1973, informações sobre o dia da inauguração da lavanderia.

A casa da amizade das esposas dos Rotarianos. Inaugura à Rua Juiz Barreto de Menezes, aos trinta dias do mês de junho, uma lavanderia comunitária que servirá principalmente, aos moradores do bairro Santo Onofre. Às ssenhoras da Casa da Amizade, os nossos votos de intenso sucesso e parabenizamo-nos, no ensejo, por esta grandiosa realização (Jornal Gazeta de Carangola. 30 de junho de 1973).

No que diz respeito aos aspectos estruturais da lavandeira, as entrevistadas relembram que havia um espaço amplo, o qual visava proporcionar um ambiente adequado para as mesmas poderem efetuar seu trabalho, bem como acolher os filhos das lavadeiras. A entrevistada dona Eugênia discorre sobre a estrutura da lavanderia:

Assim, no espaço de trabalho, tinha espaço para você trabalhar e tudo que você lavava ficava ali. Era uma casa, um local grande, aí você lavava e passava, tinha as mesas para você passar e você conseguia passar as roupas e deixar elas bonitinhas, arrumadinhas para o dono vir pegar. Tinha um lugar para você pendurar, os cabides (Relato de dona Eugênia, maio de 2020).

A lavanderia possuía um espaço físico que proporciona que as crianças das trabalhadoras desempenhassem atividades diversas dentro do espaço de forma que as mães ficavam despreocupadas. Além de abrigar as crianças enquanto as mães trabalhavam, a lavanderia fornecia alimentação na chamada “cantina”:

Era um lugar onde eles [os filhos] podiam ficar. Eles vinham da aula e a gente já tava trabalhando, e eles ficavam direto lá na cantina. Era cantina que chamava o lugar. Era a lavanderia e a cantina do Rotary. Eles ficavam ali direto, ali tinha... Para quem estudava a tarde tinha [alimentação] de manhã.

Aí eles almoçavam lá. E para quem estudava de manhã, tinha [alimentação] à tarde. Aí eles vinham 16:00 horas da tarde eles davam o lanche da tarde (Relato de dona Eugênia, Maio de 2020).

A cantina é mencionada em uma publicação do Jornal Gazeta de Carangola do dia 25 de março de 1972, com o título “Cantina Social que funciona mesmo!”, na qual discorre acerca do caráter social da cantina.

Dando uma voltinha de carro com o Dr. Paulo e Sra. Nara, fomos parar na cantina da casa da Amizade, ali na Rua Delilo Coutinho, 125. O prédio é novo e foi construído especialmente para essa cantina. Embora modesto, possui os requisitos essenciais para sua destinação: escritório, amplo refeitório bem arejado, boa cozinha, banheiros, instalações sanitárias, bom fogão a gás, geladeira de boa capacidade, bateria de alumínio etc. O terreno é todo protegido por muralhas de arrimo e segurança e muros pré-fabricados, piso cimentado em parte. Aspecto agradável nesse conjunto. Porém, o que há de mais importante nisso é sua função eminentemente social. Ali recebem sadia alimentação diária dezenas de crianças carentes de boa nutrição, para que cresçam normalmente com boa saúde e aprendam a se alimentar sob os princípios básicos da higiene. A cantina dá preferência às crianças do bairro Santo Onofre, próximo dali. Supervisiona essa cantina, com muito amor e muito calor humano, a Sra. Nara Peixoto Medeiros, Presidenta da Casa da Amizade, das esposas de rotarianos. Essa cantina funciona mesmo! Estamos em pela vivência da Campanha da Fraternidade. E o seu lema é “SERVIR”. Aí, no que se disse acima, estão bons exemplos de como se pode “servir” Por um Carangola ainda melhor (Jornal Gazeta de Carangola. 25 de março de 1972).

Observa-se que a lavanderia contribuía para essas mulheres de origem humilde, as quais obtinham o sustento de seus lares através deste labor. Algumas trabalhadoras eram mães solteiras e se sentiam muito discriminadas por isso. O local de trabalho que também acolhia as crianças, filhos e filhas das lavadeiras foi lembrado por Isaías, filho de uma das lavadeiras que fez alguns relatos enquanto acompanhava sua mãe, Dona Justina, na ocasião da entrevista. Segundo Isaías:

Eu era menino, a lembrança que eu tenho é que a gente ia para lá e comia pra caramba. Era muito bom! Eutô com 52 anos, na época eu tinha uns 8 anos. [a lavanderia] fechou deve ter uns 20 anos (Relato de Isaías, filho da dona Justina, abril de 2020).

Dessa maneira, nota-se que a lavanderia trouxe sentimento de pertencimento não só para as lavadeiras, mas também para seus filhos permanece como uma lembrança boa do passado no qual os sujeitos dessa história guardam com carinho.

As *tias* da cantina ficavam com a gente lá, a gente ia de manhã para lá e ficava o dia inteiro lá. *Nóis* ia para lá 07h00min horas da manhã e ficava o dia inteiro. *Nóis* almoçava, tinha café da tarde, *nóis* plantava umas hortinhas. Era muito bom mesmo, a gente ia para lá, depois voltava e ia jogar queimada, aquela turma de criança, jogava peteca, ia aprender fazer crochê. Agora depois de velho *nóis* nos não sabe mais não, mas *nóis* aprendia. *Nóis* tinha muita ocupação lá para *nóis* nois não irmos para a rua (Relato de Isaías, filho da dona Justina, abril de 2020).

Os relatos das lavadeiras dão conta de que o espaço da lavanderia representou um projeto de vida benéfico para aquelas mulheres que lá trabalhavam, haja vista que era um espaço no qual se criavam vínculos de sociabilidade, e também onde podiam levar seus filhos, dada a inexistência de creches naquela

época, em Carangola. Além disso, a renda proveniente do trabalho era totalmente destinada a elas, sem que tivessem nenhum gasto ou despesas de manutenção da lavanderia, as quais eram custeadas pelo Rotary.

Percebe-se ainda que as lavadeiras possuem até os dias atuais um sentimento de pertencimento vinculado àquele local de trabalho, e ao mesmo tempo um sentimento de tristeza com o fechamento devido ao valor emocional que a lavanderia representava para ela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilita afirmar que a mulher está ainda fazendo sua história, pois, foram muitos séculos de silêncio, no qual até hoje, presenciamos as interferências do patriarcado enquanto sistema de dominação e controle que impõe a mulher a um único espaço social. E que o trabalho feminino ainda é invisibilizado, desvalorizado. É em busca de dar voz a essas mulheres que este trabalho se desenvolveu, através de entrevistas realizadas com as lavadeiras do município de Carangola que permitiu identificar que a história delas é permeada de momentos de superações. São mulheres batalhadoras, acostumadas com o serviço considerado pesado, no qual através dele conseguiam sustento para seus filhos. E uma delas, a dona Justina, aos 77 anos, ainda executa essa prática. observando que ao longo dos anos as experiências vividas por essas mulheres fizeram com que se empoderassem, apesar da pouca escolaridade, e são referências para seus filhos e netos.

Notando também, o vínculo delas com o trabalho e com a lavanderia, que dignificou o trabalho que eles executavam e construiu o sentimento de pertencimento ao local de trabalho representado como espaço de vivência de lutas e vitórias e o valor da memória coletiva e compartilhada por elas e por seus familiares.

Ao findar este estudo busca-se enfatizar a relevância da pesquisa voltada para a história social das mulheres e o enfoque para a história local. Por tratar-se de uma pesquisa inédita acredita-se que esse pioneirismo abre possibilidades para novos estudos que, da mesma maneira, deem visibilidade a pessoas comuns de nossa comunidade, sobretudo aqueles que atuam em trabalhos invisibilizados, como o das lavadeiras.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. II Seminário de História Oral. Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

BAQUERO, Rute Vivian. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma Discussão Conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/26722>. Acesso em: 03 jan. 2026.

BAZZO, Leda Maria Fonseca. Trabalhadoras Lavadeiras e a Literatura Científica Séculos XIX, XX e XXI. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-BA, 2016, Feira de Santana. **Anais [...]**. 2016. Feira de Santana: UEFS. p. 1-10. Disponível em: http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1517263429_ARQUIVO_ArtigoLeda.pdf. Acesso em: 03 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. **Sete Maridos**: Casamento, Literatura e Gênero Em Os Sete Maridos De Evelyn Hugo (2019). **TEMPORALIDADES**, v. 17, p. 1-16, 2025.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza. A TRANSFIGURAÇÃO DO FEMININO NA LITERATURA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A FIGURA DA MARIA MOURA (1992) COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA E SUBVERSÃO AOS PAPÉIS DE GÊNERO. **SEMINA (UPF)**, v. 24, p. 63-82, 2025. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/ph/article/view/16804>. Acesso em: 23 jan. 2026.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro, Memórias I**. Florianópolis: Oficinas Gráficas da Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina, 1971.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: UFGD, 2014.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2a edição. São Paulo, Brasileinse, 1995.

GOMES, Raísa Adrienne. **Lavadeiras no processo de modernização de Florianópolis**. Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC v. 12, n. 1-2, 2018.

MATHEUS ARAUJO BICALHO, Lucas; ALVES, Luís Fernando de; FREITAS, Andreia Luciana Ribeiro de; PEREIRA, Ester Liberato. O filho que foi pai: memórias e xadrez na cidade de Montes Claros/MG na década de 1980. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 27, 2024. DOI: 10.5216/rpp.v27.79985. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/79985>. Acesso em: 23 jan. 2026.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

MOREIRA, Érika. HESPANHOL, Rosângela. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação, nº14 volume 2, 2008, p. 48-60, 2026.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo (10) Dez 1993.

NUNES NETO, Francisco Antônio. **A Condição Social das Lavadeiras em Salvador (1930- 1939) quando a História e a Literatura se Encontram**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11256/1/Dissertacao%20Francisco.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2026.

PERROT, Michelle. O trabalho das Mulheres. *In*: PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: Operários, mulheres, prisioneiros - São Paulo, Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (Orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 126-147.

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/29923>. Acesso em: 03 jan. 2026.

SANTA BARBARA, Reginilde Rodrigues. **O Caminho da Autonomia na Conquista da Dignidade: Sociabilidades e Conflitos entre Lavadeiras em Feira de Santana (1929-1964)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, p. 71-99. 1995.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, núm. 54, dezembro, p. 281-300, 2007.

TEDESCHI, L. A. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MS: UFGD, 2014.

CAPÍTULO 6

OS NÚMEROS SOBRE FEMINICÍDIOS QUE O BRASIL INSISTE EM IGNORAR: FEMINICÍDIO, SILÊNCIOS INSTITUCIONAIS E A GESTÃO DESIGUAL DA MORTE FEMININA

THE NUMBERS ON FEMINICIDES THAT BRAZIL INSISTS ON IGNORING: FEMINICIDE, INSTITUTIONAL SILENCE, AND THE UNEQUAL MANAGEMENT OF FEMALE DEATH

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-006>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

Maria Isadora Fernandes Barros

Graduada em Direito

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: Isadorafb346@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0369713582291185>

Ana Paula Oliveira Lopes

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: nutriana2009@yahoo.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1226191942354948>

Lílian Soares Silva

Especialista em Psicopedagogia

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: lilian.soares.silva@educacao.mg.gov.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0089609742006829>

Rodrigo Arêas Amorim

Mestrando em Política

Universidade Vila Velha

E-mail: rodrigoareasamorim@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2669133033534110>

Sarah Carine Gomes Aragão

Mestra em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: sarah.aragao@unimontes.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2741082441924774>

RESUMO

O estudo analisa o feminicídio no Brasil como um fenômeno estrutural e histórico, vinculado às desigualdades de gênero, raça e classe. Seu objetivo é compreender o que os dados revelam sobre essa

violência e quais silêncios persistem na resposta social e institucional. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise de dados oficiais e revisão bibliográfica. Conclui-se que, apesar do acúmulo de diagnósticos e legislações, o país permanece incapaz de interromper a reprodução sistemática da violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Femicídio; Violência de gênero; Desigualdades estruturais; Estado.

ABSTRACT

The study analyzes femicide in Brazil as a structural and historical phenomenon linked to gender, race, and class inequalities. Its objective is to understand what the data reveal about this violence and what silences persist in the social and institutional response. The research adopts a qualitative approach, with analysis of official data and a literature review. It concludes that, despite the accumulation of diagnoses and legislation, the country remains unable to stop the systematic reproduction of violence against women.

Keywords: Femicide; Gender violence; Structural inequalities; State.

1 INTRODUÇÃO

Falar da violência contra as mulheres no Brasil é lidar com uma ferida aberta, antiga e reiterada, que insiste em atravessar diferentes épocas históricas ao se tornar estrutura da nossa formação social (Bicalho, 2025a). Os números do feminicídio, longe de se reduzirem a estatísticas ocasionais, funcionam como indícios de uma misoginia persistente, entendida aqui não apenas como ódio às mulheres, mas como um sistema de valores que hierarquiza corpos, silencia vozes e naturaliza a dominação masculina. Nos últimos anos, casos particularmente brutais ganharam espaço nos noticiários, despertando comoção e indignação pública. No entanto, tais episódios não podem ser tratados como acontecimentos excepcionais, consumidos no ritmo acelerado da mídia. Eles se inscrevem em uma longa duração histórica, marcada pela repetição da violência e pela dificuldade coletiva de interromper esse padrão. O que causa maior perplexidade é que tais crimes continuam a ocorrer em um país que dispõe de amplo repertório de pesquisas, diagnósticos e dados consistentes sobre o problema, revelando um abismo inquietante entre conhecimento produzido e transformação social efetiva.

Os dados existem, são públicos e amplamente disponíveis, mas o Brasil parece recusar-se a encará-los de frente. Há uma espécie de cegueira social seletiva e persistente, que transforma números em ruído e diagnósticos em arquivos esquecidos. Propõe-se aqui, portanto, discutir essa violência a partir do que os dados efetivamente revelam, mas também daquilo que o país insiste em ignorar: as continuidades históricas,

as desigualdades estruturais e os mecanismos cotidianos que tornam o feminicídio não apenas possível, mas recorrente.

Nesse sentido, p feminicídio no Brasil configura-se, na atualidade, como uma das expressões mais extremas da violência de gênero e permanece como um problema estrutural, apesar dos avanços normativos e do acúmulo significativo de dados e diagnósticos. Segundo o *Atlas da Violência* (IPEA; FBSP, 2023), milhares de mulheres são assassinadas todos os anos no país, sendo grande parte dessas mortes cometida por parceiros ou ex-parceiros, no espaço doméstico, o que evidencia a persistência de relações marcadas pelo controle, pela posse e pela desigualdade de gênero. Casos notórios amplamente divulgados pela mídia, como o assassinato de Tatiane Spitzner, em 2018, lançado do quarto andar de um edifício pelo então marido, ilustram de forma contundente a letalidade da violência conjugal e a previsibilidade desses crimes, frequentemente precedidos por episódios de agressão e ameaças ignoradas.

Outros episódios recentes, registrados em diferentes regiões do país, reiteram esse padrão de repetição histórica. Assim, em consonância aos estudos do *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2022), em muitos casos de feminicídio havia registros prévios de violência doméstica, medidas protetivas descumpridas ou falhas na atuação do Estado. Ainda que o caso de Mariana Ferrer não se configure juridicamente como feminicídio, a violência institucional sofrida por ela durante o processo judicial tornou-se emblemática ao revelar como o sistema de justiça pode reproduzir desigualdades e silenciamentos, reforçando a vulnerabilidade das mulheres (Schwarcz, 2019; Biroli, 2018). Assim, mais do que eventos únicos, esses casos expõem uma pedagogia social que normaliza a violência contra o feminino.

O que se observa é um paradoxo inquietante: o Brasil dispõe de legislação específica, como a Lei Maria da Penha e a tipificação do feminicídio, além de estatísticas detalhadas e produção acadêmica consistente, mas segue incapaz de interromper a reprodução sistemática dessa violência. Tal contradição evidencia a distância entre conhecimento produzido e ação efetiva, revelando que o feminicídio não é apenas um problema de segurança pública, mas um sintoma profundo das desigualdades históricas, sociais e culturais que estruturam a sociedade brasileira (Schwarcz, 2019).

Logo, apesar da existência de dados públicos, pesquisas consolidadas e diagnósticos precisos sobre a violência contra as mulheres, o feminicídio continua a se reproduzir de forma sistemática no Brasil. Diante disso, por que mesmo diante de evidências empíricas consistentes, o país parece resistir a enfrentar de maneira efetiva as causas estruturais do feminicídio? Que aspectos revelados pelos dados são sistematicamente ignorados ou minimizados no debate público e nas políticas de enfrentamento à violência de gênero?

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o fenômeno do feminicídio no Brasil a partir dos dados disponíveis, buscando compreender o que eles revelam sobre a violência de gênero no país e, simultaneamente, identificar os silêncios, omissões e resistências que marcam a resposta social e

institucional a esse problema. Pretende-se, assim, contribuir para uma leitura crítica que ultrapasse a dimensão meramente estatística e evidencie os elementos históricos, sociais e culturais que sustentam a permanência dessa violência.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais, como relatórios governamentais, bases estatísticas e estudos produzidos por institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil. Além disso, recorre-se à revisão bibliográfica de produções acadêmicas nas áreas de história, sociologia e estudos de gênero, com o objetivo de contextualizar os dados a partir de interpretações críticas sobre a formação social brasileira e a persistência das desigualdades de gênero.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade urgente de aprofundar o debate sobre o feminicídio para além da comoção pontual gerada por casos midiáticos. Ao discutir não apenas os números, mas também aquilo que o país insiste em ignorar, o estudo busca contribuir para a desnaturalização da violência contra as mulheres e para a compreensão de suas raízes estruturais. Em um contexto no qual o conhecimento produzido nem sempre se traduz em ações efetivas, torna-se fundamental refletir sobre os limites entre diagnóstico e transformação social.

2 RAÍZES HISTÓRICAS DO FEMINICÍDIO NO BRASIL: GÊNERO, RAÇA E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Antes de iniciar a análise dos dados contemporâneos, é fundamental reconhecer que o feminicídio no Brasil não pode ser compreendido como um fenômeno recente ou meramente conjuntural. Trata-se de uma violência de longa duração, profundamente enraizada na estrutura social brasileira, forjada historicamente a partir de hierarquias de gênero, raça e classe. O Brasil a que se faz referência não corresponde às múltiplas sociedades indígenas que existiam neste território antes da invasão europeia, mas sim a um projeto colonial inventado pelos europeus no contexto da expansão e da dominação imperial. Esse processo de colonização foi marcado por um profundo desequilíbrio de gênero, uma vez que se constituiu majoritariamente pela presença masculina. Vieram sobretudo homens - senhores de terras, administradores, militares, marinheiros e trabalhadores livres - responsáveis por implantar uma ordem social violenta e patriarcal. Mesmo a população escravizada foi conformada sob essa lógica, apresentando predominância masculina, dado que o tráfico atlântico priorizava a importação de corpos considerados aptos ao trabalho forçado (Saffioti, 2015; Gonzalez, 2020).

Na longa duração da história brasileira, a violência contra as mulheres inscreve-se no cotidiano como prática recorrente e socialmente tolerada. Desde os primórdios da colonização, os corpos femininos foram objeto de vigilância, correção e apropriação, seja no espaço doméstico, seja nas relações de trabalho e de poder (Bicalho; Alves, 2025). Mulheres indígenas, negras e brancas pobres viveram sob códigos morais

rígidos, que legitimavam castigos físicos, abusos sexuais e silenciamentos, naturalizados pela autoridade masculina e sancionados por instituições como a Igreja, a família e o Estado (Del Priore, 2011). Nos registros coloniais, nos sermões e nos processos judiciais, a violência aparece frequentemente banalizada, tratada como expressão da ordem e da disciplina, revelando uma sociedade em que o sofrimento feminino era parte do funcionamento social. Essa herança de brutalidade cotidiana, transmitida e resignificada ao longo dos séculos, ajuda a compreender como a violência de gênero se tornou um traço persistente da experiência histórica brasileira, encontrando, no feminicídio contemporâneo, sua manifestação mais extrema (Rago, 2006, 2022).

Essa configuração demográfica e social produziu efeitos profundos e duradouros. A sociedade colonial organizou-se em torno do latifúndio e do poder quase absoluto dos senhores brancos de origem europeia, que exerciam controle não apenas sobre a terra, mas também sobre a vida social, a religião, o nascimento e a morte, bem como sobre os corpos das pessoas escravizadas. Desde o Período Colonial (1500-1822), os corpos femininos, especialmente os das mulheres negras e indígenas foram sistematicamente submetidos ao trabalho compulsório, ao estupro e a múltiplas formas de violência sexual, naturalizadas como parte da ordem social (Saffioti, 2015; Segato, 2016). Ainda que a história não possa ser entendida como uma linha contínua e sem rupturas, é possível afirmar que o presente mantém ressonâncias profundas desse passado, especialmente no modo como a violência contra as mulheres é reiterada e, muitas vezes, tolerada.

Fontes históricas como processos criminais, registros paroquiais, inventários post-mortem e documentos inquisitoriais evidenciam que a violência contra as mulheres fazia parte do cotidiano colonial e raramente era reconhecida como crime. Estupros cometidos contra mulheres escravizadas, por exemplo, não eram tipificados juridicamente, uma vez que essas mulheres eram consideradas propriedade de seus senhores, o que inviabilizava qualquer noção legal de violação sexual (Lara, 1988; Schwarcz, 2019). No âmbito conjugal, o direito português assegurava ao marido o chamado *poder de correção*, legitimando castigos físicos contra esposas como instrumento de disciplina doméstica (Del Priore, 2011). Mesmo após a Independência e ao longo do século XIX, práticas judiciais continuaram a relativizar a violência masculina, frequentemente culpabilizando mulheres pobres, negras ou racializadas pelos abusos sofridos (Grinberg, 2002). A permanência dessas concepções ao longo do tempo contribuiu para a consolidação de uma cultura jurídica e social marcada pela desvalorização da vida feminina, elemento central para a compreensão histórica da violência de gênero no Brasil contemporâneo.

Quando se observa os dados atuais, essa continuidade histórica torna-se evidente. No final de 2025, o Brasil registra, em média, um feminicídio a cada sete horas, índice que permanece elevado ao longo dos anos, revelando os limites das políticas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (FBSP, 2024), que sistematiza dados referentes a 2023, a maioria

dos feminicídios ocorre no espaço doméstico e é cometida por parceiros ou ex-parceiros, indicando que a violência é frequentemente precedida por um histórico conhecido de agressões. Além disso, a Pesquisa Nacional da Violência contra a Mulher, realizada pelo DataSenado, aponta que mais de 3,7 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência nos últimos doze meses, incluindo violência física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial (DATASENADO, 2023).

A continuidade histórica da violência letal contra as mulheres no Brasil também se reflete em acontecimentos amplamente noticiados ao longo de 2025, que evidenciam não apenas a magnitude dos números, mas sua materialidade no cotidiano social. Em janeiro de 2026, reportagens indicaram que o país atingiu 1.470 casos de feminicídio em 2025, a maior marca já registrada, o que significa uma média de cerca de quatro mulheres assassinadas por dia em razão de seu gênero, segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) compilados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e divulgados pela imprensa brasileira (Silvestre, 2026). Esses números alarmantes desencadearam grandes manifestações de mulheres em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, nas quais milhares marcharam contra a violência de gênero sob gritos de *Stop killing us* (Parem de nos matar) denunciando a persistência do feminicídio e a insuficiência das respostas institucionais (Al Jazeera English, 2025).

Além disso, levantamentos estaduais mostraram que em São Paulo, por exemplo, o número de feminicídios registrados na capital em 2025 ultrapassou cifras históricas anteriores, com 53 ocorrências só nos primeiros meses do ano, enquanto estados como Santa Catarina registraram centenas de tentativas de feminicídio, reforçando a gravidade sistêmica do problema em diferentes regiões do país (Guimarães, 2025).

A análise do perfil das vítimas revela um dado central, que dialoga diretamente com a herança colonial do país: a maioria das mulheres assassinadas no Brasil é negra. Mulheres negras correspondem a aproximadamente 66% das vítimas de feminicídio, mantendo uma tendência histórica já identificada por diferentes estudos (IPEA, 2023). Esse dado evidencia que a violência de gênero no Brasil é também racializada e atravessada por desigualdades estruturais persistentes. Assim, compreender o feminicídio exige uma abordagem interseccional, capaz de articular gênero, raça e classe social, conforme apontam autoras fundamentais do feminismo negro brasileiro (Gonzalez, 2020), sob pena de invisibilizar os grupos mais vulnerabilizados e reproduzir os silêncios que historicamente sustentam essa violência.

Outro dado igualmente perturbador diz respeito ao lugar onde a violência contra as mulheres acontece. Segundo dados oficiais do Ministério das Mulheres, a maior parte das agressões ocorre no interior do próprio lar, sendo cometida, em sua maioria, por parceiros, ex-parceiros ou familiares próximos. Informações sistematizadas a partir dos atendimentos do serviço *Ligue 180*, referentes ao ano de 2024, indicam que a violência doméstica permanece como o principal eixo das denúncias registradas no país (Brasil, 2024a). A casa historicamente associada ao cuidado, à proteção e à intimidade transforma-se, assim,

em espaço de medo e vulnerabilidade, revelando, como aponta Heleieth Saffioti (2015), que o patriarcado configura de forma privilegiada justamente no âmbito privado, onde a violência tende a ser naturalizada e silenciada.

Essa constatação dialoga com reflexões clássicas do pensamento feminista, segundo as quais o privado é também político. A violência doméstica não constitui um desvio da norma social, mas um de seus fundamentos, sustentado por relações assimétricas de poder entre homens e mulheres (Biroli, 2018). Ao se instalar no cotidiano e nas relações afetivas, essa violência se torna menos visível e mais difícil de ser denunciada, reforçando o ciclo de dominação masculina descrito por Silvia Federici (2017), no qual o controle sobre os corpos femininos é peça central da organização social.

Os dados também revelam a dificuldade de romper esse ciclo. Pesquisas recentes indicam que muitas mulheres não denunciam ou abandonam o processo de denúncia ao longo do caminho. De acordo com levantamento do DataSenado, apenas cerca de 40% das mulheres vítimas de violência buscam ajuda formal, seja junto à polícia, ao sistema de justiça ou a serviços especializados (DATASENADO, 2024). Esse dado evidencia que a violência não se sustenta apenas pela ação do agressor, mas também pela ausência de condições materiais e simbólicas que permitam às mulheres romper com relações abusivas.

As razões para essa desistência são múltiplas e estruturais. A dependência econômica, a inexistência de redes de apoio, o medo de represálias e a descrença na atuação do Estado figuram entre os principais fatores apontados. Nesse sentido, Lélia Gonzalez (2020) argumenta que essas vulnerabilidades não se distribuem de forma igual entre as mulheres: raça e classe social aprofundam as desigualdades e tornam as mulheres negras as mais expostas à violência e as menos protegidas pelas instituições. Estudos do IPEA e análises da ONU Mulheres Brasil confirmam que a precariedade do atendimento institucional delegacias despreparadas, medidas protetivas ineficazes e uma justiça lenta contribui para a reprodução da violência e para o sentimento de abandono vivenciado pelas vítimas (IPEA, 2023; ONU MULHERES BRASIL, 2024).

Esses números evidenciam que a violência contra as mulheres não é fruto do acaso, tampouco pode ser explicada por narrativas individualizantes, como ciúme ou paixão. Trata-se de um fenômeno social, histórico, institucional e racialmente estruturado. Sendo assim, Rita Laura Segato (2016) coloca que a violência de gênero funciona como uma pedagogia da crueldade, por meio da qual se reafirmam hierarquias e se produzem mensagens de controle sobre os corpos femininos (Bicalho, 2025b). Com efeito, o Brasil revela-se como um país que ainda tolera e naturaliza comportamentos agressivos masculinos, frequentemente culpabilizando as próprias vítimas.

Diante desse cenário, os próprios dados apontam caminhos incontornáveis. O primeiro deles é a educação, compreendida como formação ética, política e afetiva. Desde cedo, é fundamental educar para a igualdade de gênero, para o respeito e para a compreensão de que nenhuma forma de afeto justifica agressões ou mortes. Posto isso, bell hooks (2019) explica que educar para o amor e para a justiça é um

passo central na construção de relações não violentas. Um segundo eixo essencial diz respeito ao fortalecimento das políticas públicas de acolhimento, com equipes capacitadas, atendimento humanizado e respostas institucionais rápidas e eficazes. Soma-se a isso a necessidade de campanhas permanentes, que atuem de forma contínua na desconstrução da misoginia, e não apenas em momentos de comoção pública.

Por fim, é imprescindível reconhecer que o enfrentamento da violência de gênero exige uma abordagem interseccional. O Brasil figura, de forma recorrente, entre os países que mais matam pessoas trans no mundo, evidenciando que o ódio de gênero também se expressa no transfeminicídio, frequentemente invisibilizado nas estatísticas oficiais (ANTRA, 2023). Os casos que chocam a opinião pública não são coincidências nem fatalidades: são manifestações de uma estrutura histórica de gênero, raça e classe profundamente desigual. Enfrentá-la implica não apenas reagir à violência, mas transformar as bases sociais que a sustentam.

3 QUEM SÃO AS MULHERES QUE O BRASIL DEIXA MORRER?

Há algo de profundamente inquietante na recorrência com que mulheres seguem sendo assassinadas no Brasil. A persistência desses números não remete apenas à continuidade da violência, mas à cristalização de um ordenamento social que aprendeu a tolerá-la, incorporando a morte feminina como parte de sua paisagem ordinária. Quando o feminicídio é convertido em médias, percentuais, séries históricas e representações gráficas, a morte deixa de atuar como ruptura ética e política e passa a ser absorvida como dado administrável, passível de gestão. A estatística, desse modo, não se limita a descrever a realidade: ela intervém na sua conformação simbólica, participando de um processo de normalização do intolerável que produz uma pedagogia da indiferença, dessensibiliza o olhar coletivo, dilui responsabilidades e compromete a capacidade social de indignação, luto e resposta.

Se a estatística contribui para a normalização da morte, é porque essa morte já foi previamente hierarquizada. Essas vidas não se perdem ao acaso: elas são produzidas como perdíveis. O mapa do feminicídio revela uma distribuição rigorosa da violência, que incide com notável precisão sobre corpos previamente inscritos em circuitos históricos de desvalorização e abandono. Tratam-se, majoritariamente, de mulheres negras, pobres e periféricas, situadas em territórios onde a presença do Estado se manifesta de modo rarefeito, intermitente ou exclusivamente repressivo (IPEA; FBSP, 2023). Nesses espaços, o poder público não funciona como garantia de direitos, mas como gestor desigual da vida e da morte. O feminicídio, assim, não inaugura a violência: ele a consuma. Antes do assassinato, essas mulheres já haviam sido submetidas a regimes prolongados de precarização da existência, ao silenciamento estrutural e à exposição permanente ao risco, compondo um continuum de violência que torna sua eliminação socialmente inteligível e, por isso mesmo, tolerável.

Sueli Carneiro (2011) nos oferece uma chave analítica fundamental ao demonstrar que esse processo não se sustenta apenas pela exclusão, mas pela produção ativa e sistemática de hierarquias de humanidade. Em tal ordenamento, algumas vidas são reconhecidas como passíveis de luto, investigação e comoção pública, enquanto outras são rapidamente capturadas pela indiferença social e pelo silêncio institucional. Assim, a morte de mulheres negras, não desorganiza a ordem vigente; ao contrário, a reafirma, pois se inscreve em uma estrutura histórica que naturaliza sua vulnerabilidade e banaliza sua eliminação.

A interiorização dessa violência torna o quadro ainda mais inquietante. Em pequenas cidades, zonas rurais e regiões afastadas dos grandes centros, a violência se instala de forma mais silenciosa e persistente. A ausência de serviços especializados, aliada à proximidade entre vítima, agressor e instituições locais, produz um ambiente no qual denunciar pode significar aumentar o perigo (FBSP, 2022). Nesses territórios, o feminicídio não é apenas mais provável, ele é mais invisível, mais tolerado e mais facilmente esquecido.

Essas mulheres, em sua maioria, não morrem em silêncio nem por falta de aviso. Antes do assassinato, denunciaram reiteradamente as agressões, requereram medidas protetivas e recorreram às instâncias estatais que, em tese, deveriam garantir sua sobrevivência. O que encontram, de forma recorrente, é um Estado que não falha por insuficiência, mas por escolha política: lento, fragmentado e estruturalmente descrente da palavra de mulheres negras. O racismo estrutural não atua aqui como ruído lateral, mas como tecnologia de gestão da indiferença, autorizando que sua dor seja relativizada, sua urgência protelada e sua vida tornada negociável. Conforme Sueli Carneiro (2005), aqui tem-se um apagamento sistemático da legitimidade da fala, um epistemicídio cotidiano que não apenas antecede, mas viabiliza a morte física.

O Estado, nesse cenário, não se apresenta apenas pela ausência, mas como operador ativo de uma gestão seletiva da proteção. Enquanto algumas mulheres são reconhecidas como dignas de salvaguarda antes que a violência atinja seu ponto extremo, outras só adquirem inteligibilidade institucional quando já foram mortas. Essa seletividade não é acidental: ela expressa um modo específico de governar que naturaliza a perda de determinadas vidas como custo aceitável da manutenção da ordem social. É nesse ponto que o feminicídio se aproxima da lógica necropolítica formulada por Achille Mbembe (2018), não como prática de execução direta, mas como administração prolongada e sistemática da exposição à morte, na qual o abandono, a demora e a indiferença estatal operam como dispositivos letais.

O que é incomodo, não é apenas o número de mulheres assassinadas, mas a previsibilidade dessas mortes. Elas seguem um roteiro conhecido, repetido à exaustão, sem que isso provoque ruptura significativa nas práticas institucionais ou no imaginário social. O feminicídio, em todos os casos não surge como exceção monstruosa, mas como desfecho esperado de trajetórias femininas racializadas, precarizadas e sistematicamente desprotegidas.

Diante disso, o enfrentamento do feminicídio não pode se limitar à retórica da exceção nem à promessa reiterada de aperfeiçoamento institucional. Enquanto a morte de mulheres negras, pobres e

periféricas continuar sendo administrada como efeito colateral tolerável de uma ordem social profundamente desigual, qualquer resposta que se pretenda técnica ou emergencial será insuficiente. Nomear o feminicídio exige mais do que contabilizar vítimas ou aprimorar dispositivos legais: implica confrontar as estruturas que produzem vidas matáveis, desnaturalizar a seletividade da proteção e interromper o pacto social silencioso que transforma a morte dessas mulheres em acontecimento previsível, inteligível e, por isso mesmo, aceitável. Encerrar esse ciclo não é questão de eficiência estatal, mas de ruptura ética e política com uma ordem que aprendeu a conviver com o extermínio cotidiano de determinadas vidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados reunidos ao longo deste artigo demonstram que o feminicídio no Brasil não pode ser interpretado como uma sucessão de episódios isolados, tampouco como resultado exclusivo de falhas pontuais na aplicação da lei. Logo, trata-se de um fenômeno estrutural, profundamente enraizado nas formas históricas de organização social, que define quais vidas são passíveis de proteção e quais podem ser expostas à violência extrema sem provocar rupturas significativas na ordem social. A repetição dos números, sua previsibilidade e sua concentração sobre determinados corpos revelam uma sociedade que aprendeu a conviver com a morte feminina como parte de sua normalidade, transformando a estatística em um dispositivo de banalização do intolerável e esvaziando seu potencial de indignação ética e política.

Nesse contexto, o Estado não atua apenas pela ausência, mas pela gestão seletiva da proteção e da indiferença. A manutenção de um sistema que conhece os riscos, dispõe de diagnósticos precisos e, ainda assim, falha reiteradamente em interromper trajetórias anunciadas de morte evidencia que o feminicídio não é um desvio, mas um produto previsível de uma ordem social desigual. Portanto, enfrentar essa realidade exige mais do que respostas emergenciais ou aprimoramentos técnicos: implica questionar as estruturas que naturalizam a vulnerabilidade de determinadas mulheres, romper com a lógica que administra suas mortes como custo aceitável e recolocar a vida feminina no centro de um pacto social que, até aqui, tem se mostrado incapaz de reconhecê-la como inegociável.

REFERÊNCIAS

- AL JAZEERA ENGLISH. 'Stop killing us': Huge crowds rally in Brazil, decrying rise in femicide. 8 dez. 2025. **Al Jazeera English**. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2025/12/8/stop-killing-us-huge-crowds-rally-in-brazil-decrying-rise-in-femicide>. Acesso em: jan. 2026.
- ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais no Brasil em 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.org/dossie>. Acesso em: 11 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. “Boas moças não matam?”: Uma análise de gênero sobre os casos Richthofen e Matsunaga na mídia brasileira. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. e15117, 2025a. DOI: 10.5216/teri.v15i1.82556. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/82556>. Acesso em: 9 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. Asas mutiladas: a dor silenciada em Malévola e seus ecos na cultura patriarcal. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 3, p. 52-62, set./dez. 2025.2025b.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza. “O meu nome é Cu-ne-gun-des!”: identidade, poder e gênero em *Êta Mundo Bom!* (2016). **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 12, p. e19178, 2025. DOI: 10.28998/cirev.2025v12e19178. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/cir/article/view/19178>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório de atendimento do Ligue 180 – ano de 2024**. Brasília: Ministério das Mulheres, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/ligue180>. Acesso em: 11 jan. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA; Takano Cidadania (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DATASENADO. **Pesquisa Nacional da Violência contra a Mulher**. Brasília: Senado Federal, 2023.

DATASENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado>. Acesso em: 28 jan. 2026.

DATASENADO. **Pesquisa nacional sobre violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado>. Acesso em: 11 jan. 2026.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 28 jan. 2026

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRINBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambiguidade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

GUIMARÃES, Elaine. Em 9 meses, Brasil registrou mais de mil feminicídios em 2025. 07 dez. 2025. **Portal iG**. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2025-12-07/em-9-meses--brasil-registra-mais-de-mil-casos-de-feminicidio-em-2025.html>. Acesso em: jan. 2026.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>. Acesso em: 28 jan. 2026.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA, 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2023**. Brasília: IPEA, 2023.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ONU MULHERES BRASIL. **Violência contra mulheres e meninas no Brasil: avanços e desafios**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 11 jan. 2026.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, p. 81-91, 1995.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. p. 21-41.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2016.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2016.

SILVESTRE, Yasmin. Brasil registra recorde de feminicídios em 2025, com 1.470 casos e média diária de quatro mortes. São Paulo, 20 jan. 2026. **CNN Brasil**. Disponível em:

OS NÚMEROS SOBRE FEMINICÍDIOS QUE O BRASIL INSISTE EM IGNORAR: FEMINICÍDIO, SILÊNCIOS INSTITUCIONAIS E A GESTÃO DESIGUAL DA MORTE FEMININA

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/2025-registra-recorde-em-feminicidio-com-4-mulheres-mortas-por-dia-pais/>. Acesso em: jan. 2026.

CAPÍTULO 7

INDÚSTRIA DO AUTOCUIDADO E MERCANTILIZAÇÃO DA SAÚDE ALIMENTAR: A TRANSFORMAÇÃO DO COMER EM DEVER MORAL E DO CORPO COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE DA SUBJETIVIDADE

THE SELF-CARE INDUSTRY AND THE COMMERCIALIZATION OF HEALTHY EATING: THE TRANSFORMATION OF EATING INTO A MORAL DUTY AND THE BODY AS A DEVICE FOR CONTROLLING SUBJECTIVITY

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-007>

Igor Fernando de Queiroz Souto

Mestre em Educação

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: igorsoutopsi@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4176646806218135>

Luciano Evangelista dos Santos Filho

Doutor em Ciências Fisiológicas

Universidade Federal da Bahia

E-mail: lucianofilho.21@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3141321228224083>

Paula Poliana Campos

Graduada em Psicologia

Faculdade de Saúde Ibituruna

E-mail: pooliana@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4092757221258589>

RESUMO

A alimentação, embora constitua uma necessidade fundamental à reprodução da vida, tem sido progressivamente atravessada por dinâmicas políticas, econômicas, culturais e discursivas que a deslocam de uma prática cotidiana de subsistência para um comportamento normatizado e moralizado. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente a alimentação enquanto prática social e simbólica, considerando-se seus atravessamentos por relações de poder, desigualdades estruturais e dispositivos normativos, com ênfase nos discursos contemporâneos do autocuidado e da alimentação saudável e em seus efeitos na produção da subjetividade. Trata-se de um estudo de natureza teórico-crítica, fundamentado em revisão bibliográfica e análise discursiva, que articula contribuições da antropologia da alimentação, da crítica social e dos estudos sobre corpo, biopoder e normatização das práticas de cuidado em saúde. A discussão evidencia que o comer ultrapassa a dimensão biológica, constituindo-se como prática mediada por sentidos culturais, afetivos e simbólicos, ao mesmo tempo em que opera, na racionalidade neoliberal, como dispositivo de controle dos corpos e de responsabilização individual, deslocando o debate das condições materiais de acesso ao alimento para a culpabilização dos sujeitos. No contexto brasileiro,

marcado por profundas desigualdades sociais e pela persistência da insegurança alimentar, esses discursos produzem efeitos desiguais, incidindo de forma mais intensa sobre os corpos das mulheres, especialmente daquelas que vivem com obesidade, historicamente submetidas a regimes de vigilância, estigmatização e violência simbólica. Conclui-se que o discurso do autocuidado, ao capturar a alimentação e o corpo como objetos centrais de gestão moral, tende a intensificar processos de sofrimento psíquico, culpa e exclusão, afastando o cuidado de uma dimensão ética, relacional e socialmente situada. Defende-se, portanto, a necessidade de repensar as práticas de cuidado em saúde a partir de uma perspectiva crítica que reconheça a alimentação como direito social e prática atravessada por desigualdades, historicidade e singularidades, deslocando-a do campo da normatização moral para o da responsabilidade coletiva.

Palavras-chave: Alimentação; Corpo; Mercantilização.

ABSTRACT

Although food is a fundamental necessity for the reproduction of life, it has been progressively affected by political, economic, cultural, and discursive dynamics that shift it from a daily practice of subsistence to a normalized and moralized behavior. From this perspective, this study aims to critically analyze food as a social and symbolic practice, considering its intersections with power relations, structural inequalities, and normative devices, with an emphasis on contemporary discourses of self-care and healthy eating and their effects on the production of subjectivity. This is a theoretical-critical study based on a literature review and discursive analysis, which articulates contributions from the anthropology of food, social criticism, and studies on the body, biopower, and the normalization of healthcare practices. The discussion shows that eating goes beyond the biological dimension, constituting a practice mediated by cultural, affective, and symbolic meanings, while at the same time operating, in neoliberal rationality, as a device for controlling bodies and individual accountability, shifting the debate from the material conditions of access to food to the blaming of individuals. In the Brazilian context, marked by profound social inequalities and persistent food insecurity, these discourses produce unequal effects, impacting more intensely on women's bodies, especially those living with obesity, who have historically been subjected to surveillance, stigmatization, and symbolic violence. It can be concluded that the discourse of self-care, by capturing food and the body as central objects of moral management, tends to intensify processes of psychological suffering, guilt, and exclusion, distancing care from an ethical, relational, and socially situated dimension. Therefore, we defend the need to rethink health care practices from a critical perspective that recognizes food as a social right and a practice marked by inequalities, historicity, and singularities, shifting it from the field of moral normalization to that of collective responsibility.

Keywords: Food; Body; Commodification.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação constitui um elemento central da vida cotidiana; entretanto, tem sido progressivamente atravessada por dinâmicas políticas, econômicas, culturais e sociais que deslocam o ato de comer de uma prática fundamental de subsistência para um comportamento alimentar normatizado.

A partir dessas dinâmicas, é possível observar múltiplos modos de se alimentar e sobreviver, que abrangem desde o plantio e a colheita até as formas de preparo e de consumo dos alimentos, seja por meio da produção própria e/ou através da indústria alimentícia. Desta forma, deve-se considerar diversos modos de viver, como comunidades quilombolas, rurais, indígenas e outras culturas tradicionais. Ademais, as questões religiosas, como de origem de matriz africana e outros campos religiosos que se relacionam com alimentos como rituais. Também, os fatores econômicos como a distribuição de renda, o acesso aos bens de consumo, as políticas públicas suplementares e complementares, as condições de saúde, de moradia, de urbanização, devem ser evidenciadas nesse contexto alimentar.

Diante das questões socioculturais, tornam-se evidentes os contrastes que atravessam as práticas alimentares. Tais diferenças demonstram que a alimentação ultrapassa a dimensão estritamente biológica, sendo profundamente marcada por fatores culturais, sociais e históricos.

O comer é, assim, uma ação concreta de incorporação tanto de alimentos como de seus significados, permeada por trocas simbólicas, envolvendo uma infinidade de elementos e de associações capazes de expressar e consolidar a posição de um agente social em suas relações cotidianas (Carvalho; Luz, 2011, p. 147).

Essas práticas não se organizam de forma neutra, mas expressam valores, normas e hierarquias que atravessam as relações sociais, articulando-se às dimensões como tradições familiares, identidade cultural, religião, classe social e contexto histórico. Assim, o comer constitui-se como uma prática mediada pela linguagem e pelos discursos sociais, por meio dos quais se produzem sentidos, pertencimentos e distinções, ao mesmo tempo em que se reforçam ou se tensionam formas hegemônicas de viver, cuidar e governar os corpos. Pode-se destacar como diferentes regiões, grupos sociais e contextos históricos que contribuíram para a formação de hábitos alimentares variados.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo central analisar criticamente a alimentação enquanto prática social e simbólica, considerando-se seus atravessamentos por relações de poder, desigualdades estruturais e dispositivos normativos, com ênfase nos discursos contemporâneos do autocuidado e da alimentação saudável e em seus efeitos na produção da subjetividade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico-crítico, fundamentada em revisão bibliográfica e análise discursiva. Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita a compreensão aprofundada dos significados, valores, crenças e práticas sociais, sendo especialmente adequada para investigações que buscam analisar processos simbólicos e subjetivos. No que se refere ao delineamento teórico, a revisão bibliográfica é compreendida como procedimento metodológico que permite o exame crítico de produções científicas relevantes, possibilitando a construção de análises reflexivas e interpretativas sobre determinado objeto de estudo (Gil, 2019; Lakatos; Marconi, 2017).

A análise discursiva adotada neste trabalho compreende os discursos como práticas sociais historicamente situadas, atravessadas por relações de poder e produtoras de sentidos e subjetividades, conforme apontam Orlandi (2015) e Fairclough (2001). Tal abordagem permite problematizar os discursos contemporâneos sobre alimentação saudável e autocuidado, compreendendo-os não apenas como orientações técnicas, mas como dispositivos normativos que operam na regulação dos corpos e na responsabilização individual. O percurso metodológico adotado possibilita, assim, analisar criticamente os efeitos desses discursos na produção da subjetividade e nas experiências corporais, com ênfase nos impactos desiguais sobre os corpos das mulheres, especialmente daquelas que vivem com obesidade no contexto brasileiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realidade brasileira, assim como em diversas regiões do mundo, parcelas significativas da população permanecem privadas do acesso regular à alimentação básica, sem condições mínimas para a realização cotidiana das refeições.

Os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), revelou que a partir da pandemia da Covid-19, 116,8 milhões de brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar, e destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões enfrentavam as 168 Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re)construção da fome” (Rede PENSSAN, 2021, p. 35). A partir deste entendimento, as consequências geraram impactos significativos na vida das pessoas, sobretudo no acesso à alimentação, que possivelmente contribuíram para consequências sociais na atual realidade brasileira.

Os estudos apontaram para um cenário que evidencia um profundo questionamento sobre as questões sociais e suas expressões: o desemprego, o desmonte dos direitos dos trabalhadores, a pobreza, a desigualdade social e o pauperismo passaram a fazer parte da vida de muitas pessoas, visto que no período pandêmico houve o fechamento de vários postos de emprego/trabalho, dificuldade no transporte coletivo,

escassez de oportunidade de trabalho, agravando consideravelmente o desemprego no país (Bonamigo; Campos, 2024).

Esse fenômeno econômico contribuiu para um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e pela negação do acesso à alimentação adequada, evidenciando uma contradição estrutural que atravessa o campo alimentar contemporâneo. Enquanto o alimento se apresenta como direito social fundamental e condição básica para a reprodução da vida, sua garantia permanece profundamente desigual, revelando os limites das políticas públicas e das formas de organizações socioeconômicas vigentes. Também há uma precarização material e insegurança alimentar que intensificam os discursos sobre o comer, deslocando o debate das condições concretas de acesso aos alimentos para a responsabilização individual pelas escolhas alimentares. A partir desses desafios é que se deve produzir diálogos com a participação popular que produzam nos sujeitos, autonomia para decisões a respeito dos direitos básicos de sobrevivência e existência, uma vez que as políticas públicas demonstraram insuficiência quando comparado ao número alarmante de pessoas que não acessaram alimentação adequada. Tais discussões tornam-se importantes e necessárias para compreender esses fenômenos que controlam, modificam e excluem os sujeitos.

Paradoxalmente, em um contexto social marcado pela persistência da insegurança alimentar, especialmente entre a classe trabalhadora e aqueles que dependem economicamente de políticas públicas, o comer passou a ocupar um lugar de crescente interesse acadêmico, institucional e midiático. Nesse cenário, a alimentação tem sido progressivamente classificada, medicalizada e amplamente publicizada, mostrando um contraste entre a escassez material vivida por amplos segmentos da população e a intensificação dos discursos normativos sobre o que, como e o quanto se deve comer (Chiaretti; Santana; Barbai, 2022).

Além disso, o tempo socialmente investido na alimentação, que envolve escolhas, consumo, aquisição e preparo dos alimentos, revela que o comer passou a ocupar um lugar central na organização da vida cotidiana. Tal centralidade, entretanto, não se restringe à dimensão nutricional, sendo atravessada por prescrições, expectativas e julgamentos morais que regulam práticas alimentares e produzem hierarquizações entre corpos, estilos de vida e formas de cuidado consideradas legítimas (Chiaretti; Santana; Barbai, 2022).

De fato, a alimentação não pode ser compreendida apenas como um ato destinado à manutenção da saúde física ou psíquica. Ao recorrer à comida, o sujeito mobiliza também elementos simbólicos e afetivos que deslocam o alimento de sua função estritamente material, convertendo-o em suporte de significações mais amplas, pois envolve representações, valores e imaginários sociais que orientam escolhas, classificações e práticas alimentares. Assim, estando a alimentação humana profundamente impregnada pela cultura, torna-se possível compreender os sistemas alimentares simbólicos, nos quais códigos sociais

operam na produção de sentidos e no estabelecimento das relações dos sujeitos entre si e com a natureza (Canesqui; Garcia, 2005).

Ao tratar do tema, Roberto Da Matta (1986, p. 34) estabelece uma distinção entre comida e alimento, ao afirmar que “comida não é apenas uma substância alimentar, mas também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se; e o jeito de comer define não apenas aquilo que é ingerido, mas também aquele que o ingere”.

Em contrapartida, quando determinadas restrições alimentares são impostas seja por condições materiais, prescrições normativas ou exigências biomédicas, o sujeito é convocado a reorganizar seu modo de comer a partir de alternativas consideradas possíveis e desejáveis dentro de seu universo simbólico. Essas adaptações buscam preservar aspectos centrais da vida cotidiana e evitar rupturas nas dimensões sociais e simbólicas que estruturam sua relação com a alimentação. É nesse esforço de conciliar limites, recursos disponíveis e modos de vida que se inscrevem as possibilidades de mudanças alimentares socialmente viáveis e subjetivamente sustentáveis (Canesqui; Garcia, 2005).

É a partir dessa tensão entre sentidos atribuídos ao alimento, restrições impostas e possibilidades de escolha que o comer passa a operar como um campo no qual se articulam dinâmicas de presença e ausência, prazer e desprazer, desejo e falta, materializadas no alimento enquanto objeto simbólico. Reconhecer essa complexidade não implica minimizar a gravidade da fome, que persiste como expressão estrutural das desigualdades sociais e marca profundamente a memória coletiva, sobretudo no contexto brasileiro. Ao contrário, permite compreender a alimentação como uma questão social e urbana que expressa relações de poder, modos de organização da vida e projetos de sociedade, revelando-se indissociável da história e das condições materiais de um povo e de uma nação (Chiaretti; Santana; Barbai, 2022).

Diante das dimensões alimentares, o corpo ocupa um lugar central, sendo socialmente idealizado, construído e controlado, de modo que práticas alimentares passam a ser avaliadas moralmente, atribuindo-lhes juízos de maior ou menor valor. As memórias que o corpo carrega e pelas quais é constantemente cobrado revelam experiências profundamente desiguais, que se intensificam quando atravessadas por marcadores étnico-raciais, de gênero, idade, sexo e sexualidade. Tais dimensões são fundamentais para uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos políticos que incidem sobre os sujeitos e regulam suas formas de existência.

Nessa perspectiva, compreende-se que o que nos constitui como corpo e não como mera carne, seja a linguagem. Não se trata da *la viande*, a carne destinada ao consumo, tampouco da *la chair*, o corpo vivo entendido apenas como organismo biológico, mas de um corpo simbolicamente produzido. É por meio da linguagem que o corpo se distingue da materialidade puramente orgânica e passa a existir como espaço de inscrição simbólica, histórica e ideológica. Nesse sentido, conforme afirma Orlandi (2012), o corpo não é imune à ideologia; ao contrário, encontra-se profundamente atravessado por ela.

O corpo, enquanto materialidade do sujeito, constitui-se, assim, como uma anomalia que, muitas vezes à revelia, desestabiliza a pretensa linearidade e neutralidade da anatomia humana (Orlandi, 2012). A partir dessa discussão, torna-se necessário elencar outros campos de análise, especialmente aqueles que dizem respeito às formas pelas quais o preconceito é mediado e reproduzido em relação aos corpos, evidenciando as relações de poder que incidem sobre sujeitos, cujas existências não se adequam ao imaginário social idealizado.

Ainda dentro desse panorama, o corpo, atravessado pela linguagem e pela ideologia, torna-se o principal lugar de incidência das práticas alimentares e dos discursos que os regula. No campo da alimentação, essas práticas passam a ser orientadas por prescrições que vinculam diretamente o cuidado com o corpo ao controle do comer, produzindo hierarquizações morais entre alimentos, modos de comer e corpos. Nesse processo, o cuidado deixa de se restringir a uma dimensão relacional e contextualizada da vida cotidiana e passa a assumir contornos normativos, nos quais o comer é constantemente avaliado à luz de ideais de disciplina, equilíbrio e adequação corporal. Portanto, a alimentação transforma-se em um dos principais vetores de responsabilização do sujeito sobre o próprio corpo, antecipando a emergência do discurso do autocuidado como eixo central das práticas contemporâneas voltadas à gestão dos corpos e da saúde.

A centralidade conferida ao autocontrole alimentar, contudo, não pode ser compreendida apenas como uma mudança técnica ou metodológica nas práticas de saúde. Trata-se de um deslocamento mais profundo, que transforma a alimentação em um campo de normatização moral, no qual as escolhas alimentares passam a funcionar como indicadores de valor, mérito e responsabilidade individual. Esse processo insere-se no interior do capitalismo neoliberal como grande vilão, sustentado por cânones que exaltam a liberdade de escolha, o direito de decidir e concepções ancoradas no individualismo metodológico (Castiel; Ferreira; Meraes, 2013).

Neste sentido, consolida-se um modelo que toma como referência um sujeito concebido como autônomo, racional e responsável, supostamente capaz de estabelecer relações de custo e benefício em suas ações e trocas no mundo social. Parte-se do pressuposto de que os indivíduos seriam plenamente capazes de eleger aquilo que consideram mais adequado às suas necessidades e demandas, desde que atuem de forma consciente como agentes de consumo em um mercado que oferece múltiplas opções. Tal racionalidade, ao enfatizar a capacidade individual de escolha, desconsidera as condições sociais, econômicas e simbólicas que atravessam e limitam essas decisões (Castiel; Ferreira; Moraes, 2013).

Dentre as principais consequências desse modelo, destaca-se a intensificação de processos de responsabilização individual, nos quais a alimentação passa a ocupar um lugar central na regulação das ações e comportamentos dos sujeitos. Essa lógica contribui para a precarização das experiências de cuidado e para a ampliação do sofrimento psíquico e social, especialmente quando articulada a dinâmicas de

exclusão. Tal processo torna-se ainda mais evidente quando se observa que a oferta alimentar disponível é marcada majoritariamente por produtos processados e ultraprocessados, incidindo de forma mais intensa sobre as classes sociais economicamente desfavorecidas e aprofundando desigualdades estruturais frequentemente invisibilizadas pelo discurso da escolha individual.

Nesse contexto, o ideal normativo de alimentação saudável, amplamente produzido e reforçado no discurso coletivo, opera no plano simbólico como uma exigência moral. Conforme assinala Foucault (1979, p. 43), “cada sociedade tem seu regime de verdade, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros”, o que permite compreender como discursos de natureza política, biomédica e religiosa passam a definir, difundir e legitimar determinados padrões alimentares como universais e desejáveis. A forma como esses discursos são produzidos e circulam socialmente contribui para a consolidação de processos normativos que deslocam a atenção das condições materiais de vida para a responsabilização individual, produzindo sujeitos permanentemente avaliados pela distância entre o ideal prescrito e as possibilidades reais, historicamente e culturalmente situadas, de concretizá-lo.

Como efeito desses discursos, o sujeito é convocado a alimentar-se de forma considerada adequada como prova de responsabilidade, autocontrole e valor social, ao mesmo tempo em que não dispõe das condições materiais e econômicas necessárias para sustentar tal ideal. Essa contradição produz sentimentos de angústia, culpa e inadequação, escancarando os limites e as violências simbólicas implicadas na moralização contemporânea da alimentação e na transformação do corpo em um espaço privilegiado de controle da subjetividade.

O corpo deixa de ocupar a posição de mero suporte biológico ou de objeto passivo de cuidado e passa a operar como um dispositivo privilegiado de regulação da subjetividade e de produção de normatividade social. Trata-se de um corpo socialmente construído, atravessado por relações de poder que inscrevem nele valores, prescrições e expectativas, as quais são progressivamente internalizadas pelos sujeitos e reproduzidas no cotidiano, especialmente por meio das práticas alimentares. O corpo, enquanto forma simbólica e histórica, torna-se expressão material das racionalidades vigentes, funcionando como superfície de inscrição de discursos que hierarquizam, classificam e moralizam modos de existir.

Na contemporaneidade, sob a hegemonia de uma racionalidade produtivista e individualizante, consolida-se um ideal corporal normativo que associa magreza, autocontrole e desempenho à noção de saúde e virtude moral, ao passo que corpos que escapam a esse padrão são patologizados, estigmatizados e responsabilizados por sua própria condição. A indústria midiática, com destaque para as redes sociais, intensifica esse processo ao operar como tecnologias de visibilidade, vigilância e autoavaliação permanente, produzindo sujeitos que se autorregulam a partir da comparação contínua, da culpabilização e da adequação compulsória a modelos corporais socialmente legitimados.

Esse processo de normatização corporal, entretanto, não repercute de maneira homogênea sobre todos os sujeitos, sendo atravessado de forma decisiva pelas relações de gênero. Historicamente, os corpos das mulheres têm sido mais intensamente submetidos a regimes de vigilância, controle e avaliação moral, nos quais aparência, peso, autocontrole e desempenho corporal assumem centralidade na construção do valor social das mulheres (Bicalho, 2025ab). Logo, a exigência por um corpo magro, disciplinado e permanentemente gerido não se apresenta apenas como um ideal estético, mas como um imperativo moral que atravessa a própria constituição da feminilidade contemporânea.

Ademais, o corpo das mulheres foi progressivamente constituído como um objeto privilegiado de regulação social, sobretudo a partir da consolidação da modernidade ocidental, quando passou a ser intensamente capturado por discursos médicos, morais e pedagógicos que articularam aparência, saúde e comportamento corporal à manutenção da ordem social e familiar. Ao longo dos séculos XIX e XX, práticas e saberes higienistas, religiosos e midiáticos reforçaram a associação entre feminilidade, autocontrole e contenção dos excessos, inscrevendo no corpo feminino a responsabilidade pela moralidade, pela saúde e pelo equilíbrio social (Bicalho, 2025ab). Nesse percurso histórico, o peso, a forma corporal e a disciplina cotidiana tornaram-se critérios centrais de avaliação moral e social das mulheres.

O corpo ocupa lugar central na construção da identidade e da autoestima, uma vez que a imagem corporal se configura como importante veículo de identificação subjetiva. Estudos apontam que a imagem corporal não se restringe à percepção objetiva do corpo, mas envolve um complexo processo simbólico, atravessado por experiências conscientes e inconscientes, construído na relação com o outro e com o mundo social (Schilder, 1999; Tavares, 2003; Frois; Moreira; Stengel, 2011). Assim, as imagens corporais nunca são produzidas de forma isolada, mas constituem-se no interior de tramas sociais, culturais e históricos que atribuem sentidos, valores e expectativas aos corpos.

No caso das mulheres que vivem com obesidade, a autoimagem corporal é frequentemente atravessada por processos de desqualificação simbólica, autodepreciação e sentimentos persistentes de frustração, fracasso e inadequação diante da impossibilidade de alcançar o corpo socialmente legitimado. A literatura evidencia que esses atravessamentos impactam diretamente o modo como essas mulheres significam a obesidade, o ambiente e suas próprias relações sociais, favorecendo a construção de um autoconceito negativo e fragilizado (Mattos; Luz, 2009; Zanette, Lourenço; & Britto, 2013; Araújo *et al.*, 2018). A obesidade, nesse cenário, deixa de ser apenas uma condição corporal para se tornar marcador moral, funcionando como evidência pública de suposta falha individual e incapacidade de autogestão.

Esse processo é reforçado por modelos historicamente paternalistas e hierarquizantes que posicionam as mulheres em lugares de insuficiência, dependência e responsabilização permanente. Trata-se de uma lógica que não se limita à dimensão física do corpo, mas que incide sobre o corpo em movimento, sobre o direito de existir como se é, de ocupar o espaço público, de trabalhar, de envelhecer e de construir

trajetórias que escapem às expectativas normativas impostas ao gênero feminino. Nesse ponto, a normatização corporal articula-se a formas sutis e contínuas de violência simbólica, que operam no cotidiano por meio de microexigências, autocobranças e vigilâncias internalizadas.

Como destaca Marilena Chauí (1998), a violência não se reduz ao uso da força física ou a atos explícitos, mas se manifesta sempre que diferenças são convertidas em desigualdades hierarquizadas, naturalizando relações de dominação e negando aos sujeitos sua plena condição de existência ética e política. Sob essa perspectiva, a regulação do corpo feminino constitui uma forma estrutural de violência, pois transforma marcadores como gênero, raça, classe, idade e religião em critérios de valoração moral, produzindo experiências reiteradas de exclusão, silenciamento e culpabilização.

Assim, discutir o corpo, o comer e o autocuidado no contexto das mulheres implicam, necessariamente, problematizar o que se entende por “ser feminina” e os custos subjetivos de não corresponder às expectativas sociais impostas ao gênero. A impossibilidade de atender a esses ideais não é vivida apenas como limite humano, mas como falha moral, alimentando sofrimentos psíquicos que se inscrevem na relação com o corpo, com a alimentação e com o próprio direito de existir fora das normas. Esse movimento revela que o cuidado, quando capturado por discursos moralizantes e individualizantes, deixa de operar como prática ética e passa a funcionar como mais um dispositivo de controle e hierarquização da vida.

A disciplina fabrica corpos dóceis, humildes, altamente especializados e com capacidade para desempenhar as mais variadas tarefas. A disciplina multiplica a força em termos econômicos e reduz qualquer espécie de resistência que o corpo possa vir a oferecer ao poder. O corpo só pode ser utilizado como fonte econômica e como força útil se, ao mesmo tempo, for produtivo e submisso. Essa submissão não é obtida só pelos aparelhos da violência ou da ideologia. Ela pode ser conseguida usando-se a força contra a força sem, no entanto, ser violenta. Ela pode ser estimada, organizada de forma quase imperceptível, sem fazer uso de armas nem de terror e, no entanto, continuar a ser disciplina física. Os métodos que possibilitam o controle das particularidades das operações do corpo, que realizam a submissão constante de suas forças e lhe obrigam uma relação de docilidade – utilidade são o que comumente conhecemos por disciplina (Marques, 2023, p. 2).

Michel Foucault (1974), contribui para a compreensão desses processos ao discutir o biopoder como uma forma de exercício do poder que incide diretamente sobre a vida. Por meio do discurso, instauram-se mecanismos de domínio e controle, uma vez que os sujeitos passam a ser examinados, classificados e normalizados, tendo suas verdades produzidas e legitimadas por instâncias externas. Nesse movimento, a responsabilidade pela condição de saúde é progressivamente deslocada para o indivíduo, que passa a ser culpabilizado por situações que, em grande parte, são determinadas por fatores sociais, econômicos e políticos, portanto fora de sua governabilidade direta (Junior; Manske; Pires, 2021).

Desse modo, consolida-se uma educação em saúde de caráter autoritário e normativo, na qual técnicos e profissionais transmitem saberes biomédicos e reducionistas por meio de práticas verticais e

prescritivas, definindo de forma unilateral aquilo que é considerado saudável. Tais práticas contribuem para a modelagem dos comportamentos a partir de normas rígidas voltadas à adoção de estilos de vida ditos ativos e saudáveis, reforçando processos de controle dos corpos e das subjetividades, ao invés de promover um cuidado em saúde crítico, emancipatório e socialmente situado (Junior; Manske; Pires, 2021). A partir desse entendimento, os dispositivos normativos não operam apenas no plano institucional ou discursivo, mas produzem efeitos concretos e duradouros na experiência subjetiva dos indivíduos, reorganizando a relação com o corpo, com o comer e consigo mesmos.

Nesse cenário, um dos efeitos mais expressivos desse regime normativo é a constituição de uma culpa crônica nos sujeitos, na qual o ato de alimentar-se passa a operar como um mecanismo ritualístico de tamponamento da dor psíquica. O comer deixa de ser uma experiência espontânea e relacional e passa a se repetir compulsivamente ao longo do tempo, funcionando simultaneamente como forma de alívio momentâneo do sofrimento e como tentativa de atender às exigências de uma hegemonia social e capital que impõe o ideal do corpo normativo.

Fica claro que o sujeito se converte em fiscal de si próprio, instaurando um estado permanente de hipervigilância sobre o corpo e sobre o comer. Observa-se um monitoramento excessivo das condutas alimentares, que se estende desde a escolha dos alimentos até a forma de ingerir, mastigar e calcular calorias, frequentemente orientado pela busca de soluções rápidas e promessas de controle imediato do corpo.

Como consequência, produz-se uma ruptura na relação com o corpo e com a alimentação. O comer passa a ser vivido como risco, ameaça ou falha potencial, e não mais como experiência cultural, social e subjetiva. Nesse movimento, instala-se uma sensação persistente de fracasso moral e inadequação, na qual o insucesso em corresponder aos ideais normativos é internalizado como defeito individual. Tal dinâmica mobiliza e sustenta discursos que atravessam o cotidiano dos sujeitos, reforçando processos de culpabilização, sofrimento psíquico e alienação em relação às próprias necessidades corporais.

Diante desse cenário, torna-se necessário problematizar as práticas de cuidado em saúde que, ao se ancorarem em discursos moralizantes e prescritivos, acabam por reproduzir e intensificar o sofrimento que afirmam combater. A centralidade atribuída ao autocontrole e à responsabilização individual desloca o cuidado de uma dimensão ética e relacional para um campo de normatização dos corpos e das condutas, no qual o sujeito é permanentemente convocado a adequar-se a ideais inalcançáveis. Nesse sentido, pensar o cuidado em saúde exige romper com lógicas autoritárias e culpabilizantes, reconhecendo o corpo como território histórico, social e simbólico, e o comer como prática atravessada por desigualdades, afetos e experiências que não podem ser reduzidas a cálculos, prescrições ou imperativos morais.

Para além, o corpo, particularmente no campo da alimentação e do autocuidado, passa a operar como espaço estratégico de inscrição das normas sociais, tornando-se alvo privilegiado de práticas de regulação,

vigilância e normalização. Trata-se de um corpo continuamente interpelado por discursos que prescrevem condutas, classificam riscos e moralizam escolhas, articulando mecanismos disciplinares e dispositivos de biopoder que incidem diretamente sobre a gestão da vida cotidiana. Conforme analisa Foucault (2008), esses mecanismos não se impõem apenas de forma coercitiva, mas operam de maneira difusa e capilar, produzindo sujeitos que internalizam as normas e passam a exercer sobre si mesmos práticas permanentes de autocontrole e autovigilância.

Quando o corpo se converte em superfície privilegiada de inscrição das normas sociais, os efeitos desse regime ultrapassam o plano discursivo e passam a incidir diretamente sobre a experiência subjetiva dos sujeitos, produzindo formas específicas de sofrimento, culpa e alienação na relação com o comer e consigo mesmos. Pode-se compreender esse processo como um “adestramento da subjetividade”, no qual o sujeito passa a existir a partir de um ideal normativo, em detrimento de sua experiência real, concreta e situada.

Nesse movimento, o controle e a administração dos corpos assumem papel central, pois é por meio deles que se definem quais formas de vida são consideradas legítimas, desejáveis ou descartáveis, bem como as condições sob as quais se vive e se morre. O corpo orgânico, colonizado por múltiplas disciplinas, saberes e práticas, transforma-se, assim, em um campo permanente de disputas políticas, que se materializam em regulamentos, protocolos, políticas públicas, dispositivos técnicos, diagnósticos e categorias classificatórias (Chiaretti; Santana; Barbai, 2022).

Nesse contexto, tais dispositivos não atuam apenas como mecanismos externos de regulação, mas produzem efeitos profundos na constituição da subjetividade, na medida em que as normas que atravessam o corpo são progressivamente internalizadas pelos sujeitos. O cuidado deixa de ser vivido como uma prática legítima e natural, passando a operar como um processo de subjetivação marcado por um viés moralizante e idealizador.

Esse movimento instaura um regime de hipervigilância permanente sobre o próprio corpo, no qual o sujeito se orienta pela necessidade de corresponder a um imaginário social normativo que controla, corrói e dissemina perspectivas padronizadas sobre como se deve ser e viver o corpo. Tal imaginário encontra-se profundamente articulado à hegemonia do capital, operando com finalidades lucrativas ao transformar o cuidado em mercadoria e o corpo em objeto de investimento contínuo.

Outrossim, sujeito passa a responder às exigências de um capital fetichizado, ocupando uma posição desejante orientada pelo ideal do outro social. Todavia, ao não conseguir alcançar plenamente tais demandas normativas, vê-se atravessado por sentimentos de inadequação, culpa e exclusão, evidenciando o caráter violento e excludente desse modelo de cuidado, que promete pertencimento ao mesmo tempo em que o nega.

Contudo, observa-se uma valorização social do indivíduo hiperativo, multitarefas e permanentemente disponível, que, mesmo inserido em rotinas exaustivas, é convocado a encontrar tempo para cuidar da alimentação, do corpo e de si. A indústria do autocuidado produz, assim, um discurso normativo segundo o qual a ausência de cuidado é interpretada não como efeito da precarização do trabalho e da vida na modernidade, mas como falha individual, desresponsabilizando as condições sociais que produzem o esgotamento cotidiano.

Isso intensifica não apenas a chamada “sociedade do cansaço”, mas também uma experiência subjetiva marcada pela insuficiência permanente, na qual o sujeito nunca faz o bastante, nunca cuida o suficiente e nunca corresponde plenamente aos ideais de desempenho impostos. Diferentemente das sociedades disciplinares nas quais os dispositivos de poder operavam por meio de interdições, muros, passagens e barreiras, possibilitando a leitura freudiana da neurose como conflito intrapsíquico a sociedade contemporânea distingue-se pelo excesso de positividade, pela lógica do “poder fazer” e do “poder sempre mais” (Freud, 1930).

Conforme analisa Byung-Chul Han (2015), a violência já não se apresenta como uma negatividade externa ao sistema, mas como uma violência iminente, produzida no interior da própria lógica social. Trata-se do que o autor denomina violência neuronal, que incide simultaneamente sobre o corpo e a subjetividade, manifestando-se em quadros de esgotamento, ansiedade e sensação de inadequação contínua, características centrais do regime contemporâneo de desempenho (Corbanezi, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, o discurso do autocuidado, ao capturar o corpo e a alimentação como objetos privilegiados de gestão, inscreve-se no cerne da constituição subjetiva contemporânea, produzindo modos específicos de relação com o desejo, a culpa e o sofrimento. O imperativo de cuidar-se, longe de se apresentar como convite ao bem-estar, opera como exigência superegoica que convoca o sujeito a responder a ideais normativos impossíveis de serem plenamente alcançados. Nesse movimento, o corpo torna-se o lugar onde se encenam as tensões entre o ideal e a experiência vivida, entre o que se exige e o que se pode sustentar.

O comer, atravessado por tais exigências, deixa de funcionar como prática simbólica mediada pela falta e passa a ser capturado por lógicas de controle, cálculo e correção, frequentemente mobilizadas como tentativas de tamponamento da angústia produzida pela insuficiência estrutural do sujeito diante do ideal do Outro. O alimento, investido simultaneamente como fonte de alívio e como objeto de interdição moral, sustenta circuitos repetitivos de gozo e culpa que reforçam a alienação em relação ao próprio corpo e às próprias necessidades.

Essa dinâmica revela uma reorganização do “SUPEREU” na contemporaneidade, compreendido aqui como instância moral que articula valores socialmente construídos e modos de autorregulação forjados nas experiências do sujeito em seu contexto histórico e social. Diferentemente de configurações anteriores, esse “SUPEREU” já não se funda prioritariamente na interdição e na proibição, mas na injunção ao desempenho, à autogestão e ao autocontrole permanente. O sujeito é, assim, convocado a explorar a si mesmo em nome do cuidado, internalizando um regime contínuo de vigilância que transforma o fracasso em falha moral e o sofrimento em responsabilidade individual. O cansaço e a insuficiência não se apresentam como efeitos colaterais desse processo, mas como produtos estruturais da racionalidade que o sustenta.

No que tange aos corpos das mulheres e, de modo ainda mais incisivo, naquelas que vivem com obesidade, tais imperativos assumem contornos particularmente violentos. A não conformidade ao ideal corporal normativo é vivida como evidência de inadequação, corroendo a relação consigo mesma e intensificando processos de exclusão simbólica. O sofrimento não se localiza apenas no corpo, mas na forma como ele é significado e interpelado por discursos que desautorizam a singularidade e naturalizam a culpa.

Neste horizonte, sustentar uma crítica às práticas contemporâneas de cuidado implica recolocar em questão os próprios fundamentos que organizam a relação entre corpo, alimentação e saúde. Trata-se de reconhecer que não há corpo plenamente governável, nem alimentação capaz de responder integralmente às exigências do ideal, e que a insistência nessa promessa apenas reforça modos de adoecimento. Abrir espaço para outras formas de cuidado exige, portanto, uma ética que reconheça a falta, o desejo e a singularidade como elementos constitutivos da experiência humana, deslocando o cuidado do campo da normatização para o da escuta e da responsabilidade compartilhada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. S. *et al.* Obesidade e imagem corporal: percepções e vivências de mulheres. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 12, n. 74, p. 633–642, 2018.

AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 276–307, jan./abr. 2017.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. “Boas moças não matam?”: Uma análise de gênero sobre os casos Richthofen e Matsunaga na mídia brasileira. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. e15117, 2025a.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. **Entre a demonização e a romantização**: a construção jornalística de Suzane von Richthofen na Folha de São Paulo e no Correio Braziliense (2002–2006). 2025b. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História, Montes Claros, 2025b.

BONAMIGO, Izanete Antunes; CAMPOS, Francieli do Rocio de. (In)segurança alimentar: a nova/velha realidade do Brasil. **Revista Espaço Público: Revista de Políticas Públicas da UFPE**, Recife, v. 9, ano 2024.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. (Coleção Antropologia e Saúde).

CASTIEL, L. D.; FERREIRA, M. S.; MORAES, D. R. R. **Promoção da saúde: discursos, sentidos e significados**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1998.

CHIARETTI, C.; SANTANA, P.; BARBAI, M. Alimentação, corpo e poder: medicalização, discursos normativos e subjetividade. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 26, e210492, 2022.

CORBANEZI, E. A sociedade do cansaço: de Byung-Chul Han. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 22, n. 43, p. 157–170, 2017.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: H. Dreyfus, P. Rabinow (Org.), Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1930/2010.

FREUD, Sigmund. O eu e o id (1923). In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16.

FROIS, E.; MOREIRA, J. O.; STENGEL, M. A. Imagem corporal, autoestima e relações sociais na adolescência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 297–307, 2011.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34–44, dez. 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Edição digital. Título original: Müdigkeitsgesellschaft.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Abimael Antunes. Resenha: Os corpos dóceis, em Vigiar e Punir, de Michel Foucault. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí-GO, v. 9, n. 2, 2013.

MATTOS, R. S.; LUZ, M. T. Sobrevivendo ao estigma da obesidade. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 667–685, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.
ORLANDI, E. P. **Corpo e linguagem**. Campinas: Pontes, 2011.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (PENSSAN). **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: relatório de resultados**. [S.l.]: PENSSAN, 2021.

SCHAFFA, Sandra Lorenzon. O que fazemos com o sexual? Modificação do corpo e binariedade: de Lili Elbe a Paul B. Preciado. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 54, n. 100, p. 21–32, 2021.

SCHILDER, P. **A imagem do corpo**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUZA, Jessé. A sociologia dual de Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, fev. 2001.

TAVARES, M. C. G. C. F. **Imagem corporal: conceito e desenvolvimento**. Barueri: Manole, 2003.

ZANETTE, M. L.; LOURENÇO, L. M.; BRITTO, M. T. A experiência da obesidade feminina: corpo, estigma e sofrimento. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 130–139, 2013.

CAPÍTULO 8

INTERSECÇÕES ENTRE CULTURA NACIONAL E CENTRALIDADE DO TRABALHO: PROPOSIÇÃO DE MODELO TEÓRICO

INTERSECTIONS BETWEEN NATIONAL CULTURE AND THE CENTRALITY OF WORK: PROPOSAL FOR A THEORETICAL MODEL

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-008>

Maria Vitória Martins Mendes

Bacharel em Administração

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: mavimartins2003@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4196272632819211>

André Luiz Mendes Athayde

Doutor em Administração

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: andreluizathayde@outlook.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9326970397011966>

RESUMO

A cultura é o fenômeno coletivo composto por valores, comportamentos, símbolos, rituais e padrões de pensamento, considerada a programação coletiva da mente. A centralidade do trabalho, por sua vez, refere-se ao quanto as pessoas consideram o trabalho relevante, ou seja, ao grau de importância que atribuem ao trabalho em comparação com outras esferas da vida. Esta pesquisa teórica objetivou discutir as possíveis intersecções entre cultura nacional e centralidade do trabalho, levantando-se hipóteses com respaldo teórico que poderão ser testadas futuramente por meio de pesquisas empíricas. O estudo parte do pressuposto de que a cultura nacional pode exercer influência no grau de importância que os indivíduos de uma sociedade atribuem ao trabalho. Para proposição do modelo teórico, o estudo levou em consideração quatro das seis dimensões culturais de Geert Hofstede, amplamente utilizadas em estudos transculturais. Segundo o modelo teórico proposto nesta pesquisa, a centralidade do trabalho é influenciada positivamente por altos níveis de Distância do Poder, Aversão à Incerteza, Individualismo e Masculinidade.

Palavras-chave: Centralidade do trabalho; Importância do trabalho; Significado do trabalho; Cultura; Hofstede.

ABSTRACT

Culture is a collective phenomenon composed of values, behaviors, symbols, rituals, and patterns of thought, considered to be the collective programming of the mind. The centrality of work, in turn, refers to

how much people consider work to be relevant, that is, the degree of importance they attribute to work in comparison to other spheres of life. This theoretical research aimed to discuss the possible intersections between national culture and work centrality, raising theoretically supported hypotheses that could be tested in the future through empirical research. The study assumes that national culture can influence the degree of importance that individuals in a society attribute to work. To propose the theoretical model, the study took into account four of Geert Hofstede's six cultural dimensions, widely used in cross-cultural studies. According to the theoretical model proposed in this research, the centrality of work is positively influenced by high levels of Power Distance, Uncertainty Avoidance, Individualism, and Masculinity.

Keywords: Work centrality; Importance of work; Meaning of work; Culture; Hofstede.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, além de atender às necessidades financeiras e econômicas, desempenha papel central na construção da identidade dos indivíduos e no significado da vida humana. Segundo Araújo e Sachuk (2007, p. 55), o trabalho é “um dos fatores mais importantes da existência humana, pois é por meio dele que o homem se relaciona com a sociedade, com a prática social e consigo mesmo”. Segundo Graebin *et al.* (2019), a centralidade do trabalho refere-se ao quanto as pessoas consideram a atividade laboral relevante, ou seja, ao grau de importância que atribuem ao trabalho em comparação a outras esferas da vida. Dentre outros significados, o trabalho promove a valorização do indivíduo ante a sociedade e família, além de auxiliar na formação e descoberta de sua identidade tanto profissional quanto pessoal.

Pesquisas têm investigado a importância dada ao trabalho pelos indivíduos e seus variados papéis assumidos (Le *et al.*, 2023; Fedrigo *et al.*, 2023; Gu *et al.*, 2022; Nunes; Gonçalves; Torga, 2022). Entretanto, investigações que explorem a importância dada ao trabalho por indivíduos de diferentes países e a possível influência da cultura nacional nessa importância atribuída não ocorrem na mesma frequência, uma vez que a maioria dos estudos sobre centralidade do trabalho focalizam variáveis individuais como motivação, realização profissional, design do trabalho, engajamento e comprometimento organizacional e não variáveis culturais (Caldeira; Athayde, 2024; Hattrup; Ghorpade; Lackritz, 2007). Fortes evidências teórico-empíricas na literatura apontam a possível influência da cultura nacional em valores, atitudes e comportamentos individuais (Wang, 2024; Hemesath; Tepe, 2024; Souza *et al.*, 2024). Tais apontamentos levam este estudo hipotetizar que o mesmo pode ocorrer com a importância dada pelos indivíduos ao trabalho, tanto homens quanto mulheres.

Nesse cenário, a questão que norteou a presente pesquisa foi: quais as possíveis intersecções entre cultura nacional e centralidade do trabalho? Assim, esta pesquisa teórica objetivou discutir as possíveis intersecções entre cultura nacional e centralidade do trabalho, levantando-se hipóteses com respaldo teórico

que poderão ser testadas futuramente por meio de pesquisas empíricas. Compreender como diferentes sociedades atribuem importância ao trabalho é uma tarefa essencial no contexto de globalização. De acordo com Hofstede, Hofstede e Minkov (2010), a cultura nacional exerce influência significativa sobre atitudes, valores e comportamentos. Para caracterizar a cultura nacional, este estudo adotou quatro das seis dimensões culturais propostas por Hofstede (2011), amplamente adotadas em estudos transculturais tanto nacional quanto internacionalmente: (a) Distância do Poder, (b) Aversão à Incerteza, (c) Individualismo e (d) Masculinidade.

Este estudo contribui com o avanço do conhecimento, sugerindo dimensões culturais com maior potencial de influência sobre a importância atribuída pelos indivíduos ao trabalho. O modelo teórico proposto poderá ser testado futuramente em pesquisas empíricas, contribuindo com a área de gestão de pessoas ao prover evidências a gestores e psicólogos sobre a possível influência do contexto cultural na relação indivíduo-trabalho e suas possíveis implicações na satisfação de trabalhadores com o trabalho, autorrealização, motivação e desenvolvimento profissional e pessoal. Compreender as percepções culturais sobre o trabalho não é apenas uma questão acadêmica, mas também uma ferramenta prática para a gestão de equipes multiculturais e o desenvolvimento de políticas organizacionais inclusivas.

Além desta seção introdutória, em que o tema, problema, objetivo e justificativa foram apresentados, este estudo compõe-se por outras três seções. A próxima seção, o referencial teórico, fundamenta, com maior profundidade, os temas da centralidade do trabalho e as dimensões culturais de Hofstede adotadas nesta pesquisa. Em seguida, serão apresentadas as três hipóteses levantadas e o modelo teórico do estudo. Por fim, serão tecidas considerações finais, destacando as contribuições e limitações do estudo, bem como apresentadas sugestões de estudos ulteriores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta pesquisa, os termos “sentido” e “significado” do trabalho são considerados sinônimos e se entrecruzam com a centralidade ou importância dada ao trabalho, como já adotado em estudos prévios sobre a temática (*e.g.*, Neves *et al.*, 2018; Caldeira; Athayde, 2024).

O trabalho é um dos pilares da experiência humana, refletindo tanto as necessidades materiais quanto os aspectos subjetivos e simbólicos da vida. Historicamente, observa-se que os significados atribuídos ao trabalho têm variado de forma substancial, acompanhando as mudanças econômicas, sociais e políticas. Nessa perspectiva, o trabalho se mantém como elemento constante que acompanha o desenvolvimento da vida humana, apesar de as formas e sentidos atribuídos a ele se modificarem ao longo dos diferentes períodos históricos e culturais. Essa variação está intimamente ligada às transformações que definem o papel do trabalho em cada época (Araújo; Sachuk, 2007).

De acordo com sua origem etimológica, o trabalho carrega uma conotação negativa. Derivada do latim *tripalium*, um instrumento de tortura utilizado na Roma Antiga, a palavra, inicialmente, carrega uma associação ao sofrimento e punição. Esse estigma permanece em algumas concepções ocidentais, associando o trabalho a um dever ou a uma obrigação, seja religiosa, social ou até mesmo como um processo de dominação sobre a natureza. Essa percepção contribui para a dualidade entre o trabalho como fonte de realização pessoal e como imposição necessária à sobrevivência (Araújo; Sachuk, 2007).

Sob uma perspectiva crítica, Marx afirma que, sob o capitalismo, o trabalho torna-se alienado: o trabalhador está separado do produto de seu trabalho, não controla o processo produtivo e perde a realização pessoal no que faz. No capitalismo, os proprietários dos meios de produção (capitalistas) pagam ao trabalhador menos do que o valor que seu trabalho cria. Tal diferença é o que ele chamou de mais-valia, que constitui a base do lucro e da exploração da classe trabalhadora. Ele também distingue o trabalho concreto (atividade produtiva específica) e trabalho abstrato (trabalho como criador de valor social) (Zhang, 2025).

Contemporaneamente, o termo “trabalho é compreendido como atividade profissional, remunerada ou não, produtiva ou criativa, exercida para determinado fim” (Neves *et al.*, 2018, p. 320). Essa perspectiva contraria o estigma do trabalho, transcendendo o seu sentido de um dever ou obrigação. Assim, o trabalho constitui-se como meio pelo qual o indivíduo confere identidade e sentido à sua vida. Nesse contexto, o trabalho deixa de ser apenas uma imposição social para se tornar um elemento fundamental na construção de identidades e na busca por autorrealização (Araújo; Sachuk, 2007).

Acerca do significado dado ao trabalho, o grupo *Meaning of Work International Research Team* (MOW) realizou um estudo seminal sobre o tema. Entre os anos de 1981 e 1983, abrangendo oito países, o objetivo da pesquisa foi levantar dados transculturais acerca do significado do trabalho. Os dados foram coletados por intermédio de questionários e organizados em três dimensões principais: a centralidade do trabalho, as normas sociais relacionadas a ele e os resultados ou metas valorizadas no contexto laboral (MOW, 1987 *apud* Neves *et al.*, 2018).

A primeira dimensão, a centralidade do trabalho, refere-se ao grau de relevância que este possui na vida de uma pessoa, sendo um elemento central para a autoimagem do indivíduo. A segunda dimensão aborda as normas sociais relacionadas ao trabalho, que atuam como modelos reguladores das recompensas percebidas pelo trabalhador. Tais normas influenciam, diretamente, a percepção de justiça nas trocas entre o que se recebe e o que se contribui no ambiente laboral. Por fim, os resultados valorizados do trabalho estão vinculados aos motivos que levam as pessoas a trabalhar, como busca por prestígio, retorno financeiro, manutenção de atividade, contato social e utilidade para a sociedade (MOW, 1987 *apud* Neves *et al.*, 2018).

Morin, Tonelli e Pliopas (2007, p. 47), ao analisarem os resultados da pesquisa conduzida pelo grupo MOW, reforçam que “o sentido da atividade de trabalho pode assumir desde uma condição de neutralidade até a de centralidade na identidade pessoal e social”. Portanto, historicamente, o trabalho tem se mostrado não apenas como uma atividade destinada à subsistência, mas também como elemento central na formação da identidade e na construção de significados para a vida humana.

Nesse contexto, a forma como o trabalho é percebido e valorizado pode variar ao longo da vida e entre diferentes grupos sociais. Estudos contemporâneos têm revelado a complexa interação entre fatores sociais e demográficos na construção do significado do trabalho. Um exemplo disso é a pesquisa de Graebin *et al.* (2019), que analisou como jovens aprendizes vinculados ao Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em Caxias do Sul/RS, atribuem significado ao trabalho. Os resultados apontaram que esses jovens associam a atividade laboral principalmente a benefícios tangíveis, como a experiência prática, independência financeira e realização pessoal. Por outro lado, aspectos mais subjetivos, como autonomia, flexibilidade e reconhecimento não foram mencionados de forma significativa, o que sugere que, nessa fase da vida, o trabalho é visto mais como uma ferramenta funcional do que algo transformador. Isso reforça a ideia de que, em algumas faixas etárias, as motivações sociais e econômicas podem se sobrepor aos aspectos mais psicológicos e identitários do trabalho.

Corroborando essa percepção, Ongaro *et al.* (2025) analisaram servidores públicos brasileiros de uma instituição pública de ensino e identificaram que aqueles entre 18 e 28 anos demonstraram menor envolvimento com suas atividades profissionais, em comparação com trabalhadores com 40 anos ou mais. O menor envolvimento com o trabalho também foi identificado entre trabalhadores com cargas horárias semanais de 30 e 36 horas, em comparação àqueles que trabalham de 20 a 24 horas semanais. Embora o foco principal do estudo tenha sido o engajamento, os autores sugeriram que essa diferença pode refletir o processo de adaptação dos jovens no mercado de trabalho, um momento repleto de instabilidade, busca por propósito e construção da identidade profissional. Essa observação contribui para compreender como o ciclo de vida e as expectativas individuais moldam a forma como o trabalho é percebido e valorizado ao longo da trajetória profissional.

Nesse sentido, à medida que a idade avança, outras nuances se tornam mais evidentes. Marra *et al.* (2013) examinaram como a percepção do trabalho muda com o envelhecimento. Ao focar em ex-executivos aposentados há quinze anos, os autores destacaram que, para esse grupo, o trabalho não é apenas uma necessidade financeira, mas um vetor essencial de identidade e bem-estar. Eles associam o trabalho a valores como saúde, dignidade e crescimento pessoal. Vale ressaltar que a continuidade de atividades laborais, mesmo em formato voluntário, se revela crucial para a preservação do status social e para a manutenção de uma autoimagem positiva, ajudando a suavizar os desafios do envelhecimento. Esse estudo

reforça a ideia de que o trabalho pode transcender suas funções utilitárias, tornando-se um pilar de realização pessoal e integração social.

Além das diferenças geracionais, outros aspectos sociodemográficos interferem significativamente na forma como o trabalho é percebido e vivenciado pelos indivíduos. É o que demonstra a pesquisa de Oliveira, Pérez-Nebra e Antloga (2016) ao investigarem a elevada rotatividade de serventes de limpeza em uma empresa em Brasília-DF. O estudo revelou que, para muitos homens, a desistência precoce do trabalho na limpeza é influenciada pelo preconceito social que vê essa função como predominantemente feminina. Ademais, a pesquisa destacou que a invisibilidade social, o desprezo e a falta de reconhecimento são aspectos que minam o vínculo com o trabalho, levando os trabalhadores a buscar novas oportunidades, principalmente em áreas que conferem mais prestígio social e valorização pessoal.

Considerando essa perspectiva, as relações entre gênero e trabalho se mostram determinantes na forma como os indivíduos atribuem significado à atividade laboral. Estudos têm demonstrado que homens e mulheres compartilham expectativas distintas quanto ao trabalho, moldadas por construções sociais, culturais e históricas. Em uma pesquisa com gerentes de uma instituição bancária pública localizada em Santa Maria - RS, Andrade, Hoch e Fossá (2012) identificaram que as mulheres valorizam mais a cooperação, o prazer na atividade e a independência financeira, enquanto os homens priorizam a realização profissional e a satisfação com o desempenho. Essas distinções, observadas especialmente nas dimensões de realização e relações sociais, podem revelar que os sentidos atribuídos ao trabalho perpassam padrões de gênero socialmente construídos.

Complementando essa perspectiva, Maciel, Marques e Torres (2008) mostram que a forma como homens e mulheres vivenciam a relação entre trabalho e família ainda é marcada por desigualdades. De acordo com os resultados do estudo, as mulheres destacam a sobreposição de responsabilidades profissionais e domésticas, o que resulta em sentimentos de esgotamento, limitação da autonomia pessoal e desgaste emocional. Ainda que o trabalho seja percebido por muitas mulheres como espaço de autonomia e realização, ele aparece, na prática, entrelaçado a um conjunto de exigências familiares nem sempre compartilhadas de forma equitativa. Já os homens, embora também tenham relatado tensões entre essas esferas, vivenciam essa conciliação em menor escala, mantendo o trabalho de forma mais consolidada em suas trajetórias. Para Giuliani (2004, p. 537), “A projeção em primeiro plano do homem trabalhador acaba deixando na sombra, quase invisíveis, as péssimas condições de trabalho impostas às mulheres”.

Sob uma perspectiva comparativa em sociedades com avanços em equidade de gênero, como o caso da Alemanha e Finlândia, Lechner *et al.* (2017) identificaram padrões de diferenciação de gênero nos valores atribuídos ao trabalho. Os homens tendem a valorizar recompensas extrínsecas, como *status*, remuneração e autonomia. As mulheres, por outro lado, atribuem mais valor às recompensas intrínsecas, como interesse e significado nas atividades profissionais. Esses resultados reforçam a ideia de que, mesmo

em sociedades com avanços em equidade de gênero, as construções sociais ainda influenciam os significados e os sentidos atribuídos à atividade laboral.

Essa dimensão simbólica do trabalho também foi abordada por Sá, Lemos e Oliveira (2022), ao analisarem o discurso de mulheres da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Para elas, o trabalho é vivido como um espaço de pertencimento e reconhecimento social. Na pesquisa, destacou-se o prestígio associado à função policial, manifestado no reconhecimento de familiares, colegas e membros da comunidade. O ingresso e a permanência em uma carreira historicamente reservada aos homens foram interpretados pelas participantes como conquista simbólica relevante, que reforçam sua identidade profissional e ampliam sua valorização social. Dessa forma, o trabalho pode operar como meio de legitimação pública e pessoal.

A questão da parentalidade aprofunda ainda mais essas desigualdades. Barham e Vanalli (2012) demonstram que a chegada de filhos exige adaptações na rotina profissional, mas essas mudanças recaem de forma desigual sobre homens e mulheres. Enquanto a paternidade costuma ser associada à estabilidade e ao comprometimento, a maternidade pode promover a redução da jornada laboral, recusa de horas extras e, em alguns casos, afastamento temporário do mercado de trabalho. Essa assimetria se intensifica pela distribuição desigual das responsabilidades familiares e pela rigidez das culturas organizacionais, que dificultam a conciliação entre vida pessoal e profissional. Tais fatores não apenas impactam a permanência no emprego, como também influenciam diretamente os sentidos atribuídos ao trabalho ao longo do ciclo de vida familiar.

Nesse mesmo campo, Argolo e Araújo (2004) investigaram o impacto do desemprego sobre o bem-estar psicológico de trabalhadores e constataram que o número de filhos intensifica significativamente o sofrimento psíquico durante a ausência do trabalho. A presença de filhos amplia a responsabilidade social e emocional dos indivíduos, tornando a atividade laboral mais que um meio de subsistência. Nesse contexto, o trabalho também se configura como um alicerce simbólico e identitário, fundamental para a manutenção da autoestima e da segurança.

Ampliando a análise para o cenário brasileiro, Satuf e Neves (2021) investigaram como fatores demográficos e estruturais influenciam os significados atribuídos ao trabalho. Os resultados indicaram que o trabalho é amplamente valorizado no País, sendo percebido não apenas como uma necessidade individual, mas também como uma obrigação social e um meio de contribuição coletiva. Características como sexo, idade, tipo de atividade exercida e classe social demonstraram impacto significativo nessa percepção. A exemplo disso, os homens demonstraram atribuir maior centralidade ao trabalho do que as mulheres, o que os autores relacionaram ao fato de muitas mulheres ainda se dedicarem majoritariamente à esfera doméstica e enfrentarem barreiras significativas para entrarem e se consolidarem no mercado formal.

Ainda segundo os dados do estudo realizado por Satuf e Neves (2021), 65,4% dos participantes atribuíram máxima importância ao trabalho, posicionando-o como a segunda esfera mais valorizada, atrás apenas da família 99,5%. Além disso, 76% enxergam o trabalho como um dever social, e 71% o consideram essencial para o desenvolvimento de talentos. A segurança no emprego foi o aspecto mais valorizado (46,67%), refletindo as instabilidades econômicas do País. Ademais, elementos subjetivos como a realização pessoal também foram destacados (28,27%), reforçando o papel do trabalho na construção da identidade e da autoestima individual.

A respeito da segurança no emprego como o aspecto mais valorizado na pesquisa acima, Lima (2024) observa que esse cenário vem mudando. Ao longo do século XX, o trabalho no Brasil foi fortemente valorizado como via de estabilidade e inclusão social, principalmente por meio do emprego formal. Essa valorização esteve ligada a políticas públicas que associavam o trabalho assalariado à cidadania e à proteção social. No entanto, paulatinamente, essa cultura mais coletiva e regulada vem sendo substituída por uma lógica que valoriza o individualismo e transfere ao trabalhador a responsabilidade pela própria trajetória profissional, reforçando o empreendedorismo e se aproximando mais da lógica de sociedades individualistas (Lima, 2024; Giuliani, 2004).

Os estudos resgatados acima mostram que o trabalho, mais que uma necessidade econômica, é um elemento central na construção de identidades, na interação social e na estruturação de valores individuais e coletivos. Ele transcende o simples ato de laborar, conectando-se, profundamente, às aspirações, à autoestima e à qualidade de vida em diferentes contextos e fases da vida. Vianna *et al.* (2025) verificaram que o trabalho pode atuar até mesmo como ferramenta para auxílio em tratamento de saúde. Seu papel no processo de recuperação de dependentes químicos, por exemplo, dá estrutura para reinserção na sociedade e retomada de comportamentos responsáveis.

3 DIMENSÕES CULTURAIS DE HOFSTEDE

À vista disso, o presente estudo visa discutir as possíveis intersecções entre cultura nacional e centralidade do trabalho, levantando-se hipóteses com respaldo teórico que poderão ser testadas futuramente por meio de pesquisas empíricas. Serão apresentadas, a seguir, quatro das seis dimensões culturais propostas por Hofstede (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025), a saber, (a) Distância do Poder, (b) Aversão à Incerteza, (c) Individualismo e (d) Masculinidade. Essas quatro dimensões foram escolhidas por apresentarem maior interface teórica com o constructo centralidade do trabalho e serão abordadas com maiores detalhes a seguir.

As dimensões culturais propostas por Geert Hofstede foram elaboradas a partir de uma pesquisa conduzida por ele na empresa IBM e suas subsidiárias em 71 países. Segundo Hofstede (1983), a pesquisa, realizada entre 1967 e 1978, teve como objetivo desenvolver uma terminologia comum, bem definida e

empiricamente fundamentada para descrever culturas, além de utilizar dados coletados de forma sistemática em diversas culturas, ao invés de depender apenas de impressões subjetivas. A pesquisa resultou na análise de mais de 116.000 respostas de trabalhadores da referida corporação multinacional.

Hofstede (1983) observa que os valores pessoais, isto é, o que os indivíduos consideram importante em suas vidas, apresentam diferenças consistentes entre as culturas nacionais. Esses valores refletem as “programações mentais” de diferentes culturas, em vez de representarem percepções individuais de cada membro de um grupo. Ao comparar as culturas nacionais, o autor enfatiza que as diferenças observadas são médias, ou seja, não se aplicam a todos os indivíduos, mas refletem os padrões de crenças e valores predominantes em uma sociedade.

A primeira dimensão cultural, denominada Distância do poder, refere-se à percepção das desigualdades existentes entre os indivíduos em uma sociedade e à maneira como esta lida com essas diferenças. Ela é definida como o grau em que os membros menos influentes de instituições e organizações em um país aceitam e consideram normal que o poder seja distribuído de forma desigual (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025).

As desigualdades sociais são vistas como parte da estrutura cultural, e a distribuição desigual de poder é percebida como justificável. Essa percepção se manifesta, por exemplo, no entendimento de que aqueles em posições de poder desfrutam de maiores benefícios em comparação aos menos privilegiados. Nas organizações, a figura do chefe possui papel central, assumindo total ou quase total responsabilidade pelas decisões. Além disso, os símbolos de status desempenham papel significativo na sinalização da posição social e na demonstração de respeito (Hofstede Insights, 2025).

A segunda dimensão, Aversão à incerteza, explora como as culturas lidam com a ambiguidade e a imprevisibilidade do futuro (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025). Países com alta aversão à incerteza apresentam forte necessidade de estruturação e elevado grau de burocracia, regras e sistemas legais como forma de proteção contra o incerto, prezando pela manutenção de tradições. Já países com baixa aversão à incerteza são mais receptivos a novas ideias, tecnologias, práticas, produtos, inovações e opiniões (Hofstede Insights, 2025).

A terceira dimensão, denominada Individualismo, trata do grau de interdependência mantido entre os membros de uma sociedade, distinguindo as culturas individualistas, que enfatizam a autonomia e o foco em si mesmos e em suas famílias imediatas, das coletivistas, que promovem forte integração em grupos que garantem proteção em troca de lealdade (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025).

Em países coletivistas, as relações familiares e de afeto frequentemente influenciam decisões de contratação e promoção em empresas. Além disso, as interações de negócios priorizam o estabelecimento de vínculos de confiança, iniciando frequentemente com conversas informais antes de tratar de assuntos comerciais. A comunicação tende a ser rica em contexto, com um estilo elaborado tanto na fala quanto na

escrita. Em contraste, nos países mais individualistas, como a Holanda e os Estados Unidos, por exemplo, a autossuficiência e a iniciativa pessoal são amplamente incentivadas, e as decisões profissionais são fundamentadas no mérito e nos resultados concretos, refletindo uma sociedade que valoriza independência, proatividade e responsabilidade individual (Hofstede Insights, 2025).

Por fim, a quarta dimensão, denominada Masculinidade, reflete se uma sociedade é impulsionada por competição e conquistas ou por valores orientados ao cuidado, bem-estar e qualidade de vida. Sociedades com alta pontuação nessa dimensão tendem a valorizar a perseverança, a competitividade e o sucesso, definido por ser o melhor em determinada área, enquanto as de baixa pontuação priorizam consenso, bem-estar e qualidade de vida, considerando a busca por destaque algo menos admirável. Essa dimensão avalia o que motiva os indivíduos, seja o desejo de ser o melhor (competitividade) ou a satisfação em realizar o que gostam (consenso) (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025).

4 HIPÓTESES E MODELO TEÓRICO DO ESTUDO

Respaldando-se no referencial teórico sobre a centralidade do trabalho e sobre as dimensões culturais segundo Hofstede (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025), levantaram-se três hipóteses com respaldo teórico, as quais poderão ser testadas empiricamente em estudos futuros. Tais hipóteses encontram-se sumarizadas no Quadro 1.

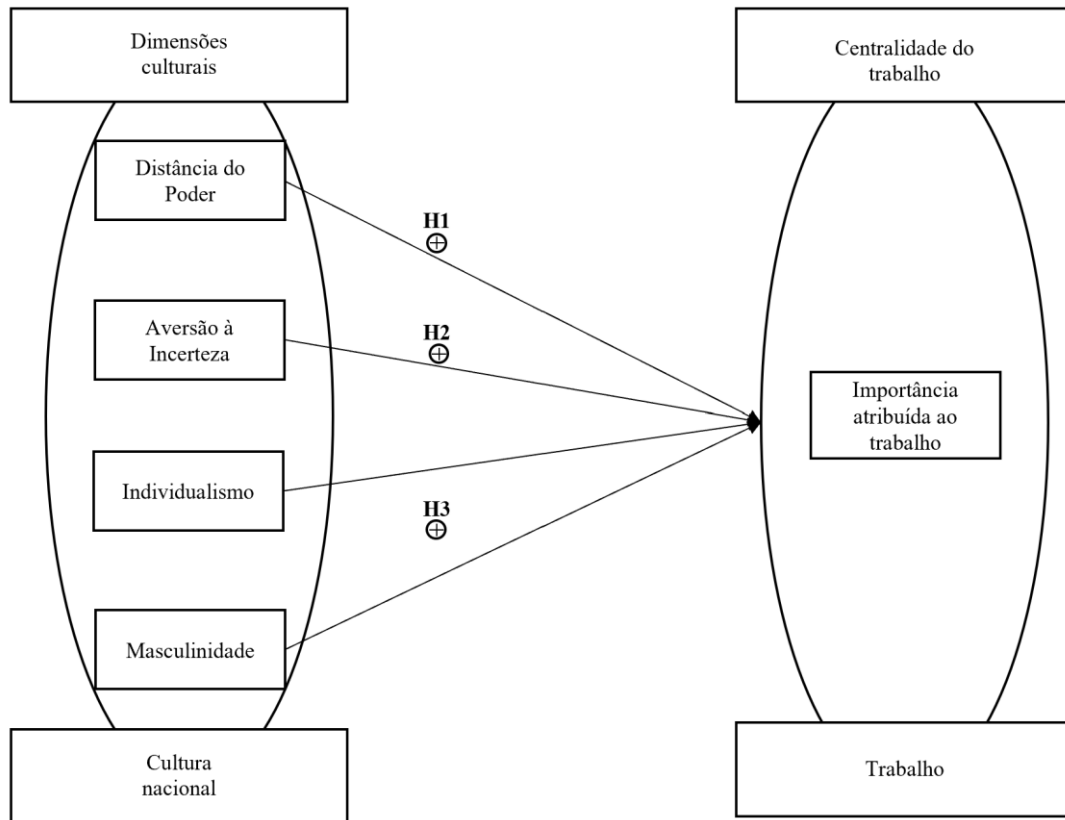
Quadro 1 – Hipóteses do estudo

Hipótese	Descrição
H1	Países com alta pontuação na dimensão cultural “Distância do poder” consideram símbolos de status e de poder muito importantes para indicar posição social e comunicar respeito (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025), sendo o trabalho, portanto, um possível símbolo de status e de poder. Nesse sentido, espera-se que a alta Distância do Poder influencie, positivamente, a centralidade do trabalho.
H2	Países com alta pontuação na dimensão cultural “Aversão à incerteza” lidam com menor conforto com o futuro incerto (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025), sendo o trabalho, portanto, um possível meio através do qual se cria segurança financeira e social frente ao futuro incerto. Nesse sentido, espera-se que a alta Aversão à Incerteza influencie, positivamente, a centralidade do trabalho.
H3	Países com alta pontuação nas dimensões culturais “Individualismo” e “Masculinidade” consideram que o sucesso deve ser baseado no mérito e que as pessoas devem se esforçar para serem os melhores que elas puderem ser (Hofstede, 2011; Hofstede Insights, 2025), sendo o trabalho, portanto, um possível meio de se alcançar sucesso baseado no mérito. Nesse espera-se que o alto Individualismo e a alta Masculinidade influenciem, positivamente, a centralidade do trabalho.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1, por sua vez, ilustra o modelo teórico proposto neste estudo.

Figura 1 – Modelo teórico do estudo



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como se observa na Figura 1, o modelo teórico deste estudo considera que, transculturalmente, a centralidade do trabalho é influenciada positivamente por altos níveis de Distância do poder, Aversão à Incerteza, Individualismo e Masculinidade. Conjuntamente, as hipóteses levantadas neste estudo sugerem que sociedades formadas por indivíduos que valorizam mais símbolos de *status* (alta Distância do Poder), que prezam pela estabilidade (alta Aversão à Incerteza) e que valorizam a proatividade, competitividade, sucesso e mérito (alto Individualismo e alta Masculinidade) tendem a atribuir maior importância ao trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indagação que norteou este estudo foi: quais as possíveis intersecções entre cultura nacional e centralidade do trabalho? O objetivo foi discutir as possíveis intersecções entre cultura nacional e centralidade do trabalho, levantando-se hipóteses com respaldo teórico que poderão ser testadas futuramente por meio de pesquisas empíricas. De acordo as hipóteses levantadas, as quais compuseram o modelo teórico do estudo, a Distância do Poder, a Aversão à Incerteza, o Individualismo e a Masculinidade exercem influência positiva sobre a centralidade do trabalho.

A principal sugestão de estudos futuros diz respeito ao teste empírico do modelo teórico proposto nesta pesquisa. Ademais, este estudo se limitou a analisar as possíveis relações da centralidade do trabalho com características culturais, ficando como sugestão a análise de outras características externas e internas (e.g., econômicas, pessoais, psicográficas, entre outras), que também podem ser relevantes para a explicação da importância atribuída ao trabalho. Por fim, pesquisas futuras podem se aprofundar em outras abordagens que não a transcultural, a exemplo das abordagens marxistas e neomarxistas do trabalho e seus correlatos como alienação do trabalho.

O estudo, em termos teóricos, possibilita a contribuição para a literatura sobre a centralidade do trabalho, seus sentidos e significados em diferentes culturas, enriquecendo um tema que permeia o cotidiano de quase a totalidade da população mundial. Espera-se que este estudo tenha contribuído para a literatura sobre a centralidade do trabalho sob uma abordagem transcultural, a qual considera a possível influência da cultura em valores, atitudes e comportamentos individuais.

REFERÊNCIAS

NUNES, Thiago Soares; GONÇALVES, Júlia; TORGA, Eliana Marcia Martins Fittipaldi. Precarização e Função Social: análise dos significados do trabalho de docentes da pós-graduação. Campinas: **Avaliação**, v. 27, n. 1, p. 68-90, 2022.

ANDRADE, T.; HOCH, R. E. E.; FOSSÁ, M. I. T. As interações entre valores relativos ao trabalho e gênero segundo a visão dos gerentes de uma organização bancária. **Revista Estudos do CEPE**, n. 36, p. 170-194, 2012.

ARAÚJO, R. R. de; SACHUK, M. I. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, v. 14, n. 1, p. 53-66, 2007.

ARGOLO, J. C. T.; ARAÚJO, M. A. D. O Impacto do Desemprego sobre o Bem-Estar Psicológico dos Trabalhadores da Cidade de Natal. **Revista de Administração Contemporânea**, [s. l.], v. 8, n. 4, 2004.

BARHAM, E. J.; VANALLI, A. C. G. Trabalho e família: perspectivas teóricas e desafios atuais. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 47-60, 2012.

CALDEIRA, S. F.; ATHAYDE, A. L. M. A importância dada ao trabalho: uma comparação transcultural entre o Brasil e os Estados Unidos. **Revista de Carreira Pessoas**, v. 14, n. 3, p. 467-487, 2024.

FEDRIGO, L.; CERANTOLA, M.; FRÉSARD, C. E.; MASDONATI, J. Refugees' Meaning of Work: A Qualitative Investigation of Work Purposes and Expectations. **Journal of Career Development**, v. 50, n. 1, p. 52-68, 2023.

GIULIANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, M. del (Org.). **História das Mulheres no Brasil** (p. 536-559), 8. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

- GRAEBIN, R. E.; MATTE, J.; LARENTIS, F.; MOTTA, M. E. V. da; OLEA, P. M. O significado do trabalho para jovens aprendizes. **Revista Gestão Organizacional**, v. 12, n. 1, p. 17-38, 2019.
- GU, M.; TAN, C. M.; HO, Y. S.; LIU, L. Work–family conflict and happiness: the moderating role of national culture. **Evidence-based HRM**, v. 10, n. 3, p. 293-311, 2022.
- HATTRUP, K.; GHORPADE, J.; LACKRITZ, J. R. Work group collectivism and the centrality of work: a multinational investigation. **Cross-Cultural Research**, v. 41, n. 3, p. 236-260, 2007.
- HEMESATH, S.; TEPE, M. Multidimensional preference for technology risk regulation: The role of political beliefs, technology attitudes, and national innovation cultures. **Regulation & Governance**, v. 18, n. 4, p. 1-20, 2024.
- HOFSTEDE INSIGHTS. **Country Comparison Tool**. 2025. Disponível em: <https://www.theculturefactor.com>. Acesso em: 13 jan. 2025.
- HOFSTEDE, G. Dimensionalizing Cultures: The Hofstede Model in Context. **Online Readings in Psychology and Culture**, v. 2, n. 1, p. 1-26, 2011.
- HOFSTEDE, G. The Cultural Relativity of Organizational Practices and Theories. **Journal of International Business Studies**, v. 14, n. 2, p. 75-89, 1983.
- HOFSTEDE, G.; HOFSTEDE, G. J.; MINKOV, M. **Cultures and Organizations - software of the mind**: Intercultural Cooperation and Its Importance for Survival. 3 ed. New York: McGraw-Hill, 2010.
- LE, L. H.; HANCER, M.; CHAULAGAIN, S.; PHAM, P. Reducing hotel employee turnover intention by promoting pride in job and meaning of work: A cross-cultural perspective. **International Journal of Hospitality Management**, v. 109, p. 1-10, 2023.
- LECHNER, C. M.; SORTHEIX, F. M.; GÖLLNER, R.; SALMELA-ARO, K. O desenvolvimento dos valores do trabalho durante a transição para a idade adulta: um estudo em dois países. **Jornal de Comportamento Vocacional**, v. 99, p. 52–65, 2017.
- LIMA, J. C. Sobre empreendedorismo e cultura do trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 39, p. 1-18, 14 abr. 2024.
- MACIEL, D; MARQUES, C; TORRES, A. Trabalho, família e gênero. **Anais...** VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 2008.
- MARRA, A. V.; SOUZA, M. M. P. de; MARQUES, A. L.; MELO, M. C. de O. L. Significado do trabalho e envelhecimento. **Revista Administração em Diálogo**, v. 15, n. 2, p.103-128, 2013.
- MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 47-56, 2007.
- NEVES, D. R.; NASCIMENTO, R. P.; FELIX JR, M. S.; SILVA, F. A. da; ANDRADE, R. O. B. de. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 2, p. 318-330, 2018.
- NUNES, T. S.; GONÇALVES, J.; TORGA, E. M. M. F. Precarização e Função Social:

OLIVEIRA, M. K.; PÉREZ-NEBRA, A. R.; ANTLOGA, C. S. Relação entre significado do trabalho e rotatividade de serventes de limpeza. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 16, n. 2, p. 190-202, 2016.

ONGARO, J. D.; GRECO, P. B. T.; MORAIS, B. X.; ROSSATO, G.; ANDOLHE, R.; MAGNAGO, T. S. B. de S. Fatores associados ao engajamento no trabalho de servidores públicos do sul do Brasil. **REME – Revista Mineira de Enfermagem**, v. 29, n. 1, 2025.

SÁ, J. G. S. de; LEMOS, A. H. da C.; OLIVEIRA, L. B. de. Para além dos estereótipos: os sentidos do trabalho para mulheres da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 4, p. 500–513, 2022.

SATUF, C.; NEVES, J. A. B. A influência de fatores demográficos e estruturais nos significados do trabalho entre brasileiros: evidências do *World Values Survey*. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, p. 476-508, 2021.

SOUZA, P. V. S. de; DALCERO, K.; FERREIRA, D. D. M.; PAULO, E. The impact of environmental innovation and national culture on ESG practices: a study of Latin American companies. **Academia Revista Latinoamericana de Administración**, v. 37, n. 2, p. 246-264, 2024.

VIANNA, F. R. P. M.; TONON, L.; TONON, J. P. B.; FERREIRA, A. Sentidos e Significados do Trabalho: Um Estudo com Dependentes Químicos em Recuperação e Profissionais da Saúde. **Revista Gestão & Conexões**, v. 14, n. 1, p. 38-60, 2025.

WANG, T. Exploration of the Inheritance and Innovation Carrier of National Culture in the Teaching Model of Art Design Major in Higher Vocational Colleges: Integrating Lijiang Baisha Murals into Higher Vocational Art Design Curriculum System. **Journal of Contemporary Educational Research**, v. 8, n. 1, p. 165-172, 2024.

ZHANG, Y. Marx's Theory of Alienated Labor and Its Contemporary Value: Based on "Economic and Philosophical Manuscripts of 1844" (Excerpts). **International Journal of Social Sciences and Public Administration**, v. 9, n. 1, p. 66-74, 2025.

CAPÍTULO 9

ADOÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DE SUAS MODALIDADES A BUROCRATIZAÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

CHILD ADOPTION IN BRAZIL: FROM ITS MODALITIES TO THE BUREAUCRATIZATION OF THE LEGAL SYSTEM

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-009>

Henrique Petrucci Marques

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: hpetruccimarques@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5719944815331408>

RESUMO

Esta pesquisa teve o grande objetivo de mostrar o quanto a burocratização tem atrapalhado o processo de adoção das crianças e adolescente em situação de abandono, através do viés teórico documental. No Brasil, ainda há muito o que se fazer em relação aos entraves do processo de adoção mesmo sendo amparado pelas leis que protegem os menores sem um lar adequado. Mesmo que as modalidades dessem uma direção nos casos diversos sobre a adoção, ainda o processo de fazê-lo é lento e burocrático. Famílias desejam agilidades e encontram dificuldades fazendo com que, em muitos casos não respeitem a lista prévia do cadastro do SNA. Para se obter o resultado proposto pelo tema essa pesquisa foi feita por uma revisão sistemática de literatura visando materiais com o recorte temporal de 2013 a 2023, mesmo se recorrendo a literaturas anteriores. Foi feita uma abordagem qualitativa para trazer ao debate a reflexão em como melhorar os trâmites que facilitem quem tanto espera para ter um filho(s) quanto a crianças que deseja ter um lar e seus direitos totais garantidos por lei, além do afeto e amparo dos pais adotivos.

Palavras-chave: Burocratização; Adoção; Crianças e adolescentes; Brasil.

ABSTRACT

This research had the main objective of showing how bureaucracy has hindered the adoption process for abandoned children and adolescents, through a theoretical documentary approach. In Brazil, there is still much to be done in relation to the obstacles to the adoption process, even though it is supported by laws that protect minors without a suitable home. Even though the modalities provide guidance in various adoption cases, the process is still slow and bureaucratic. Families want agility and encounter difficulties, which in many cases leads them to disregard the SNA's pre-registered list. To obtain the results proposed by the theme, this research was conducted through a systematic review of the literature, focusing on materials from 2013 to 2023, even resorting to earlier literature. A qualitative approach was taken to bring

to the debate a reflection on how to improve the procedures that facilitate both those who wait so long to have a child or children and children who want a home and their full rights guaranteed by law, in addition to the affection and support of adoptive parents.

Keywords: Bureaucratization; Adoption; Children and adolescents; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A adoção no Brasil constitui um tema amplamente debatido no meio jurídico e acadêmico, envolvendo diferentes perspectivas teóricas e normativas acerca de sua efetivação. Diversos autores destacam que o processo adotivo é permeado por entraves institucionais e procedimentos legais rigorosos, os quais visam assegurar o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Contudo, tais exigências acabam resultando em um processo marcado pela excessiva burocratização, que impacta diretamente tanto os pretendentes à adoção quanto as crianças e adolescentes que aguardam por uma família substituta (Brasil, 1990; CNJ, 2023).

Nesse contexto, observa-se que a morosidade e a complexidade dos trâmites legais podem prolongar o tempo de institucionalização dos adotandos, além de gerar frustrações e desgastes emocionais nos adotantes. Estudos apontam que, embora o sistema jurídico busque garantir segurança e proteção aos envolvidos, a rigidez procedimental pode, em determinadas situações, dificultar a concretização do direito à convivência familiar e comunitária, reconhecido como fundamental para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (Dias, 2017; Rizzini; Rizzini, 2004). Assim, a análise da burocratização do processo de adoção revela-se relevante para a compreensão dos desafios existentes na efetivação desse instituto no cenário brasileiro contemporâneo.

No Brasil, a criação de normas voltadas à proteção dos direitos e garantias de crianças e adolescentes culminou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a regulamentar de forma específica o instituto da adoção, estabelecendo seus fundamentos jurídicos e prevendo diferentes modalidades para sua concretização. A legislação organiza os requisitos, procedimentos e princípios aplicáveis ao processo adotivo, conferindo segurança jurídica e orientando a atuação estatal na efetivação do direito à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Apesar da consolidação de um arcabouço legal destinado a assegurar a regularidade e a proteção no processo de adoção, persistem questionamentos quanto à efetividade dos procedimentos jurídicos na plena satisfação dos interesses dos adotantes e, sobretudo, na garantia do melhor interesse da criança e do adolescente. A complexidade e a morosidade dos trâmites legais têm sido apontadas pela literatura como fatores que contribuem para entraves institucionais, prolongando o tempo de acolhimento e, em alguns casos, comprometendo a concretização do direito à convivência familiar e comunitária. Nesse sentido, a

reflexão proposta neste trabalho enfatiza a necessidade de analisar os impactos da burocratização no processo adotivo e de discutir a importância de políticas públicas e ações governamentais que assegurem a efetivação dos direitos fundamentais, especialmente o princípio da dignidade da pessoa humana aplicado às crianças e adolescentes.

O objetivo central deste trabalho consiste em ampliar o debate sobre a adoção no âmbito acadêmico e institucional, buscando fomentar reflexões entre autoridades, pesquisadores e operadores do direito acerca dos efeitos da burocratização do processo adotivo. Embora os procedimentos legais tenham como finalidade assegurar a proteção integral da criança e do adolescente, especialmente no que se refere à regularidade documental e às exigências jurídicas impostas às famílias adotantes, a literatura aponta a necessidade de analisar em que medida tais exigências contribuem para a celeridade do processo e para a efetivação do direito fundamental à convivência familiar e comunitária, princípio assegurado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Para a consecução desse objetivo, adotou-se como metodologia a revisão de literatura, com abordagem qualitativa, a partir da análise de produções científicas relacionadas ao tema da adoção e da proteção à infância. Foram utilizados livros, artigos científicos, periódicos e documentos disponíveis em bases de dados como *Google Acadêmico*, *SciELO* e repositórios institucionais, de modo a reunir subsídios teóricos capazes de sustentar as discussões propostas. O recorte temporal da pesquisa compreendeu o período de 2013 a 2023, sem prejuízo da consulta a obras anteriores consideradas relevantes para o aprofundamento conceitual e histórico do tema.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ADOÇÃO NO BRASIL

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) define a adoção como um instituto jurídico de grande relevância na contemporaneidade, por meio do qual se estabelece, de forma legal e definitiva, o vínculo de filiação entre pessoas que não possuem laços biológicos, assegurando à criança ou ao adolescente os mesmos direitos e deveres inerentes à filiação natural. Tal definição reforça o caráter protetivo da adoção e sua função social, ao priorizar a garantia do direito à convivência familiar e ao desenvolvimento integral do adotando, conforme os princípios previstos no ordenamento jurídico brasileiro:

A adoção é um procedimento legal que consiste em transferir todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, conferindo para crianças/adolescentes todos os direitos e deveres de filho, somente e quando forem esgotados todos os recursos para que a convivência com a família original seja mantida (AMB, 2015, p. 9).

Vale a pena destacar que, sobre esse tema, existem muitos meios legais sendo tratados no Brasil, como a própria Constituição Federal de 1988, o Código Civil Brasileiro e é claro, o Estatuto da Criança e

do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/1990 (BRASIL, 1990) e a recente Lei da Adoção – Lei nº 12.010/2009 (Brasil, 2009).

A palavra Adoção tem sua origem no latim que significa “o ato ou efeito de adotar”. Ou seja, é tomar para si; ter a responsabilidade; assumir; aceitar o que se estabelece em uma relação sem os laços naturais (Cunha, 2011, p. 27). É um procedimento jurídico que atesta o vínculo entre as pessoas permitindo assim, uma relação de paternidade ou maternidade e filiação, onde são construídos laços familiares assim como acontece com as famílias consanguíneas (Rizzardo, 2011).

Não se pode precisar quando surgiu a questão da adoção, mas a prática dela, já vem de muito tempo em meio a sociedade caracterizando um ato social através do acolhimento e proteção que uma família dedica a uma criança órfã, e em alguns casos, oferecendo essa proteção em trocas de serviços prestados (Pereira; Moreira, 2019).

Porém, com o passar do tempo, a maturação social e jurídica, tratou de tornar compreensível que, o grande objetivo da adoção era nada mais que ajudar as crianças e adolescente a encontrarem famílias que pudessem garantir sua proteção e cuidados, assim como seu direito ao convívio familiar (MELLO, 2017).

Segundo Pereira e Taveira (2020) no início a adoção foi concebida para resolver impasses que os casais tinham em relação a fertilidade e nessa direção foi sendo levada para o caminho da juridicidade, sempre com o intuito de se adaptar as demandas sociais e jurídicas.

Com o decorrer do tempo o instituto foi reformulado, as gradativas leis apresentaram em sua redação alterações que amplificaram seu uso. Fazendo com que altere a perspectiva sobre adoção não sendo mais considerada como um ato de bondade e sim como uma possibilidade de criar um filho pelo método não biológico (Pereira; Taveira, 2020, p.2).

Desta forma, no ordenamento jurídico brasileiro o conceito de adoção está no Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) no artigo 41, que atesta os direitos dos filhos adotados, garantindo que são os mesmos direitos e deveres, cortando os laços com os pais e parentes, com algumas exceções (Brasil, 1990).

De acordo com Diniz (2019):

Trata-se do ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha (Diniz, 2019, p. 483-484).

Além da concepção apresentada por Diniz (2019), a adoção pode ser compreendida sob uma perspectiva mais subjetiva e assistencial, que ultrapassa sua caracterização estritamente jurídica. Embora se constitua como um instituto legal que estabelece direitos e deveres entre adotantes e adotandos, a adoção envolve, de forma indissociável, a formação de vínculos afetivos e sociais, os quais desempenham papel fundamental no atendimento das necessidades emocionais, psicológicas e sociais da criança ou do

adolescente que não vivenciou, de maneira adequada, a convivência familiar. Nesse sentido, a literatura destaca que a adoção contribui para a reconstrução de trajetórias marcadas pela ruptura de vínculos, possibilitando a inserção do adotando em um ambiente familiar capaz de promover seu desenvolvimento integral

Nesse mesmo sentido, a adoção como instrumento jurídico e social permite a capacidade de garantir a dignidade da pessoa humana quando a criança tem a oportunidade de estar inserida no seio familiar e com todas as suas necessidades básicas de materiais, vestimentas e afeto, garantidas (Nucci, 2018, p.176).

Rebonatto (2020) afirma que o Estado Democrático de Direito ao garantir os direitos das crianças e adolescentes regularizou as normativas que se referia a adoção, assegurando que, para que tivessem validade teria que ser através da intervenção jurídica em todas as etapas do processo de adoção. E isso foi ratificado só a partir da Constituição Federal de 1988, quando a adoção passou a ser acompanhada através dos trâmites legais sob os olhares da doutrina da proteção integral da criança e dos adolescentes, posição essa, que propagou a clareza na leitura sobre os direitos das pessoas envolvidas nesse grupo, para melhor satisfazer seus interesses (Nucci, 2017, p.28).

E sobre essa doutrina Shida (2013) diz:

A doutrina de proteção integral e o princípio do melhor interesse são duas regras basilares do direito da infância e da juventude que devem permear todo tipo de interpretação dos casos envolvendo crianças e adolescentes. Trata-se da admissão da prioridade absoluta dos direitos da criança e adolescente (Shida, 2013, p.2).

Com o advento dessa doutrina, o princípio que dava garantia para o melhor interesse da criança foi valorizado, referindo-se a lei reguladora da adoção. Esse princípio tem o intuito de ser como um orientador nas decisões que serão tomadas em função das prioridades e necessidades dos menores, justamente porque o entendimento da doutrina está sempre associado aos critérios para a interpretação da legislação com a possibilidade de, futuramente, servir para novas regras e legislações a respeito do tema (Ramos; Negri, 2020).

2.1 DAS MODALIDADES E CRITÉRIOS DE ADOÇÃO

Ao tratar da adoção no Brasil, torna-se relevante destacar que esse instituto jurídico apresenta diferentes modalidades, as quais são reguladas pelo ordenamento jurídico conforme suas especificidades e interpretadas à luz da legislação vigente e da jurisprudência pátria. Entre as principais modalidades abordadas pela doutrina e pela prática jurídica, destacam-se a adoção unilateral, a adoção conjunta, a adoção à brasileira, a adoção homoafetiva, a adoção *intuitu personae* e a adoção internacional, cada uma delas submetida a requisitos próprios e a procedimentos específicos no âmbito do processo adotivo (Pereira;

Moreira, 2019). A análise dessas modalidades permite compreender a diversidade de situações reconhecidas pelo sistema jurídico brasileiro, bem como os critérios legais que orientam a efetivação da adoção.

2.1.1 Modalidades de Adoção

A primeira modalidade é a Adoção Unilateral que nas palavras de Maria Berenice Dias (2015, p.487) representa:

É o que se chama de adoção unilateral. Estabelece-se uma biparentalidade fática do filho com o parceiro do genitor biológico. Trata-se de forma especial de adoção, que tem caráter híbrido, pois permite a substituição de somente um dos genitores e respectiva ascendência. Daí também se chamar adoção semiplena. Subsistem impedimentos matrimoniais de duas ordens, tanto com relação à família de sangue (CC 1.521, I, II e IV), como com relação à adotiva (CC 1.521, III e V).

Em outras palavras, esse tipo de adoção permite àqueles que mesmo não sendo pais biológicos, tenham uma relação de convivência com seu cônjuge e seu filho(a), deixando claro que a cônjuge – caso a mãe, por exemplo - não perde o poder sobre seu filho biológico.

A *adoção Conjunta* representa a modalidade em que os adotantes devem ser casados ou ao menos ter uma união estável, declarando recursos financeiros suficientes para o sustento em todos os setores da vida das crianças e adolescentes. Para fins de comprovação, a relação estável foi descrita por Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona (2015, p.662), como:

A estabilidade da família, a ambiência onde o adotando será criado, elementos que podem ser colhidos, não apenas mediante depoimentos testemunhais, mas também por meio de relatório ou estudo social – São fundamentais, para que o juiz possa, com segurança, deferir a adoção na perspectiva integral da criança e do adolescente.

Como é perceptível, um instrumento muito relevante na vida de uma criança que não tem o convívio familiar adequado é a adoção. Em um ambiente que tenha a seriedade de adultos, a responsabilidade e o interesse no melhor para a criança e o adolescente, a adoção traz além do preenchimento do vazio de um casal, a felicidade para os adotados.

Uma outra forma de adoção é a brasileira que significa adotar o filho alheio como se fosse seu, mesmo que isso se caracterize como crime. Registrar como seu o filho de outrem foi caracterizado como crime pela lei 6.898/198122 (Brasil, 1981, p.6077) que é crime tipificado no código penal no artigo 242, passivo de pena de dois a seis anos de reclusão, porém, há casos em que a pena pode ser reduzida para detenção de um a dois anos se o juiz perceber atitudes de nobreza, podendo até mesmo não aplicar a pena (Granato, 2005).

Em relação a adoção homoafetiva, a legislação vigente diz que a adoção pode ser realizada por casais de relação homoafetiva. Segundo Leda Januário Schlossarecke (2015, p. 23):

Não há nenhuma previsão legal expressa autorizando ou vedando a adoção realizada por casais que mantenham relação homoafetiva. O princípio que deve prevalecer é o do melhor interesse da criança ou adolescente, principalmente nos casos que o aspirante a adotado já possui vínculos de afinidade com os adotantes. Se os parceiros ou parceiras vivem uma união estável – que inclusive já é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal desde 2011 – é legítimo o interesse na adoção. Eles também podem ser casados, pois o casamento entre homossexuais é permitido no Brasil. Não se pode deixar de lado o princípio constitucional da igualdade, e portanto, o ideal é que não haja tratamento discriminatório de qualquer ordem.

Desta feita, a jurisprudência não tem restrição contra a adoção por casais homossexuais.

Intuitu Personae ou dirigida é uma modalidade que permite a adoção sem o cadastro no SNA. Essa modalidade é o consentimento dos pais biológicos em permitir a adoção de seus filhos por pessoas conhecidas e que desejam fazer o pedido oficialmente. No entanto, esse tipo de adoção recebe muitas críticas e rejeição justamente porque os meios de fazerem não respeitam a ordem cadastral, embora a compreensão da legislação entende que essa é uma alternativa que consegue valorizar melhor os interesses do menor (Dias, 2021).

Algumas escritores e estudiosos do tema têm um posicionamento contrário a essa modalidade de adoção, mas para Filippelli (2016) não há uma base legal para que essa modalidade seja rejeitada contrário a muitas condutas criminosas existentes. Assim, Filippelli (2016, p. 47) explica que é:

Na adoção dirigida não há conduta criminosa, uma vez que a integridade física e a vida da criança não são expostas ao perigo. Não há, tecnicamente, abandono, mas sim a entrega do menor a um terceiro que os pais acreditam ser capaz de cuidar mais adequadamente do menor e lhe oferecer condições superiores a eles. (...) Não se trata, portanto, das hipóteses em que a genitora abandona o recém-nascido em local ermo e sem a proteção de qualquer pessoa, conduta esta que configura a prática do delito previsto no art. 133 do Código Penal. Neste caso não há de se falar em adoção dirigida, mas sim em abandono, conduta que possibilita a destituição do poder familiar (art. 1.638, II do Código Civil) e a consequente colocação do menor em família substituta.

Assim, ele defende que deve ser permitido esse tipo de modalidade, desde que cada caso seja analisado isoladamente em toda a sua literatura e de forma concreta.

A *adoção internacional* é a modalidade que, a criança não conseguindo ser adotada no território nacional, tem a permissão para ser adotada por estrangeiros desde que obedeça às exigências das leis brasileiras e suas documentações exigidas para tal, assim como o tempo de convivência no território nacional cumpra o prazo (Silva *et al.*, 2010)

2.1.2 Critérios para Adoção

Depois da criação da Lei sobre a adoção, um cadastro Nacional de Adoção (CNA) que em 2019 foi substituído pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) instituído. Esse cadastro é um sistema de coleta, registro, manutenção e controle de dados que fornece informações sobre as crianças e

adolescentes em condições de serem adotadas, assim como mostra também as informações sobre as pessoas que desejam adotar (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021).

Essa mesma lei criou alguns critérios para se adotar como ter mais de 18 anos, diferença mínima de idade entre o adotante e o adotado, Consentimento do adotante, do adotado e dos pais, Intervenção judicial na sua criação, Irrevogabilidade, Estágio de Convivência, Acordo sobre guarda e regime de bens, Prestação de contas da administração, Comprovação da estabilidade familiar.

2.2 A BUROCRATIZAÇÃO IMPEDINDO A AGILIDADE NO PROCESSO

No processo de adoção é normal se ver o termo burocracia em evidência sobretudo, em debates divergentes porque muitos pesquisadores fazem apologia aos trâmites burocráticos alegando uma preocupação com o melhor interesse do menor. Segundo Gama, Silva e Freitas (2017, p.32) as formalidades são importantes porque defendem justamente os interesses daqueles que sofrem com a ausência de um convívio familiar. O Estado tem essa responsabilidade de cuidar já que os menores vivem em casos de hipossuficiência por isso não devem ser descartadas essas burocracias, sabendo que não são elas que causam a morosidade no processo, mas problemas outros da justiça brasileira.

Porém, Rodrigues (2018, p. 37) enfatiza:

A realidade do processo de adoção no Brasil é cruel com as crianças e os adolescentes, pois a burocracia e a morosidade prevalecem, dificultando a colocação em uma família substituta, visto que, existe um crescente número de crianças e adolescentes abrigados. Está é uma triste realidade, pois a busca pela família biológica ou extensa é longa e anos passam sem que ninguém as queira ou adote, algumas sequer são inseridas no cadastro de adoção, envelhecem abandonadas em acolhimento e ao final são despejadas para a vida adulta.

Em consonância ao supracitado, Alvez (2016) ratifica que a adoção tem que ser direcionada sem os entraves das formalidades, mas com o desejo humanitário de levar a criança, o seu melhor interesse, sem as burocracias que travam o andamento do processo. Segundo ele, a burocratização só fere os interesses da criança fazendo com que essas visões tecnocratas atrapalhem a tutela dela. Isso reflete a questão burocrática do cadastro nacional que a própria lei condicionou de forma rigorosa e cegamente o cadastro prévio de pessoas com interesses na adoção.

Esse comportamento extremo, em face a obrigatoriedade da prévia inscrição do cadastro por àqueles desejosos por adotar uma criança, traz problemas que, os adotantes sempre pensam na ideia de que o filho vai ser perfeito e muitas vezes fazem com que estimulem a terem crianças fora dos padrões legais (Dias, 2021)

Segundo Colucci (2014, p. 78-79) a grande preocupação em relação a adoção está no ser adotado e no adotante e para isso ele confirma:

A adoção pode ser vista sob dois pontos de vista: o dos adotantes e o dos adotados. Quanto aos adotantes, é possível observar que, a princípio, seu objetivo não é necessariamente auxiliar as crianças em situação de abandono, mas, antes, conseguir realizar seu projeto de parentalidade, tendo o filho que não conseguiram pelos meios biológicos. Já para a criança a ser adotada, a adoção é forma de adimplir seu melhor interesse, visto que passará a ter, na prática, todos os direitos a ela assegurados pela proteção integral. Assim, seu direito à convivência familiar, bem como o atendimento aos seus direitos básicos à saúde, educação, moradia, alimentação e, talvez mais importante, ao afeto e cuidados essenciais, serão assegurados.

Desta feita, o autor não contesta a burocratização da obrigatoriedade do cadastro em si, mas em outras palavras ele defende a ideia de que a maior preocupação é tornar eficaz o processo em si, facilitando os entraves documentais e agilizando o processo em relação ao tempo, para favorecer o desejo das famílias terem filhos adotados e as crianças por enfim, terem direitos que lhes foram negados ao longo da ausência do convívio familiar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a adoção no Brasil permanece como um tema complexo e desafiador, apesar da existência de um conjunto normativo que define trâmites, requisitos e modalidades para a sua efetivação. Embora a legislação busque assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes, a literatura aponta que a morosidade e a burocratização dos procedimentos ainda representam obstáculos significativos tanto para as famílias pretendentes à adoção quanto para os adotandos, que permanecem por longos períodos em instituições de acolhimento. Essa permanência prolongada pode comprometer o exercício do direito à convivência familiar e comunitária, especialmente quando o desligamento institucional ocorre em razão da maioridade, sem que tenha havido a constituição de vínculos familiares estáveis.

Nesse sentido, a análise realizada evidencia a necessidade de aprimoramento das políticas públicas e dos mecanismos estatais de gestão do processo adotivo, de modo a assegurar a efetivação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana previsto no ordenamento jurídico brasileiro

Mesmo que as leis sejam criadas, a burocracia tem deixado o processo muito lento e mesmo que os meios legais sejam o caminho, há autores que defendem que em alguns casos isolados e averiguado os documentos, sejam feitos de acordo com a necessidade e urgência das famílias mesmo que não respeitem a lista prévia do cadastro. Para isso é preciso de fato, dar agilidade ao processo de adoção para que isso não torne algo ilegal para alguns adotantes. É preciso refletir esse tema porque vidas importantes estão em jogo dentro do território nacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. F. **À procura de uma lei de adoção para crianças desprovidas de proteção integral.** Consultor Jurídico, 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-nov-06/processo-familiar-procura-lei-adocao-criancas-desprovidas-protecao> Acesso em: 29 de abril de 2023.
- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB). **Adoção:** aspectos jurídicos e sociais. Brasília: AMB, 2015.
- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Adoção:** passo a passo. Disponível em: <adocaopassoapasso.pdf> (mprs.mp.br) . Acesso em: 25 de abril de 2023.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 4 ago. 2009.
- BRASIL. **Lei nº 6.898, de 30 de março de 1981.** Altera o art. 242 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 1 abr. 191. Seção 1, p. 6077.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 16 set. 1990.
- COLUCCI, C. F. P. **Princípio do melhor interesse da criança:** construção teórica e aplicação prática no direito brasileiro. 2014. 261 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. **Dia Nacional da Adoção:** famílias driblam a pandemia e realizam o sonho de adotar. 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/dianacional-da-adocao-familias-driblam-a-pandemia-e-realizam-o-sonho-de-adotar/>. Acesso em: 27 de abril de 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA).** Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- CUNHA, Sérgio Sêrvulo da. **Dicionário compacto de direito.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- DIAS, A. L. F. **Adoção:** considerações sobre o instituto e abordagens relativas à possibilidade da adoção intuitu personae (segundo o PL do senado 394 de 2017). 2021. 26 f. Artigo científico (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito de Famílias.** 10ª Edição Rev., Atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Direito de Família**. 33. Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FERREIRA, L. A. (Coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FILIPPELLI, J. S. **Adoção intuitu personae: a relativização do cadastro de adoção sob a ótica do melhor interesse da criança**. 2016. 73 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil, direito de família: a família em uma perspectiva constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRANATO, E. F. R. **Adoção: doutrina e prática**. Curitiba: Juruá, 2005. p. 133

MELLO, C. M. **Direito civil: Famílias**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.

NUCCI, G. de S. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Em busca da Constituição Federal das crianças e dos adolescentes**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, S. C.; MOREIRA, I. **Morosidade no processo de adoção**. Revista Extensão em Foco, v.7, n.1, p. 49-59, 2019.

PERES, Janete Fátima de Souza. **Adoção homoafetiva: a possibilidade jurídica da adoção homoafetiva frente a inexistência de lei infraconstitucional**. 2017. Disponível em: <https://www.unicerp.edu.br/ensino/cursos/direito/monografias/20172/ADOCANHOMOAFETIVA.pdf> acessado em 25 de abril de 2023.

RAMOS, J. S.; NEGRI, F. L. O melhor interesse da criança nos processos de adoção em Florianópolis. **Revista Pindorama**, v. 1, n. 1, p. 57-68, dez., 2020.

REBONATTO, F. A **(in)aplicabilidade do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente no procedimento da ação para a adoção**. 2020. 57 f. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade de Passo Fundo, Sarandi, 2020.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola, 2004.

RODRIGUES, A. C. T. **Adoção no Brasil: a realidade das crianças e adolescentes invisibilizados por um sistema deficiente**. 2018. 40 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade Doctum de João Monlevade, João Monlevade, 2018.

SCHLOSSARECKE, Ieda. **Requisitos para adoção no Brasil**. Disponível em: <<https://iedasch.jusbrasil.com.br/artigos/215397194/requisitos-para-adoacao-no-brasil>>. Acesso em: 26 de abril de 2023.

SHIDA, V. K. **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA *et. al.* Investigando o processo de adoção no Brasil e o perfil dos adotantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, Volume 44, Número 1, p. 191-204, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2010v44n1p191> acessado em 27 de abril de 2023.

CAPÍTULO 10

O CAVALO E O IMPERADOR: BUCÉFALO E ALEXANDRE, O GRANDE⁶

THE HORSE AND THE EMPEROR: BUCEPHALUS AND ALEXANDER THE GREAT

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-010>

Luís Fernando de Souza Alves

Mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais

Universidad de Jaén

E-mail: luisf3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6961912446654898>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

Guilherme Carvalho Vieira

Doutorando em Ciências do Movimento Humano

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: guilherme.carvalho.unimontes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6002574093789093>

Stefany Reis Marquioli

Mestra em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: stefanymarquioli@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837081022903429>

Ioli Ferreira Santiago

Mestra em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: iolimfs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8291716886697192>

Ester Liberato Pereira

Doutora em Ciências do Movimento Humano

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: ester.pereira@unimontes.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5813806316468531>

⁶ Os autores são gratos pelo apoio da *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais* (FAPEMIG) para o desenvolvimento deste capítulo, em especial ao *Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBIC/FAPEMIG* da *Universidade Estadual de Montes Claros* (UNIMONTES/MG).

RESUMO

Bucéfalo, talvez o mais famoso cavalo da história e que pertenceu a Alexandre, o Grande, pode ser visto como um elemento central na construção simbólica, política e cultural de liderança na Antiguidade. A partir de fontes literárias clássicas, como Plutarco, Arriano e Pseudo-Calístenes, é possível perceber a relação entre cavaleiro e montaria como um vínculo que vai além dos aspectos funcional ou militar. A figura de Bucéfalo lança luz a questões como recepção e ressignificação em épocas posteriores, ao indicar como narrativas heroicas associam o cavalo à virtude, ao poder, à legitimidade, educação e status, por exemplo. Por fim, nota-se que, no âmbito esportivo e equestre, persistem estruturas simbólicas semelhantes que exaltam a cooperação entre humanos e animais, algo esse encarado como uma herança cultural de longa duração.

Palavras-chave: Alexandre; Bucéfalo; Cavalo; Iconografia; Simbolismo.

ABSTRACT

Bucephalus, perhaps the most famous horse in history, which belonged to Alexander the Great, can be seen as a central element in the symbolic, political, and cultural construction of leadership in Antiquity. From classical literary sources, such as Plutarch, Arrian, and Pseudo-Callisthenes, it is possible to perceive the relationship between rider and mount as a bond that goes beyond functional or military aspects. The figure of Bucephalus sheds light on issues such as reception and reinterpretation in later periods, by indicating how heroic narratives associate the horse with virtue, power, legitimacy, education, and status, for example. Finally, it should be noted that, in the sporting and equestrian fields, similar symbolic structures persist that exalt cooperation between humans and animals, something that is seen as a long-standing cultural heritage.

Keywords: Alexander; Bucephalus; Horse; Iconography; Symbolism.

1 INTRODUÇÃO

Em um mosaico de chão do mundo antigo, é possível contemplar uma figura masculina específica montada a cavalo, durante uma batalha (figuras 1 e 2). Seu cavalo apresenta o que aparenta ser um chifre.

Figura 1 – Mosaico de Alexandre. Casa do Fauno, Pompeia. Cerca de 120 – 100 a. C.



Fonte: Museo Archeologico Nazionale di Napoli (2025).

Com cerca de 5,82 metros de altura e 3,13 de largura, o *Mosaico da Batalha de Issus* (ocorrida em 333 a. C.), também conhecido como *Mosaico de Alexandre*, é de origem romana e provém da *Casa do Fauno*, localizada em Pompéia, Itália. Datado entre 120 e 100 a. C., retrata uma batalha entre os exércitos de Alexandre, o Grande, e Dario III da Pérsia. A obra de arte em questão combina diferentes tradições artísticas, como a itálica, a helenística e a romana (Radley, 2025; Cohen, 1997; Honour; Fleming, 2005; Wallace-Hadrill, 1994).

2 BUCÉFALO E ALEXANDRE

Mesmo que tal detalhe dessa produção artística não seja tomado como um chifre, tal característica no animal se deve a algumas interpretações literais a seu respeito (Anderson, 1930) (figura 3). *Bucéfalo* (Βουκέφαλος – *Boukephalos*) (cerca de 355 a. C. – 326 a. C.), como se chamava, foi um dos cavalos mais famosos da antiguidade. Seu proprietário era nada mais nada menos que Alexandre, o Grande (Tozer, 1908; Davidson; Vine, 2015; Lang, 1896). Na obra intitulada *O romance de Alexandre*, escrita na Idade Antiga, é registrado que o nome do animal significa literalmente *cabeça de boi*, ou seja, a junção dos termos gregos βούς (*bous* – *boi, touro*) e κεφαλή (*kephalē* – *cabeça*). A designação se deve a uma marca ou cicatriz na coxa⁷ do cavalo, a qual parecia uma cabeça de boi ou touro (Budge, 1896; Tozer, 1908):

⁷ Um relato siríaco indica que o animal tinha em seu lado direito uma marca de nascença com formato de lobo, o qual mantinha um touro em sua boca (Budge, 1896).

[...] depois que Filipe voltou para sua terra e entrou em seu palácio, ele enviou [mensageiro(s)] a Delfos para obter um oráculo sobre quem governaria após ele. E o oráculo de Delfos, depois de beber do rio Castálio do submundo, falou-lhe assim: ‘Filipe, aquele que montar o cavalo com cabeça de touro e cavalgar por Hélade governará o mundo inteiro e subjugará todos os homens com sua lança’. E aquele cavalo era chamado de *cabeça de touro*, porque tinha na coxa uma cicatriz incomum que tinha a forma de um novilho. E quando o rei ouviu o oráculo, ficou sempre à procura de um novo Hércules. E Alexandre educou-se apenas com Aristóteles, o Estagirita. E como havia muitas crianças na casa de Aristóteles para sua educação, e muitas delas eram filhos de reis, o filósofo disse a um deles: ‘Se você herdar o reino de seu pai, o que você dará ao seu professor?’ E ele respondeu: ‘Você viverá comigo; e eu o nomearei cogovernante do meu glorioso reino’. E ele perguntou a outro: ‘E você, filho, o que você fará?’ E ele disse: ‘Eu o tornarei meu administrador e o nomearei conselheiro para assuntos a serem julgados por mim’. Questionando Alexandre, ele disse: ‘Se você governar a pátria dos macedônios, o que você fará?’ E ele ficou em silêncio por um longo tempo; então olhou para seu professor e disse: ‘Quando você não tem certeza do amanhã, você realmente busca saber o que está por vir? Então eu darei o que eu escolher quando a Providência acima decretar o tempo, a hora e a promessa a ser cumprida’. E quando Aristóteles ouviu isso, disse a Alexandre: ‘Salve, conquistador do mundo, pois você está destinado a ser um grande imperador’ (Pseudo-Callisthenes, 1969, p. 36, tradução nossa).

A partir de fontes da antiguidade, é possível presumir que a linhagem de Bucéfalo era proveniente da Tessália, Grécia, famosa por criar cavalos de guerra (Davidson; Vine, 2015; Willekes, 2016), porque, segundo Plutarco, “[...] Filoneico, o tessálio, trouxe Bucéfalo, oferecendo-o a Filipe [pai de Alexandre] por treze talentos [...]” (Plutarch, 1967, p. 237, tradução nossa). Bucéfalo morreu no que atualmente é Jelum, Paquistão, depois da *Batalha de Hidaspes*, em 326 a. C. (Such; Rabone, 2009; Duve; Völker, 1997; Paietta; Kaupila, 2023). Conta-se que Alexandre ficou tão triste com a perda que batizou uma das muitas cidades com o nome do animal (Davidson; Vine, 2015). No quinto livro da *Anábase de Alexandre*, Arriano afirma que

Alexandre fundou duas cidades, uma onde ocorreu a batalha [de Hidaspes] e outra no local onde começou a atravessar o rio Hidaspes; à primeira deu o nome de Niceia, em homenagem à sua vitória sobre os indianos, e à segunda, Bucéfala, em memória do seu cavalo Bucéfalo, que ali morreu, não por ter sido ferido por alguém⁸, mas devido aos efeitos do trabalho árduo e da velhice; pois tinha cerca de trinta anos e estava bastante desgastado pelo trabalho. Esse Bucéfalo havia compartilhado muitas dificuldades e enfrentado muitos perigos com Alexandre durante muitos anos, sendo montado apenas pelo rei, pois rejeitava todos os outros cavaleiros. Ele era de tamanho incomum e de temperamento generoso. A cabeça de um boi havia sido gravada nele como uma marca distintiva e, segundo alguns, essa era a razão pela qual ele tinha esse nome; mas outros dizem que, embora fosse preto, ele tinha uma marca branca na cabeça que se assemelhava muito à cabeça de um boi. Na terra dos uxianos, esse cavalo desapareceu de Alexandre, que então enviou uma proclamação por todo o país dizendo que mataria todos os habitantes, a menos que lhe trouxessem o cavalo de volta. Como resultado dessa proclamação, ele foi imediatamente devolvido. Grande era o apego de Alexandre ao cavalo e grande era o temor que os bárbaros tinham de Alexandre. Que muita honra seja tributada a esse Bucéfalo, em nome de seu mestre (Arrian, 1834, p. 296-297, tradução nossa).

De acordo com Plutarco (1967), em seu livro *Vidas Paralelas*, Alexandre, quando novo, ganhou o cavalo após uma aposta com o pai. Filônico, de Tessália, um comerciante de cavalos, ofereceu Bucéfalo ao rei Filipe II pela quantia alta de 13 talentos, quantia que poderia pagar o salário mensal de 1.500 soldados

⁸ Outra interpretação existente, que aparece no capítulo 14 do livro 5 da *Anábase de Alexandre*, é a de que o cavalo teria sido ferido pelo filho de Poro e que morreu na batalha de Hidaspes contra os indianos (Arrian, 1834).

ou 351 quilos de prata (Duve; Völker, 1997). Como não havia quem conseguisse domar o animal, o líder não se interessou. Vendo a situação, Alexandre se mostrou disposto e surpreendeu a todos. Ele fez o animal ficar de uma maneira que não pudesse ver sua própria sombra, algo que lhe causava inquietude:

[...] Certa vez, Filoneico, o tessálio, que trouxe Bucéfalo, oferecendo-o para venda a Filipe por treze talentos, e eles desceram à planície para testar o cavalo, que parecia ser selvagem e totalmente intratável, não permitindo que ninguém o montasse, nem atendendo à voz de nenhum dos servos de Filipe, mas empinando-se contra todos eles. Então Filipe ficou irritado e ordenou que o cavalo fosse levado embora, acreditando que ele era totalmente selvagem e indomável; mas Alexandre, que estava por perto, disse: ‘Que cavalo eles estão perdendo, porque, por falta de habilidade e coragem, não conseguem controlá-lo!’. A princípio, Filipe permaneceu em silêncio; mas como Alexandre repetiu várias vezes essas palavras e demonstrou grande angústia, ele disse: ‘Você critica seus mais velhos por acreditar que sabe mais do que eles ou que é mais capaz de domar um cavalo?’. ‘Este cavalo, pelo menos’, disse Alexandre, ‘eu poderia domar melhor do que os outros’. ‘E se não conseguir, que punição sofrerá por sua imprudência?’. ‘Na verdade’, disse Alexandre, ‘perderei o preço do cavalo’. Houve risadas e, então, pai e filho chegaram a um acordo quanto à penalidade e, imediatamente, Alexandre correu até o cavalo, segurou suas rédeas e o virou em direção ao sol; pois ele havia percebido, ao que parecia, que o cavalo estava muito perturbado com a visão de sua própria sombra caindo à sua frente e dançando ao redor. E depois de acalmar um pouco o cavalo dessa maneira e acariciá-lo com a mão, quando viu que ele estava cheio de ânimo e coragem, ele calmamente jogou seu manto de lado e, com um leve salto, montou nele com segurança. Então, com uma leve pressão das rédeas no freio e sem bater nele ou machucar sua boca, ele o controlou; mas quando viu que o cavalo havia se livrado do medo que o atormentava e estava impaciente para correr, ele lhe deu rédea solta e, por fim, o incitou com um tom mais severo e um impulso com o pé. Filipe e sua companhia ficaram sem palavras de ansiedade no início; mas quando Alexandre fez a curva da maneira adequada e voltou para eles orgulhoso e exultante, todos os outros gritaram alto, mas seu pai, como nos é dito, realmente derramou lágrimas de alegria e, quando Alexandre desmontou, beijou-o, dizendo: ‘Meu filho, procure um reino à sua altura; a Macedônia não tem espaço para você’ [...] E como Filipe percebeu que seu filho tinha um caráter inflexível e resistia à coerção, mas era facilmente conduzido pelo raciocínio ao caminho do dever, ele mesmo tentou persuadi-lo em vez de ordená-lo; e como não queria confiar totalmente a orientação e a formação do menino aos professores comuns de poesia e estudos formais, sentindo que era uma questão de grande importância e, nas palavras de Sófocles,

‘Uma tarefa que exige muitos freios e muitos remos’, [isto é, uma tarefa que demanda grande domínio e cuidadosa condução]

ele chamou o mais famoso e erudito dos filósofos, Aristóteles, e pagou-lhe uma remuneração nobre e adequada. A cidade de Estagira, ou seja, de onde Aristóteles era natural e que ele mesmo [Filipe] havia destruído, foi repovoada e restaurada para os cidadãos que estavam no exílio ou na escravidão (Plutarch, 1967, p. 237, 239, 241, tradução nossa).

Como um dos cavalos de guerra de Alexandre, Bucéfalo o serviu em inúmeras batalhas. O valor que Alexandre atribuía a Bucéfalo, conforme visto, se nota pelo fato de lhe ter prestado honra, nomeando uma cidade com seu nome, quando da ocasião da morte do animal aos seus trinta anos de idade (Anderson, 1930). Tal apego ao cavalo também foi notado quando ele ameaçou devastar uma região por conta do desaparecimento de seu cavalo (Arrian, 1834).

No *Romance de Alexandre*, há a lenda de que Bucéfalo e Alexandre teriam nascido ou até mesmo morrido no mesmo dia (Pseudo-Callisthenes, 1969). Mesmo isso não tendo ocorrido, o que esse relato indica é a conexão próxima que havia entre o cavalo e seu imperador. Tal questão é reforçada por parte da

iconografia da Idade Média e Idade Moderna, com o cavalo sendo representado como símbolo de lealdade, persistência e serviço (Alexander-Skipnes, 2024).

Figura 2 – Detalhe do Mosaico de Alexandre. Casa do Fauno, Pompeia



Fonte: Radley (2025)

Várias são as lendas e anedotas relacionadas a Bucéfalo, as quais ajudaram a criar uma imagem duradoura do cavalo na antiguidade e posteridade. Uma dessas histórias é registrada pelo escritor romano Cláudio Eliano (170 – 230 d. C.), em sua produção intitulada *Varia Historia*, menciona uma visita de Alexandre a seu artista, Apeles, em Éfeso, quando viu a pintura de si e Bucéfalo, pintura essa que ele não elogiou suficientemente (Alexander-Skipnes, 2024). Ao olhar para a pintura, conta-se que o cavalo relinchou, o que levou Apeles, conhecido por seus comentários espirituosos, a dizer: “[...] ‘Vossa Majestade, o cavalo certamente parece ter um gosto melhor de arte do que o senhor’ [...]” (Aelian, 1997, p. 65, tradução nossa).

3 CONEXÕES E PONTOS DE CONTATO

A partir das informações levantadas até aqui, é possível observar que, desde tempos antigos, a qualidade, a linhagem e origem de um cavalo era algo valorizado (Xenophon, 2002). Também, foi possível notar que a presença de temas como a força, confiança, lealdade e companheirismo do cavalo. A cena em que o jovem Alexandre domou Bucéfalo é uma prova de excelência (ἀρετή – *aretē* – *aretê*), algo virtuoso (Liddell; Scott, 1996), semelhante, em estrutura simbólica, a um feito atlético, onde são observadas questões como controle, inteligência corporal, domínio técnico e coragem diante do risco.

Figura 3 – Moeda representando Bucéfalo⁹



Fonte: British Museum (2026).

Montar e controlar cavalos era parte da educação (παιδεία – *paideia* – *paideia*)¹⁰ (Kittel; Bromiley, 1964). Tal instrução era característica da aristocracia, uma vez que possuir ou ter acesso a um cavalo implicava ter condições financeiras, ou seja, era um marcador e distintivo social (Campbell, 2014). Falando da educação, no livro *Leis*, livro sétimo, Platão postula o seguinte sobre uma pólis ideal:

[...] Quando ambos os sexos completarem seis anos de idade, deverá haver uma separação entre os sexos – os meninos passarão a conviver com meninos e as meninas com meninas – e será hora de ambos se dedicarem às suas aulas, sendo os meninos enviados a instrutores para aprender equitação, arco e flecha, o manejo do dardo e da funda – as meninas poderão participar das aulas se quiserem – mas, acima de tudo, o uso da lança e do escudo [...] (Plato, 1934, p. 177, tradução nossa).

Platão menciona a equitação no conjunto das práticas formativas, as quais, mesmo que não universais, são adequadas à formação ideal do cidadão em um contexto aristocrático-militar. Além disso, o filósofo, em seu escrito *Laches*, coloca o cavalgar e a ginástica juntos, como partes da educação do cavaleiro ateniense: “[...] essa forma de exercício, juntamente com a equitação, é particularmente adequada para um homem livre [...]” (Plato, 2005, p. 40, tradução nossa). Além disso, cavalos são associados à guerra e à liderança. Bucéfalo representa uma espécie de ápice da técnica equestre aristocrática. A partir da Antiguidade Tardia e da Idade Média, há uma espécie de simbolismo heroico, de

⁹ Emitida por Seleuco I Nicátor. Nessa representação, o cavalo aparece com chifres na cabeça, uma interpretação literal de seu nome (British Museum, 2026).

¹⁰ Educação e tratamento da criança que está crescendo até à maturidade e que precisa de orientação, ensino, instrução e disciplina. A παιδεία é o caminho da educação e do cultivo que deve ser percorrido (Kittel; Bromiley, 1964).

modo que Alexandre é transformado em um herói quase lendário, conforme se deduz do *Romance de Alexandre*.

Bucéfalo passa a ser mais extraordinário, sendo símbolo de questões como domínio, velocidade e excelência física, qualidades essas que migram para o esporte com esses equinos, tendo como elementos de relevância a coragem, a potência e a ligação com o cavaleiro. No esporte contemporâneo, atletas e cavalos também são descritos com uma linguagem heroica, épica e, às vezes, quase mitológica. Assim, Bucéfalo pode ser visto como um antepassado narrativo dessa lógica, um companheiro do herói e cavaleiro, comparável, em função simbólica, a cavalos célebres do turfe, montarias olímpicas e animais icônicos do hipismo e práticas esportivas envolvendo cavalos. Isso é transmissão e recepção cultural.

4 CONSIDERAÇÕES

Bucéfalo, companheiro inseparável de Alexandre, o Grande, é um tema que permite compreender como a relação entre ser humano e cavalo é algo repleto de significados e símbolos na Antiguidade e no decorrer da história. Além da função bélica, Bucéfalo carrega valores da cultura aristocrática gregomacedônia, como excelência, autocontrole e lealdade. A famosa cena que apresenta o jovem Alexandre domando o cavalo não é só um episódio biográfico, também é uma metáfora do domínio racional sobre a força, elemento essencial na construção do ideal de líder.

Fontes literárias e iconográficas demonstram que Bucéfalo foi sendo elevado cada vez mais a uma categoria quase mítica, compondo uma imagem, mensagem e narrativa de heroísmo sobre Alexandre como imperador. Essa mitificação foi sendo reelaborada e transmitida ao longo dos séculos, de modo que, ainda na antiguidade, ele serve como modelo e ideal para Júlio César, no império romano, influenciando, também, a cultura medieval, moderna e contemporânea. Nos processos de recepção cultural, o cavalo representa não só um instrumento de poder, porque também é indicado como companheiro e dotado de significados simbólicos, muitas vezes em conexão com o status e a virtude de seu cavaleiro.

Estruturas simbólicas de tal tipo não desapareceram, mas se adaptaram a novos contextos. No esporte equestre contemporâneo, há tons de uma narrativa heroica, a qual é associada ao desempenho atlético e aparece ligada a noções de excelência, coragem e relacionamento entre humanos e animais, algo que remete à relação entre Bucéfalo e Alexandre. Dessa forma, perceber o cavalo a partir desse caso específico ilumina aspectos do mundo antigo e contribui para uma compreensão mais ampla dos mecanismos de continuidade cultural e da persistência de símbolos na construção de identidades e valores coletivos.

REFERÊNCIAS

AELIAN. **Historical miscellany**. London: Harvard University, 1997.

ALEXANDER-SKIPNES, Ingrid. **Alexander the Great in Renaissance Art**. New York: Routledge, 2024.

ANDERSON, Andrew Runni. Bucephalas and his legend. **The American Journal of Philology**, v. 51, n. 1, p. 1–21, 1930.

ARRIAN. **The Anabasis of Alexander**. London: Hodder and Stoughton, 1834.

BRITISH MUSEUM. **Coin, Seleucus I Nicator**. Disponível em: <https://www.bmimages.com/preview.asp?image=01188461001&itemw=4&itemf=0002&itemstep=1&itemx=4>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BUDGE, Ernest Alfred Thompson Wallis. **The life and exploit of Alexander the Great**. London: C. J. Clay and Sons, 1896. v. 2.

CAMPBELL, Gordon Lindsay (org.). **The Oxford handbook of animals in Classical thought and life**. Oxford: Oxford University, 2014.

COHEN, Ada. **The Alexander Mosaic: stories of victory and defeat**. Cambridge: Cambridge University, 1997.

DAVIDSON, Rosemary; VINE, Sarah. **The great big glorious book for girls**. Great Britain: Penguin, 2015.

DUVE, Karen; VÖLKER, Thies. **Lexikon berühmter Tiere**. Frankfurt: Eichborn, 1997.

HONOUR, Hugh; FLEMING, John. **A world history of art**. 7. ed. London: Laurence King, 2005.

KITTEL, Gerhard; BROMILEY, Gerhard (eds.). **Theological dictionary of the New Testament**. Grand Rapids: Eerdmans, 1964.

LANG, Andrew. **The animal story book**. London: Longmans, Green and Co., 1896.

LIDDELL, Henry George, SCOTT, Robert. **A Greek-English lexicon**. 8. ed. Oxford: Clarendon, 1996.

MUSEO ARCHEOLOGICO NAZIONALE DI NAPOLI. Darius and Alexander battle. **Mosaics**, 2025. Disponível em: <https://www.museoarcheologiconapoli.it/en/portfolio-item/mosaics/#:~:text=An%20entire%20area%20of%20the,with%20the%20opus%20vermiculatum%20technique>. Acesso em: 14 jan. 2026.

PAIETTA, Ann; KAUPILA, Jean. **Famous animals in history and popular culture**. Jefferson: McFarland, 2023.

PLATO. Laches. In: WATERFIELD, Robin (trad.). **Meno and other dialogues**. Oxford: Oxford University, 2005.

PLATO. **The laws of Plato**. London: J. M. Dent & Sons, 1934.

PLUTARCH. **Plutarch's Lives**: with na English translation by Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University, 1967. v. 7.

PSEUDO-CALLISTHENES. **The romance of Alexander the Great by Pseudo-Callisthenes**: translated form the Armenian version with na introduction by Albert Mugrdich Wolohojian. New York: Columbia University, 1969.

RADLEY, Dario. 2,100-year-old Alexander mosaic reveals secrets in first-ever analysis. **Archaeology News**, 22 jan. 2025. Disponível em: <https://archaeologymag.com/2025/01/alexander-mosaic-reveals-secrets-in-analysis/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

SUCH, Peter; RABONE, Richard. **Book of Alexander**. Oxford: Oxbow, 2009.

TOZER, Basil. **The horse in history**. London: Methuen, 1908.

WALLACE-HADRILL, Andrew. **Houses and society in Pompeii and Herculaneum**. Princeton: Princeton University, 1994.

WILLEKES, Carolyn. **The horse in the Ancient world**: from Bucephalus to the hippodrome. London: I. B. Tauris, 2016.

XENOPHON. **The art of horsemanship**. London: J. A. Allen, 2002.

CAPÍTULO 11

O CÓDIGO JUSTINIANEU E AS RELAÇÕES DE PODER NO IMPÉRIO BIZANTINO: DIREITO, RELIGIÃO E CONTROLE SOCIAL

THE JUSTINIAN CODE AND POWER RELATIONSHIPS IN THE BYZANTINE EMPIRE: LAW, RELIGION, AND SOCIAL CONTROL

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-011>

Fábyo Hennrique Rabelo Feitosa

Bacharel em Direito

Centro Universitário Funorte

E-mail: fabyorabello@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8925196826706397>

George Saymon Silva de Freitas

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: george.freitas@edu.unimontes.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1471835767678084>

Édipo Alves Lacerda

Mestrando em Geografia

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: edipo.lacerda@edu.unimontes.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0162112818341394>

Henrique Augusto Reis Prudêncio

Mestrando em Sociedade, Ambiente e Território

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: henrique.prudencio@edu.unimontes.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0971111251256029>

Suelen Naiara da Silva Rodrigues

Graduanda em Pedagogia

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: suelennaiara16@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3116195823855973>

RESUMO

Este capítulo analisa o *Corpus Juris Civilis* não apenas como um monumento jurídico, mas como um instrumento central de poder simbólico e legitimação política no Império Bizantino, especificamente durante o reinado de Justiniano (527-565 d.C.). Partindo da premissa de que a historiografia tradicional, muitas vezes focada em aspectos técnicos e filológicos, subestimou a dimensão ideológica da legislação, o estudo investiga como o direito foi mobilizado para consolidar uma teocracia imperial. A fundamentação teórica articula a História do Direito com a História Cultural e Social, mobilizando o conceito de

"dispositivo de poder" de Michel Foucault para compreender as tecnologias de governo, em diálogo com a noção de "poder simbólico" de Pierre Bourdieu para analisar os mecanismos de legitimação. Através da análise discursiva do *Codex Justinianus* e das *Novellae*, demonstra-se que a linguagem jurídica transcendia a simples normatização da vida civil, operando como uma narrativa teológica que vinculava a autoridade do imperador diretamente à vontade divina. Nesse contexto, o julgamento é reinterpretado como um ritual público de disciplinamento social, onde a infração à lei equivalia a uma afronta à ordem cósmica estabelecida. Os resultados apontam que a codificação justinianeia funcionou como uma tecnologia de governo eficaz, capaz de moldar subjetividades e impor uma visão de mundo onde o político e o religioso eram indissociáveis. Conclui-se, portanto, que o *Corpus Juris Civilis* deve ser compreendido como uma linguagem de dominação que garantiu a coesão social e a perenidade da autoridade imperial na transição para a Idade Média, reafirmando o direito como um fenômeno cultural e uma arma política indispensável.

Palavras-chave: Corpus Juris Civilis; Império Bizantino; Poder Simbólico; Justiniano; História do Direito.

ABSTRACT

This chapter analyzes the *Corpus Juris Civilis* not only as a legal monument, but as a central instrument of symbolic power and political legitimacy in the Byzantine Empire, specifically during the reign of Justinian (527-565 AD). Starting from the premise that traditional historiography, often focused on technical and philological aspects, has underestimated the ideological dimension of legislation, the study investigates how law was mobilized to consolidate an imperial theocracy. The theoretical foundation articulates the history of law with cultural and social history, mobilizing Michel Foucault's concept of the "dispositif of power" to understand the technologies of government, in dialogue with Pierre Bourdieu's notion of "symbolic power" to analyze the mechanisms of legitimation. Through a discursive analysis of the *Codex Justinianus* and the *Novellae*, it is demonstrated that legal language transcended the simple standardization of civil life, operating as a theological narrative that linked the emperor's authority directly to divine will. In this context, judgment is reinterpreted as a public ritual of social discipline, where breaking the law was equivalent to an affront to the established cosmic order. The results indicate that Justinian codification functioned as an effective technology of government, capable of shaping subjectivities and imposing a worldview in which the political and the religious were inseparable. It can therefore be concluded that the *Corpus Juris Civilis* should be understood as a language of domination that ensured social cohesion and the continuity of imperial authority in the transition to the Middle Ages, reaffirming law as a cultural phenomenon and an indispensable political weapon.

Keywords: Corpus Juris Civilis; Byzantine Empire; Symbolic Power; Justinian; History of Law.

1 INTRODUÇÃO

A promulgação do *Corpus Juris Civilis*, durante o reinado do imperador Justiniano (527-565 d.C.), não constitui apenas um marco na história do direito ocidental, mas representa um dos momentos mais decisivos na articulação entre autoridade política, dogma religioso e ordenamento social na Antiguidade Tardia. Tradicionalmente, a historiografia jurídica tem tratado a codificação justinianeia sob o prisma da técnica legislativa e da preservação do legado romano clássico, enxergando-a como um monumento de racionalidade jurídica que permitiu a sobrevivência do direito romano através dos séculos (Kaser, 2009; Padoa Schioppa, 2014). No entanto, reduzir essa obra monumental a um compêndio de normas ou a uma tentativa de restauração antiquária seria ignorar a complexa teia de significados políticos e teológicos que sustentaram sua elaboração. Em um império que se via como o reflexo terrestre do Reino dos Céus, a lei nunca foi uma esfera autônoma ou laica; ao contrário, ela operava como a linguagem primordial de uma teocracia em consolidação, onde a vontade do imperador se confundia deliberadamente com a providência divina.

O contexto do século VI, marcado por profundas transformações geopolíticas e pela necessidade urgente de coesão interna diante das ameaças persas e bárbaras, exigia mais do que exércitos ou fortificações: exigia uma unidade ideológica inabalável (Ostrogorsky, 1996; Cameron, 2002). É nesse cenário que o projeto de Justiniano deve ser compreendido. Ao ascender ao trono, o imperador herdou um mundo fragmentado por disputas teológicas especialmente o monofisismo e outras heresias cristológicas e por uma prática jurídica caótica, onde séculos de constituições imperiais e escritos de jurisconsultos se sobrepunham de maneira contraditória. A resposta imperial foi a formulação de um projeto totalizante, sintetizado no ideal de "um só Deus, um só Império, uma só Lei" (Herrin, 2010; Dagron, 1996). A codificação, portanto, não foi um ato burocrático, mas uma ofensiva política destinada a disciplinar a vida social, uniformizar a fé e centralizar o poder na figura sagrada do monarca. A lei tornava-se, assim, o "braço armado" da ortodoxia, e o *Corpus Juris Civilis*, a sua sagrada escritura secular.

Nesse horizonte interpretativo, o presente capítulo propõe um deslocamento do olhar: ao invés de indagar 'o que diz a lei', busca-se compreender 'o que a lei faz' enquanto dispositivo de poder. Apoiando-se nas categorias analíticas da História Cultural e Social, e dialogando com teóricos como Michel Foucault (1996) e Pierre Bourdieu (1989), este estudo investiga a codificação justinianeia como uma tecnologia de governo capaz de produzir verdades, instituir hierarquias e moldar subjetividades. Se, como sugere Bourdieu, o poder simbólico é aquele capaz de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, então o direito romano tardio foi a ferramenta por excelência desse poder. Ao nomear, classificar e sancionar comportamentos, o código não apenas refletia a realidade social bizantina, mas a construía ativamente, definindo quem pertencia ao corpo social (o cidadão ortodoxo) e quem deveria ser expurgado ou marginalizado (o herege, o pagão, o judeu, o desviante).

A relevância desta abordagem reside na identificação de uma lacuna persistente na historiografia. Embora existam estudos exaustivos sobre a dogmática do direito romano representados por obras clássicas como *Direito Privado Romano* (2009), de Max Kaser, e *História do Direito na Europa* (2014), de Antonio Padoa Schioppa e investigações fundamentais sobre a história política e cultural de Bizâncio como *Bizâncio: a extraordinária vida de um império medieval* (2010), de Judith Herrin; *O Império Romano Tardio* (2002), de Averil Cameron; e *Empereur et Prêtre* (1996), de Gilbert Dagron, a intersecção entre essas esferas ainda carece de maior aprofundamento sob a ótica das relações de poder. Frequentemente, o direito é tratado pelos historiadores como um dado técnico, acessório à narrativa política, ou pelos juristas como um sistema fechado, desvinculado das tensões sociais que o engendraram. Este capítulo busca superar essa dicotomia, demonstrando que o texto jurídico é, antes de tudo, um texto social e político, saturado das ideologias de seu tempo e servindo como palco onde se encenam as disputas pela legitimidade.

A análise aqui empreendida concentra-se, sobretudo, na dimensão discursiva e ritualística do *Corpus*, com ênfase no *Codex Justinianus* e nas *Novellae Constitutiones*. Diferentemente do *Digesto*, que compilava a jurisprudência clássica, o *Codex* e as *Novelas* contêm a voz direta do imperador e de sua chancelaria. É nesses textos que a fusão entre direito e religião se torna explícita. Os prefácios das leis, longe de serem meras formalidades retóricas, funcionam como manifestos teológicos onde a autoridade imperial é justificada pela eleição divina. A lei bizantina não se legitima pelo consenso ou pela tradição republicana, mas pela sua origem transcendente. O imperador, ao legislar, atua como *nomos empsychos* (a lei animada), um intermediário entre Deus e os homens (Dagron, 1996). Dessa forma, a desobediência à norma estatal transmutava-se em sacrilégio, e o crime adquiria a gravidade do pecado. Essa sacralização do direito servia a um propósito claro de controle social: ao elevar a norma jurídica à categoria de dogma, o Estado bizantino blindava suas instituições contra a contestação, tornando a submissão política um imperativo religioso.

Além disso, é fundamental considerar a aplicação do direito como um ritual de poder. O tribunal bizantino, a promulgação das leis e a execução das sentenças eram espetáculos públicos destinados a reafirmar a ordem cósmica. A justiça, nesse contexto, operava como um mecanismo disciplinar no sentido foucaultiano, vigiando e punindo não apenas para retribuir o mal, mas para corrigir o corpo social e reafirmar a onipresença da autoridade imperial. A burocracia jurídica, expandida e profissionalizada sob Justiniano, funcionava como a correia de transmissão desse poder, levando a presença do imperador das províncias mais remotas até o centro de Constantinopla. Através da lei, o império tentava impor uma uniformidade que a geografia e a cultura diversificada do Mediterrâneo Oriental persistiam em desafiar.

O problema de pesquisa que orienta esta reflexão pode ser, portanto, formulado nos seguintes termos: de que maneira o *Corpus Juris Civilis* ultrapassou sua função normativa para se constituir como um dispositivo de poder simbólico e religioso, essencial para a manutenção da autocracia justinianeia? A

hipótese central é a de que a codificação foi a peça-chave em um vasto projeto de "engenharia social" e teológica, onde o direito serviu para cristalizar uma hierarquia rígida, marginalizar dissidências e, fundamentalmente, inventar a imagem de um Estado eterno e divinamente ordenado. A sobrevivência de Bizâncio por mil anos após a queda de Roma não pode ser explicada apenas por suas muralhas ou sua diplomacia, mas também pela força coesiva de seu imaginário jurídico-político, forjado decisivamente no século VI.

Para tanto, este capítulo estrutura-se em torno de três eixos analíticos. Primeiramente, examina-se a construção da autoridade imperial no discurso jurídico, analisando como a linguagem das constituições imperiais entrelaça o vocabulário do poder absoluto com a retórica da piedade cristã. Em segundo lugar, investiga-se o papel do direito na regulação da moralidade e da religião, demonstrando como a legislação invadiu esferas da vida privada e da consciência individual que, na tradição romana clássica, permaneciam à margem da intervenção estatal direta. Por fim, discute-se a eficácia simbólica desse sistema, questionando até que ponto a "ordem" proclamada nos códigos correspondia à realidade social vivida ou se funcionava, sobretudo, como um ideal regulatório e uma ferramenta de propaganda imperial.

Além disso, convém frisar que este estudo não pretende apenas descrever o conteúdo das leis de Justiniano, mas dissecar a lógica de poder que as sustentava. Ao tratar o *Corpus Juris Civilis* como um artefato cultural e político, buscamos compreender as raízes de uma concepção de Estado onde a lei é sagrada e o governante é a sua encarnação uma concepção que, embora gestada na Antiguidade Tardia, deixou marcas profundas na tradição política do Ocidente e do Oriente. Compreender o "momento justianeu" é, portanto, compreender a gênese de mecanismos de controle social e legitimação política que continuam a desafiar nossa compreensão sobre as relações entre direito, fé e poder.

2 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

A construção do conhecimento histórico sobre as instituições da Antiguidade Tardia exige uma articulação rigorosa entre a análise das fontes documentais e a aplicação de categorias teóricas capazes de desvelar as mediações simbólicas do poder. As fontes não devem ser compreendidas apenas como registros estáticos de normas ou acontecimentos, mas como enunciados culturais que expressam valores, ideologias e visões de mundo. Nessa direção, Roger Chartier (1991) enfatiza que a análise histórica deve se voltar para as representações, entendendo-as como matrizes que moldam a compreensão da realidade e legitimam hierarquias sociais. Assim, o *Corpus Juris Civilis* é tomado neste estudo não apenas como um monumento jurídico, mas como um vestígio privilegiado da sociedade bizantina, um testemunho das formas de pensar, classificar e ordenar o mundo sob a égide de um império cristão.

Nesse horizonte interpretativo, o presente estudo fundamenta-se na intersecção entre a História do Direito, a História Política e a História Social, propondo um diálogo entre perspectivas distintas para

enriquecer a análise. De um lado, reconhece-se a importância da tradição jurídica representada por autores como Max Kaser (2009), que compreende o direito romano tardio como a "encarnação da ordem romana no mundo". Entretanto, busca-se transcender a leitura estritamente normativista, que isola a lei de seu contexto sociológico, para investigar o direito como um artefato histórico e político.

Para operacionalizar essa abordagem, a pesquisa adota como eixo teórico central os conceitos de "dispositivo" e "poder", formulados por Michel Foucault (1996). A legislação justinianeia é compreendida aqui como uma tecnologia de poder, um mecanismo disciplinar que não apenas reprime a infração, mas produz subjetividades e organiza o corpo social. À luz da microfísica do poder, o código atua como um instrumento de vigilância e correção, estabelecendo fronteiras rígidas entre o comportamento aceitável (ortodoxo/legal) e o desviante (herético/ilegal). A lei, portanto, opera na capilaridade das relações sociais, interpretando a realidade e impondo uma disciplina que se pretende universal.

Simultaneamente, e de modo a complementar a análise das estruturas de dominação, o estudo mobiliza o conceito de "poder simbólico" de Pierre Bourdieu (1989). Sob essa perspectiva, o campo jurídico é analisado como um espaço de disputa onde se define a visão legítima do mundo social. Bourdieu define o poder simbólico como a capacidade de impor significados e fazer com que sejam reconhecidos como legítimos e naturais. No contexto do governo de Justiniano, isso se traduz na habilidade imperial de redefinir o sistema jurídico, revestindo-o de uma aura sagrada e transformando a obediência civil em dever religioso. O direito torna-se, assim, a linguagem por excelência da legitimação, capaz de consagrar a autoridade do imperador através de rituais e discursos que ocultam a arbitrariedade do poder sob a máscara da justiça divina.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada na análise documental e na crítica do discurso jurídico. O recorte das fontes concentra-se fundamentalmente no *Codex Justinianus* e nas *Novellae Constitutiones*. A escolha dessas partes específicas do *Corpus* justifica-se por conterem as constituições imperiais diretas e as leis mais recentes, onde a voz do imperador e a fusão entre teologia e direito se manifestam de forma mais explícita.

A análise do discurso buscará identificar, nos prefácios e no corpo das leis, o vocabulário e as construções retóricas que associam a autoridade imperial à ordem divina. Pretende-se mapear os símbolos, as metáforas de sacralidade e os rituais descritos nos textos para compreender como o direito foi instrumentalizado para criar um imaginário de estabilidade e onipotência. Desse modo, ao articular a materialidade das fontes primárias com um robusto quadro teórico interdisciplinar, o percurso metodológico visa demonstrar que a legislação justinianeia operou como uma matriz simbólica de poder, essencial para a manutenção da coesão social e política do Império Bizantino.

3 A LEI COMO ENCARNAÇÃO DA ORDEM: O DIREITO ENTRE A TÉCNICA E A SACRALIZAÇÃO

A compreensão do *Corpus Juris Civilis* exige, preliminarmente, um rompimento com a visão positivista contemporânea que tende a isolar o fenômeno jurídico de suas bases teológicas e cosmológicas. No contexto da Antiguidade Tardia, especialmente sob o governo de Justiniano (527-565 d.C.), o direito não operava em um vácuo secular, mas constituía a espinha dorsal de um projeto de dominação que buscava fundir a tradição imperial romana com a ortodoxia cristã. Nesse sentido, a legislação transcendia sua função técnica de regulação de conflitos privados para se converter naquilo que Max Kaser (2009) define, com precisão cirúrgica, como a "encarnação da ordem romana no mundo". Essa "ordem", contudo, deixava de ser meramente administrativa para se tornar uma manifestação da vontade divina, na qual o imperador atuava como o intérprete supremo e sagrado.

Sob essa ótica, a monumental tarefa de compilação e sistematização das leis que envolveu a depuração de séculos de jurisprudência e a eliminação de contradições (antinomias) não deve ser lida apenas como um esforço de racionalização burocrática ou técnica legislativa (Schiavone, 2011; Wieacker, 1994). Embora a técnica jurídica fosse refinada e essencial para a funcionalidade do sistema, ela servia a um propósito ideológico superior: a sacralização da autoridade imperial. Ao reorganizar o caos normativo herdado do passado, Justiniano não estava apenas "limpando" o direito; ele estava exercendo um controle absoluto sobre a verdade jurídica, estabelecendo que a única fonte de justiça válida era aquela emanada ou chancelada pelo trono imperial. A técnica, portanto, era o instrumento; a sacralização da ordem, o objetivo final.

Nessa perspectiva, o imperador Justiniano, ao promulgar o Código e as Novelas, assume a figura do *nomos empsychos* (a lei animada), posicionando-se como o intermediário indispensável entre Deus e os homens. A linguagem adotada nas Constituições Imperiais reflete essa transmutação do jurídico em teológico. O vocabulário técnico do direito romano é permeado por uma retórica religiosa que eleva a obediência civil à categoria de dever sagrado. Conforme observa Gilbert Dagron (1996), a fusão entre o poder temporal e a autoridade sacerdotal no césaropapismo bizantino fazia com que a legislação fosse percebida não como uma convenção humana passível de erro, mas como um reflexo da ordem celeste imutável. Assim, questionar a lei de Justiniano não era apenas um ato de sedição política, mas uma afronta à própria Providência que o colocara no trono.

À vista disso, opera-se uma mudança fundamental na natureza da infração. Se a lei é a materialização da vontade de Deus através do imperador, a transgressão da norma jurídica (o crime) passa a se confundir com a transgressão da norma religiosa (o pecado). O direito torna-se, então, um dispositivo de controle social totalizante. Ele invade a esfera da consciência individual, regulando não apenas as transações comerciais e as propriedades, mas também a fé, a moralidade e a conduta íntima dos súditos

(Brown, 2014). A "ordem" que a lei encarna é uma ordem dogmática, que não admite desvios. A uniformidade jurídica imposta pelo *Corpus* visava criar um corpo social homogêneo, onde ser um cidadão romano e ser um cristão ortodoxo eram condições indissociáveis.

Além disso, a sacralização do direito servia como um antídoto contra a instabilidade política e as ameaças externas que cercavam o Império no século VI. Em um mundo marcado por incertezas, a lei oferecia uma promessa de estabilidade e perenidade. O texto escrito, imutável e sagrado, funcionava como uma âncora simbólica. Pierre Bourdieu, ao analisar o poder simbólico, nos permite compreender que essa codificação atuava como uma "magia de estado", capaz de instituir a realidade pela simples enunciação oficial. Ao declarar o que era justo e injusto com a autoridade de quem fala em nome de Deus, Justiniano moldava a percepção de seus súditos, naturalizando hierarquias e legitimando a extração de recursos e a obediência cega.

Por fim, é imperativo reconhecer que a tensão entre a técnica e a sacralização no *Corpus Juris Civilis* não se resolve pela anulação de uma pela outra, mas pela sua simbiose. A sofisticação técnica do direito romano seus conceitos de propriedade, contrato e obrigação forneceu a gramática necessária para que a ideologia imperial pudesse operar na prática cotidiana. No entanto, foi o revestimento sagrado, a aura de "divino preceito", que garantiu a eficácia simbólica dessas normas. Desse modo, a lei justinianeia firmou-se como a encarnação suprema da ordem, um monumento onde a razão jurídica de Roma foi batizada pela fé de Bizâncio para servir aos propósitos de uma autocracia que se pretendia eterna.

4 O TRIBUNAL COMO ALTAR: RITUAIS DE JUSTIÇA E A LITURGIA DO PODER

Se a lei escrita, materializada no *Corpus Juris Civilis*, funcionava como a "escritura sagrada" do Estado bizantino, o tribunal constituía o seu templo, e o julgamento, a sua liturgia. No Império Bizantino sob Justiniano, a administração da justiça não se restringia a um procedimento técnico-burocrático de resolução de litígios; ela era, essencialmente, uma encenação dramática da autoridade imperial, projetada para tornar visível a majestade invisível do soberano. À luz da história cultural e das reflexões de Jacques Le Goff sobre a dimensão ritualística do poder, compreende-se que o espaço jurídico operava como um "altar secular", onde a ordem cósmica, momentaneamente perturbada pelo crime ou pelo conflito, era restaurada através de um sacrifício simbólico ou físico.

Nessa "liturgia do poder", a figura do magistrado assume uma centralidade que transcende suas funções administrativas. Ele não é apenas um funcionário público, mas um ícone vivo do imperador. Recorrendo à teoria dos "dois corpos do rei" de Ernst Kantorowicz, pode-se afirmar que, no momento do julgamento, o corpo mortal do juiz é revestido pela autoridade imortal da Coroa. As vestimentas suntuosas, as insígnias de cargo e o protocolo rígido que cercava os tribunais bizantinos serviam para apagar a individualidade do julgador e transformá-lo em um avatar de Justiniano. Para o súdito comum, muitas vezes

analfabeto e residente em províncias distantes de Constantinopla, o tribunal era o único local onde ele experimentava o contato direto com a "presença" do imperador (Herrin, 2010; Cameron, 2002). Assim, a sentença proferida "em nome de Justiniano" carregava uma eficácia performativa: ela atualizava, em cada canto do império, o pacto de submissão que unia a terra ao céu.

A análise deste fenômeno exige também um olhar foucaultiano sobre a microfísica do poder e o papel disciplinar dessas cerimônias. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault (1987) descreve como o suplício e o processo penal na era pré-moderna funcionavam como espetáculos políticos. Em Bizâncio, essa lógica era levada ao paroxismo. O processo judicial era público e teatralizado. A leitura das acusações, os debates retóricos (agora refinados pela técnica do *Digesto*) e, sobretudo, a proclamação do veredito, eram etapas de um drama pedagógico destinado à plateia. A justiça operava pela exemplaridade. A punição do infrator fosse ela a confiscação, o exílio, a mutilação (comum no direito bizantino posterior, mas já presente na lógica penal da época) ou a morte não visava apenas a retribuição do dano, mas a reconsagração da autoridade ferida. O corpo do condenado tornava-se, assim, o suporte onde o poder imperial escrevia sua supremacia, transformando a dor ou a perda em uma lição de obediência para a coletividade.

Além disso, a ritualização do ambiente jurídico servia para intimidar e sacralizar. O silêncio imposto, a hierarquia espacial que colocava o juiz em um estrado elevado (simbolizando a superioridade do Estado sobre o indivíduo) e o uso de uma linguagem jurídica arcaizante e solene, inacessível ao vulgo, criavam uma barreira intransponível entre os detentores do poder e os seus destinatários. Pierre Bourdieu (1989) nos lembra que a formalização é uma das estratégias fundamentais do poder simbólico; ela congela o tempo e institui uma distância reverencial. No tribunal bizantino, essa formalização atingia seu ápice. O rito jurídico ensinava aos súditos que a justiça não era algo que se negociava, mas uma graça que descendia do alto, mediada pela estrutura burocrática que Justiniano aperfeiçoara.

É crucial notar, ainda, como esses rituais de justiça se entrelaçavam com a imaginação religiosa da época. O tribunal terrestre era constantemente apresentado como um espelho do Tribunal Celeste. A iconografia imperial e os preâmbulos das *Novellae* reforçavam a ideia de que o juiz prestaria contas a Deus por suas sentenças, assim como o imperador. Essa dupla responsabilidade sacralizava o processo: mentir em juízo não era apenas perjúrio, mas blasfêmia; corromper um juiz não era apenas suborno, mas sacrilégio. Essa fusão teológico-política blindava as decisões judiciais contra a crítica social. Quem poderia ousar contestar uma sentença que fora proferida segundo as leis do "imperador cristão" e sob o olhar vigilante de Cristo?

Portanto, o tribunal justianeu funcionava como um poderoso dispositivo de coesão social e legitimação política. Ele transformava a violência inerente ao ato de julgar e punir em uma cerimônia de purificação e ordem. Ao assistir aos rituais de justiça, a sociedade bizantina não via apenas a aplicação fria da lei; ela participava de uma liturgia cívica que reafirmava, dia após dia, que fora dos muros da lei e da

proteção do imperador só existia o caos e a barbárie. O tribunal como altar não era, assim, uma metáfora vazia, mas a descrição precisa de um sistema onde o poder se exercia através da fé e a obediência se manifestava como devoção.

5 A ESPADA DA ORTODOXIA: O DIREITO COMO DISPOSITIVO DE EXCLUSÃO E CONTROLE SOCIAL

A terceira e, talvez, mais contundente dimensão analítica do *Corpus Juris Civilis* reside na sua operacionalização como uma tecnologia de exclusão deliberada e "engenharia social". Sob o governo de Justiniano, a máxima "um só Deus, um só Império, uma só Lei" não era apenas um slogan retórico, mas um programa político que exigia a total uniformidade do corpo social. Nesse contexto, o direito romano tardio sofreu uma mutação profunda: ele deixou de ser um instrumento focado primordialmente na resolução de lides civis e na proteção do cidadão para se tornar a "espada da ortodoxia", uma arma institucional voltada para a extirpação de qualquer dissidência que ameaçasse a coesão teológico-política do Estado (Herrin, 2010; Cameron, 2002). A legislação, portanto, funcionou como o principal dispositivo de definição de fronteiras, estabelecendo quem possuía o direito de existir dentro da ordem imperial e quem deveria ser relegado à margem, ao silêncio ou à inexistência civil.

A análise das Constituições Imperiais, especificamente aquelas contidas no primeiro livro do *Codex*, revela uma obsessão legislativa com a pureza da fé. Pela primeira vez na história do direito romano com tamanha intensidade, a crença religiosa individual foi convertida em matéria de ordem pública e segurança nacional. Justiniano criminalizou a heterodoxia com um rigor sem precedentes. O herege, o pagão, o judeu e o samaritano deixaram de ser apenas "outros" religiosos para se tornarem "inimigos internos" do Estado. A lei operava, assim, uma fusão perigosa entre o erro teológico e o crime de lesa-majestade. Divergir dos dogmas do Concílio de Calcedônia ou recusar a comunhão com a Igreja oficial não era apenas um perigo para a alma, mas um ato de sedição contra o Imperador, o vigário de Deus na Terra.

Essa exclusão não se manifestava apenas através da violência física ou da pena capital embora estas fossem aplicadas, mas, sobretudo, através de uma "violência civil" meticulosamente codificada. O direito justineu impôs uma série de incapacidades jurídicas aos dissidentes, criando uma categoria de "não-cidadãos" dentro do império. Hereges eram proibidos de fazer testamentos, de receber heranças, de testemunhar em tribunais contra cristãos ortodoxos e de ocupar cargos públicos ou militares. O professor judeu ou pagão era impedido de ensinar, sob a justificativa de que poderia corromper as almas dos jovens. Essas medidas configuravam uma espécie de *diminutio capitis* (diminuição de direitos) motivada pela fé, destinada a asfixiar econômica e socialmente os grupos indesejados. O objetivo era claro: tornar a vida fora da ortodoxia insustentável, forçando a conversão não pela persuasão, mas pela necessidade de sobrevivência civil.

À luz da teoria da imaginação social de Bronislaw Baczko (1985), esse processo pode ser compreendido como a construção política do "bode expiatório". Para consolidar uma identidade bizantina unificada em meio a crises militares e instabilidades econômicas, o Estado precisava de um "outro" contra o qual pudesse mobilizar a sociedade. Ao rotular o herege como um agente de contaminação e desordem, a legislação criava um inimigo tangível, cuja perseguição servia para reforçar os laços de solidariedade entre a maioria ortodoxa leal. A lei, portanto, não apenas reprimia a diferença, mas a produzia discursivamente, inventando categorias de desvio para justificar a expansão do poder punitivo do Estado. A "ameaça" da heresia legitimava a vigilância constante e a intrusão do poder imperial nas esferas mais íntimas da vida privada.

Nesse ponto, o conceito de "poder pastoral" discutido por Michel Foucault (1996) torna-se uma ferramenta analítica indispensável. Diferente do poder soberano clássico, que se exerce sobre o território, o poder pastoral bizantino exercia-se sobre as consciências. Justiniano, agindo como o pastor supremo do rebanho cristão, arrogava-se o direito e o dever de conduzir cada alma à salvação, o que implicava o dever de corrigir o erro onde quer que ele surgisse. A legislação penetrava, assim, no recesso do lar e da mente. A obrigatoriedade do batismo, a vigilância sobre as práticas funerárias e a criminalização de rituais privados demonstram que não havia espaço isento da autoridade da lei. O Estado bizantino, armado com o *Corpus Juris Civilis*, inaugurava uma forma de totalitarismo teocrático onde a liberdade de consciência era inconcebível, pois o erro não tinha direitos.

Além disso, é fundamental observar como essa dinâmica de exclusão afetou a própria estrutura econômica e administrativa do império. Ao expurgar a elite intelectual pagã (como no fechamento da Academia de Atenas em 529 d.C.) e marginalizar comunidades comerciais judaicas e samaritanas, a "espada da ortodoxia" cobrou um preço alto. Revoltas, como a dos samaritanos na Palestina, foram esmagadas com brutalidade, resultando em despovoamento e perda de receitas fiscais (Ostrogorsky, 1996; Cameron, 2002). No entanto, na lógica de Justiniano, a prosperidade do Estado não dependia da economia secular, mas do favor divino. A pureza da fé era considerada a garantia última da vitória nas guerras e da abundância nas colheitas. Portanto, sacrificar uma parte da população em nome da ortodoxia era visto como um ato de racionalidade política suprema, uma forma de aplacar a ira de Deus e garantir a perpetuidade do *Imperium*.

Peter Brown (2014) e Judith Herrin (2010) ressaltam que esse período marcou o nascimento de uma sociedade onde a cidadania era indistinguível da confissão religiosa. O *Corpus Juris Civilis* foi o instrumento que cimentou essa realidade. Ele institucionalizou a intolerância como virtude cívica. Ao ler as *Novellae*, percebe-se que a linguagem da lei abandona a frieza técnica para adotar o tom apaixonado da polêmica teológica, denunciando a "loucura" dos hereges e a "cegueira" dos judeus. O legislador não é mais um árbitro neutro, mas um combatente na guerra cósmica entre o Bem e o Mal.

Em suma, a legislação de Justiniano operou como um formidável dispositivo de controle social, utilizando a exclusão como método de governo. Ao traçar uma linha indelével entre o ortodoxo e o heterodoxo, o direito bizantino não apenas punia o indivíduo, mas definia a própria ontologia do sujeito político. Fora da Igreja e da Lei Imperial, não havia existência legítima. A "espada da ortodoxia" cortava profundamente o tecido social, eliminando a pluralidade característica do mundo antigo para forjar a unidade monolítica da cristandade medieval. O legado desse processo é ambíguo: se por um lado garantiu a sobrevivência cultural de Bizâncio como uma fortaleza sitiada, por outro, estabeleceu um precedente sombrio de perseguição legalizada que assombraria a história do Ocidente por séculos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Corpus Juris Civilis, situado na confluência entre a tradição jurídica romana e a teologia política cristã, evidencia como as estruturas normativas operaram como fundamentais dispositivos de poder e controle social no Império Bizantino. Ao longo deste estudo, demonstrou-se que a codificação promovida por Justiniano transcendeu sua monumentalidade técnica para se afirmar como uma matriz simbólica de legitimação, onde a lei deixou de ser apenas um regulamento da vida civil para se converter na encarnação da vontade divina e na espinha dorsal de uma autocracia teocêntrica.

Observou-se que a eficácia do direito justianeu residia na sua capacidade de articular três dimensões de dominação: a sacralização da autoridade, que transformava a obediência em dever religioso; a ritualização da justiça, que convertia os tribunais em palcos pedagógicos da majestade imperial; e a exclusão sistemática da dissidência, utilizando a "espada da ortodoxia" para purificar o corpo social e forjar uma identidade coletiva homogênea. Assim, a legislação funcionou como uma tecnologia de governo capaz de moldar subjetividades, impondo uma visão de mundo onde a ordem política era o reflexo imutável da ordem celeste.

Desse modo, compreender o Corpus Juris Civilis significa compreender as estratégias discursivas por meio das quais o Estado bizantino negociou, regulou e impôs sua autoridade sobre uma sociedade complexa e em transformação. A sobrevivência e a influência desse código através dos séculos atestam a força de um projeto que, sob o manto da racionalidade jurídica, institucionalizou a intolerância como virtude cívica e a submissão como caminho de salvação. Ao fim, a obra de Justiniano devolve ao historiador a imagem de um poder que não apenas vigia e pune, mas que, sobretudo, utiliza a lei para inventar a realidade e eternizar a si mesmo.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Enciclopédia Einaudi**: vol. 5: *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BROWN, Peter. **O mundo tardo-antigo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

CAMERON, Averil. **O Império Romano tardio**. Tradução de Alexandre Salvaterra. São Paulo: Contexto, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

DAGRON, Gilbert. **Empereur et prêtre: étude sur le césaropapisme byzantin**. Paris: Gallimard, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GAIO. **Institutas**. Tradução e notas de José Cretella Júnior. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

HERRIN, Judith. **Bizâncio: a extraordinária vida de um império medieval**. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JUSTINIANO, Imperador. **Corpus Iuris Civilis**. Tradução e comentário de Oswaldo Rodrigues dos Santos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

JUSTINIANO I. **Digesto ou Pandectas**. Tradução de Manoel da Cunha Lopes e Vasconcellos. São Paulo: YK Editora, 2018.

JUSTINIANO I. **Institutas do Imperador Justiniano**. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2017.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KASER, Max. **Direito privado romano**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp, 1990.

OSTROGORSKY, George. **História do Estado Bizantino**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1996.

PADOA SCHIOPPA, Antonio. **História do direito na Europa: da idade média à idade contemporânea**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SALDANHA, Nelson. **O Direito Romano e a noção ocidental de "Direito"**. Brasília: Senado Federal, 1983.

SCHIAVONE, Aldo. **Ius**: a invenção do direito em Roma. Tradução de Carlos Silveira. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WIEACKER, Franz. **História do direito privado moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CAPÍTULO 12

SOB O COMANDO DA BOLA: O FUTEBOL COMO FERRAMENTA DE PODER NA DITADURA PINOCHETISTA

UNDER THE CONTROL OF THE BALL: SOCCER AS A TOOL OF POWER IN THE PINOCHET DICTATORSHIP

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-012>

Jéssica Fagundes Sales

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: jessicasales.unimontes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6232361243195595>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

RESUMO

O futebol é um fenômeno social que, em contextos políticos complexos, atua na construção de identidades e relações de poder. Na ditadura militar chilena (1973-1990), foi usado como instrumento de dominação simbólica e legitimação do regime. Este artigo objetiva analisar como o futebol foi mobilizado como ferramenta política e social durante a ditadura chilena, explorando seu papel na construção de narrativas ideológicas e controle social. Para isso, adota uma metodologia qualitativa, com análise documental e interpretação crítica dos sentidos simbólicos e políticos do futebol nesse período.

Palavras-chave: Futebol; Ditadura Chilena; Campo de concentração; Augusto Pinochet.

ABSTRACT

Soccer is a social phenomenon that, in complex political contexts, plays a role in the construction of identities and power relations. During the Chilean military dictatorship (1973-1990), it was used as an instrument of symbolic domination and legitimization of the regime. This article aims to analyze how soccer was mobilized as a political and social tool during the Chilean dictatorship, exploring its role in the construction of ideological narratives and social control. To this end, it adopts a qualitative methodology, with documentary analysis and critical interpretation of the symbolic and political meanings of soccer during this period.

Keywords: Soccer; Chilean dictatorship; Concentration camp; Augusto Pinochet.

1 INTRODUÇÃO

O futebol, à semelhança de outras práticas esportivas modernas, deve ser compreendido não como uma atividade isolada ou meramente lúdica, mas como parte integrante de um processo mais amplo de desenvolvimento social e civilizatório. Ele se insere em uma *configuração social* complexa, na qual diferentes grupos e indivíduos, interdependentes entre si, disputam posições e exercem formas distintas de poder e influência. Longe de ser apenas um jogo, o futebol constitui um *fenômeno social de grande envergadura*, dotado de significados simbólicos que transcendem a prática esportiva em si. Ele mobiliza amplas massas, perpassa divisões de classe e atua como espaço privilegiado para a construção de identidades coletivas. Tal como observamos nas análises de Nöbert Elias e Eric Dunning (1992), o esporte moderno representa uma forma particular de canalização e *regulação das tensões sociais*, uma dramatização ritualizada de conflitos, paixões e rivalidades que, de outro modo, poderiam ameaçar a coesão social.

No interior desse campo regulado por normas e convenções, o futebol emerge como um instrumento altamente eficaz para a gestão das emoções e para a expressão controlada de impulsos, contribuindo, assim, para a manutenção de uma *ordem social estável*. Não por acaso, regimes políticos autoritários identificaram no futebol um meio estratégico de *mobilização simbólica*, valendo-se de sua força afetiva e de sua capacidade de congregar multidões para consolidar projetos de dominação e legitimação ideológica. Assim, o futebol não pode ser analisado de forma dissociada dos processos históricos e das *teias de interdependências* que constituem a sociedade moderna (Elias; Dunning, 2022). Ele é, ao mesmo tempo, reflexo e fator modelador das transformações sociais que marcam a longa marcha da civilização.

Durante a ditadura de Augusto Pinochet no Chile (1973–1990), o futebol foi amplamente instrumentalizado como ferramenta de dominação e propaganda política. Um dos episódios mais emblemáticos desse uso ocorreu no Estádio Nacional de Santiago, que, logo após o golpe militar de 11 de setembro de 1973, foi transformado em um centro de detenção, tortura e execução de opositores(as) do regime, um símbolo brutal da repressão sob o disfarce de um espaço esportivo.

Paradoxalmente, poucos dias depois, o Estádio Nacional, ainda impregnado das marcas materiais e simbólicas da violência de Estado, foi mobilizado como cenário de uma partida classificatória para a Copa do Mundo de 1974. A insistência do governo chileno em manter o jogo contra a União Soviética naquele espaço, apesar das denúncias e pressões internacionais, revela uma estratégia deliberada de imposição de uma ordem simbólica, visando a encenar uma aparência de normalidade institucional e restaurar, no imaginário coletivo, a legitimidade do regime. A recusa da seleção soviética em participar do jogo, como gesto de denúncia, foi neutralizada pela coreografia política montada pelo aparato estatal: o “gol simbólico”

marcado num campo vazio converteu-se em espetáculo, um ritual performativo de dominação, amplamente capturado e difundido pelos dispositivos midiáticos (Archetti, 1998).

Esse episódio evidencia de maneira exemplar como o futebol, enquanto prática social dotada de forte carga simbólica, pode ser instrumentalizado por regimes autoritários como um dispositivo de dominação simbólica e controle social. No caso específico da ditadura de Pinochet, o esporte foi mobilizado não apenas como espetáculo de evasão, mas, sobretudo, como mecanismo eficaz de produção de consentimento e de ocultamento da violência estrutural do regime. Ao se apropriar da paixão popular pelo futebol, elemento profundamente enraizado no *habitus* das classes populares (Bourdieu, 1989), o regime buscou, por um lado, desviar a atenção das práticas repressivas e, por outro, instituir, por meio da encenação midiática, uma aparência de coesão e normalidade institucional.

Assim, de acordo com Eduardo Galeano (2012), o futebol possui uma ambivalência constitutiva: pode servir tanto à libertação quanto à alienação, a depender das estruturas de poder que o operam. Nesse sentido, a ditadura chilena soube explorar habilmente essa ambiguidade, convertendo o futebol em um emblema de unidade nacional, ao mesmo tempo, em que silenciava, com brutalidade, qualquer forma de dissidência interna. Portanto, o uso político do futebol, revela-se não como algo marginal ou secundário, mas como parte integrante do aparato simbólico de legitimação e reprodução da ordem autoritária.

Além de seu uso como instrumento político, o futebol configura-se também como uma poderosa plataforma de poder econômico e midiático. Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1983) compreende o esporte como um campo relativamente autônomo, no qual distintas formas de capital: econômico, simbólico e cultural, se articulam em disputas de legitimidade e dominação. A espetacularização das partidas, a transformação dos clubes em empresas e a internacionalização das competições não são fenômenos neutros, mas expressões de uma lógica mercadológica que reforça e reproduz as estruturas do poder globalizado (Sales *et al.*, 2024). No caso chileno, esse processo de mercantilização do futebol se intensificou no período pós-ditadura, acompanhando a consolidação de um modelo neoliberal herdado do regime militar, marcado pela abertura econômica, pela privatização de instituições e pela subordinação das práticas esportivas às dinâmicas do capital.

À vista disso, compreende-se que o futebol funciona como um espaço complexo de construção e disputa de identidades sociais. Mesmo sob regimes autoritários, ele pode se converter tanto em instrumento de legitimação do poder político quanto em campo de resistência cultural. No decorrer da ditadura chilena, torcidas organizadas e pequenos clubes atuaram, em certos contextos, como espaços de solidariedade e contestação silenciosa ao regime. Esse fenômeno reforça a ambivalência inerente ao futebol: ao passo que pode ser capturado e instrumentalizado pelo aparato de poder, também pode ser apropriado pelas populações como uma via de expressão de sua voz e existência coletiva (Damatta, 1982).

Nesse contexto, o presente estudo pretende analisar a articulação do futebol enquanto instrumento de poder político e social, com ênfase em regimes autoritários, tomando como foco a ditadura militar chilena (1973–1990). Logo, busca-se, assim, evidenciar o papel do futebol na construção e reprodução de narrativas ideológicas, no exercício do controle social e na legitimação dos dispositivos autoritários de poder.

Para tanto, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, orientada pela compreensão dos sentidos, significados e usos sociais e políticos do futebol em contextos de opressão e dominação. O estudo de caso da ditadura chilena revela-se particularmente pertinente, pois permite analisar não apenas os eventos históricos propriamente ditos, mas sobretudo a dimensão simbólica do futebol enquanto campo de disputa, onde o esporte se converte em um mecanismo de poder capaz de naturalizar relações de força, produzir consenso e ocultar práticas repressivas. Dessa forma, o método qualitativo favorece uma análise densa e crítica da complexidade sociopolítica envolvida na instrumentalização do futebol sob regimes autoritários.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA DITADURA DE AUGUSTO PINOCHET

Em 11 de setembro de 1973, o Chile foi atravessado por uma ruptura violenta e traumática que marcou uma inflexão decisiva em sua trajetória política: o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende, legitimamente eleito por voto popular. Liderado pelo general Augusto Pinochet, o golpe não pode ser compreendido como um simples ato isolado das Forças Armadas, mas sim como o produto de uma aliança entre os setores hegemônicos das elites econômicas e políticas do país, articulada com o intervencionismo direto dos Estados Unidos, cujo interesse primordial era conter o avanço das forças socialistas no cenário geopolítico da Guerra Fria (Kornbluh, 2003). O bombardeio do Palácio de La Moneda e a morte de Allende configuraram um gesto simbólico de ruptura definitiva com a ordem democrática e inauguraram fase autoritária marcada pela repressão sistemática, a militarização do Estado e o desmonte das instituições representativas.

A deposição de Salvador Allende representou o término abrupto de um ciclo de reformas sociais e nacionalizações que ficou conhecido como a “via chilena ao socialismo”. Em seu lugar, instalou-se uma das ditaduras mais violentas da América do Sul. Nas horas imediatamente seguintes ao bombardeio do Palácio de La Moneda, estabeleceu-se uma Junta Militar de Governo, da qual Augusto Pinochet emergiu progressivamente como o principal detentor do poder. Oficialmente nomeado chefe supremo em 1974, Pinochet instaurou um regime autoritário que se prolongaria até 1990 (Neto, 2023). Essa consolidação do regime ocorreu por meio de uma combinação de repressão sistemática e profunda reorganização do Estado chileno, pautada por uma lógica militarizada, anticomunista e neoliberal. A Constituição de 1980, elaborada

sob a égide do regime, instituiu a concentração do poder executivo e criou barreiras institucionais que dificultaram a transição democrática posterior (Simões, 2013).

A ditadura chilena foi caracterizada por uma repressão sistemática e institucionalizada, que se manifestou de forma imediata e violenta logo após o golpe de 1973. Milhares de opositores políticos, bem como indivíduos suspeitos de dissidência, foram detidos, submetidos a torturas, executados ou desapareceram de maneira forçada. O Estádio Nacional de Santiago, transformado em centro de detenção e tortura, tornou-se um símbolo contundente da brutalidade estatal. Estima-se que mais de três mil pessoas foram assassinadas ou desapareceram durante o regime, enquanto cerca de quarenta mil sofreram algum tipo de perseguição ou violência política (Comisión Valech, 2004).

Importa ressaltar que a repressão não se restringiu à violência física; teve também uma dimensão simbólica profunda. O regime buscou o desmantelamento completo da vida política crítica, da organização popular e da memória histórica associada ao projeto socialista que antecedeu a ruptura autoritária. Assim, a repressão se configurou como um processo de aniquilação não apenas dos corpos, mas também das subjetividades e dos espaços coletivos de resistência.

Os veículos de comunicação, em especial a televisão estatal e a imprensa alinhada ao regime, funcionaram como dispositivos centrais na produção e manutenção do consenso político durante a ditadura. Por meio da repetição constante de discursos sobre progresso, desenvolvimento e modernização econômica, esses meios atuaram para anestesiar a população e despolitizar o cotidiano, neutralizando potenciais resistências.

Nesse contexto, o entretenimento, e o futebol em particular, foi deliberadamente apropriado para ocupar o espaço público com símbolos e narrativas de estabilidade e normalidade, enquanto a violência estrutural do regime era cuidadosamente ocultada nos bastidores. Essa “guerra cultural”, silenciosa, porém eficaz, foi fundamental para a consolidação de uma hegemonia ideológica autoritária que, em certa medida, sobreviveu e se transformou mesmo após o retorno formal à democracia (Wilson, 2014).

A análise desse período evidencia que o autoritarismo pinochetista ultrapassou a simples lógica de um regime de exceção repressiva, instaurando uma nova racionalidade política e cultural. O controle rígido sobre os meios de expressão e a manipulação estratégica da cultura popular foram elementos centrais para a sustentação de um regime que buscava se apresentar como permanente e legítimo. Nesse sentido, refletir criticamente sobre esse contexto é imprescindível para compreender de que maneira a política pode instrumentalizar símbolos culturais, como o futebol, não apenas para legitimar estruturas de dominação, mas também para silenciar e apagar experiências coletivas de resistência e contestação.

3 O FUTEBOL CHILENO NO PERÍODO DITATORIAL

O futebol no Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973–1990) foi mobilizado como um mecanismo estratégico para a reprodução ideológica, a manipulação simbólica e a projeção internacional do regime autoritário. Para além de seu caráter ostensivamente lúdico, o esporte assumiu o papel de um espaço político fundamental na reconstrução discursiva da nação chilena, na qual se buscava naturalizar a ordem instaurada pelo golpe (Moraes, 2022). A ditadura apreendeu o potencial do futebol enquanto fenômeno cultural de massa capaz de mobilizar afetos coletivos, construir mitos nacionais e, simultaneamente, ocultar as profundas contradições e tensões sociais geradas pelo regime. Dessa forma, o futebol foi instrumentalizado de modo sistemático, funcionando como um dispositivo central na manutenção da dominação política, ao sedimentar uma narrativa hegemônica que articulava identidade nacional, ordem e controle social.

Na historiografia sobre o autoritarismo chileno, destaca-se o emblemático episódio do jogo entre Chile e União Soviética em 1973, válido pelas Eliminatórias da Copa do Mundo de 1974, como um caso paradigmático da instrumentalização política do futebol. O Estádio Nacional de Santiago, local da partida, havia sido transformado semanas antes em um centro clandestino de detenção e tortura, por onde passaram mais de doze mil pessoas nos primeiros dias após o golpe militar. Mesmo diante das evidências e das denúncias internacionais sobre as graves violações dos direitos humanos naquele espaço, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) manteve a realização do jogo no local (Kornbluh, 2003; Archel, 2018).

Em sinal de protesto contra essa decisão e a violência estrutural do regime, a seleção soviética recusou-se a entrar em campo. A equipe chilena, isolada, protagonizou uma cena em que a bola foi conduzida até o gol vazio, ato televisionado e apresentado como um “símbolo de soberania nacional”, um espetáculo que, sob a fachada esportiva, ocultava as práticas brutais e o silenciamento imposto pela ditadura (Kornbluh, 2003; Archel, 2018).

A instrumentalização do futebol como ferramenta de propaganda política insere-se em um sistema mais amplo de estetização da política, no qual o regime autoritário recorreu a imagens construídas de ordem, progresso e unidade nacional para ocultar a violência estrutural que sustentava a ditadura. Nesse sentido, Gilberto Agostino (1998) destaca que regimes desse tipo frequentemente utilizam espetáculos públicos, incluindo eventos esportivos, para forjar um consenso passivo, convertendo as emoções coletivas em apoio simbólico e apropriando-se da cultura de massa como campo de dominação. Portanto, o futebol, longe de ser uma esfera neutra ou meramente recreativa, atua como um elemento central na disputa pela hegemonia cultural, sobretudo em contextos de exceção política. Conforme argumenta Guy Debord (1997), tais espetáculos se configuram como instrumentos de controle social, que desviam a atenção das contradições e da violência políticas por meio da sedução estética e do encantamento popular.

No âmbito interno, o futebol chileno atravessou um rigoroso processo de vigilância e silenciamento político. Os clubes, de modo geral, operavam sob um sistema velado de censura, no qual quaisquer manifestações políticas por parte das torcidas eram severamente reprimidas, muitas vezes com violência direta. As arquibancadas, tradicionalmente reconhecidas como espaços legítimos de contestação popular, foram despojadas de sua função crítica e transformadas em ambientes despolitizados (Galeano, 1995).

Paralelamente, a mídia esportiva passou a sofrer um controle editorial rigoroso, direcionando sua narrativa para enfatizar valores como patriotismo, disciplina e heroísmo, elementos essenciais à doutrina militarista implantada pelo regime pinochetista. Conforme assinala Eduardo Galeano (1995, p. 27), “o futebol pode servir como ópio ou como expressão da liberdade; depende de quem o joga e de quem o manipula”. No contexto chileno, o Estado empenhou-se em converter o futebol em um instrumento de alienação social e doutrinação ideológica, subordinando-o aos interesses da manutenção do poder autoritário.

Entretanto, apesar da tentativa do regime de exercer controle simbólico absoluto sobre o futebol, esse espaço também se constituiu em campo de fissuras e resistências. Ainda que limitadas e, muitas vezes, manifestadas de forma simbólica, ações protagonizadas por jogadores, torcidas e artistas vinculados ao esporte denunciaram as contradições inerentes ao uso político do futebol e expuseram a opressão instaurada. A memória do Estádio Nacional, por exemplo, resistiu às tentativas de apagamento promovidas pela ditadura, convertendo-se posteriormente em um espaço de memória e denúncia das violações sofridas. Nesse sentido, a disputa em torno da lembrança e significado do estádio revelou-se um elemento crucial para a reconstrução da verdade histórica e para o processo de justiça social no Chile pós-ditadura (Lazzara, 2011).

Nessa perspectiva, a apropriação do futebol por regimes autoritários, como o de Augusto Pinochet, revela não apenas a plasticidade política do esporte, mas também a necessidade de o compreender como um fenômeno social profundamente atravessado por disputas simbólicas e relações de poder. O caso chileno desconstrói qualquer concepção ingênua de neutralidade esportiva, evidenciando como o futebol pode ser instrumentalizado para legitimar regimes repressivos, ocultar práticas sistemáticas de violência e redefinir a identidade nacional segundo os moldes de um projeto autoritário (Lazzara, 2011). Quando manipulado por interesses estatais, o jogo deixa de ser apenas competição atlética e se converte em espetáculo de dominação, uma vitrine cuidadosamente encenada, onde a bola continua a rolar sobre o silêncio imposto às vítimas da repressão.

4 O ESTÁDIO NACIONAL: DE PALCO ESPORTIVO A CAMPO DE CONCENTRAÇÃO

O Estádio Nacional do Chile, tradicionalmente associado à paixão esportiva e à celebração coletiva, sofreu uma profunda e violenta ressignificação simbólica após o golpe militar de 11 de setembro de 1973.

Temporariamente convertido no maior centro de detenção do país, o estádio tornou-se uma metáfora trágica da ruptura democrática e da instauração de um regime autoritário fundado na violência de Estado. Nos dias que se seguiram ao golpe, estima-se que cerca de 12 mil pessoas tenham sido detidas, torturadas e, em alguns casos, executadas nas instalações do complexo esportivo (Comisión Valech, 2004).

A escolha do estádio como espaço de repressão não foi aleatória: sua forte carga simbólica como lugar de comunhão cívica e identidade nacional foi estrategicamente apropriada pela ditadura com o intuito de inverter seus significados originais. Assim, o local de encontro e celebração foi transformado em cenário de disciplina, controle e terror, revelando a capacidade dos regimes autoritários de subverter os espaços da cultura popular para fins de dominação política e apagamento da memória coletiva.

O uso do Estádio Nacional como campo de concentração inscreve o espaço urbano no horizonte conceitual da biopolítica. Nesse sentido, Giorgio Agamben (2002) argumenta que o estado de exceção, quando normalizado, converte espaços ordinários em “zonas de indistinção”, onde as fronteiras entre o legal e o ilegal, o público e o privado, o humano e o descartável, se dissolvem. Nesses territórios de exceção, a vida é reduzida à sua condição mais elementar, o que o autor denomina de *vida nua*, passível de ser controlada, administrada e eliminada sem a mediação de qualquer garantia jurídica. Assim, o que antes se configurava como uma arena de euforia esportiva e comunhão cívica foi brutalmente transfigurado em lugar de confinamento e sofrimento. As arquibancadas, convertidas em testemunhas silenciosas da barbárie, tornaram-se ícones da degradação institucional e da violência política que moldaram a espacialidade do terror imposto pela ditadura chilena.

A carga simbólica do Estádio Nacional, longe de ser apagada, foi ressignificada pelo regime como parte de uma estratégia consciente de manipulação da memória coletiva. Como analisa Giorgio Agamben (2002), os regimes autoritários não apenas reprimem, mas procuram reescrever a história por meio da cultura e do espetáculo. No caso chileno, a realização da partida classificatória para a Copa do Mundo de 1974 no mesmo estádio que, poucas semanas antes, fora palco de tortura e repressão, exemplifica de modo paradigmático essa abordagem. A decisão da FIFA de manter o jogo, mesmo diante de denúncias internacionais, revela a conivência institucional com a tentativa do regime de recompor a imagem pública do local. A recusa da União Soviética em disputar a partida e o “gol simbólico” marcado pela seleção chilena diante de arquibancadas cuidadosamente ocupadas compuseram uma *mise-en-scène* política, em que o futebol foi instrumentalizado para produzir uma ilusão de normalidade e coesão nacional.

Trata-se, portanto, de uma operação de silenciamento simbólico, na qual o espetáculo esportivo foi mobilizado como ferramenta de apagamento e legitimação, uma forma de “esquecimento encenado” que revela o poder da cultura popular na construção das narrativas históricas impostas pelo poder.

O Estádio Nacional do Chile, nesse contexto, ultrapassa sua função esportiva para tornar-se um lugar onde o passado insiste em permanecer presente. Mais do que palco de jogos ou eventos, ele se

converte em território de memória viva, pulsante e disputada. Após os horrores vividos ali durante os primeiros dias da ditadura de Pinochet, o espaço carregou cicatrizes que não podiam ser apagadas com a volta das partidas.

Ao longo das décadas seguintes, especialmente com a redemocratização do país, ex-presos políticos, familiares de vítimas, artistas e movimentos sociais ressignificaram o estádio, transformando-o em símbolo de resistência e homenagem. Em 2003, com a criação do *Museo de la Memoria y los Derechos Humanos*, parte de suas instalações passou a funcionar como memorial, mantendo intactos os espaços onde ocorreram as violações. Consoante Lazzara (2011), a memória não se aloja apenas nos relatos: ela também se encarna nas pedras, nas grades, nas arquibancadas silenciosas que testemunharam a barbárie. Nesse sentido, o Estádio Nacional é a prova de que os lugares também guardam histórias e, com elas, o poder de convocar o passado ao presente para que o esquecimento não vença (Lazzara, 2011).

A permanência das marcas da ditadura no Estádio Nacional do Chile desafia frontalmente o mito da neutralidade dos espaços esportivos. Longe de serem apenas arenas de lazer ou competição, tais locais podem ser apropriados pelo poder autoritário como dispositivos simbólicos de controle, apagamento e espetáculo. No caso chileno, o estádio revela como o futebol, capturado pela estrutura repressiva, colaborou com a maquinaria de silenciamento e domesticação da memória coletiva. Contudo, e aqui reside uma de suas maiores potências, esse mesmo espaço, impregnado de dor e resistência, foi reconfigurado ao longo do tempo como lugar de memória ativa.

Hoje, suas arquibancadas não apenas testemunham o passado, mas educam o presente. Transformado em memorial, o Estádio Nacional tornou-se ferramenta de reconstrução da verdade histórica, resistência simbólica e pedagogia cívica, demonstrando que, mesmo os espaços contaminados pela barbárie, podem ser ressignificados por aqueles que se recusam a esquecer.

5 FUTEBOL COMO FERRAMENTA DE PROPAGANDA E CONTROLE SOCIAL

Sob o regime autoritário de Augusto Pinochet, o futebol foi apropriado como uma engrenagem estratégica do aparelho ideológico do Estado. Longe de ser mero entretenimento, o esporte foi mobilizado como ferramenta de pacificação simbólica e anestesia social. O regime compreendia a força do futebol enquanto linguagem comum e ritual coletivo, capaz de gerar pertencimento e neutralizar, mesmo que momentaneamente, o descontentamento social.

Em consonância com outras ditaduras do Cone Sul, o Chile transformou o futebol em uma “válvula de escape” institucionalizada, uma plataforma controlada onde as tensões sociais eram canalizadas para dentro das quatro linhas, enquanto, do lado de fora, se intensificavam a censura, a vigilância e o desmonte dos direitos civis. Essa manipulação operava não apenas no espetáculo dos estádios, mas também na

imposição de uma narrativa nacionalista, ordenada sob os valores de disciplina, sacrifício e unidade, pilares ideológicos do regime militar.

Com as partidas, campeonatos nacionais e amistosos internacionais ao longo da década de 1970 não ocorreu de forma isolada, mas inserida em uma engrenagem maior de propaganda oficial, amplificada por uma cobertura midiática alinhada ao regime. A ditadura chilena buscou, assim, vincular o êxito esportivo ao discurso de um suposto “renascimento nacional”, apresentando o futebol como expressão da ordem restaurada sob Pinochet. Como analisa Alabarces (2002), o futebol foi instrumentalizado por diversos regimes autoritários latino-americanos como espetáculo disciplinador: um dispositivo que, enquanto oferece prazer coletivo, naturaliza a hierarquia e legitima a autoridade. No contexto chileno, essa lógica se traduziu em uma estética esportiva cuidadosamente cultivada, em que os jogadores representavam o “patriotismo militante”, os times encarnavam a “disciplina nacional” e as vitórias simbolizavam a “superioridade moral” frente aos inimigos, internos e externos. Essa construção simbólica, portanto, dialogava diretamente com os pilares ideológicos do regime: conservadorismo, autoritarismo e nacionalismo excludente (Soares, 2022).

Um dos mecanismos mais utilizadas pela eficácia dessa apropriação foi a construção de uma relação estreita entre dirigentes esportivos, atletas e o aparelho estatal. O governo, por meio de uma intervenção sutil, inseriu-se em organizações como a *Asociación Nacional de Fútbol Profesional* (ANFP), utilizando cargos esportivos como verdadeiras moedas de troca política, numa tentativa clara de incorporar as lideranças do futebol à lógica do regime. Em várias ocasiões, os jogadores foram convocados a representar não apenas o esporte, mas também o projeto autoritário, atuando como embaixadores simbólicos em viagens internacionais. Paralelamente, dirigentes se esforçavam para conservar suas posições de poder, alicerçadas na demonstração de fidelidade política (Spooner, 2011). Assim, o futebol, muito mais do que um mero entretenimento, transformou-se em um palco onde a obediência era valorizada e qualquer manifestação de dissidência, duramente reprimida.

Essa apropriação do futebol pelo regime militar tinha como um dos seus objetivos centrais a legitimação do poder, tanto no âmbito interno quanto no cenário internacional. A manutenção de partidas no Estádio Nacional, mesmo após sua transformação em centro de detenção e tortura, simbolizava o esforço calculado para restaurar uma imagem de “normalidade” e estabilidade social. A controvertida participação do Chile na Copa do Mundo de 1974, garantida após o boicote da União Soviética, foi cuidadosamente explorada como um triunfo nacional, cuja euforia esportiva servia para encobrir as violências e repressões sistemáticas praticadas pelo regime.

Não obstante, a apropriação do futebol pelo regime autoritário evidencia a eficácia do esporte enquanto instrumento de dominação cultural e política. A manipulação do imaginário esportivo foi viabilizada pela ausência de uma oposição institucional significativa e pelo monopólio quase absoluto dos

meios de comunicação, que configuram um campo mediático subordinado ao poder dominante. A televisão pública, por exemplo, foi mobilizada para a transmissão ao vivo de partidas carregadas de simbolismos cuidadosamente arquitetados, sob rígido controle editorial. Tal manipulação midiática converteu os eventos esportivos em rituais de validação política, nos quais a emoção coletiva foi habilmente canalizada para reforçar um sentimento ilusório de pertencimento e consenso em torno da ordem social imposta.

Nesse sentido, como afirma Bourdieu (1997), o esporte funciona como um verdadeiro “instrumento de inculcação”, mecanismo por meio do qual estruturas de dominação são reproduzidas e naturalizadas por meio de práticas que aparentam neutralidade e espontaneidade.

Contudo, essa tentativa de estabelecer uma hegemonia simbólica por meio do futebol não se consolidou de maneira absoluta. A distância entre a dura realidade da opressão vivida por grande parcela da população e o espetáculo cuidadosamente encenado pelo regime gerava fissuras e tensões latentes no campo cultural. As arquibancadas, mesmo sob constante vigilância e censura, ocasionalmente manifestavam formas sutis de resistência simbólica; o silêncio imposto à esfera política jamais foi capaz de suprimir por completo a persistência da memória coletiva. Assim, a instrumentalização do futebol expõe tanto a potência do esporte enquanto veículo de propaganda e naturalização do poder quanto os limites inerentes à cultura enquanto instrumento de controle totalitário.

Nesse sentido, a apropriação do futebol pelo regime de Pinochet revela como o esporte, longe de constituir um campo neutro ou desprovido de política, é convertível em um poderoso dispositivo de engenharia social. O governo militar percebeu o potencial performativo do futebol enquanto ritual coletivo de produção e reprodução simbólica, instrumentalizando-o para a naturalização da dominação, a reconfiguração das identidades coletivas e o silenciamento das vozes dissidentes. Essa estratégia inscreve-se no jogo mais amplo da luta pela hegemonia cultural, na qual o futebol opera como espaço de disputa por capital simbólico, fundamental para a reprodução das estruturas de poder vigentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futebol revela-se como muito mais do que um simples jogo ou espetáculo; ele é um fenômeno social carregado de significados políticos e culturais, capaz de refletir e atuar sobre as relações de poder em contextos autoritários, como o da ditadura de Augusto Pinochet. A apropriação desse esporte pelo regime chileno não pode ser compreendida apenas como uma estratégia de propaganda, mas como parte integrante de um projeto político que buscava naturalizar a dominação e construir uma narrativa de estabilidade e unidade nacional, mesmo diante da brutal repressão.

Entretanto, é fundamental reconhecer que o futebol não é um território inteiramente controlável pelos poderes autoritários. As expressões de resistência, ainda que muitas vezes sutis ou simbólicas,

mostraram-se presentes tanto nas arquibancadas quanto na memória coletiva que posteriormente ressignificou espaços como o Estádio Nacional.

Esse paradoxo revela a complexidade das relações entre esporte e política: enquanto o futebol pode ser um veículo de dominação, ele também pode ser um espaço onde se manifestam identidades, solidariedades e disputas culturais que desafiam a hegemonia estabelecida. Assim, o estudo reafirma a necessidade de enxergar o futebol não como um simples entretenimento, mas como um campo social profundamente entrelaçado às dinâmicas de poder e contestação que marcam a vida política e cultural das sociedades.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARCHEL, Pablo. “The Stadium as a Site of Memory: The Case of the Estadio Nacional in Chile.” **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 27, n. 4, 2018.

ARCHETTI, Eduardo P. **Masculinities: Football, Polo and the Tango in Argentina**. Oxford: Berg, 1998.

BOURDIEU, Pierre. “Como é possível ser esportivo?”. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.136-153.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. **Informe Valech**. Santiago: Gobierno de Chile, 2004.

DAMATTA, Roberto. **Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

GALEANO, Eduardo. **O futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

KORNBLUH, Peter. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability**. New York: The New Press, 2003.

LAZZARA, Michael. **Chile in Transition: The Poetics and Politics of Memory**. Gainesville: University Press of Florida, 2011.

MORAES, Hugo da Silva. **Cinema, Futebol e Memória: um estudo comparado sobre as representações das ditaduras e democracias no Brasil e no Chile através do cinema documentário (2004 a 2014)**. 2022. 231 f. Doutorado em HISTÓRIA COMPARADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos.

NETO, Rafael Alves Nunes. **Autoritarismo e violações dos direitos humanos no Chile**: uma proposta de ensino de história da ditadura militar chilena (1973-1990) utilizando a imprensa como recurso didático. 2023. 96 f. Mestrado Profissional em História Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, São Luís Biblioteca Depositária: UEMA.

SALES, Jéssica Fagundes; BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; MARQUIOLI, Stefany Reis; DUARTE, Carlos Gabriel Pereira; VIEIRA, Guilherme Carvalho. Sob o comando da bola: o futebol como ferramenta de poder na Ditadura Pinochetista. *In: II Congresso Internacional de Educação e Inovação. Montes Claros, MG. Anais (on-line)*. Montes Claros: Unimontes, 2024.

SIMÕES, Sílvia Sônia. **Canto que ha sido valiente siempre será canción nueva**: o cancionero de Víctor Jara e o golpe civil-militar no Chile. 2013. 114 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades.

SOARES, Rodrigo Lauriano. **Canções para não esquecer: os rastros da Nueva Canción Chilena na resistência cultural brasileira (1974-1980)**. 2022. 172 f. Mestrado em HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA. Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: DBD

SPOONER, Mary Helen. **The General's Slow Retreat**: Chile After Pinochet. Berkeley: University of California Press, 2011.

WILSON, Fiona. **Remembering Pinochet's Chile**: On the Eve of London 1998. London: Verso, 2014

CAPÍTULO 13

HISTÓRIA SOB CUSTÓDIA: ARQUIVOS JUDICIAIS, MEMÓRIA INSTITUCIONAL E OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO HISTÓRICA

HISTORY UNDER CUSTODY: JUDICIAL FILES, INSTITUTIONAL MEMORY, AND THE CHALLENGES OF HISTORICAL PRESERVATION

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-013>

George Saymon Silva de Freitas

Mestrando em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: george.freitas@edu.unimontes.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1471835767678084>

Fábyo Hennrique Rabelo Feitosa

Bacharel em Direito

Centro Universitário Funorte

E-mail: fabyorabello@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8925196826706397>

Filomena Luciene Cordeiro Reis

Doutora em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: filomena.reis@unimontes.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6184071456334110>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

RESUMO

Esse estudo aborda a preservação da memória institucional no Poder Judiciário brasileiro, focando na relevância dos arquivos judiciais como repositórios de transformações sociais. O objetivo central é identificar as potencialidades e limitações das práticas arquivísticas na garantia da visibilidade do patrimônio documental ao longo do tempo. Trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa, tendo como recorte empírico o acervo do Fórum de Montes Claros, Minas Gerais. Nessa direção, os procedimentos metodológicos consistem em análise documental e revisão bibliográfica de fontes clássicas e especializadas, além de normativas relativas à gestão de documentos e memória institucional. Os resultados apontam fragilidades institucionais decorrentes da ausência de políticas sistemáticas de preservação e da precariedade de acesso aos acervos, evidenciando como a perda de documentos compromete a reconstrução de trajetórias institucionais e o direito à memória da sociedade. Conclui-se que

a preservação documental não constitui apenas um imperativo técnico, mas um ato político e historiográfico fundamental para a consolidação da identidade institucional e a democratização do acesso ao passado, alinhando-se à perspectiva de uma “História em Movimento”.

Palavras-chave: Memória institucional; Arquivos judiciais; Gestão documental; Poder Judiciário; Preservação histórica.

ABSTRACT

This study addresses the preservation of institutional memory in the Brazilian Judiciary, focusing on the relevance of judicial archives as repositories of social change. The main objective is to identify the potential and limitations of archival practices in ensuring the visibility of documentary heritage over time. This is a qualitative case study, with empirical data drawn from the collection of the Montes Claros Forum in Minas Gerais. In this regard, the methodological procedures consist of documentary analysis and a bibliographic review of classic and specialized sources, in addition to regulations related to document management and institutional memory. The results point to institutional weaknesses resulting from the absence of systematic preservation policies and precarious access to collections, highlighting how the loss of documents compromises the reconstruction of institutional trajectories and society's right to memory. It is concluded that document preservation is not only a technical imperative, but also a political and historiographical act that is fundamental for the consolidation of institutional identity and the democratization of access to the past, in line with the perspective of a “History in Motion.”

Keywords: Institutional memory; Judicial archives; Document management; Judiciary; Historical preservation.

1 INTRODUÇÃO

Antes de serem classificados, avaliados ou eliminados, os documentos emergem de gestos ordinários, decisões administrativas e conflitos situados no tempo, inscritos em práticas institucionais que raramente se reconhecem como produtoras de memória. Nos arquivos do Judiciário acumulam-se vozes fragmentadas, vestígios de disputas, expectativas de justiça e modos de exercício do poder que, embora produzidos sob a lógica da rotina e da urgência, carregam uma densidade histórica latente (Bicalho, 2025). É somente quando interrogados para além de sua função imediata que esses registros deixam de ser instrumentos de gestão e passam a revelar o arquivo como um espaço de tensão permanente entre esquecimento e permanência.

É nesse sentido que o Poder Judiciário brasileiro se afirmar como um dos mais expressivos produtores de documentos do país, constituindo uma massa documental que ultrapassa a função originária de prova jurídica para inscrever-se no campo do patrimônio cultural. Tal deslocamento, contudo, não ocorre de forma automática. Entre o registro administrativo e sua possível inscrição como documento histórico interpõe-se uma distinção fundamental: de um lado, a gestão documental, orientada pela racionalidade administrativa, pela eficiência institucional e pelo controle do ciclo de vida dos autos; de outro, a gestão da memória, voltada à preservação da identidade social e à salvaguarda de um patrimônio documental capaz de testemunhar práticas, conflitos e relações de poder.

No cenário mineiro, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) procurou institucionalizar a salvaguarda da memória judicial por meio da criação da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD), alinhando-se às diretrizes nacionais de preservação documental e às normativas que reconhecem o valor histórico dos arquivos judiciais. Esse movimento, entretanto, revela um descompasso persistente entre a formulação das políticas em nível central e sua efetiva operacionalização nas comarcas do interior. Nesses espaços, a ausência de infraestrutura adequada, de profissionais especializados e de políticas locais de preservação mantém os arquivos circunscritos a uma lógica estritamente administrativa, orientada pela urgência da tramitação processual e pela racionalização dos fluxos documentais.

Com isso, tal distanciamento evidencia, de modo particularmente sensível, a tensão entre a gestão documental, voltada à funcionalidade, ao controle e à eficiência institucional, e a memória institucional, comprometida com a preservação da identidade e do patrimônio cultural (Araújo; Gomes, 2011; Camargo; Goulart, 2015). Nesse contexto, a denominada “obsessão pela memória” manifesta-se menos como prática efetiva de preservação e mais como tentativa de ancoragem identitária em uma sociedade que privilegia o presente. Paradoxalmente, essa valorização discursiva da memória convive com a carência de condições materiais e simbólicas capazes de transformar os arquivos judiciais em verdadeiros lugares de memória socialmente acessíveis (Nora, 1989). O resultado é a produção de silêncios, a fragilização das referências históricas e a perda de narrativas que poderiam emergir desses fundos documentais, reiterando aquilo que Pollak (1989) e Farge (2009) identificam como os limites e as violências implícitas nos processos de seleção, esquecimento e apagamento.

Nesse horizonte analítico, o presente estudo toma como recorte empírico o acervo do Fórum Gonçalves Chaves, localizado no município de Montes Claros, na região norte do estado de Minas Gerais. Situada em uma zona de transição entre o Sudeste e o Nordeste de Minas Gerais, a cidade consolidou-se historicamente como polo regional de articulação econômica, administrativa e cultural, exercendo papel central na mediação entre o poder estatal e uma vasta área marcada pela ruralidade e por persistentes assimetrias socioeconômicas (Bicalho *et al.*, 2024). Frequentemente reconhecida como a “capital do Norte”, Montes Claros abriga a maior comarca do Norte de Minas e figura entre as mais expressivas do

estado, tanto em volume processual quanto em abrangência territorial, o que a coloca em posição estratégica na organização do Judiciário regional (Bicalho *et al.*, 2024).

Do ponto de vista social e cultural, o município apresenta uma configuração marcada pela heterogeneidade e pela sobreposição de temporalidades. Práticas culturais de matriz sertaneja, formas de sociabilidade vinculadas ao mundo rural e tradições fortemente ancoradas na oralidade coexistem com processos de urbanização acelerada, expansão do ensino superior e crescente institucionalização das relações sociais. Esse entrelaçamento produz um tecido social atravessado por contrastes, no qual a persistência de desigualdades estruturais convive com a ampliação da presença do Estado e de seus aparatos jurídicos. A escolha do acervo do Fórum Gonçalves Chaves justifica-se, portanto, não apenas por sua relevância institucional, mas sobretudo por concentrar uma volumosa massa documental produzida ao longo de décadas, capaz de refletir dinâmicas sociais, econômicas e jurídicas próprias de uma região historicamente marcada pela interiorização desigual das políticas públicas.

Nesse contexto, a análise desse acervo permite problematizar de que modo a precariedade estrutural das condições de guarda, organização e acesso aos documentos tensiona o chamado “direito à memória”, ao comprometer a preservação e a inteligibilidade de registros que constituem um patrimônio histórico e social indispensável tanto à compreensão da história local quanto à própria atuação do Poder Judiciário em âmbito regional. Os arquivos judiciais de Montes Claros, assim, não apenas documentam a tramitação formal dos processos, mas registram, de forma fragmentada e muitas vezes silenciosa, conflitos cotidianos, estratégias de sobrevivência e modos de vida de grupos historicamente marginalizados, reforçando a centralidade desses fundos documentais para uma leitura crítica da justiça e da memória no interior mineiro.

Essa pesquisa analisa os arquivos judiciais como espaços de produção de memória institucional e de disputa de sentidos, utilizando o acervo do Fórum Gonçalves Chaves como recorte empírico para problematizar as práticas de preservação documental. A problemática reside na tensão entre a acumulação gigantesca de documentos e a precariedade de políticas que garantam a transformação desses registros em memórias inteligíveis, uma vez que, o documento não é um receptáculo neutro, mas um “monumento” resultante de escolhas e relações de força que tentam impor ao futuro uma imagem da sociedade (Le Goff, 1990).

A preservação da memória alcançou, nas últimas décadas, uma centralidade relevante nas políticas públicas e no planejamento estratégico das instituições contemporâneas. Em uma sociedade pautada pelo volume massivo e velocidade da circulação de informações, que celebra o presente como símbolo de plenitude, observa-se um paradoxal esfacelamento das referências históricas e uma destruição constante de vestígios do passado (Moraes; Fleming, 2020). Esse cenário fomenta uma “obsessão pela memória”, manifestada como um impulso para encontrar pontos seguros de ancoragem para as identidades individuais e coletivas (Moraes; Fleming, 2020). No âmbito do Poder Judiciário, essa necessidade adquire contornos

de urgência, pois a massa documental produzida ultrapassa a função de prova jurídica, constituindo-se como patrimônio cultural imprescindível para a compreensão das transformações históricas e estruturais da sociedade (Dias, 2013).

Nesse sentido, Benito Bisso Schmidt (2010) reforça que os arquivos da justiça, especialmente os que tratam de relações de trabalho e direitos sociais, são fontes primordiais para a historiografia. Eles permitem retirar da invisibilidade sujeitos que, muitas vezes, só aparecem na história oficial através de seus conflitos judiciais. Quando um arquivo, no interior de Minas Gerais, é negligenciado, não se perde apenas um papel administrativo, apaga-se “cicatrices” e rastros de diversos sujeitos que foram feridos e/ou realizaram trajetórias nesse lugar (Le Goff, 1994) constituído como uma sociedade em formação. A preservação, portanto, deve ser entendida como um ato político de resistência contra o esquecimento.

O portal da Memória do Judiciário Mineiro evidencia iniciativas voltadas à musealização, à realização de exposições e à organização de acervos históricos, sinalizando um esforço institucional de valorização da memória judicial (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2024). Essas ações configuram um marco na política de memória do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao alinharem-se às diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que normatiza a gestão da memória e a gestão documental no âmbito do Poder Judiciário, reconhecendo o valor histórico, cultural e social dos arquivos judiciais.

Entretanto, a existência de um órgão central como a Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD), embora necessária, mostra-se insuficiente para assegurar a integridade e a efetiva preservação da memória judicial em todo o território estadual. A análise do acervo do Fórum Gonçalves Chaves evidencia as fragilidades da chamada “capilaridade da memória”: enquanto a capital do Estado, situada em Belo Horizonte, concentra investimentos em espaços expositivos e em processos seletivos de digitalização, as comarcas de entrância, especialmente no interior, enfrentam o acúmulo de massas documentais desprovidas de tratamento técnico adequado.

À vista do exposto, justificativa desta pesquisa sustenta-se na premissa de que a preservação documental é um ato político e historiográfico. A omissão ou a eliminação seletiva de processos constitui uma ameaça à democratização do acesso ao passado (Chalhoub, 2010). Ao avaliar como a ausência de políticas sistemáticas no Judiciário mineiro impacta a formação da identidade institucional, analisa-se a transição necessária da mera gestão documental para a gestão da memória, visando a valorização e a irradiação de narrativas críticas sobre a trajetória do Judiciário (Moraes; Fleming, 2020).

2 METODOLOGIA

A investigação configura-se como um estudo de caso de natureza qualitativa, ancorado na articulação interdisciplinar entre História e Arquivologia. Parte-se, desse modo, da compreensão de que a

política de gestão documental ultrapassa sua dimensão meramente técnica, constituindo-se como instrumento estratégico da administração pública tanto para a racionalização dos procedimentos institucionais quanto para a salvaguarda do patrimônio cultural por ela produzido (Pereira, 2011).

Nessa perspectiva, ao conjugar História e Arquivologia em uma abordagem ampliada da gestão de documentos e das práticas de memória, o percurso metodológico organizou-se em três etapas interdependentes. Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico e normativo, voltado à análise da produção teórica sobre memória institucional e ao exame do arcabouço legal brasileiro referente à preservação documental. Essa etapa abrangeu a Lei nº 8.159/1991, o Programa Nacional de Gestão Documental (PRONAME) e a Resolução nº 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), compreendidos como dispositivos estruturantes das políticas de gestão da memória no âmbito do Poder Judiciário.

Na sequência, desenvolveu-se a pesquisa documental e empírica, cujo foco recaiu sobre o acervo do Fórum Gonçalves Chaves. Procedeu-se, então, ao levantamento e à identificação de conjuntos documentais, buscando não apenas reconstruir a trajetória institucional do fórum, mas também reconhecer processos passíveis de guarda permanente em razão de seu valor secundário, histórico e social.

Por fim, a análise crítica do material empírico articulou os dados levantados à categoria de “documento-monumento”, tal como formulada por Le Goff (1994). Essa chave interpretativa permitiu interrogar o arquivo a partir de seus vestígios e silêncios, identificando tanto as “cicatrices” deixadas pelas práticas institucionais quanto as ausências produzidas por seleções conscientes ou inconscientes, capazes de incidir sobre a construção da memória e da identidade institucional. Assim, o percurso metodológico amparou-se, sobretudo, nas contribuições de Pinsky (2005), no que se refere à revisão bibliográfica e à análise documental, bem como em Rodrigues (1978) e Barros (2010, 2013, 2020), entre outros autores, cujas reflexões subsidiam a abordagem crítica e historiográfica adotada neste estudo.

3 REVISÃO DE LITERATURA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

A compreensão do arquivo judiciário pressupõe uma incursão teórica nos conceitos de história e memória, entendidos aqui como instâncias interdependentes na construção da identidade institucional. Nesse sentido, Jacques Le Goff (1994) assinala que a memória constitui a matéria-prima da história e, simultaneamente, um elemento de poder, uma vez que, ao transformar o documento em “monumento”, a instituição elabora e projeta uma determinada imagem de si mesma para a posteridade. O documento, portanto, está longe de configurar-se como prova neutra: ele resulta de uma montagem consciente ou inconsciente da sociedade que o produziu, carregando marcas de escolhas, silêncios e hierarquizações.

A memória institucional, por sua vez, desempenha papel central no funcionamento das organizações, sendo o meio pelo qual elas se reproduzem e se legitimam socialmente (Costa, 1997 *apud*

Dias, 2013). No âmbito do Poder Judiciário, essa memória é forjada pelas trajetórias de magistrados, servidores, colaboradores e, sobretudo, dos cidadãos que recorrem à justiça em busca da resolução de conflitos (Dias, 2013). O arquivo judicial, nesse contexto, configura-se como uma verdadeira “arena de conflitos”, na qual se travam disputas simbólicas por direitos e reconhecimento (Schmidt, 2010). Os processos judiciais guardam, assim, uma “densidade humana impressionante”, ao dar visibilidade a sujeitos históricos como trabalhadores e grupos socialmente marginalizados, que raramente deixaram outros registros escritos de suas experiências (Chalhoub, 2010; Lara, 2010).

Desse modo, a identidade institucional do Poder Judiciário não pode ser compreendida como um dado fixo ou homogêneo, mas como uma construção contínua, atravessada por múltiplas temporalidades e disputas de sentido. Sendo assim, Moraes e Fleming (2020) argumentam que a memória institucional se equilibra entre a aparente objetividade dos registros documentais e as subjetividades dos atores que compõem o sistema de justiça. Ancorados nas reflexões de Michael Pollak (1992), os autores ressaltam que a memória é elemento constitutivo tanto da identidade social quanto da identidade individual. No caso do Judiciário, os arquivos deixam de ser meros depósitos de papel para se afirmarem como lugares de “enquadramento da memória”, nos quais a instituição define, por meio de tabelas de temporalidade e critérios de descarte, aquilo que será lembrado e aquilo que será relegado ao esquecimento.

A identidade institucional é, portanto, moldada por esses processos de seleção e exclusão. Silva e Godoy (2017) enfatizam que o arquivo deve desvencilhar-se de um papel meramente ilustrativo ou celebrativo para assumir uma função central no resgate da trajetória organizacional. Quando a gestão documental se mostra falha, a identidade da instituição tende a fragmentar-se, uma vez que as lacunas nos arquivos as “cicatrices” a que se refere Le Goff (1994) dificultam a compreensão das continuidades e rupturas na prestação jurisdicional, tanto por parte da sociedade quanto dos próprios agentes institucionais.

Outro eixo fundamental desse debate refere-se à relação entre memória e direito. Andréia Castro Dias (2013) sustenta que a preservação da memória institucional constitui não apenas um dever técnico, mas um imperativo ético e legal. Segundo a autora, o acesso à informação, assegurado por arquivos organizados e adequadamente preservados, é condição indispensável para a transparência e a responsabilização institucional do Poder Judiciário. Na ausência de uma política de memória capaz de sustentar sua identidade histórica, a instituição incorre no risco de vivenciar aquilo que Pollak (1989) denomina “silenciamento”, processo por meio do qual vozes, conflitos sociais e experiências inscritas nos autos judiciais são progressivamente apagados da narrativa oficial.

Dessa forma, a revisão da literatura evidencia que a preservação documental no contexto do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e, de modo particular, do Fórum Gonçalves Chaves, não deve ser compreendida apenas sob a ótica da eficiência administrativa. Trata-se, antes, da manutenção da própria razão de ser da instituição, na medida em que os arquivos guardam direitos e memórias das lutas sociais que ali tramitaram.

Sob tal égide, Benito Schmidt (2010) pondera que ao refletir sobre a preservação das fontes, é no arquivo que direitos fundamentais como o direito ao trabalho deixam de ser conceitos abstratos para se tornarem evidências históricas concretas de uma sociedade em permanente transformação. Os processos judiciais narram, assim, histórias e vivências de sujeitos reais, inscritas na materialidade da justiça.

Nesse horizonte, a gestão da memória é definida como o conjunto de ações voltadas à preservação e à divulgação da história contida em processos, arquivos e trajetórias institucionais (Conselho Nacional de Justiça, 2020). Diferentemente da gestão documental, orientada prioritariamente pela racionalidade técnica da avaliação e da eliminação, a gestão da memória busca transformar o arquivo em espaço de produção e compartilhamento de conhecimento. Sem a articulação entre essas duas dimensões, as instituições correm o risco de se converterem em “caixas-pretas organizacionais”, cujos procedimentos e práticas permanecem opacos e incompreensíveis ao jurisdicionado (Moraes; Fleming, 2020).

Nesse sentido, a articulação entre gestão documental e gestão da memória, enquanto campos fundamentais da Arquivologia, revela-se indispensável para a garantia simultânea de direitos e memórias, assegurando não apenas a eficiência institucional, mas também a preservação da experiência histórica inscrita nos arquivos do Judiciário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta e analisa os dados produzidos ao longo da pesquisa, articulando-os ao debate teórico sobre arquivos, memória e poder, a partir da realidade empírica do Judiciário em Montes Claros. Trata-se de um exercício de leitura do arquivo que não busca apenas ordenar informações, mas interrogar os vestígios deixados pelos documentos, suas ausências, discontinuidades e zonas de silêncio. O item *O Arquivo de Montes Claros: entre o esquecimento e a identidade* debruça-se sobre o processo de constituição dos acervos documentais, as condições concretas de guarda, organização e acesso aos documentos, bem como sobre as práticas institucionais que, ao longo do tempo, moldaram o que pode, ou não, ser preservado.

A análise revela lacunas documentais, fragmentações e dispersões de fundos que não se apresentam como simples falhas técnicas, mas como indícios de escolhas, hierarquizações e prioridades institucionais. A ausência de políticas arquivísticas contínuas e sistematizadas contribui, assim, para a produção de esquecimentos que incidem de forma desigual sobre determinadas experiências e sujeitos. Nesse sentido, o arquivo emerge como um espaço de tensão permanente, no qual se confrontam práticas de apagamento e tentativas de afirmação de memórias coletivas e identidades locais, evidenciando sua dimensão política e ética.

Os resultados indicam que a precarização documental ultrapassa os limites da gestão administrativa, afetando diretamente as possibilidades de conhecimento histórico e de reconhecimento social. Quando os documentos se tornam inacessíveis, fragmentados ou ilegíveis, não se perdem apenas informações, mas

também as chances de fazer falar vidas ordinárias, conflitos cotidianos e trajetórias que raramente encontram outros meios de inscrição na história. O acesso à informação, à memória e à verdade pressupostos centrais dos processos de justiça de transição depende da capacidade de escutar esses arquivos frágeis, marcados por rupturas e silêncios.

Desse modo, a fragilidade dos arquivos compromete não apenas a visibilidade de sujeitos, instituições e experiências sociais, mas também as possibilidades de reconhecimento e de reparação simbólica, enfraquecendo os vínculos entre memória, justiça e cidadania. À maneira de Farge (2009), o arquivo é aqui compreendido como um lugar inquieto, atravessado por conflitos e afetos, no qual os direitos humanos não aparecem como abstrações normativas, mas como rastros concretos de vidas que insistem em deixar marcas, mesmo quando ameaçadas pelo esquecimento (Marquioli *et al.*, 2025).

4.1 O ARQUIVO DE MONTES CLAROS: ENTRE O ESQUECIMENTO E A IDENTIDADE

A análise do acervo do Fórum Gonçalves Chaves evidencia que o arquivo permanece majoritariamente apreendido por uma lógica utilitarista e administrativa, na qual os documentos são percebidos sobretudo como instrumentos de apoio à atividade-fim do Judiciário. Tal perspectiva desconsidera que, como assinalam Araújo e Gomes (2011), todo registro documental expressa valores, experiências vividas e significados socialmente produzidos. A precariedade observada na gestão do acervo local aponta, assim, para uma fragilidade institucional que compromete o arquivo em sua função mais ampla de “irradiador de narrativas” (Nora, 1989), restringindo sua potência como espaço de memória e de construção identitária.

A realidade material observada na Comarca de Montes Claros explicita uma contradição significativa entre a modernização arquitetônica e a preservação do patrimônio documental. Embora o edifício do fórum seja recente e simbolize investimentos na infraestrutura do Judiciário, o acervo encontra-se fragmentado em cinco salas distribuídas entre o quinto pavimento e o subsolo, incluindo espaços improvisados com divisórias em antigas garagens destinadas a magistrados. Tal configuração revela que o novo edifício não conferiu ao arquivo a centralidade estratégica prevista pelas normativas de gestão documental e de memória. Sob uma perspectiva analítica, essa disposição espacial permite uma analogia estrutural: se o arquivo constitui o alicerce da instituição, pouco importa a solidez da “fachada” expressa em salas de audiência modernas ou arquitetura imponente quando as fundações que sustentam a história da prestação jurisdicional permanecem relegadas a porões e espaços residuais.

Ao confinar o acervo a áreas de vulnerabilidade física, a instituição converte o arquivo em uma verdadeira “caixa-preta organizacional” (Moraes; Fleming, 2020), obscurecendo os processos que garantem a transparência, a responsabilização institucional e a própria identidade democrática da justiça. Essa precarização não se reduz a uma falha logística ou administrativa: ela opera como um processo de

silenciamento das trajetórias sociais e dos conflitos históricos que marcaram o Norte de Minas, produzindo “cicatrizes” duradouras no direito à memória da sociedade. Observa-se, assim, um abismo entre o “arquivo-vitrine” da capital e a vulnerabilidade dos arquivos brutos no interior, evidenciando a falência da chamada “capilaridade da memória” e a consequente invisibilização de conflitos agrários, econômicos, políticos e sociais que atravessam a história regional.

Essa lógica utilitarista reforça aquilo que Moraes e Fleming (2020) definem como a opacidade institucional dos arquivos. Em Montes Claros, as dificuldades de acesso e a ausência de tratamento técnico dos autos findos impedem que o jurisdicionado reconheça sua própria história nos registros judiciais. Quando o arquivo é reduzido a um depósito de papéis acumulados, perde-se não apenas a possibilidade de transparência, mas também a chance de construir uma identidade institucional ancorada no diálogo crítico com o passado.

A política de gestão documental do Tribunal de Justiça de Minas Gerais reflete, de forma expressiva, uma busca intensiva por eficiência administrativa e redução de custos operacionais. Entre 2014 e 2023, a instituição eliminou mais de 10 milhões de processos físicos, liberando cerca de 12 mil metros quadrados de área e suspendendo, por mais de sete anos, a necessidade de novos contratos de aluguel para fins de arquivamento (Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2024). A transição para o ecossistema digital, nesse sentido, encontra-se consolidada. Desde 2017, o TJMG figura entre os líderes nacionais na distribuição de processos eletrônicos, superando, já naquele período, a marca de 900 mil processos em meio digital. Essa trajetória evidencia que, há quase uma década, o suporte físico passou a ser percebido institucionalmente como um entrave à celeridade processual.

Contudo, essa modernização tecnológica produz um paradoxo sensível: enquanto a instituição celebra o presente digital, observa-se o esfacelamento das referências históricas inscritas nos autos findos. Para Jacques Le Goff (1994), o documento é sempre um “documento-monumento”, resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da sociedade que o produziu. No âmbito do Judiciário, essa montagem ocorre em uma verdadeira arena de conflitos, na qual o arquivo deveria atuar como garantidor de direitos e memória das lutas sociais. Quando a ênfase institucional se concentra exclusivamente na eficiência do dado eletrônico, a “densidade humana” dos processos físicos corre o risco de ser reduzida a métricas de descarte, comprometendo outras possibilidades de (des)(re)construção de memórias e narrativas históricas.

Embora a administração assegure que o descarte documental seja precedido por avaliação criteriosa, realizada “folha a folha”, a escala massiva dessas eliminações suscita preocupações historiográficas. A literatura técnica alerta que a preservação baseada em amostragens documentais aleatórias rompe a organicidade dos fundos e compromete a compreensão da evolução dos fatos. Quando a liberação de espaço se torna prioridade, o arquivo deixa de operar como “irradiador de narrativas” para assumir a condição de

passivo administrativo. Esse processo configura um verdadeiro “enquadramento da memória”, no qual a instituição define, frequentemente sob critérios econômicos, o que merece ser lembrado e o que será relegado ao esquecimento.

Como afirma Chalhoub (2020), o arquivo judicial é, muitas vezes, o único registro material da vida de trabalhadores e grupos subalternos. A perda desses documentos representa, portanto, um silenciamento histórico profundo. Julgamentos sobre o que é ou não “histórico” são construções sociais e não podem ser sustentados exclusivamente por parâmetros de eficiência ou economia de espaço. A preservação integral de séries documentais constitui, assim, condição fundamental para a garantia do direito à memória e para a democratização do passado.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem desenvolvido esforços relevantes por meio da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD), voltados à preservação e à difusão do patrimônio histórico institucional. O portal da MEJUD representa um avanço ao alinhar-se às diretrizes da Resolução nº 324/2020 do CNJ, promovendo exposições virtuais, perfis biográficos e a salvaguarda de processos considerados emblemáticos. Contudo, esse esforço ainda carece de capilaridade. Persiste um hiato entre o “arquivo-museu” celebrado na capital e a realidade das comarcas de entrância especial, como Montes Claros. Enquanto a MEJUD privilegia o “documento-monumento”, as “cicatrizes” sociais inscritas nos arquivos brutos do interior permanecem expostas à precarização. A gestão da memória, nesse sentido, não pode limitar-se a uma vitrine institucional, devendo constituir uma política sistêmica, capaz de assegurar infraestrutura adequada e pessoal técnico qualificado em todas as instâncias do Judiciário.

Nesse sentido, a análise demonstrou que o arquivo judicial é o registro material da lei como campo de conflitos. Em Montes Claros, a trajetória institucional está profundamente marcada por disputas territoriais, conflitos agrários e litígios que moldaram a história do Norte de Minas. A ausência de uma política contínua de preservação compromete a reconstrução dessas experiências. A transição da mera gestão documental para uma efetiva gestão da memória implica reconhecer o arquivo como ativo social e político. A identidade institucional do Judiciário mineiro não se constrói apenas a partir de grandes juristas ou decisões paradigmáticas, mas também a partir das memórias ordinárias dos jurisdicionados, inscritas nos autos judiciais.

Os resultados apontam, assim, para uma tensão persistente entre a racionalidade técnica da gestão documental e a função política da memória. Conforme problematiza Michel-Rolph Trouillot (1995), o silêncio não é ausência neutra, mas produto de processos institucionais que definem o que é registrado, preservado e acessado. As políticas arquivísticas, portanto, não são neutras: elas participam ativamente da produção das narrativas históricas e da legitimação de determinadas memórias em detrimento de outras. À luz das reflexões de Le Goff (1994) e Aleida Assmann, compreende-se que a memória institucional constitui

um campo de tensão entre lembrar e esquecer, no qual os arquivos operam como dispositivos centrais de poder simbólico.

Nesse horizonte, as adversidades enfrentadas pela Arquivologia extrapolam os limites técnicos e assumem centralidade nos debates sobre justiça de transição e direitos humanos. Isso, pois, conforme Marquioli *et al.*, (2025), os arquivos não apenas guardam o passado, mas moldam possibilidades de futuro. Assim, a fragmentação, a precarização ou a ausência documental contribuem para a reprodução de apagamentos históricos, invisibilizando sujeitos, experiências e violências, sobretudo aquelas vivenciadas por grupos historicamente marginalizados, e comprometendo a pluralidade das escritas da História.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação empreendida neste estudo permite concluir que a questão central acerca da viabilidade da preservação da(s) memória(s) no âmbito do Judiciário não se resolve exclusivamente por meio da adoção de normativas técnicas, exigindo, antes, uma mudança de paradigma cultural. Em resposta ao problema proposto, observa-se que a memória institucional no Tribunal de Justiça de Minas Gerais encontra-se em um momento de transição. De um lado, destacam-se os avanços promovidos pela Memória do Judiciário Mineiro (Mejud), que projeta, sobretudo na capital, uma identidade institucional organizada, visível e celebrativa. De outro, persiste a realidade das comarcas de entrância especial, como Montes Claros, nas quais o arquivo ainda é compreendido predominantemente como um passivo administrativo. Assim, a eficácia das políticas de preservação histórica mostra-se condicionada à superação desse abismo geográfico e operacional, de modo que o direito à memória não permaneça restrito aos grandes centros, mas se efetive de forma capilarizada e democrática.

O estudo de caso desenvolvido em Montes Claros evidencia que as lacunas identificadas nos acervos compreendidas como as “cicatrizes” apontadas por Le Goff (1994) não constituem meras fatalidades impostas pela ação do tempo. Ao contrário, revelam-se como o resultado de um processo reiterado de “enquadramento da memória”, nos termos propostos por Pollak, marcado por escolhas institucionais negligentes. Quando o Poder Judiciário deixa de prover infraestrutura adequada e pessoal tecnicamente qualificado para o tratamento dos autos findos no interior, exerce, ainda que de forma não intencional, um silenciamento sobre as trajetórias sociais ali inscritas. Nesse sentido, a gestão da memória, conforme preconiza a Resolução nº 324/2020 do CNJ, deve ultrapassar o plano discursivo e se materializar em decisões orçamentárias e administrativas, reconhecendo que a transparência e a responsabilização institucional dependem da integridade desses registros brutos, os quais funcionam como fundamentos da própria democracia.

Além disso, a análise realizada reforça que a gestão documental não pode ser reduzida à lógica da eliminação de papéis sob o argumento da eficiência administrativa ou da digitalização dos processos. Como

demonstrado ao longo do trabalho, o valor secundário especialmente o valor histórico do documento judicial é intrínseco e social, pois ele preserva a voz de sujeitos que, conforme assinala Benito Schmidt (2010), frequentemente possuem no processo judicial seu único vestígio material na história oficial. Ainda que esta pesquisa reconheça seus limites, afirma-se que a preservação da memória institucional deve ser compreendida como um ativo social inalienável. O descarte de documentos sem critérios historiográficos robustos, sobretudo nas comarcas do interior, representa uma perda irreparável para a identidade coletiva mineira e para a compreensão das lutas por direitos que moldaram a região norte do estado.

Por fim, ao refletir sobre os resultados alcançados, a pesquisa reitera que, embora o Poder Judiciário mineiro tenha avançado significativamente com a institucionalização de portais, exposições e museus de memória, torna-se urgente a descentralização dessas políticas. Como consideração final, aponta-se a necessidade de transformar o arquivo de um simples “depósito de massas documentais” em um verdadeiro centro de difusão de conhecimento e cidadania. Somente por meio de uma política sistêmica, que integre de forma indissociável a Gestão Documental de natureza técnica à Gestão da Memória de caráter político e histórico, o Judiciário de Minas Gerais poderá assegurar que sua “História sob Custódia” não permaneça como um segredo relegado a porões institucionais, mas se constitua como um patrimônio vivo, acessível e capaz de fortalecer a identidade democrática e institucional diante das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Nelma Camêlo; GOMES, Sandra Maria. A memória institucional e a produção científica do arquivista no cenário nacional. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 39–57, 2011. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/320>. Acesso em: 13 jan. 2026.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BARROS, José D’ Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013
- BARROS, José D’ Assunção. **A Escrita da História**. UNEB, 2010, 1-27.
- BARROS, José D’ Assunção. **Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador e à sua variedade de tipos**. Cadernos do Tempo Presente, v. 11, n. 2, p. 3-26, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/12333>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BICALHO, Lucas Matheus Araujo. Memória em páginas: um relato de experiência sobre os desafios e possibilidades no acesso aos acervos históricos brasileiros. **Revista Alteridade**, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2025.
- BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; FREITAS, Andreia Luciana Ribeiro de; PEREIRA, Ester Liberato. O filho que foi pai: memórias e xadrez na cidade de Montes Claros/MG na década de 1980. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 27, 2024. DOI: 10.5216/rpp.v27.79985. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/79985>. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 22 dez. 2025.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Memória institucional e arquivos**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais**. In: Schmidt, Benito Bisso (org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 90-105.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Manual de gestão documental do poder judiciário**. Brasília, DF: CNJ, 2011. Disponível em: http://www2.cjf.jus.br/jspui/bitstream/handle/1234/46330/Manual_CNJ.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 dez. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Recomendação nº 37, de 15 de agosto de 2011**. Recomenda aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname e de seus instrumentos. Brasília, DF: CNJ, 2011. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/15447-recomendacao-n-37-de-15-de-agosto-de-2011>. Acesso em: 08 jan. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020**. Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname. Brasília, DF: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original020506202007245f1a41d255fab.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2026.

DIAS, Andreia Castro. **A preservação da memória institucional no âmbito do poder judiciário federal**. Revista Autos e Baixas, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 2, p. 1-40, 2013.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

HARRIS, Verne. **Archives and justice: a South African perspective**. Chicago: Society of American Archivists, 2007.

LARA, Silvia Hunold. Trabalho, Direitos e Justiça no Brasil. In: Schmidt, Benito Bisso (org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 106-122.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LONER, Beatriz Ana. O acervo sobre trabalho do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. In: Schmidt, Benito Bisso (org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 9-24.

MARQUIOLI, S. R.; SANTIAGO, I. F.; ALVES, L. F. de S.; BICALHO, L. M. A.; VIEIRA, G. C.; REIS, F. L. C. “Preto... condenado”: o uso de processos-crime no ensino de história. **Revista Thema**, Pelotas, v. 24, n. 2, p. 1–15, 2025. DOI: 10.15536/revistathema.24.2025.3951. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/3951>. Acesso em: 23 jan. 2026.

MORAES, Lucas Lopes de; Fleming, Belmiro Thiers Tsuda. Memória do judiciário: entre a gestão documental e a gestão da memória. *LexCult*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 173-202, maio/ago. 2020.

NORA, Pierre (org.). **Les Lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984-1992.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul**. 2011. Trabalho de conclusão de graduação (Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989.

RODRIGUES, J. H. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1978.

SCHMIDT, Benito Bisso. Trabalho, Justiça e Direitos: perspectivas historiográficas. In: Schmidt, Benito Bisso (org.). **Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010. p. 25-36.

SILVA, Daniele Augusta dos Santos; Godoy, Emília Soares da Silva. O arquivo na contribuição da memória institucional. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, Fortaleza, p. 668-700, 2017

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **TJMG elimina mais de 10 milhões de processos físicos em 10 anos**. Belo Horizonte: Portal TJMG, 2024. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br>. Acesso em: 05 jan. 2026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **TJMG lidera em número de processos eletrônicos distribuídos**. Belo Horizonte: Portal TJMG, 2017. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br>. Acesso em: 05 jan. 2026.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past: power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995.

CAPÍTULO 14

TECENDO IDENTIDADES: LITERATURA, MEMÓRIA E RETOMADA DA AUTONOMIA

WEAVING IDENTITIES: LITERATURE, MEMORY, AND THE RETURN TO AUTONOMY

 <https://doi.org/10.63330/livroautoral382026-014>

Fabíola Fumian Duarte

Graduanda em Letras

Universidade Estadual de Minas Gerais

E-mail: fumianduarte@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6429487778709060>

RESUMO

Este trabalho aborda a literatura como espaço de pertencimento, reconhecimento identitário e reinserção comunitária, a partir de uma experiência desenvolvida com mulheres em situação de vulnerabilidade social no Centro de Convivência e Cultura (CCC) de Carangola/MG. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-aplicado, articulando revisão bibliográfica e relato de experiência, fundamentada em Octavio Paz, Antonio Candido, Stuart Hall e Simone de Beauvoir. O objetivo foi compreender como a prática literária pode contribuir para processos de retomada da autonomia e fortalecimento subjetivo. A metodologia consistiu em oficinas quinzenais com leitura compartilhada de poemas do livro *Raízes e Gritos*, de Lorna Zita, além de atividades de escrita coletiva e práticas sensoriais. Os resultados evidenciaram fortalecimento de vínculos, ampliação da escuta, aumento da autoestima e reconhecimento de identidades múltiplas, transformando experiências individuais em narrativas coletivas. Conclui-se que a literatura atua como direito humano fundamental e ferramenta potente de humanização, promovendo pertencimento social e ressignificação de trajetórias, além de reafirmar o papel da universidade como mediadora entre saber acadêmico e realidade comunitária.

Palavras-chave: Literatura; Identidade feminina; Reinserção comunitária; Autonomia; Extensão universitária.

ABSTRACT

This work addresses literature as a space for belonging, identity recognition, and community reintegration, based on an experience developed with women in socially vulnerable situations at the Center for Coexistence and Culture (CCC) in Carangola, Minas Gerais. This is a qualitative research study of a theoretical-applied nature, combining a literature review and experience report, based on Octavio Paz, Antonio Candido, Stuart Hall, and Simone de Beauvoir. The objective was to understand how literary practice can contribute to processes of regaining autonomy and subjective empowerment. The methodology

consisted of biweekly workshops with shared readings of poems from the book *Raízes e Gritos* (Roots and Cries) by Lorna Zita, as well as collective writing activities and sensory practices. The results showed strengthened bonds, increased listening, increased self-esteem, and recognition of multiple identities, transforming individual experiences into collective narratives. It is concluded that literature acts as a fundamental human right and a powerful tool for humanization, promoting social belonging and reframing trajectories, in addition to reaffirming the role of the university as a mediator between academic knowledge and community reality.

Keywords: Literature; Female identity; Community reintegration; Autonomy; University extension.

1 INTRODUÇÃO

A literatura brasileira, ao longo de sua história, configura-se como um meio de (re)construção de identidades. Antonio Candido (1988) demonstra como movimentos como o Romantismo e o Modernismo empenharam-se em delinear uma ideia de identidade nacional. Este último, em especial, não apenas promoveu uma ruptura estética, mas inaugurou uma reflexão profunda sobre quem somos enquanto povo e como nos narramos culturalmente. Em vez de copiar modelos estrangeiros, prática recorrente em períodos anteriores, os modernistas buscaram compreender o Brasil a partir da vivência do próprio país, valorizando a pluralidade de vozes, a diversidade cultural e a complexidade histórica que nos constituem (Bicalho; Alves, 2025). Esse deslocamento do olhar, do exterior para o interior, marcou uma virada decisiva na produção cultural brasileira, ao reconhecer que a construção da modernidade não se dá por importação de formas, mas pela elaboração simbólica das próprias experiências sociais.

Quando se trata de identidade, torna-se indispensável pensar a modernidade e seus desdobramentos. Essa reflexão fundamenta-se na compreensão desse processo como interno, subjetivo e histórico, conforme propõe Octavio Paz (2017). Para o autor, a modernidade não é um modelo universal que se aplica igualmente a todas as sociedades, mas uma experiência singular, elaborada a partir das tensões, memórias e contradições de cada contexto histórico.

Ao compreender a modernidade como experiência interior, Paz (2017) permite interpretar o modernismo brasileiro como um movimento que nasce das feridas, das potências e das ambiguidades do próprio país, marcado por heranças coloniais, desigualdades estruturais e diversidade cultural profunda. Assim, ser moderno no Brasil implica enfrentar o passado, reconhecer as margens e reinventar continuamente as formas de existir e expressar-se. Nesse cenário, a literatura assume papel central de reconstrução da nossa identidade. Antonio Candido (1988) compreende a literatura como direito humano fundamental, uma vez que ela organiza simbolicamente a experiência social, amplia a sensibilidade coletiva e possibilita que indivíduos e grupos reconheçam a si mesmos no mundo. Para o autor, negar o acesso à

literatura é negar humanidade, pois toda sociedade necessita de formas de fabulação para elaborar seus conflitos, afetos e sentidos de pertencimento (Candido, 1988). Sendo assim, a literatura, neste contexto, não se limita ao campo estético, mas atua como espaço de humanização, de reconhecimento e de construção de vínculos simbólicos.

Tal perspectiva possibilita compreender a cultura como território privilegiado de construção identitária. Na contemporaneidade, Stuart Hall (2006) aponta que o sujeito é atravessado por múltiplas identidades, instáveis e em constante transformação, constituídas pelas relações sociais, históricas e culturais. Não há uma identidade fixa ou essencial, mas um conjunto de posições que se reorganizam ao longo da vida. Essa compreensão dialoga diretamente com as experiências femininas, marcadas por sobreposições de papéis, como mulher, mãe, trabalhadora, esposa, dona de casa, filha, profissional e tantas outras, que coexistem sem se anularem (Bicalho, 2025a). Assim, cada uma dessas dimensões compõe o sujeito, revelando a complexidade das trajetórias individuais e coletivas.

A condição feminina, conforme discutido por Simone de Beauvoir (1949), é historicamente construída e atravessada por desigualdades estruturais, expectativas sociais e silenciamentos, mas também por processos contínuos de resistência e reinvenção. Ser mulher implica negociar constantemente esses lugares impostos, ressignificando-se a partir da experiência vivida, uma vez que a categoria gênero não é essencial, mas construída culturalmente (Bicalho; Alves; Sousa, 2025). Muitas mulheres, sobretudo aquelas em contextos de vulnerabilidade social, acabam sendo reduzidas a estigmas, frequentemente associadas à loucura ou à marginalidade, quando, na realidade, carregam múltiplas identidades e histórias que permanecem invisibilizadas. É a partir desse arcabouço teórico, que articula direito à literatura e identidade múltipla, que se insere a experiência desenvolvida no Centro de Convivência e Cultura (CCC) de Carangola – Minas Gerais.

O trabalho buscou compreender como a literatura pode atuar como instrumento de pertencimento, reinserção comunitária e retomada de autonomia, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade. Ao aproximar teoria e prática, este capítulo propõe refletir sobre a potência da cultura e da literatura como espaços de escuta, reconhecimento e reconstrução subjetiva, evidenciando que a palavra literária pode abrir caminhos para o reencontro consigo, com o outro e com a comunidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Octavio Paz (2017) compreende a modernidade como uma experiência histórica singular, produzida internamente por cada sociedade a partir de suas próprias contradições, memórias e processos simbólicos. Para o autor, não existe uma modernidade universal, mas múltiplas modernidades, construídas conforme os contextos sociais e culturais. Essa perspectiva permite compreender a modernidade brasileira não como mera reprodução de modelos europeus, mas como elaboração interna de suas tensões históricas,

atravessadas por desigualdades e diversidade cultural. Mais do que um período fechado, a modernidade pode ser entendida como abertura para transformações que se desdobram na contemporaneidade, possibilitando novos modos de subjetivação e expressão.

Negar o acesso à literatura é negar a possibilidade de elaboração simbólica da experiência, é impedir que indivíduos e grupos expressem seus afetos, dores e desejos. Candido (1988) ressalta ainda que a literatura não deve ser compreendida como privilégio de elites, mas como prática social capaz de incluir aqueles historicamente excluídos dos espaços de produção cultural. Ao incorporar vozes marginalizadas, a literatura amplia o campo de representação social e promove processos de humanização. Nesse sentido, a escrita e a leitura tornam-se formas de resistência, especialmente para sujeitos situados à margem, permitindo que histórias individuais se inscrevam em uma dimensão coletiva. Assim, compreensão contemporânea da identidade também contribui para essa reflexão.

Por sua vez, Stuart Hall (2006) aponta que o sujeito pós-moderno é constituído por identidades múltiplas, fragmentadas e em constante transformação. Diferentemente das concepções tradicionais, que entendiam a identidade como algo fixo e estável, Hall (2006) argumenta que o sujeito assume diferentes posições conforme os contextos sociais e culturais em que está inserido. Assim, uma mesma pessoa pode ser, simultaneamente, mulher, mãe, trabalhadora, dona de casa, filha e avó, ativando cada uma dessas dimensões conforme as relações que estabelece. Essas identidades não são essências naturais, mas construções sociais produzidas pela linguagem, pela cultura e pelas experiências vividas.

Tal concepção possibilita compreender a experiência feminina como atravessada por diversas pertencas simultâneas, sem que uma anule a outra. As mulheres não são apenas uma identidade única, mas sujeitos plurais, formados por camadas de vivências que se entrecruzam. Essa multiplicidade torna-se ainda mais evidente em contextos de vulnerabilidade social, nos quais muitas mulheres são frequentemente reduzidas a estigmas, sendo vistas apenas como frágeis, doentes ou incapazes, quando, na realidade, carregam histórias complexas de resistência, cuidado e sobrevivência.

Nesse sentido, Simone de Beauvoir (1949) contribui para essa discussão ao compreender a mulher como construção social, resultado de processos históricos que produzem desigualdades e exclusões, mas que também abrem possibilidades de reinvenção. A condição feminina não é determinada biologicamente, mas moldada por expectativas sociais, papéis impostos e estruturas de poder (Bicalho, 2025b). Ao mesmo tempo, essa condição é continuamente ressignificada pelas próprias mulheres, que constroem sentidos a partir de suas experiências cotidianas.

Essas reflexões fundamentam a compreensão da literatura como espaço de reconhecimento, produção de sentido e construção coletiva da identidade, ao articular modernidade interior, direito à literatura e identidade múltipla, torna-se possível compreender a prática literária como instrumento de pertencimento e fortalecimento subjetivo. A literatura permite que experiências individuais sejam

compartilhadas, transformando-se em narrativas coletivas, capazes de criar vínculos, promover escuta e possibilitar novos modos de existir no mundo.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter teórico-aplicado, que articula revisão bibliográfica e relato de experiência, buscando compreender a literatura como prática cultural capaz de promover processos de pertencimento, reinserção comunitária e retomada de autonomia. A investigação aproxima referenciais teóricos da área de estudos culturais e literatura de uma experiência concreta desenvolvida em espaço comunitário, valorizando a dimensão subjetiva e coletiva das vivências literárias. O estudo baseia-se em oficinas realizadas no Centro de Convivência e Cultura (CCC) de Carangola, Minas Gerais, no âmbito do projeto de extensão Deslocamentos Literários: Biblioterapia, coordenado por Marcelle Ferreira Leal, com participação da autora deste capítulo e colaboração de Laura de Matos Corrêa de Andrade.

A ação foi autofinanciada e desenvolvida de forma interdisciplinar, com foco na leitura literária como dispositivo de escuta, expressão e fortalecimento de vínculos. Embora o projeto tenha contado com contribuições de diferentes áreas, este capítulo privilegia a dimensão literária da experiência, analisando os efeitos da palavra poética na construção de sentidos e identidades. Os encontros ocorreram quinzenalmente, em um grupo fechado composto por sete a dez mulheres em processo de reinserção comunitária e retomada de autonomia. A opção por um grupo fixo visou favorecer a criação de vínculos, a continuidade das narrativas pessoais e o aprofundamento das trocas coletivas. As participantes eram mulheres em diferentes fases da vida, muitas delas mães, avós, trabalhadoras e donas de casa, cujas trajetórias são atravessadas por situações de vulnerabilidade social e, frequentemente, por estigmatizações que as colocam à margem dos espaços de fala e reconhecimento.

As atividades partiram da leitura compartilhada de poemas do livro *Raízes e Gritos*, de Lorna Zita (2023), escolhidos por abordarem temas como identidade, ancestralidade, resistência feminina e pertencimento, os textos funcionaram como disparadores de diálogo, memória e criação, possibilitando que as participantes reconhecessem suas próprias histórias nas palavras da autora. Mesmo escritos em Moçambique, os poemas estabeleceram um diálogo profundo com as vivências das mulheres de Carangola, evidenciando a força transnacional da literatura na construção de conexões entre experiências femininas. A partir das leituras, foram desenvolvidas práticas de escrita coletiva, colagens, marcações corporais em pano com tinta e experiências sensoriais com ervas aromáticas. Essas propostas buscaram ampliar a relação com o texto literário para além da leitura tradicional, envolvendo corpo, memória e sensibilidade. A escrita emergia tanto de fragmentos dos poemas quanto das narrativas pessoais das participantes, criando textos híbridos, atravessados por múltiplas vozes. A condução das oficinas priorizou a escuta ativa, o respeito aos tempos individuais e a valorização das experiências compartilhadas. Os encontros constituíram um espaço

seguro de fala e acolhimento, no qual as mulheres puderam expressar sentimentos, ressignificar vivências e reconhecer-se umas nas outras.

O processo favoreceu a percepção de que suas histórias não eram isoladas, mas atravessadas por dimensões coletivas, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao grupo. A análise dos encontros fundamentou-se na observação participante e nos registros das produções textuais e dos relatos das participantes, considerados como material empírico da pesquisa. Esses registros permitiram identificar recorrências temáticas, transformações na relação das mulheres com a leitura e a escrita, bem como indícios de fortalecimento subjetivo e ampliação dos vínculos comunitários. A abordagem qualitativa possibilitou compreender não apenas os resultados objetivos das oficinas, mas, sobretudo, os sentidos atribuídos pelas próprias participantes às experiências vividas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As oficinas literárias possibilitaram a construção gradual de vínculos entre as participantes, criando um espaço de escuta, acolhimento e compartilhamento de experiências. Desde os primeiros encontros, observou-se que muitas mulheres chegavam ao grupo carregando estigmas sociais, frequentemente marcadas por discursos que as colocam à margem, por vezes estigmatizadas como “instáveis”, desajustadas ou incapazes. No entanto, ao longo do processo, as práticas literárias evidenciaram que essas mulheres não se resumem a tais rótulos. São mulheres, mães, avós, esposas, trabalhadoras e donas de casa, atravessadas por múltiplas identidades que coexistem sem se anularem, revelando trajetórias complexas e singulares. Essa multiplicidade dialoga diretamente com Stuart Hall (2006), ao compreender o sujeito contemporâneo como constituído por identidades móveis, fragmentadas e em permanente transformação.

As participantes ativavam diferentes pertencimentos conforme narravam suas histórias, ora como filhas, ora como cuidadoras, ora como provedoras, ora como mulheres que buscam reconstruir suas próprias narrativas. Nenhuma dessas identidades diminui ou exclui a outra. Pelo contrário, sobrepõem-se, fortalecem-se e se reorganizam continuamente, demonstrando que a experiência feminina é atravessada por camadas simultâneas de existência. Nesse contexto, a literatura atuou como mediadora sensível dessas narrativas. Os poemas de *Raízes e Gritos*, de Lorna Zita (2023), funcionaram como disparadores potentes de memória, reconhecimento e criação. Mesmo escritos em Moçambique, os textos estabeleceram um diálogo profundo com as vivências das mulheres de Carangola, revelando que, quando se é mulher, existe uma conexão que ultrapassa a distância territorial.

A palavra poética atravessou oceanos e contextos sociais distintos, aproximando experiências e reafirmando que determinadas dores, resistências e afetos são compartilhados coletivamente. A presença do verso “São mulheres do campo, do gueto e da cidade. São tantas e únicas” (Zita, 2023, p.12) emergiu como síntese do processo vivido nas oficinas. As participantes reconheceram-se nessa multiplicidade,

compreendendo-se como muitas e, ao mesmo tempo, singulares. Com Cada história carregava marcas próprias, mas também ressoava nas histórias das outras. A leitura coletiva transformou experiências individuais em narrativas compartilhadas, fortalecendo o sentimento de pertencimento e diminuindo a sensação de isolamento que frequentemente acompanha trajetórias de vulnerabilidade. Observou-se que, à medida que os encontros avançavam, ampliava-se a escuta entre as mulheres, assim como a disposição para falar de si. A escrita coletiva e as práticas expressivas favoreceram a emergência de relatos antes silenciados, possibilitando a ressignificação de vivências marcadas por dor, abandono ou exclusão.

A literatura, entendida aqui como direito humano fundamental, conforme Antonio Candido (1988), revelou-se um espaço privilegiado de humanização, permitindo que as participantes organizassem simbolicamente suas experiências e se reconhecessem como protagonistas de suas próprias histórias, fortalecendo a autoestima e o engajamento nas atividades. Mulheres que inicialmente permaneciam em silêncio passaram a participar ativamente das leituras e produções, demonstrando maior segurança ao expressar pensamentos e sentimentos, o que evidencia o papel da literatura como instrumento de retomada da autonomia ao devolver a palavra e o direito de narrar suas vidas. Nos relatos, a condição feminina, historicamente marcada por desigualdades e expectativas sociais, emergiu de forma recorrente, destacando a sobrecarga de papéis relacionados aos cuidados domésticos, aos filhos e, muitas vezes, à manutenção financeira do lar; contudo, essas responsabilidades não foram percebidas como limitações de identidade, mas como dimensões constitutivas de suas trajetórias, mostrando que ser mulher implica habitar múltiplos espaços simultaneamente, em um constante processo de reinvenção.

Nesse sentido, a literatura revelou-se ferramenta fundamental de reinserção comunitária. Ao compartilhar histórias, afetos e criações, as participantes fortaleceram laços e reconstruíram vínculos com o grupo e consigo mesmas. A cultura, entendida como território de produção de sentido, possibilitou a reconstrução de identidades fragilizadas e o reconhecimento de pertencimentos antes invisibilizados. Os resultados indicam que a prática literária em espaços comunitários pode contribuir significativamente para processos de retomada subjetiva e social. Mais do que promover leitura, as oficinas criaram um ambiente de acolhimento simbólico, onde cada mulher pôde perceber-se parte de algo maior, compreendendo que não está sozinha em suas vivências. A literatura, nesse contexto, reafirma seu poder de aproximar sujeitos, atravessar fronteiras geográficas e sociais e produzir sentidos coletivos, consolidando-se como ferramenta potente de resistência, pertencimento e reconstrução identitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida no Centro de Convivência e Cultura (CCC) de Carangola/MG evidenciou o potencial da literatura como espaço de pertencimento, reconhecimento identitário, reinserção comunitária e retomada de autonomia. Ao longo das oficinas, foi possível observar como a palavra literária

atua como mediadora de afetos, memórias e narrativas, permitindo que vivências individuais se transformem em experiências compartilhadas. As práticas propostas favoreceram a construção de vínculos, a ampliação da escuta e a valorização das trajetórias pessoais, reafirmando que as histórias dessas mulheres não são isoladas, mas atravessadas por experiências coletivas. A literatura mostrou-se capaz de ressignificar experiências marcadas por estigmas sociais, frequentemente associados à marginalização feminina. Ao entrar em contato com os poemas de Lorna Zita e com as práticas de criação, as participantes puderam reconhecer-se como sujeitos plurais, atravessados por múltiplas identidades que coexistem sem hierarquias. São mulheres, mães, avós, trabalhadoras e donas de casa, cujas experiências se entrelaçam e se fortalecem mutuamente.

O diálogo estabelecido entre a poesia moçambicana de e as vivências das mulheres de Carangola/MG revelou que, apesar das distâncias geográficas, existe uma experiência feminina compartilhada, marcada por resistência, cuidado e reinvenção. A palavra poética atravessou fronteiras e contextos distintos, promovendo identificação e pertencimento, e evidenciando que determinadas dores, silêncios e potências atravessam diferentes realidades sociais. Esse encontro reafirma a literatura como território simbólico de reconhecimento e humanização. À luz de Antonio Candido (1988), compreende-se que a literatura, enquanto direito humano fundamental, cumpre papel decisivo na organização simbólica da experiência e na construção da sensibilidade coletiva. Ao possibilitar o acesso à palavra, às narrativas e à criação, as oficinas ampliaram o campo de representação dessas mulheres, devolvendo-lhes a voz e o direito de narrar a si mesmas.

Nesse sentido, a prática literária não se restringe ao campo estético, mas assume dimensão ética e social, ao promover dignidade, escuta e visibilidade a sujeitos historicamente colocados à margem. A experiência também dialoga com a concepção de Octavio Paz (2017) sobre a modernidade como processo interno e histórico. Assim como o modernismo brasileiro nasce das contradições do próprio país, as transformações observadas nas participantes emergiram de suas trajetórias singulares, de suas memórias e de seus afetos.

Assim, a reinvenção não ocorre a partir de modelos externos, mas do reconhecimento da própria história. A literatura, nesse contexto, atua como espaço privilegiado dessa interiorização, permitindo que cada mulher ressignifique sua relação consigo, com o grupo e com a comunidade. O projeto evidencia, ainda, o papel da universidade como mediadora entre conhecimento acadêmico e realidade social. A ação extensionista possibilitou a aproximação entre teoria e prática, demonstrando que a produção de saber não se limita aos espaços institucionais, mas se constrói também nos encontros comunitários, nas escutas sensíveis e nas experiências compartilhadas. Ao articular pesquisa, extensão e vivência coletiva, o trabalho contribuiu para processos de identidade, memória e autonomia, reafirmando o compromisso social da universidade pública.

Por fim, conclui-se que a literatura, quando inserida em contextos comunitários, revela-se ferramenta potente de transformação subjetiva e social. Mais do que promover leitura, as oficinas criaram um espaço de acolhimento simbólico, onde cada mulher pôde reconhecer-se como parte de uma coletividade, reconstruindo vínculos e fortalecendo sua presença no mundo. A prática literária reafirma-se, assim, como instrumento de pertencimento, resistência e reinvenção, capaz de transformar trajetórias individuais em narrativas coletivas e devolver sentido à experiência humana.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Coleção Para Conhecer. São Paulo: Subta, 1949.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. Asas mutiladas: a dor silenciada em Malévola e seus ecos na cultura patriarcal. **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 16, n. 3, p. 52-62, set./dez. 2025b.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. Sete Véus, Sete Maridos: Casamento, Literatura e Gênero Em Os Sete Maridos De Evelyn Hugo (2019). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 1–16, 2025a. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/60709>. Acesso em: 29 jan. 2026.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza. A transfiguração do feminino na literatura brasileira: uma análise sobre a figura da Maria Moura (1992) como símbolo de resistência e subversão aos papéis de gênero. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 63-82, 2025. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/16804>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; SOUZA, Mauricio Pereira de. A. Entre Páginas e Cicatrizes: a violência contra a mulher em O Peso do Pássaro Morto e no cotidiano brasileiro. **História em Revista**, v. 30, n. 2, p. 76-91, 30 jul. 2025.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988. p. 169 - 191.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PAZ, Octavio. **A busca do presente e outros ensaios**. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 65-99.

ZITA, Lorna. **Raízes e gritos**. Maputo: Kulera, 2023.

CAPÍTULO 15

O MÍNIMO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE SURDEZ

THE MINIMUM YOU NEED TO KNOW ABOUT DEAFNESS

 <https://doi.org/10.63330/livroautor382026-015>

Luís Fernando de Souza Alves

Mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais

Universidad de Jaén

E-mail: luisf3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6961912446654898>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

Guilherme Carvalho Vieira

Doutorando em Ciências do Movimento Humano

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: guilherme.carvalho.unimontes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6002574093789093>

Stefany Reis Marquioli

Mestra em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: stefanymarquioli@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837081022903429>

RESUMO

Este trabalho analisa a questão da surdez a partir de uma perspectiva histórica, médica e social. Apontam-se as principais causas da surdez, suas características e questões relativas à inclusão social, destacando a importância de um diagnóstico precoce, acesso a tecnologias, aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, papel dos intérpretes, bem como políticas públicas inclusivas. A inclusão do surdo na sociedade pode ser facilitada por meio de recursos tecnológicos e educacionais, assim como por meio de uma atitude comunitária aberta e solidária.

Palavras-chave: Comunidade surda; Educação; História; Libras; Surdos.

ABSTRACT

This paper analyzes the issue of deafness from a historical, medical, and social perspective. It points out the main causes of deafness, its characteristics, and issues related to social inclusion, highlighting the

importance of early diagnosis, access to technology, learning Brazilian Sign Language, the role of interpreters, as well as inclusive public policies. The inclusion of deaf people in society can be facilitated through technological and educational resources, as well as through an open and supportive community attitude.

Keywords: Deaf community; Education; History; Sign language; Deaf people.

1 INTRODUÇÃO

Existem pesquisadores que assumem que pessoas com deficiência eram marginalizadas no mundo antigo e, portanto, não recebiam apoio em suas respectivas comunidades. Essa perspectiva baseia-se na crença de que sociedades agrícolas antigas precisavam ser estratégicas diante de recursos limitados. Alguns historiadores, a partir de escritos de Platão, Aristóteles e Plutarco, argumentam que os gregos colocavam em prática o infanticídio de indivíduos considerados incapazes para a vida (Sneed, 2021). No livro *República*, Platão, por meio da figura de Sócrates, argumenta que, em um Estado ideal (Calípolis), governantes devem garantir a criação dos melhores homens e mulheres, desencorajar a reprodução daqueles considerados inferiores:

‘Os filhos dos pais bons serão levados, penso eu, e transferidos para o recinto de criação, onde haverá amas especiais vivendo separadamente, em uma parte especial da cidade. Os filhos dos pais inferiores, por outro lado, ou qualquer espécime deformado nascido do outro grupo [guardiões inferiores], serão removidos de vista para algum lugar secreto e escondido, como é justo’ (Plato, 2018, p. 158, tradução nossa).

O texto platônico aponta para uma ideia de exclusão deliberada, indicando que pensamentos dessa verve se fazem presentes desde tempos remotos, sendo algo incipiente na natureza humana e que se manifesta em alguns períodos históricos de modo mais forte, de modo a desembocar em diferentes tipos e espírito eugenistas (Galton, 1892; Schwarcz, 1993). Aristóteles, no livro *Política*, defende a geração de crianças saudáveis e fortes, propondo que o Estado tenha políticas contra crianças indesejadas:

[...] o legislador deve moldar à sua vontade as estruturas das crianças recém-nascidas [...] as crianças, se seu nascimento ocorrer no momento em que for razoavelmente esperado, serão bem-sucedidas em seu auge [...] Quanto à exposição e criação de crianças, que haja uma lei que determine que nenhuma criança deformada deve viver, mas quando houver muitas (pois em nosso estado a população tem um limite), quando os casais tiverem filhos em excesso e o estado de espírito for avesso à exposição da prole, o aborto deve ser feito antes que o sentido e a vida tenham começado; o que pode ou não ser feito legalmente nesses casos depende da questão da vida e do sentido. E agora, tendo determinado a idade em que homens e mulheres devem iniciar sua união, determinemos também por quanto tempo eles devem continuar a gerar e produzir descendentes para o Estado; homens muito velhos, assim como homens muito jovens, produzem filhos defeituosos no corpo e na mente; os filhos de homens muito velhos são fracos [...] (Aristotle, 1885, p. 238-240, tradução nossa).

No mundo romano, havia o costume de expor crianças indesejadas. Quando nascia, ela era colocada aos pés do pai. Se ele se abaixasse e levantasse a criança, isso significava que ele a reconhecia e desejava que ela fosse mantida. Se ele se virasse e se afastasse, significava que ele se recusava a reconhecê-la. Assim, a criança poderia ser literalmente jogada fora. Havia a possibilidade de bebês romanos serem repudiados e expostos. Em uma época em que o vínculo matrimonial havia desmoronado e onde homens e mulheres trocavam de parceiros com uma rapidez desconcertante, ter filhos era um infortúnio (Barclay, 1976).

Figura 1 – Fórum em Roma



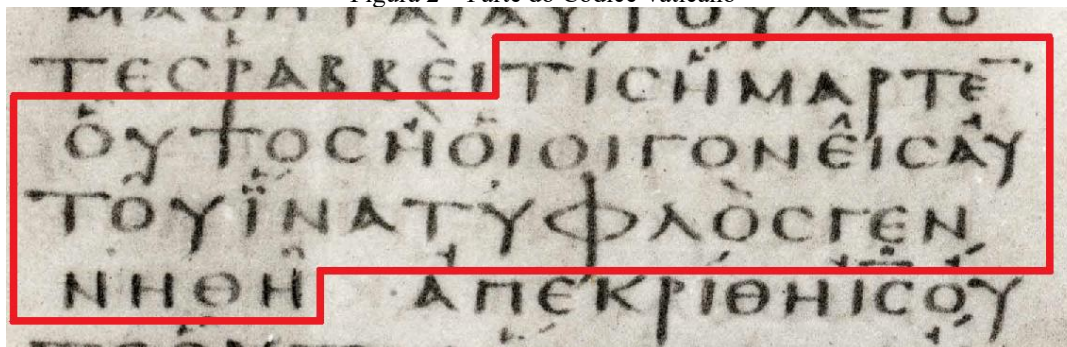
Fonte: Alves (2017).

O fato de nascerem poucas crianças, chegou a levar o governo romano a aprovar uma legislação que limitava o valor de qualquer herança que um casal sem filhos pudesse receber. Mas o que ocorria com crianças indesejadas? Via de regra, eram deixadas no fórum romano (Figura 1), vindo a se tornar propriedade de qualquer pessoa que quisesse pegá-las. Elas eram recolhidas à noite por pessoas que as alimentavam para vendê-las como escravas ou para suprir os bordéis de Roma (Barclay, 1976). A impiedade de parte da sociedade romana para com crianças doentes e deformadas antiga pode ser observada na seguinte asseveração de Sêneca:

[...] Certamente ninguém odeia seus próprios membros quando os amputa, não é mesmo? Isso não é ira, mas uma forma lamentável de cura. Destruímos cães raivosos, matamos um boi feroz e indomável, e abatemos animais doentes, para que não infectem o rebanho; eliminamos nascimentos monstruosos e afogamos crianças também, se nascerem aleijadas ou deformadas. Não é ira, mas razão para segregar o inútil do saudável [...] (Seneca, 2010, p. 27, tradução nossa).

Em outras sociedades, pessoas com deficiências eram tidas como amaldiçoadas por alguma divindade ou por conta de alguma ofensa dos antepassados contra algum ser divino. Exemplo disso chega a ocorrer no Códice Vaticano, um texto grego que faz referências a crenças de parte da sociedade judaica, no primeiro século da presente era: “[...] τίς ἥμαρτεν, οὗτος ἢ οἱ γονεῖς αὐτοῦ, ἵνα τυφλὸς γεννηθῇ;” (“[...] *tis hēmarten, houtos ē hoi goneis autou, hina typhlos gennēthē;*”), isto é, “[...] quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?” (Ἰωάννην, 300, p. 1363, tradução minha).

Figura 2 – Parte do Códice Vaticano



Fonte: Codex (300, p. 1363)

No texto *A Vida de Licurgo*, na obra *Vidas Paralelas*, por exemplo, Plutarco descreve o infanticídio como algo praticado em Esparta, em que o legislador decretava que recém-nascidos fossem levados ao *lesche*, provavelmente um edifício público, para serem examinados por anciãos:

[...] Os filhos não eram criados segundo a vontade do pai, mas eram levados por ele a um lugar chamado Lesche, onde os anciãos das tribos examinavam oficialmente a criança e, se ela fosse bem constituída e robusta, ordenavam ao pai que a criasse e lhe atribuíam um dos nove mil lotes de terra; mas se fosse malformada e deformada, eles a enviavam para o chamado Apothetae, um lugar semelhante a um abismo no sopé do Monte Taígeto, na convicção de que a vida daquele que a natureza não havia equipado bem desde o início com saúde e força não era vantajosa nem para si mesmo nem para o Estado [...] (Plutarch, 1914, p. 255, tradução nossa).

Para Plutarco, isso ocorria por conta de crianças deformadas serem vistas como um fardo para Esparta, uma cidade-estado conhecida por seu rigoroso espírito bélico. Há autores que questionam essas informações a partir de informações arqueológicas e por conta desse escritor ter vivido muitos anos depois dos eventos que descreveu (Sneed, 2021). Independentemente de como tenha sido, afirmações e modos de pensar semelhantes a esses e que carregam preconceitos tendem a se fazer presentes em parcelas da sociedade e em diferentes períodos da história, de modo que certas pessoas, como é o caso daqueles com deficiência, sejam tomados por problemas, algo não importante para a sociedade, um fardo e, portanto, indignas de viver (Alves, 2024).

Tendo essas questões em vista, antes de prosseguir é necessário ressaltar que este trabalho tem como este trabalho é caracterizado metodologicamente como uma pesquisa qualitativa, pois lida com informações

relativas ao universo dos surdos, ou seja, desenvolve-se um texto considerando informações sobre essa deficiência, categorizando-a, interpretando-as e apresentando-as em forma de texto (Gil, 2002). Além disso, a preocupação deste labor acadêmico é pelo universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e ações humanas, tendo também em consideração o espaço das relações, processos e fenômenos (Minayo, 2002; Bauer; Gaskell, 2008). Antes de prosseguir, afirma-se que o objetivo aqui proposto é apresentar pontos julgados necessários para uma compreensão básica acerca da deficiência auditiva.

2 CONCEITO DA DEFICIÊNCIA

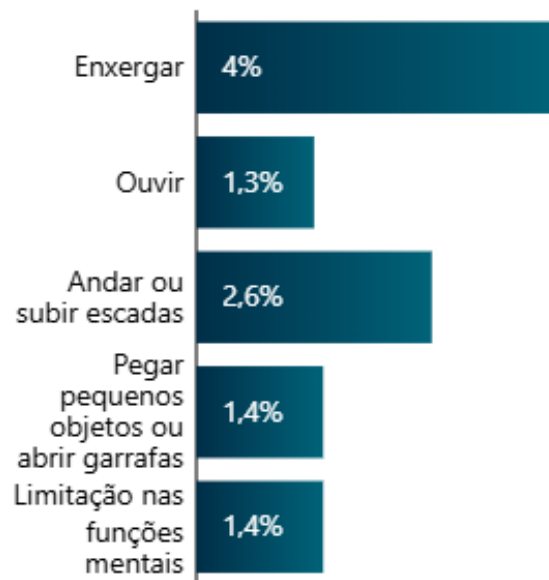
[...] Nós, delegados à Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, representando noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, reunidos aqui em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994 [...] reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais [...] Acreditamos e proclamamos que: [...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar por meio de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro dessas necessidades [...] criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos [...] (Unesco, 1994, p. viii-ix)

– Declaração de Salamanca

Segundo o Censo de 2022 do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), 1,3% da população brasileira declarou ter algum tipo de deficiência no quesito *ouvir* (figura 3). Isso significa que 2.640.050 brasileiros se declaram com algum problema auditivo (IBGE, 2022). De acordo com a lei 5.296/04, a deficiência auditiva é descrita como “[...] perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (Brasil, 2004, p. 5).

Figura 3 – Deficiência, por tipo de dificuldade.

Deficiência, por tipo de dificuldade

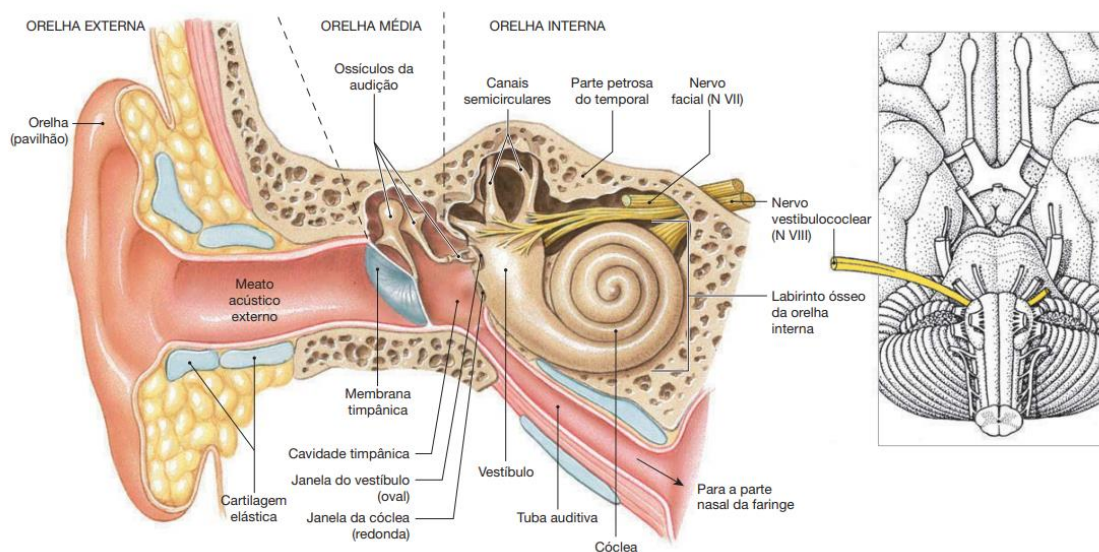


Fonte: IBGE (2022).

3 PRINCIPAIS CAUSAS

Diferente de ser punição dos céus e das divindades, existem causas para a surdez, como a limpeza exagerada do ouvido (orelha externa) ou o acúmulo de pus na tuba auditiva, na face interna do tímpano (orelha média), devido a infecções de ouvido (otites), dado o uso indevido de mamadeiras e amamentação dada ao bebê enquanto ele está deitado. Por conta disso, podem ocorrer lesões no tímpano, por conta de seu rompimento para a saída desse líquido, o que pode comprometer a audição e até mesmo causar deficiência auditiva (Honora; Frizanco, 2008).

Figura 4 – Anatomia da orelha



Fonte: Martini; Timmons; Tallitsch (2009, p. 480)

As causas do surgimento dessa deficiência podem ser pré-natais (antes do nascimento), com a deficiência sendo provocada por fatores genéticos (casamentos consanguíneos) e hereditários, por doenças adquiridas pela mãe durante a gestação (rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus), exposição da mãe a drogas ototóxicas (alguns antibióticos, álcool, monóxido de carbono etc...), as quais fazem mal ao órgão da audição. Em segundo lugar, estão as causas peri-natais (durante o nascimento), com a deficiência podendo ser provocada por um parto prematuro, por anóxia (falta de oxigenação no cérebro após o nascimento) ou por trauma de parto (uso indevido de fórceps, parto rápido ou demorado). Em último lugar, há as causas pós-natais (após um mês de nascimento e por toda a vida), como meningite, caxumba, sarampo, uso de medicamentos ototóxicos, idade avançada, traumas, acidentes, infecções de ouvido (otites) e ruídos de repetição (Honora; Frizanco, 2008).

4 CARACTERÍSTICAS, TIPOS E CLASSIFICAÇÕES

Quanto ao período de aquisição da deficiência auditiva, é possível fazer uma distinção em dois grupos. O primeiro, *congénito*, é quando a pessoa já nasce surda. Dessa maneira, a surdez é pré-lingual, está presente antes da aquisição da linguagem. O segundo, *adquirido*, ocorre quando alguém nasce ouvindo e perde a audição no decorrer dos anos. Assim, a surdez pode ser pré-lingual ou pós-lingual, dependendo de a ocorrência ter acontecido antes ou após a aquisição da linguagem. É possível distinguir deficiência auditiva e surdez. A primeira ocorre quando alguma das estruturas da orelha apresenta uma alteração, de modo a ocasionar uma diminuição da capacidade de perceber o som. Quem tem deficiência auditiva se comunica pela fala e apresenta uma perda auditiva leve ou moderada. A segunda também ocorre por conta de alguma alteração nas estruturas da orelha, de modo a levar a uma incapacidade em perceber o som. No

Brasil, o surdo¹¹ pode se comunicar por meio da *Língua Brasileira de Sinais* (LIBRAS) e apresenta uma perda de audição severa ou profunda (Honora; Frizanco, 2008).

Por sua vez, Adriane Helena Alves Cardoso, Karla Gomes Rodrigues e Maria Márcia Bachion (2006), afirmam que a deficiência auditiva (congenita ou adquirida) consiste em uma capacidade diminuída da percepção considerada normal dos sons. Da perspectiva da saúde, surdo é aquela pessoa cuja audição não é funcional na vida comum. Diferentes são os graus da perda de audição: “[...] leve (perda auditiva de até 40 decibéis); moderada (perda auditiva entre 40 a 70 decibéis); severa (perda auditiva entre 70 e 90 decibéis) e profunda (perda auditiva superior a 90 decibéis) [...]” (Cardoso; Rodrigues; Bachion, 2006, p. 2).

5 RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Existiram momentos da história em que se acreditou que os surdos não deveriam utilizar sinais e gestos para se comunicar. Isso ficou conhecido como *oralismo*. Surdos, dentro dessa perspectiva, deveriam se comunicar por meio da fala¹². Isso ocorre especificamente em 1880, no *Congresso Internacional de Educadores de Surdos*, em Milão, quando os próprios professores surdos foram excluídos de uma votação em que se decidiu que o oralismo seria adotado nas escolas e não a língua de sinais. Assim, alunos surdos foram proibidos de usar sua língua e forçados a aprender o que seria artificial, isto é, uma língua falada (Sacks, 2010).

Diante disso, faz-se necessário ir no sentido oposto, é preciso caminhar rumo à inclusão social. Aqueles que convivem com as crianças, como pediatras, professores e pais, devem atentar para sinais de problemas auditivos desde as primeiras semanas de nascimento. Um bebê muito quieto e que não se assusta com barulhos pode ter algum problema auditivo. Se chora demais ao ouvir a voz dos pais, também pode indicar que há algo errado com sua audição. O próprio balbúcio pode confundir os pais, já que, para tal habilidade, não é necessária a audição. Sempre que a perda auditiva é diagnosticada de modo precoce, as chances de adaptação, desenvolvimento e inclusão social serão melhores (Honora; Frizanco, 2008).

O uso de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI) também pode contribuir para a vida desse indivíduo. Ademais, o empenho da família, que deve aprender LIBRAS, e constante

¹¹ Não *mudo*, nem *surdo-mudo*.

¹² Perspectiva diferente daquela é notada em Charles-Michel de l'Épée (1712 – 1789), um dos nomes mais conhecidos em se tratando de surdez. Ele conheceu duas irmãs gêmeas surdas que se comunicavam por meio de gestos. Também, trabalhando com surdos pobres andarilhos das ruas de Paris, observou, aprendeu e valorizou a comunicação sinalizada deles. L'Épée notou que os sinais permitiam que surdos se comunicassem e que isso favorecia o aprendizado por parte deles. Assim, ele criou o alfabeto manual francês e o uniu a sinais usados pelos surdos, de modo que liam e escreviam em francês com a ajuda de um intérprete. Com seus próprios recursos e em sua casa, criou a primeira escola de surdos. Seu método que utilizava a língua de sinais para o ensino, mostrou-se eficaz e se espalhou pelo mundo, de modo que, em 1857, um de seus discípulos, Harnest Huet, a convite do imperador Dom Pedro II, fundou um ano depois a primeira escola brasileira para crianças surdas (Peixoto, 2011; Monteiro, 2006).

acompanhamento de médicos e fonoaudiólogos também são um diferencial. Existem famílias que, ao receberem o diagnóstico da deficiência do filho que diminuem as falas com a criança e até mesmo silenciam totalmente, o que pode prejudicar o desenvolvimento linguístico e psicológico da criança. Por outro lado, a superproteção também pode ser um problema, pois pode comprometer que o indivíduo desenvolva sua capacidade de se tornar autônomo. Pais devem estimular o potencial dos filhos por meio de conversas e afeto (Honora; Frizanco, 2008).

Outra questão que pode contribuir à inclusão é a de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos e implante coclear. Igualmente digno de menção para contribuir à inclusão social de surdos é a figura do intérprete de LIBRAS, de modo a contribuir para a acessibilidade comunicacional, sendo o mesmo válido para a comunidade de surdos, que é uma grande rede de apoio, na qual o surdo pode ser incluído e na qual sua família também pode obter apoio (Cardoso; Rodrigues; Bachion, 2006). Ademais, menciona-se que políticas públicas feitas de baixo para cima e a favor desse grupo podem também influir positivamente para sua qualidade de vida (Alves; Athayde; Ribeiro, 2024; Athayde; Alves; Paula; Gomes, 2022).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da existência da estigmatização em diferentes momentos da história, deficiências, incluindo a surdez, não devem ser vistas como uma limitação ou obstáculo à sociedade, mas como algo que exige respeito e inclusão. Em vez de negar os direitos das pessoas surdas, há cada vez mais um movimento contemporâneo no sentido remover barreiras sociais, culturais e políticas que impeçam a participação dessas pessoas na vida social. A Língua Brasileira de Sinais Brasileira é um marco nesse sentido, pois possibilita que surdos se comuniquem e consigam expressar sua identidade cultural, bem como de sua comunidade. Por si mesmos, recursos tecnológicos não são garantia de autonomia ou inclusão plena. É necessário ir além, ou seja, é necessário um esforço conjunto de famílias, educadores, profissionais de saúde e de políticas públicas, de modo a criar espaços onde surdos sejam ouvidos por aqueles que não estão ouvindo e assim os valorize e os respeite.

Inclusão não se limita apenas à área da educação, pois também engloba outras esferas da vida, como mercado de trabalho, participação política, acesso a espaços culturais e religiosos e reconhecimento de que a surdez não é um obstáculo à dignidade humana. O desafio, portanto, está em superar visões capacitistas que enxergam deficiências como problemas a serem resolvidos, e não como uma forma de diversidade humana. Construir uma sociedade inclusiva passa também pela informação. Por meio de políticas e práticas educacionais é possível conscientizar a sociedade de modo a alcançar transformações perspectivas. Pensar sobre surdez é repensar pressupostos e conceitos pessoais sobre a vida, sociedade e vida em comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luís Fernando de Souza. **Fórum romano**. 2017. 1 fotografia.

ALVES, Luís Fernando de Souza. “**Posseiro bom é posseiro morto**”: coronel Georgino e o conflito agrário de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2024.

ALVES, Luís Fernando de Souza Alves; ATHAYDE, André Luiz Mendes; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Avanços e desafios da abordagem territorial de programas de desenvolvimento econômico e social. In: COUTO, Felipe Fróes; CRUZ, Júnio Matheus da Silva; FARIAS JR, Teddy Marques; SILVA, Vitória Dreide Xavier Araújo (org.). **Caminhos do desenvolvimento**. Montes Claros: Unimontes, 2024. v. 1.

ARISTOTLE. **Politics**. Oxford: Clarendon, 1885. v. 1.

ATHAYDE, André Luiz Mendes; ALVES, Luís Fernando de Souza Alves; PAULA, Pablo Perón de Paula; GOMES, Adalmir de Oliveira. Is there a lack of consensus on consensus theory? Habermas communicative action theory contextualized in public administration. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, p. 164-178, 2022.

BARCLAY, William. **The Daily Study Bible Series: the letters to the Galatians and Ephesians**. Philadelphia: The Westminster John Knox, 1976.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 232, p. 5-10, 3 dez. 2004.

CARDOSO, Adriane Helena Alves; RODRIGUES, Karla Gomes; BACHION, Maria Márcia. Percepção da pessoa com surdez severa e/ou profunda acerca do processo de comunicação durante seu atendimento de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 1-8, 2006.

GALTON, Francis. **Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences**. London: Macmillan, 1892.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary L. **Esclarecendo as Deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

IBGE. Deficiência e autismo. **Censo 2022**, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=9>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ΙΩΑΝΝΗΝ. In: CODEX VATICANUS. Vaticano, 300. 1 manuscrito.

MARTINI, Frederic H.; TIMMONS, Michael J.; TALLITSCH, Robert B. **Anatomia humana**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Myrna Salerno. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 279-289, 2006.

PEIXOTO, Janaína Aguiar. **O conceito de sagrado em surdos congênitos: um estudo na língua brasileira de sinais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PLATO. **Republic**. Cambridge: Cambridge University, 2018.

PLUTARCH. **Plutarch's Lives**. Cambridge: Harvard University, 1967. v. 1.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENECA, Lucius Annaeus. On anger. In: KASTER, Robert A.; NUSSBAUM, Martha C (trad.). **Anger, Mercy, Revenge**. Chicago: University of Chicago, 2010.

SNEED, Debby. Disability and Infanticide in Ancient Greece. **Hesperia**, v. 90, n. 4, p. 747-772, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca: ONU, 1994.

CAPÍTULO 16

UM OLHAR MAIS ATUAL SOBRE *ABOPORU* DE TARSILA DO AMARAL

A MORE CONTEMPORARY LOOK AT *ABOPORU* BY TARSILA DO AMARAL

 <https://doi.org/10.63330/livroautor382026-016>

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Mestre em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: bicalholucas7@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1751370921832009>

Vitória Dreide Xavier Araújo Silva

Doutoranda em Desenvolvimento Social

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: dreidevitoria@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3638034320387808>

Mauricio Alves de Souza Pereira

Doutor em Estudos linguísticos

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: mauricio.souza@ifnmg.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9354495017006526>

José Marcos Nascimento Pontes

Mestrando em História

Universidade Federal da Paraíba

E-mail: j.marcoxs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7558886945526239>

RESUMO

O Modernismo brasileiro promoveu ruptura com tradições acadêmicas, valorizando elementos da cultura popular e indígena, reinterpretados em linguagem moderna. Nesse contexto, a obra *Abaporu* (1928), de Tarsila do Amaral, tornou-se ícone do movimento antropofágico e da construção da identidade cultural brasileira. Este estudo tem como objetivo analisar a obra em suas dimensões estéticas, simbólicas e culturais. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa, com análise iconográfica e contextual, articulando descrição formal e interpretação crítica. A escolha da obra se justifica por sua centralidade histórica e simbólica, permitindo compreender como a pintura contribui para debates sobre memória, identidade e cultura no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: *Abaporu*; Modernismo; Pintura; Tarsila do Amaral.

ABSTRACT

Brazilian Modernism promoted a break with academic traditions, valuing elements of popular and indigenous culture, reinterpreted in modern language. In this context, the work *Abaporu* (1928), by Tarsila do Amaral, became an icon of the anthropophagic movement and the construction of Brazilian cultural identity. This study aims to analyze the work in its aesthetic, symbolic, and cultural dimensions. The research uses a qualitative approach, with iconographic and contextual analysis, articulating formal description and critical interpretation. The choice of the work is justified by its historical and symbolic centrality, allowing us to understand how painting contributes to debates about memory, identity, and culture in contemporary Brazil.

Keywords: *Abaporu*; Modernismo; Pintura; Tarsila do Amaral.

1 INTRODUÇÃO

As imagens e as pinturas constituem formas complexas de expressão visual que vão além da simples representação do real, funcionando como linguagem estética capaz de produzir sentidos culturais, sociais e simbólicos. A pintura organiza elementos formais como cor, linha, forma e textura para construir narrativas visuais que dialogam com o observador e com o contexto histórico em que são produzidas, revelando perspectivas sobre identidade, memória e cultura (Barbosa, 2020). Nesse sentido, pensar a pintura enquanto imagem exige uma compreensão que vá além da superfície visual, explorando as múltiplas camadas de significação que ela mobiliza na construção do olhar e na experiência perceptiva.

A historiografia da arte brasileira tem progressivamente ampliado a compreensão das imagens, deixando de tratá-las apenas como objetos estéticos para reconhecê-las como documentos culturais e agentes de mediação social, política e simbólica (Barbosa, 2003). Segundo a perspectiva crítica de Bourdieu (1996), a produção artística está imbricada em campos de poder e capital simbólico, e as imagens não são neutras, mas operam na construção de sentidos e na legitimação de hierarquias sociais. Assim, a análise das obras deve ir além da apreciação formal, incorporando seus contextos históricos, educativos e ideológicos, revelando como a arte funciona como espaço de disputa simbólica e de negociação de identidades coletivas (Gramsci, 1975; Barbosa, 2003).

Nesse quadro, a história da arte no Brasil articula descrição formal, análise iconográfica e interpretação crítica, examinando como obras e práticas artísticas contribuem para a constituição da memória coletiva, a formulação de identidades nacionais e regionais, e a mediação das transformações socioculturais. Ao problematizar a historicidade das imagens, a historiografia evidencia que a arte não apenas reflete o social, mas atua na produção de discursos, ideologias e processos de hegemonia simbólica,

aproximando a análise da arte brasileira de abordagens críticas mais amplas, inspiradas em teorias de poder, cultura e representação (Gramsci, 1975; Barbosa, 2003).

Nesse sentido, o Modernismo brasileiro, consolidado a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, promoveu uma ruptura com tradições acadêmicas e buscou valorizar elementos da realidade brasileira, como cultura popular, folclore e tradições indígenas, reinterpretando-os através de uma linguagem moderna (Patrício, 2012). Nesse contexto, a pintura tornou-se um espaço de experimentação estética e construção simbólica, articulando identidade cultural e crítica social. A historiografia moderna reforça que o Modernismo não apenas transformou a forma, mas também a função social da arte, projetando obras que dialogam com questões de identidade nacional e memória histórica (Lima, 2010).

Dentro desse panorama, a obra *Abaporu* (1928), de Tarsila do Amaral, destaca-se como ícone do Modernismo brasileiro. A pintura representa uma figura humana estilizada, com proporções exageradas e cores vibrantes, simbolizando o movimento antropofágico liderado por Oswald de Andrade (Andrade, 1928). A imagem de *Abaporu* articula estética e ideologia, sendo interpretada como síntese da identidade cultural brasileira e como instrumento de reflexão crítica sobre influência estrangeira e construção de sentidos próprios. A historiografia da arte, ao analisar obras como *Abaporu*, enfatiza tanto sua significação formal quanto seu impacto cultural e simbólico na construção de narrativas nacionais (Ferreira, 2015).

O objetivo desta pesquisa é analisar a obra *Abaporu* sob uma perspectiva atual, considerando suas dimensões estéticas, sociais e culturais no contexto contemporâneo. Logo, compreender como a pintura continua a mobilizar debates sobre identidade, pós-colonialidade e narrativa visual no Brasil, reafirmando seu valor como objeto de múltiplas releituras críticas. A escolha da obra justifica-se por sua centralidade histórica e simbólica, bem como pela sua relevância contínua em estudos acadêmicos, exposições e debates culturais.

A relevância deste estudo reside em contribuir para uma compreensão mais ampla da obra de Tarsila do Amaral, reforçando o papel das imagens e pinturas como instrumentos de construção de sentido, memória e identidade cultural. Revisitar *Abaporu* à luz da historiografia da arte e das teorias da imagem permite compreender como a obra continua a ser re-significada, fortalecendo o diálogo entre passado e presente e demonstrando a potência das artes visuais na produção de conhecimento crítico.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, pautada na análise de conteúdo e em revisão bibliográfica, permitindo compreender a obra *Abaporu* não somente em termos formais, mas também em seus significados simbólicos e culturais. A pesquisa qualitativa é adequada ao estudo das artes visuais, pois possibilita interpretar elementos subjetivos, estéticos e históricos que não podem ser quantificados, permitindo uma análise aprofundada das relações entre obra, contexto e percepção do público (Barbosa,

2020). A opção pela revisão bibliográfica garante fundamentação teórica sólida, articulando conceitos de história da arte, teoria da imagem e modernismo brasileiro.

Para a análise da obra, será utilizada a abordagem iconográfica e iconológica. A análise iconográfica permite identificar e descrever os elementos visuais da obra como cores, formas, proporções e composição enquanto a análise iconológica interpreta os significados mais profundos, considerando o contexto histórico, cultural e ideológico em que a obra foi produzida. Essa metodologia é especialmente relevante para *Abaporu*, uma obra que articula inovação estética e significados simbólicos relacionados à identidade brasileira e ao movimento antropofágico (Bicalho, 2025).

Por fim, a metodologia inclui interpretação contextual, articulando a análise formal da pintura com sua dimensão simbólica e histórica. Isso significa relacionar a obra com a historiografia da arte, com o movimento modernista e com os debates sobre cultura e identidade nacional, permitindo compreender como *Abaporu* se insere em uma tradição crítica e como continua a influenciar interpretações contemporâneas. Ao combinar análise qualitativa, iconográfica, documental e contextual, a pesquisa oferece uma visão abrangente da obra, evidenciando tanto seus aspectos formais quanto sua relevância cultural e simbólica ao longo do tempo.

3 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DO MODERNISMO

O Modernismo brasileiro, consolidado entre as décadas de 1910 e 1920, representou uma profunda transformação no campo artístico e cultural do país ao romper com o academicismo e propor uma “arte nova” vinculada à realidade brasileira (Ajzenberg, 2012). A historiografia da arte considera a Semana de Arte Moderna de 1922, realizada no Theatro Municipal de São Paulo entre 13 e 17 de fevereiro de 1922, como um evento catalisador que exibiu propostas inovadoras em pintura, literatura, música e escultura, desafiando as convenções estéticas conservadoras e inaugurando debates sobre identidade cultural, linguagem artística e brasilidade (Ajzenberg, 2012; Nascimento, 2015). Estudos contemporâneos ressaltam que, embora a Semana tenha se tornado um símbolo fundacional, sua importância deve ser analisada tanto pelo impacto posterior quanto pela articulação de práticas que já vinham sendo gestadas no meio artístico brasileiro.

A relação entre o Modernismo brasileiro e as vanguardas europeias também é central para compreender seu desenvolvimento. Pesquisadores apontam que artistas brasileiros que vivenciaram experiências em centros europeus, sobretudo Paris, trouxeram referências do cubismo, futurismo e expressionismo que foram reinterpretadas no Brasil, criando uma linguagem híbrida que articulava aspectos formais modernos com a singularidade cultural brasileira (Nascimento, 2015; Boaventura, 2013). Essa mediação crítica entre o que era produzido na Europa e as questões locais foi fundamental para que o modernismo no Brasil não se limitasse a uma mera imitação de modelos estrangeiros, mas se tornasse um

projeto estético e ideológico próprio um ponto amplamente discutido na literatura sobre modernismo e história cultural.

Dentro desse processo, emergiram vertentes distintas que refletiam diferentes leituras sobre modernidade e identidade. Uma delas foi o movimento antropofágico, articulado em torno da obra *Abaporu* (1928) de Tarsila do Amaral e do Manifesto Antropófago (1928) de Oswald de Andrade, que propunha a “digestão” crítica das influências estrangeiras para produzir uma cultura genuinamente brasileira. Para a historiografia crítica, esse projeto antropofágico não se tratava apenas de uma metáfora estética, mas de uma estratégia de reinterpretar relações de poder simbólico e memória cultural dentro de uma perspectiva pós-colônica (Andrade, 2022).

Além disso, a historiografia contemporânea questiona leituras simplificadas que colocam 1922 como o único “marco zero” do modernismo brasileiro, destacando que esse processo envolveu uma rede de práticas, debates e publicações que se estenderam por toda a década e influenciaram a formação de uma historiografia da arte mais crítica e plural (Nascimento, 2015). Assim, tal aprofundamento histórico amplia a compreensão do modernismo como um conjunto de tensões entre tradição, ruptura, intercâmbio cultural e construção de referências nacionais, permitindo interpretar obras como as de Tarsila do Amaral como parte de um processo contínuo de produção artística e cultural.

4 TARSILA DO AMARAL E A OBRA *ABAPORU*

A inserção de Tarsila do Amaral no modernismo brasileiro caracteriza-se por uma mediação crítica entre o repertório formal transnacional e a busca por uma autonomia estética nacional. Sua formação parisiense permitiu a assimilação das sintaxes cubista e surrealista, elementos que, posteriormente, foram ressignificados em solo brasileiro para fundamentar uma aposta estética engajada na reinvenção da brasilidade (Amaral, 2003). O trabalho de Tarsila, portanto, não se limita à representação temática; ele constitui um nódulo crítico nas redes de circulação modernista dos anos 1920, onde a colaboração com o campo literário e crítico permitiu o rompimento com a tradição acadêmica em favor de uma proposta visual vinculada à experiência histórica e cultural do país.

A obra *Abaporu* (1928), oferecida por Tarsila ao escritor Oswald de Andrade, configura-se como o epítome da articulação entre o rigor formal e o programa ideológico modernista. A composição apresenta uma anatomia radicalmente subvertida: a hipertrofia das extremidades em oposição à microcefalia deliberada estabelece uma tensão visual que ancora a figura a um solo nacional, sintetizado por uma paisagem de austeridade geométrica. A paleta cromática, ao evocar a simbologia da bandeira e a luminosidade tropical, transcende a mera representação para tornar-se um índice político (Amaral, 2023). O título síntese morfológica do tupi-guarani para “homem que come gente” projeta a obra como o marco fundacional do Movimento Antropofágico. Nela, a hegemonia estética europeia não é objeto de negação

absoluta, mas de um deslocamento crítico e deglutição criativa, visando a fundação de uma alteridade cultural brasileira. Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, a imagem da pintura.

Imagem 1 – Foto da obra no acervo MALBA



Fonte: Caldeira (2019).

No debate crítico contemporâneo, essa obra tem sido analisada como uma síntese pictórica da construção de uma narrativa de brasilidade modernista, articulando matrizes indígenas, africanas e europeias não como opostos estanques, mas como constantes negociações de sentidos que atravessam o campo da arte brasileira. A própria circulação e ressignificação de *Abaporu* ao longo do tempo desde sua recepção na década de 1920 até leituras recentes que discutem sua presença no imaginário social e digital evidencia o caráter polissêmico, aberto e contestado da obra como ícone cultural.

5 O *ABAPORU* EM PERSPECTIVA CRÍTICA: TENSÕES E AMBIVALÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

No plano da composição, o *Abaporu* articula uma planimetria radical que desafia o ilusionismo da profundidade europeia, estabelecendo uma relação de simbiose absoluta entre a figura e o território. A organização espacial é marcada por uma economia de signos como o sol, o cacto e o sujeito que, sob a análise de Aracy Amaral (2003), configura uma “paisagem mental” mais do que geográfica. A estrutura circular e sinuosa do corpo mimetiza a flora rústica do sertão, sugerindo que a identidade brasileira é uma extensão orgânica da terra. Essa “deglutição” das lições cubistas de Fernand Léger permite que Tarsila

subverte a rigidez mecânica da vanguarda francesa em favor de uma organicidade telúrica, onde o homem não habita o espaço, mas brota dele como uma força geológica (Amaral, 2003).

A paleta cromática, dominada pelo azul cobalto, verde esmeralda e o amarelo solar, opera uma ressignificação estratégica e política dos símbolos nacionais. Tarsila sequestra as cores da bandeira republicana, despojando-as do rigor heráldico e positivista para banhá-las em uma atmosfera onírica. Esteticamente, o uso de cores puras e chapadas elimina o claro-escuro acadêmico, instaurando uma visualidade que Aracy Amaral (2003) define como “luz de meio-dia”: uma iluminação que não produz sombras, mas que revela a clareza de um projeto estético autônomo. Assim, a cor deixa de ser representação para tornar-se índice de uma “brasilidade” solar, que busca na luminosidade tropical a sua principal ferramenta de descolonização do olhar.

A interpretação da obra atinge seu ápice na distorção anatômica deliberada, onde a atrofia cefálica em contraste com a hipertrofia podal atua como um manifesto contra o logocentrismo ocidental. Diante disso, Paulo Herkenhoff (2008) propõe que essa monumentalização do pé ancora o sujeito à realidade material e somática do Brasil, deslocando a primazia do “eu penso” (cogito) para o “eu sinto” e o “eu ocupo”. Essa inversão das hierarquias representativas sugere que o pensamento nacional é, antes de tudo, um pensamento ancorado no chão, no trabalho e na visceralidade. Contudo, essa escolha também convida a uma leitura crítica sobre a condição do sujeito nacional: uma figura de cabeça diminuta e muda, reduzida à sua força física e instintiva em um cenário de solidão mítica.

No cenário contemporâneo, a compreensão do *Abaporu* expandiu-se de um ícone moderno para um campo de batalha decolonial e geopolítico. A obra deixou de ser apenas um objeto de contemplação estética para tornar-se um “nervo exposto” das contradições sociais brasileiras. Críticos atuais, influenciados pela revisão historiográfica, questionam o direito de uma elite branca e latifundiária de “devorar” o imaginário indígena para construir uma marca de distinção intelectual. Nesse sentido, o *Abaporu* é revisitado não como uma solução para a identidade nacional, mas como um sintoma do nosso autoritarismo e das nossas heranças coloniais. Ele personifica o paradoxo de um país que celebra o hibridismo no plano artístico, enquanto mantém estruturas de exclusão que impedem o sujeito “braçal” representado de acessar os centros de produção de saber e poder (Brito, 1997).

Por fim, a relevância do *Abaporu* no século XXI é alimentada por sua condição de “embaixador exilado” no *Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires* (Malba), em Buenos Aires, o que gera debates constantes sobre soberania cultural e a fragilidade das instituições brasileiras na preservação de seu patrimônio simbólico. No mercado global, sua valorização estratosférica tensiona a relação entre o valor espiritual da arte e a sua fetichização como ativo financeiro. A obra permanece viva porque é a pergunta mais perturbadora da nossa cultura: ela nos confronta com a imagem de um gigante de cabeça pequena, desafiando-nos a refletir se, um século depois, fomos capazes de operar uma antropofagia real que não só

degluta a forma estrangeira, mas que transforme profundamente as estruturas sociais que ainda nos mantêm ancorados a um passado de passividade e desigualdade (Herkenhoff, 2008; Schwartz, 1995).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *Abaporu* de Tarsila do Amaral demonstra como a pintura pode ir além da representação do real, funcionando como uma forma de expressão capaz de transmitir significados culturais, sociais e simbólicos. A composição, com suas cores vibrantes, formas exageradas e proporções inusitadas, constrói uma narrativa visual que dialoga com a identidade brasileira, refletindo a proposta modernista de incorporar elementos da cultura local e reinterpretar influências estrangeiras. A análise da obra evidencia que a arte não é apenas estética, mas também um espaço de reflexão e construção de sentidos coletivos.

Além disso, *Abaporu* se tornou um ícone da modernidade no Brasil, simbolizando o movimento antropofágico e o esforço de criar uma identidade cultural própria. A obra permanece relevante ao longo do tempo, sendo reconhecida por seu impacto na história da arte brasileira e sua capacidade de provocar debates sobre identidade, memória e cultura. Revisitar a pintura permite compreender como a arte atua na formação de valores simbólicos e culturais, reforçando seu papel como instrumento de reflexão crítica e construção de significado na sociedade.

REFERÊNCIAS

- AJZENBERG, Elza. A semana de arte moderna de 1922. **Revista Cultura e extensão USP**, v. 7, p. 25-29, 2012.
- AMARAL, Aracy A. **Tarsila: sua obra e seu tempo**. 3. ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2003.
- AMARAL, Aracy A. **Tarsila, sua obra e seu tempo**. Edusp, 2003.
- ANDRADE, G. **Arte do centenário (1920–1922): Oswald de Andrade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2022.
- ANDRADE, Oswald de. Manifesto Antropófago. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, v. 1, n. 1, maio 1928.
- BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- BARBOSA, Ana Maria. **Arte brasileira: crítica e historiografia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- BICALHO, Lucas Matheus Araujo. Olhar através da lente: a fotografia como ferramenta didática no ensino de história. **Revista Ciranda**, [S. l.], v. 9, n. 01, p. 12–28, 2025. DOI: 10.46551/259498102025012. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/7916>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BOAVENTURA, Maria Eugenia. Semana de Arte Moderna: o que comemorar?. **Remate de Males**, v. 33, n. 1-2, p. 23-29, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BRITO, Mário da Silva. **História do Modernismo Brasileiro**: I. Antecedentes da Semana de Arte Moderna. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CALDEIRA, Jorge. Tarsila do Amaral 1: a artista do século e seu plano. **Gazeta do povo**, 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/jorge-caldeira/tarsila-do-amaral-1-a-artista-do-seculo-e-seu-plano/>. Acesso em: 03 dez. 2025.

FERREIRA, Carlos. **História da arte brasileira**: identidades e memórias. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

HERKENHOFF, Paulo. **Arte Brasileira na Coleção Fadel**: da inquietação moderna à autonomia da linguagem. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2008.

LIMA, Maria Helena. **Modernismo e identidade nacional no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

NASCIMENTO, Evando. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. **Gragoatá, Niterói**, v. 20, n. 39, p. 376-391, 2015.

PATRÍCIO, Maria de Lourdes. **Modernismo no Brasil**: história e significados. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas latino-americanas**: polêmicas, manifestos e textos críticos. São Paulo: Edusp; Iluminuras; Fapesp, 1995.

TARILA DO AMARAL. **Abaporu** (obra de arte, 1928). Museu de Arte Latino-Americano de Buenos Aires (MALBA).

CAPÍTULO 17

ENTRE MEMÓRIA E CONHECIMENTO: O MUSEU NO ENSINO DE HISTÓRIA

BETWEEN MEMORY AND KNOWLEDGE: THE MUSEUM IN HISTORY TEACHING

 <https://doi.org/10.63330/livroautor382026-017>

Stefany Reis Marquioli

Mestra em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: stefanymarquioli@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4837081022903429>

Ioli Ferreira Santiago

Mestra em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: iolimfs@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8291716886697192>

Luís Fernando de Souza Alves

Mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais

Universidad de Jaén

E-mail: luisf3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6961912446654898>

Guilherme Carvalho Vieira

Doutorando em Ciências do Movimento Humano

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: guilherme.carvalho.unimontes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6002574093789093>

Mariana Ruas Fernandes

Mestra em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: mariana.ruasfernandes@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1111756660730604>

Ana Paula Oliveira Lopes

Mestranda em História

Universidade Estadual de Montes Claros

E-mail: nutriana2009@yahoo.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1226191942354948>

RESUMO

Este estudo analisa o papel do museu como instrumento pedagógico no ensino de história, compreendendo-o como lugar privilegiado de mediação entre memória, cultura e conhecimento histórico. Para tanto, a metodologia fundamenta-se na revisão de literatura, que aborda os usos educativos dos museus como espaços de formação sócio-histórica e de construção de sentidos sobre o passado. Assim, museus exercem

função central na preservação, interpretação e difusão da memória social, ao mesmo tempo em que ampliam as possibilidades metodológicas do ensino de história, ao promoverem abordagens plurais e críticas. Em vista disso, é fundamental que haja uma parceria entre as instituições escolares e os museus, pois esses espaços oferecem várias possibilidades educativas para além do contexto escolar tradicional. Portanto, a inserção do museu no processo de ensino-aprendizagem pode contribuir para experiências educativas mais dinâmicas, fortalecer a autonomia intelectual e estimular o pensamento crítico dos alunos.

Palavras-chave: Museu; Memória; Ensino de história.

ABSTRACT

This study analyzes the role of museums as pedagogical tools in history teaching, understanding them as privileged places for mediation between memory, culture, and historical knowledge. To this end, the methodology is based on a review of the literature, which addresses the educational uses of museums as spaces for socio-historical education and the construction of meaning about the past. Thus, museums play a central role in the preservation, interpretation, and dissemination of social memory, while expanding the methodological possibilities of history teaching by promoting pluralistic and critical approaches. In view of this, it is essential that there be a partnership between educational institutions and museums, as these spaces offer various educational possibilities beyond the traditional school context. Therefore, the inclusion of museums in the teaching-learning process can contribute to more dynamic educational experiences, strengthen intellectual autonomy, and stimulate critical thinking among students.

Keywords: Museum; Memory; History teaching.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta uma reflexão acerca da relevância dos espaços museológicos como ferramentas pedagógicas fundamentais para a promoção de uma formação sócio-histórica na esfera educacional. Ao longo das últimas décadas, os museus deixaram de ser compreendidos apenas como locais de conservação de objetos para assumirem um papel ativo nos processos de produção, mediação e difusão do conhecimento histórico, constituindo-se como importantes espaços educativos não formais (Hooper-Greenhill, 2007; Falk; Dierking, 2016).

No que se refere ao conceito de museu, adota-se a perspectiva desenvolvida por Pierre Nora (1993), compreendendo-o como lugar de memória, ou seja, espaço no qual a sociedade materializa, simboliza e ressignifica suas experiências históricas diante das transformações do tempo. Nessa ótica, os museus são

ambientes privilegiados para a construção de sentidos sobre o passado, articulando memória, identidade e história de forma dinâmica e crítica.

Ademais, leva-se em conta a definição de museu proposta pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), aprovada em 24 de agosto de 2022, que destaca seu caráter democrático, inclusivo e participativo, bem como sua função social direcionada à educação, à pesquisa e à valorização da diversidade cultural. Essa concepção amplia a visão do museu como espaço de diálogo e reflexão, comprometido com o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento crítico das comunidades.

A partir de uma revisão de literatura, busca-se analisar como os museus se configuram como instrumentos fundamentais no ensino de história, ao possibilitar abordagens pedagógicas que ultrapassam os limites da sala de aula. Por meio da interação com exposições, acervos e narrativas museológicas, é possível promover reflexões sobre diversos processos históricos, preservar e socializar memórias de diferentes sujeitos históricos, além de contribuir para o reconhecimento e o fortalecimento das identidades coletivas.

2 MUSEUS: LUGARES DE MEMÓRIA

O museu constitui um espaço importante para a preservação, interpretação e transmissão de acontecimentos históricos. Por meio dos objetos que compõem seus acervos e das narrativas apresentadas em suas exposições, constroem-se relatos sobre o passado que refletem escolhas, valores e interesses específicos, privilegiando certas experiências em detrimento de outras. O museu pode ser compreendido como um lugar de memória (Nora, 1993), no qual a história é interpretada considerando contextos sociais, políticos e culturais.

De acordo com Nora (1993), o interesse pelos lugares onde a memória se cristaliza está ligado à percepção de ruptura com o passado, confundindo-se com a memória fragmentada. Contudo, essa fragmentação não impede a constituição de memória, ao contrário, cria estruturas e sentidos que permitem ao historiador refletir sobre como a memória se encarna, ou seja, como determinados eventos são lembrados, preservados ou esquecidos. Nesse sentido, os lugares de memória surgem porque os meios naturais de transmissão da memória coletiva deixaram de ser suficientes, exigindo a criação de espaços, práticas e certos dispositivos para que a lembrança se mantenha viva.

Nora (1993) sublinha que, com o declínio das sociedades-memória, nas quais tradições e rituais asseguravam a transmissão contínua de valores e experiências entre gerações, também desapareceram as ideologias-memória, que orientavam o passado para o futuro e estabeleciam o que deveria ser preservado como referência histórica. Nesse cenário, emergem os lugares de memória, concebidos deliberadamente como instrumentos de preservação e simbolização do passado. Conforme o autor:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos (Nora, 1993, p. 13).

Diante disso, os lugares de memória não surgem de maneira natural, mas resultam de práticas sociais e institucionais que garantem sua sobrevivência. Arquivos, cerimônias e rituais desempenham papel relevante nesse processo, visto que possibilitam que esses lugares atuem como instrumentos de preservação da memória. Dito isso, os lugares de memória registram o passado e organizam experiências simbólicas e cognitivas, oferecendo referências coletivas que colaboram para a formação de identidades e sentidos de pertencimento (Nora, 1993).

Com o enfraquecimento da transmissão oral da memória, surge a necessidade de criar espaços para preservar e divulgar narrativas históricas. Os museus emergem, nesse contexto, como lugares concretos de memória, atuando como ambientes de exposição, socialização e mediação de experiências históricas. Pollak (1989), ao retomar as ideias de Halbwachs (1968), destaca a importância dos elementos de referência na estruturação da memória individual e coletiva, mostrando como os museus consolidam sentidos compartilhados e fortalecem a coesão de grupos.

Na tradição durkheimiana, conforme Pollak (1989), os fatos sociais são tratados como coisas, permitindo analisar os elementos de referência que estruturam a memória coletiva de um grupo. Esses elementos funcionam como indicativos empíricos da memória compartilhada, organizados em classificações e hierarquias que reforçam o sentimento de pertencimento, além de definir fronteiras socioculturais, diferenciando o que é comum a um grupo daquilo que o separa dos demais. Tal perspectiva destaca a função reguladora da memória coletiva, mostrando o papel dos museus na consolidação de valores, normas e identidades compartilhadas.

Em consonância com Pollak (1989), Alberti (2004) postula que a memória deve ser compreendida como um processo ativo e observável, que não se reduz a significados, mas se manifesta em acontecimentos e práticas sociais. Ademais, Pollak alega que a memória coletiva desempenha funções essenciais, como preservar a coesão interna de grupos e proteger os limites do que é compartilhado, fornecendo uma estrutura de referência que organiza experiências e reforça identidades sociais. Segundo o autor, essa organização não é arbitrária, constituindo um trabalho de enquadramento da memória, mediado por práticas históricas e culturais.

Dessa maneira, os museus não são espaços neutros, participando ativamente da seleção e mediação da memória coletiva, determinando quais narrativas são reforçadas e quais são marginalizadas. Eles se tornam instrumentos de divulgação de memórias e de fortalecimento de identidades coletivas, refletindo determinados interesses, como indicam Sandy e Lima:

[...] a seleção, interpretação e exibição da museália não demonstram apenas ações práticas que visam a preservação, como também refletem interesses e ideologias, ora de profissionais dos museus, ora de agentes políticos, incluindo instituições e patrocinadores, apoiadores ou parceiros. E o reconhecimento de tais tendências não implica em desvalorizar o que está sendo exibido em uma mostra, em detrimento de outras coisas que também poderiam ser juntamente expostas, mas compreender os mecanismos de poder subjacentes e que mostram que a neutralidade em um museu é praticamente utópica (Sandy; Lima, 2024, p. 32-33).

Portanto, compreender os museus como lugares de memória implica reconhecer que eles exercem um papel estratégico, que vai além da preservação e exposição de objetos. Ao selecionar, interpretar e hierarquizar narrativas, esses espaços podem colaborar para a formação de identidades coletivas e construção do sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo em que se afirmam como espaços educativos, símbolos culturais e arenas de disputa simbólica, em que o passado é reinterpretado e incorporado ao presente.

3 PARA ALÉM DA SALA DE AULA: O MUSEU NO ENSINO DE HISTÓRIA

O museu atua como um instrumento importante para a aprendizagem, principalmente como recurso didático no ensino de história. As visitas podem oferecer múltiplos benefícios aos estudantes, como o incentivo à cultura, a valorização da diversidade e o contato com diferentes narrativas históricas, o que favorece a compreensão crítica do passado e a reflexão sobre as relações sociais e culturais.

Segundo Grinspum (2020), a realização de visitas escolares depende de uma parceria entre a escola e o museu, na qual os objetivos do professor são considerados na definição do roteiro de visita. Esse planejamento envolve o conhecimento do espaço museal e questões logísticas, como a aprovação da direção escolar e a autorização dos responsáveis pelos alunos. Nesse sentido, a colaboração entre docentes e museus proporciona diversos benefícios, visto que os estudantes ampliam o acesso à cultura, enquanto os profissionais do museu têm contato com práticas pedagógicas, ampliando a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem.

No entanto, Lopes (1991, p. 443) ressalta que “a animação dos museus, em direção ao público escolar, não tem por objetivo, salvo muito raras exceções, satisfazer às necessidades deste público [...] ou mesmo responder à demanda pedagógica expressa pelos professores [...]”. Muitas vezes, as visitas são orientadas mais pela preservação institucional e valorização do patrimônio do que pelo aprendizado efetivo

dos alunos. A autora ainda acentua que professores podem sentir-se desestimulados a levar estudantes aos museus, tendo em vista a complexidade da organização da visita ou a falta de conhecimento e recursos.

Desse modo, Pacheco (2012) destaca a necessidade de planejamento didático, sugerindo que a visita seja relacionada às temáticas tratadas em sala de aula. O autor considera a exposição museológica como “um texto escrito com objetos”, que deve ser lido, interpretado e mediado pelo docente, com o objetivo de promover discussões e aprendizagens significativas. De forma similar, Bittencourt (2008) diz que os museus possibilitam diferentes práticas educativas, como visitas monitoradas, oficinas e empréstimo de acervos.

Além disso, Silva (2021) salienta que o encontro do indivíduo com objetos históricos permite a reflexão acerca dos sentidos implícitos na cultura material, conectando o passado ao presente e oferecendo experiências educativas interdisciplinares. Assim, o museu deixa de ser um espaço “engessado” e passa a ser um lugar de conhecimento e reconhecimento, no qual a historicidade dos objetos e das narrativas deve ser analisada e problematizada, como destacam Chicareli e Romeiro (2014). Essa compreensão amplia a percepção do museu como um espaço dinâmico, assumindo um papel formativo na sociedade, conforme mostra Fabri:

Os museus estão entre as instituições mais antigas da humanidade; são instituições que viajam pelos tempos, que podem melhorar o presente e influenciar o futuro, através das reflexões que operam como lugares de representação, como polos educativos, geradores e disseminadores de conhecimento, promotores de cidadania, que valorizam as identidades culturais em suas formas de expressão cotidiana, ritual e material (Fabri, 2011, p. 50).

Nessa perspectiva, Ramos (2016) diz que a análise de objetos possibilita refletir sobre dinâmicas de poder e processos históricos, dado que os objetos presentes nos museus carregam informações sobre costumes, técnicas, crenças e relações sociais, funcionando como veículos privilegiados para a compreensão crítica da história e da sociedade. Nesse enfoque, Bittencourt (2008, p. 353) afirma que os “objetos de museus que compõem a cultura material são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos e crenças de nossos antepassados”. Com efeito, o ato de observar objetos nos museus pode ir além da contemplação, tornando-se uma prática educativa interpretativa e transformadora, como enfatiza Bitte:

Se, antes, o ato de olhar o objeto, seja no museu, na sala de aula ou na vida cotidiana, era um ato contemplativo ou dentro de uma suposta neutralidade, propusemos, a partir de nossa prática educativa, uma leitura interpretativa, criativa, sensível, com a ampliação do sentido, em um processo de construção que não se restrinja somente a perguntas e respostas, mas que possa partir delas e ir além, atribuindo ao ensino de História uma orientação para a vida prática. Assim, esperamos que nossa prática de ensino seja incorporada e/ou modificada, transformada em novas práticas, propulsora de novos saberes e fazeres na profissão docente (Bitte, 2024, p. 14).

Em vista disso, museus são recursos educativos estratégicos para o ensino de história, capazes de promover aprendizagens e favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico. Para que essas potencialidades sejam exploradas de forma efetiva, é essencial que escolas e museus estabeleçam parcerias, alinhando planejamento pedagógico, mediação docente e experiências práticas que conectem a cultura material à reflexão histórica e à formação sócio-histórica dos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus, como espaços para a produção de conhecimento histórico, podem oferecer várias atividades educativas, como a reflexão sobre a historicidade dos objetos e das narrativas, estimulando o pensamento crítico dos estudantes. Portanto, parcerias entre instituições museais e escolas são fundamentais, uma vez que permitem aos alunos contato com múltiplas narrativas e formas de leitura do passado, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem.

Além de sua função pedagógica, os museus contribuem para a preservação e difusão da memória de diversos grupos, fortalecendo identidades coletivas. Entretanto, é necessário refletir sobre quais narrativas são privilegiadas, reconhecendo-as como campos de disputa simbólica, onde decisões sobre acervos e exposições refletem interesses sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, o professor pode atuar como mediador crítico, estimulando a análise e problematização do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BITTE, Regina Celi Frechiani. O museu no ensino de história. **Educação e Pesquisa**, v. 50, p. e272477, 2024.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CHICARELI, Larissa Salgado; ROMEIRO, Kauana Candido. Museu e ensino de História: pensar o museu como local de conhecimento e aprendizagem. **Revista Confluências Culturais**, v. 3, n. 2, p. 85-93, 2014.
- FABRRI, Angelica. Museus: o que são, para que servem?. Sistema Estadual de Museus de São Paulo (org.). In: **Museus**: o que são, para que servem?. 2011. p. 49-59.
- FALK, John H.; DIERKING, Lynn D. **The Museum Experience Revisited**. London/New York: Routledge: Routledge, 2016.
- GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**: Museu de Arte e Escola, responsabilidade compartilhada na formação de públicos. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museums and Education: Purpose, Pedagogy, Performance**. Londres: Routledge, 2007.

ICOM BRASIL. **Nova Definição de Museu**. 2022. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 25 jan. 2026.

LOPES, Maria Margaret. A favor da desescolarização dos museus. **Educação e Sociedade**, v. 40, p. 443-455, 1991.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p. 1-28, 1993.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 2, p. 63-81, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. OBJETO GERADOR: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. **Revista Historiar**, v. 8, n. 14, p. 70-93, 2016.

SANDY, Danielly Dias; LIMA, Isaura Alberton de. Poder e preservação nos museus: a memória como capital simbólico. **Revista NEP -Núcleo de Estudos Paranaenses**, v. 10, n. 1, p. 23-35, 2024

SILVA, Goreti Pélagué Pereira da. **O ensino de história do Brasil colonial a partir do Museu Regional de Olinda**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino de História e Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

REALIZAÇÃO:

Aurum
EDITORA

CNPJ: 589029480001-12
contato@aurumeditora.com
(41) 98792-9544
Curitiba - Paraná
www.aurumeditora.com